

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional

MAYARA GALVAN DOS SANTOS

**TRABALHO E GÊNERO: MULHERES NO
CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Porto Alegre,

2018

MAYARA GALVAN DOS SANTOS

**TRABALHO E GÊNERO: MULHERES NO CONTEXTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Roberto Crespo Merlo

Área de concentração: Psicologia Social

Porto Alegre,

2018

MAYARA GALVAN DOS SANTOS

**TRABALHO E GÊNERO: MULHERES NO CONTEXTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Roberto Crespo Merlo

Dissertação defendida e aprovada em 25 de setembro de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr Egeu Gomez Esteves - (UNIFESP)

Prof^ª. Dra Fernanda Spanier Amador - (UFRGS)

Prof^ª. Dra Janine Kieling Monteiro - (UNISINOS)

Prof^ª. Dra Mayte Raya Amazarray - (UFCSA)

Porto Alegre,

2018

Às corajosas e sábias trabalhadoras rurais deste país.

Agradecimentos

Agradeço às minhas parcerias de pesquisa, mulheres inspiradoras que me receberam em seus territórios e casas, dividiram comigo mais do que suas horas de trabalho, mas suas histórias de vida e seus sonhos. Estendo estes agradecimentos também aos seus familiares.

Ao grupo Sementes da Esperança por ter permitido que eu acompanhasse os encontros, e tivesse a oportunidade de conviver e aprender com cada uma de suas integrantes.

À minha família que além de impulsionar minha trajetória de estudos, ofereceu condições para que eu pudesse trilhá-la, também pelo afeto, confiança e inspiração. À minha mãe Lurdes, por ser meu continente; ao meu pai Paulo, exemplo de trabalho unido aos sonhos; a minha irmã Marina, que me jogou de um penhasco para lembrar que eu ainda tinha um par de asas; a minha avó Severina, pelos cuidados, compreensão e palavras: “*Temos que enfrentar, minha filha!*”; ao meu irmão José Antonio, pelas tentativas de me deslocar, apontando para um mundo diverso e feliz; ao meu cunhado Paulinho, pela sua amizade e ajuda cotidiana; à minha cunhada Brenda, pela presença e escuta; aos meus afilhados Martin e Davi, cujos sorrisos dão sentido às nossas lutas, e a minha avó Mariana (*in memoriam*) pelo seu amor gigante que guardo com imenso carinho e saudade.

Ao Roger, pelo companheirismo, incentivo e paciência durante este período de mudanças e de distâncias, obrigada por cada palavra de otimismo. Também à sua família, sempre disponível.

À Jovana e ao Joel que ofereceram não somente uma casa, mas me acolheram num lar. Vocês tornaram minhas chegadas mais alegres e minhas partidas mais saudosas.

Ao meu orientador Álvaro pela calma e disponibilidade no trato com os assuntos acadêmicos e da vida, pela sensibilidade através da qual dividiu seus conhecimentos do mundo do trabalho e pela confiança depositada em mim na realização desta pesquisa.

Às colegas do Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho, pelas importantes contribuições, parceria e ajuda garantida nos momentos de dúvidas.

Ao professor Egeu pela disponibilidade e pela apresentação, demonstração e insistência numa *práxis* comprometida da Psicologia, atenta à realidade e construída conjuntamente.

À CAPES pelo financiamento durante parte do período do mestrado, fundamental para a realização desta pesquisa.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, instituição que forneceu possibilidades nos campos de ensino e pesquisa.

Los científicos dicen que estamos hechos de átomos, pero a mí un pajarito me contó que estamos hechos de historias.

Eduardo Galeano

SANTOS, Mayara Galvan dos. **Trabalho e Gênero: mulheres no contexto da agricultura familiar.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre.

Resumo

Esta pesquisa, desenvolvida num município serrano do Rio Grande do Sul, visa conhecer as relações entre trabalho e gênero no contexto da agricultura familiar e suas repercussões psicossociais. Abarcar a agricultura familiar implica manipular os eixos trabalho, família e produção familiar em pequenas propriedades. O caminho metodológico escolhido foi a observação etnográfica por meio do acompanhamento no cotidiano de mulheres que moram e desenvolvem suas atividades em ambientes rurais, e a utilização de entrevistas semiestruturadas atentando principalmente para a percepção destas acerca de suas práticas de trabalho. Os resultados são analisados através das histórias e vivências de trabalho atuais e pregressas das seis participantes, unidas as conjunturas sociopolíticas de seus entornos e sentidos atribuídos. Conclui-se a permanência das assimetrias de gêneros nas relações de trabalho no âmbito rural, visível na própria divisão do trabalho, na esfera familiar e pública. Acrescido a isto, a permanência da noção de seus trabalhos enquanto ajuda potencializa certa invisibilidade de seus fazeres, condição refletida no âmbito financeiro, nas divisões entre trabalhos leves e pesados, domésticos e externos (lavoura ou animais). Porém na polifonia do cotidiano as relações ao mesmo tempo em que se mantém, são também subvertidas quando as mulheres ocupam outros lugares e protagonizam outros modos possíveis, transformando suas realidades.

Ao longo da pesquisa emergiram questões relacionadas: ao aprendizado geracional; a composição e manutenção das famílias rurais e diferenças entre as gerações; aos sabores e dissabores das atividades diárias; as relações com o tempo, clima e natureza e sociabilidades comunitárias.

Ao tempo em que há permanências também há transformações importantes empreendidas por e para as mulheres agricultoras e pecuaristas familiares.

Palavras-chave: Trabalho rural; Trabalho feminino; Gênero; Políticas públicas; Etnografia; Psicologia social do trabalho.

SANTOS, Mayara Galvan dos. **Work and Gender: women in the context of family farming.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre.

Abstract

This search, developed in a city of Rio Grande do Sul, aims to know the relations between labor and genre in the context of family farming and its psychosocial repercussions. To cover the family farming implies to manipulate the axis labor, family and family production in small properties. The methodological way chosen was ethnographic observation through follow-up in the daily of life of women that live and develops their activities in rural areas, and the utilization of planned interviews focusing on their perception of their work practices. The results are analyzed through the current and past work stories and experience of six participants, together the sociopolitical conjunctures of their surrounding and assigned meanings. Conclude that genre asymmetries remain in the rural labor relations, visible in the division of labor itself, in the family and public spheres. Added to this, the permanence of the notion of their works while helping intensifies certain invisibility of their tasks, condition reflected in the financial ambit, in the divisions between light and heavy work, domestic and external (tillage and animals). But, in the polyphony of daily life the relations at the same time maintaining, are also subverted when women occupy other places and carry out other possible modes, transforming their realities.

Throughout the research emerged related questions: to generational learning; the composition and maintenance of rural families and differences between generations; to the tastes and dislikes of daily activities; relations with time, climate, nature and community sociabilities.

At the time of permanence there are also important transformations undertaken by and for women farmers and family farmers.

Key words: Rural work; Female work; Genre; Public policy; Ethnography; Social work psychology.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** Mapa do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Fonte: Google Mapas. 51
- Figura 2** Mapa do município de Guabiju. Fonte: Google Mapas. 51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CEB's	Comunidade Eclesiais de Base
CLT	Consolidação da Leis do Trabalho
CNMTR	Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Centro de Referência e Assistência Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EUA	Estados Unidos da América
FETRAF	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Mesa	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
MMTR-RS	Movimento de Mulheres Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MSTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG's	Organizações Não Governamentais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC2	Programa de Aceleração do Crescimento
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAF	Política Nacional da Agricultura Familiar
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PJR	Pastoral da Juventude Rural
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RS	Rio Grande do Sul
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar do Desenvolvimento Agrário
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUASA	Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Animal
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1	Introdução	4
1.1.1	Trabalho	4
1.1.2	Ruralidade	5
1.1.3	Trabalho rural feminino	6
2	Historiografia: trabalho, gênero e políticas públicas no setor rural brasileiro	8
2.1	Mobilizações das mulheres trabalhadores nos contextos rurais.....	18
2.2	Contornos do Rural	22
3	Agricultura Familiar	24
3.1	Teorizações da categoria.....	25
4	Mulheres rurais: trabalho e gênero	30
4.1.1	Psicologia Social do Trabalho	34
4.1.2	Resumo da estrutura da dissertação	38
5	Metodologia	40
5.1	Do tema ao campo	40
5.2	Pesquisa qualitativa.....	45
5.3	A Etnografia enquanto um caminhar... ..	47
6	Guabiju.....	50
7	Das mulheres que conheci	56
7.1	Uma pequena história de Inês	57
7.2	Uma pequena história de Neide	60
7.3	Uma pequena história de Mariana	62
7.4	Uma pequena história de Rosa.....	63
7.5	Uma pequena história de Neuza	65
7.6	Uma pequena história de Flávia.....	67
7.7	Das tantas outras mulheres que conheci, mas não convivi... ..	71
8	Imersões: a narrativa e a escuta	73
9	Dos afetos que podem surgir de uma pesquisa	80
9.1	A pesquisadora em meio ao estranho conhecido	81
10	Terra.....	86
10.1	Sobre o Assentamento Rural de Guabiju	86
10.2	Distância da cidade e acesso a serviços	92
11	Família	94
11.1	Sucessão Familiar: ascendentes e descendentes	94
11.2	O passado.....	103
11.3	Filhas, sogras, noras, netas.....	104
11.4	Conhecimento geracional: Aprendi com a mãe, com o pai... ..	111

12	Trabalho e gênero	116
12.1	O trabalho	116
12.2	Dos leves processos de trabalho	120
12.3	Infância: estudos e trabalho	126
12.4	Divisão do trabalho	129
12.5	Trabalho: ajuda e divisão das tarefas	131
12.6	Mudanças ao longo tempo: direitos e conquistas.....	139
12.7	Agricultoras e todo o mais: o prazer pelo trabalho rural.....	142
12.8	Trabalhos fora da agricultura	148
12.9	Trabalho coletivo	150
13	O tempo.....	154
13.1	O tempo que é clima	154
13.2	Trabalho e adoecimento	157
14	Dinheiro próprio: autonomia e independência.....	159
14.1	CNH.....	164
14.2	O Público	165
14.3	Renda e retorno financeiro.....	167
15	Políticas públicas para a agricultura familiar.....	174
15.1	Investimentos e políticas públicas	176
15.2	Políticas Públicas Municipais	181
15.3	Políticas Públicas: complexificações	183
16	Reconhecimento, valorização e motivação.....	186
16.1	Sindicatos e Cooperativas	192
16.2	Lazer e Religiosidade.....	194
17	Solidariedade	200
17.1	O comum: troca de Serviço e de alimentos.....	200
18	Alimentação.....	202
19	Considerações finais provisórias e encaminhamentos futuros.....	205
20	Referencial Teórico.....	211

APRESENTAÇÃO

Trajetórias: sobre trajetos e estórias

Como se inicia uma pesquisa? Este foi e continua um pensamento presente e constante no meu cotidiano, sempre atualizado nas idas e vindas, nas viagens que ligam três cidades do Rio Grande do Sul: Rio Grande no extremo sul, Porto Alegre região centro sul (Metropolitana) e Guabiju na região nordeste (Serra Gaúcha). Habitando o deslocamento, é no percurso do traço que liga norte a sul que uma pesquisa começa a ser pensada e planejada, entre idas e vindas, paradas, passagens e acomodações breves, neste constante locomover-se que se costumam teorias, práticas e experiências, não há separação alguma, há antes composições teóricas e vivências intensas promovidas pela entrada no mestrado em Psicologia Social e Institucional. As locomoções não se dão somente a nível espacial, mas também no percorrer trajetos do próprio pensamento, é neste compartilhar e somente nele, que me é possível aproximar experiências, aproximá-las daqueles com os quais convivo e que torna real os processos de construção simultânea cujo princípio são as relações.

Entre e nas viagens, a partir de uma janela de ônibus desenha-se uma cena: alguém que observa não diretamente as paisagens que as estradas oferecem, mas que as utiliza enquanto mediadores entre pensamentos apressados e turbulentos cujos conteúdos são de ordens teóricas, metodológicas e epistemológicas. Logo, há uma pesquisa localizada no entre, entre um território e outro, entre uma ida e outra, entre um desejo de parar por um tempo e repousar, há uma pesquisa que se faz e refaz pelos caminhos desta pesquisadora, de (des)encontros, reencontros e despedidas.

Descrita a primeira emergência, propõe-se a segunda: como uma pesquisa se encontra com o mundo do trabalho? Pensá-lo implica a conversação com diferentes campos teóricos, Psicologia, Sociologia, Economia, Filosofia, História, Antropologia, enfim, difícil elencá-las pois corre-se o risco de deixar algo de fora, afinal abordar as condições humanas de forma sistematizada em diferentes áreas é um risco e uma afronta à singularidade dos processos de nos tornarmos humanos, sob determinadas condições. Pensar o mundo do trabalho também requer analisar os sistemas econômicos, revisitar os modos de produção, suas facetas e recursos em diferentes momentos de nossa história, exige um olhar sobre a organização social e técnica, sobre as atividades e os impactos psicossociais que acarretam. Mas pensar o mundo do

trabalho implica principalmente à conversação com os próprios trabalhadores, como percebem as atividades que realizam em seus diferentes contextos?

Estes foram alguns questionamentos que emergiram ainda durante a graduação e para os quais, a partir do que era possível executar, me debrucei conjuntamente a usuários de um Centro de Atenção Psicossocial, para pensar as relações entre sofrimento psíquico e trabalho. Após esta pesquisa e as discussões acerca da centralidade do trabalho, esta temática mostrou-se ao mesmo tempo que necessária, ainda pouco visualizada por certa Psicologia. Somado a isto, as demandas cotidianas e o modo como se apresentavam tornaram manifesto o quão difícil, se não impossível, é separar as narrativas de vida das narrativas de trabalho das pessoas. Um assunto muito caro para ser adiado.

De Rio Grande, cidade onde fiz minha graduação, ao retorno para Guabiju, quando inserida numa conjuntura já conhecida, algo mostrava-se novo, afinal houvera um certo distanciamento que fez aproximar interesses, ali tomei contato com um fazer composto por outras ordens, o trabalho rural tão conhecido por mim, mostrou-se de modo diferente, e aqui está a terceira emergência. Foi em meio à esta movimentação o meu retorno ou minha continuidade neste campo, a partir do convívio com trabalhadoras do âmbito rural, diálogos cotidianos trouxeram conteúdos que comportam uma gama de possibilidades e condições: reconhecimento e valorização das atividades, cansaço, dores e (in)satisfações provenientes de um trabalho integrado com familiares, duplas e triplas jornadas, representação feminina sindical, enfim, temáticas estas que foram potencializando urgências, configurando os primeiros movimentos que tornaram a curiosidade, projeto de pesquisa e após, pesquisa.

A escuta de narrativas sobre as trajetórias de cada trabalhadora permite adentrar num processo onde operam-se discursos coletivos, não restritos ao individual uma vez que mesmo as memórias encontram ressonâncias em seus contextos, nos momentos em que são reproduzidas e produzidas. “*A memória, é sim um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo*” (Bosi, 1993, p.281).

Entretanto para além destes afetos que me implicam no campo, existe um percurso que até então encontrou no tema ‘trabalho’ um território mobilizador, produtor de questionamentos, lócus passível de criações, logo, estou no campo há tempos, afinal, estar em campo transcende estar fisicamente num determinado local com um determinado grupo, mas é antes estar mergulhado na temática e nas suas argumentações, no campo-tema (Spink, 2008). Mas a inserção ainda gera

questionamentos, habitar os territórios e as abordagens relativas ao trabalho, que são múltiplas, exige certas reflexões que conduzirão as práticas do pesquisador, dentre elas: o que faz o pesquisador (o eu pesquisadora) circular por este meio? Quais as possibilidades que surgem a partir de uma pesquisa neste campo e justamente neste? Pode ser minimamente útil e se sim, para quem? Foi durante o caminho da pesquisa, durante o seu fazer e o seu fazer junto, que houve o aparecimento de pistas que me direcionaram a algumas repostas para as velhas perguntas e também a formulação de novas perguntas, que se atualizam no momento mesmo em que são verbalizadas ou escritas.

A continuidade desta trajetória se deu a partir das narrativas das mulheres agricultoras sobre suas condições de vida e trabalho com objetivo de conhecer e pesquisar as dinâmicas de gênero nestes cotidianos. Para além deste foi também visualizado a constituição e implementação das políticas públicas no município. A proposta foi acompanhar o trabalho não no chão de fábrica, mas neste caso, no chão da terra.

1 Introdução

Diante do pesquisar, das ações despendidas a um campo-tema (Spink, 2008), há uma intersecção de caminhos possíveis e, para trilhar alguns, outros precisam aguardar. Se pensada a pesquisa como processo cotidianamente em transformação torna-se necessário elaborar alguns contornos que não impedem o trânsito por outros rumos, mesmo que breves, afinal, pensar as nuances de trabalho e de gênero, implica em transitar por vários caminhos; assim como mergulhar na cotidianidade requer atenção aos movimentos múltiplos que ali convergem e se produzem.

Se o campo de estudos acerca do trabalho trouxe importantes contribuições sobre sua determinação nos processos de saúde-doença, o adoecimento resultante da alienação, redes de solidariedade que oportunizam outros modos nas relações socioeconômicas, então como é experienciado um trabalho que possibilita ao trabalhador a organização de todo o processo, e além, como se deu a passagem da autonomia para as negociações com os mercados? E como o trabalho familiar é negociado na interface de todas estas transformações? Quais as condições que permeiam a rotina e produzem as vivências das trabalhadoras rurais?

O interesse desta pesquisa é na dupla face do trabalho rural, a linha em que ele se posiciona num constante atrito entre a liberdade de organizar o próprio fazer e a pressão advinda pelo capital organizado para absorver este fazer e integrá-lo aos mercados, esta dinâmica acrescida às relações de gênero, fez emergir dúvidas.

Logo, quais as repercussões o trabalho rural tem para estas mulheres, tanto no interior de suas famílias e propriedades, portanto, na própria organização, quanto àquelas relativas à esfera social de seu entorno e da comunidade. Partindo deste contexto no qual a pesquisa foi construída, com seis mulheres de Guabiju, buscou-se pensar em como é possível alargar estas vivências para visualizar o panorama do trabalho rural feminino brasileiro, através de pistas que combinam a experiência de pesquisa com os rastros históricos, ainda que contextuais.

Tornado um título, uma maneira de apreender e condensar curiosidades, a temática apresenta-se: “Relações de gênero e trabalho: o cotidiano de mulheres no contexto da agricultura familiar”.

1.1.1 Trabalho

Dissertar sobre o trabalho é desafiante, pois permite imersões por territórios diversos e ao mesmo tempo é necessário, porque apenas transitando pela diversidade

é possível aproximar conceitos, cotidianos e operar diferenças. Sabe-se que o trabalho organiza os modos de viver, participa dos processos saúde-doença, e que, conforme sua inserção atende à ordenamentos não preocupados com o ser que trabalha, mas com aquilo que ele pode produzir, daí falar sobre trabalho é também abordar as questões do desemprego, da precarização, das reestruturações produtivas e flexibilizações, enfim, fala-se de trabalhos.

O trabalho no contemporâneo comporta ampla diversidade de modos de fazer que correspondem à variadas ordens, seja denominando de formal ou informal (o que não o torna inexistente pelo fato das pesquisas não voltarem-se comumente a ele) material ou imaterial, é atividade múltipla e central (Coutinho, 2015). Além disso transforma-se de forma rápida e ainda mantém certas conformações que precisam ser revisitadas e analisadas, pois são reflexos de contingências históricas, econômicas, políticas e culturais. É pela compreensão do fenômeno a partir destas características que se pode refletir, problematizar e pesquisar esta seara, a representatividade e efeitos do trabalho na vida das pessoas. É aqui que a Psicologia Social encontra-se com o trabalho reconhecendo-o como atividade situada em múltiplos processos de subjetivação que excede as formas pelas quais pode-se tentar encaixá-lo em modelos pré-determinados, pois é da ordem do cotidiano e das relações.

Como fenômeno psicossocial se insere aqui nas análises que se atentam às formas pelas quais o trabalho é experienciado pelo próprio trabalhador, pelos sentidos que lhe atribui, pensando em todo o panorama que envolve este fazer, nos processos e fenômenos socialmente compartilhados que o mantém. Trata-se da atividade que organiza o tempo, o cotidiano e os papéis nele desempenhados. O trabalho caracterizado por uma atividade central que compõem as dimensões subjetivas e objetivas. “*Compreender o trabalho como uma das principais atividades da vida adulta, a mediar e a integrar as dimensões subjetiva e objetiva da cotidianidade*” (Oliveira, Esteves, Bernardo & Sato, 2015, p. 94).

1.1.2 Ruralidade

A multiplicidade que cabe no entendimento do rural excede as tentativas de conceituação enrijecida, para tal é preciso refazer percursos e pensar a ruralidade enquanto modulação que participou e participa de maneira decisiva dos diferentes momentos históricos e econômicos da sociedade brasileira, incluindo o manejo das

questões fundiárias realizadas pelos diferentes governos, e que trouxeram diferentes modos, representações e situações que configuram, igualmente, todas as ruralidades possíveis.

“Envolver o rural em atividades de pesquisa implica deter-se sobre as características próprias e a heterogeneidade que marcam os meios e os povos rurais e suas relações com o urbano: ethos “rural”, níveis de organização social, política e comunitária, trabalho, formas de adoecimento, processos educativos, relações familiares, cultura, regras sociais, atitudes, valores, sociabilidades etc.” (Silva & Macedo, 2017, p. 816)

Seguindo esta linha de raciocínio, a ruralidade comporta não somente as atividades de agricultura ou pecuária, mas comporta os significados de vida e seus modos, moradia e cotidiano, trabalho, relações sociais, econômicas e culturais, vínculos com a natureza e etc. (Brandão, 2007; Wanderley, 2000). O rural é o lugar onde se pesquisa a partir da própria história deste local, cada qual analisado nas suas particularidades e não podendo servir como generalização para outros.

1.1.3 Trabalho rural feminino

Abandonando o trato genérico com o conceito, a proposta é falar sobre o trabalho rural, também reconhecendo a heterogeneidade que estes dois termos sustentam ‘trabalho’ e ‘rural’, e de modo algum pretendendo abarcá-las em sua amplitude, o que propõe-se aqui é falar sobre o trabalho das mulheres na agricultura familiar.

Visto a abrangência da agricultura familiar, tanto em termos alimentícios em nosso país, quanto em termos dos modos de vida das populações rurais, porque o trabalho feminino? Quais modos de visibilidade e invisibilidade se inscrevem em tal trabalho? Quais práticas e suas implicações na vida destas atoras da agricultura familiar?

Os modos de vida e as sociabilidades nos contextos rurais nos trazem outras dimensões necessárias para acompanhar estas realidades, e ao fazê-la conforme uma perspectiva de investigação por meio das relações de gênero, há a necessidade de um estar minucioso, de um participar destas vidas, desta ruralidade contextualizada.

Não obstante, a utilização do conceito de gênero, carece do questionamento: o que pode e o que pede tal utilização? Quais as diferentes formas de apropriação, as finalidades e as potências de rompimento que produzem no cotidiano, e ao produzir, se produzem incessantemente? Afinal, sua apreensão enquanto uma construção relacional não significa que os beneficiados por ela, irão desocupar seus lugares privilegiados, sem tensões (Paulilo, 1987). As pistas para tais respostas estão no comum, nas participações e discussões, nas vidas e hábitos destas mulheres, no processo dialógico que é de negociação e enfrentamento e não de passividade, nas práticas de resistência dos microlugares.

Esta relação (trabalho e gênero) não somente repercute psicossocialmente, mas é em si constituída psicossocialmente por processos cuja composição é conjuntural, o que pode ser presenciado nos processos de trabalho rurais e em quaisquer outros, com suas práticas e modos cujas reverberações permitem a observação de toda a estruturação social, suas durezas e suas revoluções cotidianas, permitindo o acompanhamento das relações entre as pessoas e seus ofícios, impossibilidades e inventividades, implicações nos processos de subjetivação e modificação das sociabilidades (Coutinho, Oliveira & Sato, 2016)

O trabalho rural executado por mulheres pode ser elencado enquanto categoria ainda pouco estudada, principalmente no campo da Psicologia, portanto, intenciona-se acompanhar as experiências laborais de mulheres do município de Guabiju, na região serrana do Rio Grande do Sul, de forma que o desenvolvimento da pesquisa e seus estudos posteriores se façam atentos à realidade localmente produzida, numa perspectiva construcionista, observando tanto a forma como o trabalho é realizado e narrado por estas trabalhadoras, quanto como às implicações de gênero circundam e estruturam-se nestes ambientes, analisando os processos intersubjetivos que configuram e compõem os modos de trabalhar e de viver, e que constituem o ser mulher em tal ambiente.

2 Historiografia: trabalho, gênero e políticas públicas no setor rural brasileiro

As terras

Um breve trajeto precisa ser contado, afinal é inevitável que ao propor tratar da temática trabalho e ruralidade no Brasil, as marcas contínuas de nossa história nos acompanhem e inquietem.

A ocupação das terras brasileiras¹, após a vinda dos portugueses, a partir de ano de 1500, conhecida como fase do Brasil Colônia inicia com a extração de madeira, atividade ainda realizada na atualidade. Remonta-se a tal período os primeiros conflitos fundiários. sequencialmente houve mudanças, cada qual trouxe diferentes apropriações referentes à terra (Sauer, 2003).

Com um imenso território propício ao plantio de diversas culturas e com a intenção de proteger a colônia iniciam-se as demarcações de terras cedidas a donatários escolhidos pelo rei, as Capitânicas Hereditárias, sua incumbência era realizar a exploração deste território para fins de produção. Após iniciou-se a divisão das capitânicas em Sesmarias, e estas divisões produziam os primeiros latifundiários do Brasil e a desigualdade na distribuição das terras deste país.

À medida que fora proibida a vinda de africanos por meio do tráfico no ano de 1850 a estratégia viável foi o incentivo à inserção de imigrantes no Brasil: italianos, espanhóis, portugueses, alemães, suíços, eslavos e asiáticos. Além disto a lei da Terra data deste período e estabelece o acesso às terras somente através da compra, excluindo todos aqueles para os quais esta compra era impossível, os mais pobres: migrantes, indígenas e africanos que haviam sido escravizados, disparando revoltas espalhadas pelo território brasileiro, como a de Canudos (na Bahia), Contestado (na fronteira entre Paraná e Santa Catarina), Cangaço (região nordeste).

Pensando que a realização desta pesquisa se dará na região serrana do Rio Grande do Sul, é necessário fazer um recorte e deslocamento para a região sul do país, pois o cenário nesta região constitui-se num determinado momento, a partir da vinda de imigrantes, principalmente italianos e alemães, que ocuparam territórios de difícil acesso. Nestas mesmas décadas ocorre também a migração em busca de melhores possibilidades de plantio, de norte a sul do Brasil.

¹ Invasão à revelia das aspirações dos grandes contingentes das populações nativas.

Destaca-se aqui a intensa imigração de italianos, por volta de 1875, devido também a situação de grande miséria em seu país de origem² a vinda destes colonos foi motivada pela possibilidade de trabalho e melhores condições, já que o Brasil estava oferecendo terras de forma que fosse possível aos recém-chegados adquiri-las e construir suas vidas (Amador, M. 2007; Maestri, M. 2000).

As modificações ocorridas no Rio Grande do Sul após a chegada dos imigrantes marcaram a própria estrutura fundiária do Estado, mas também e principalmente as relações sociais e entre terra e trabalho. Até o período a perspectiva patronal, das grandes propriedades imperava, a vinda dos colonos trouxe a contingência da produção de caráter familiar.

As terras destinadas foram aquelas cujo o interesse agropecuário local da época era nulo, as regiões montanhosas e de mata densa, e a demarcação fora realizada por linhas.

As características culturais do município de Guabiju guardam e reproduzem os modos da cultura italiana, tendo como fonte a memória enquanto processo de manutenção e reatualização de uma certa identidade entre gerações enquanto patrimônio cultural (Tesdesco, 2013). *“Se a memória é, não passividade, mas forma organizadora, é importante respeitar os caminhos que os recordadores vão abrindo na sua evocação porque são o mapa afetivo e intelectual da sua experiência e da experiência do seu grupo”* (Bosi, 1993, p.283).

O trabalho rural e os diferentes governos

O campo do trabalho ganha visualização nos anos 40 com Getúlio Vargas, é no denominado Estado Novo que foram criadas as primeiras leis destinadas ao trabalhador evidenciando obrigações por parte dos empregadores. Incluiu também direitos dos trabalhadores rurais tradicionalmente tratados à parte dos urbanos, as formas desta ocorrência foram estratégicas, apresentando inclusive eixos bastante diferenciados.

Para falar do trabalho executado nos âmbitos fabril e rural é indispensável estar à par das diferenças substanciais, por exemplo, no que diz respeito aos sindicatos. Aos trabalhadores fabris foi determinada a existência de associações distintas de

² Iniciada na transição do sistema feudal para o industrial. No setor rural as privatizações e emergências da produção já numa ótica capitalista estimulou a migração dos camponeses para as cidades.

trabalhadores e empregadores, enquanto para o campo a exigência era de sindicatos mistos, a existência de representatividades paralelas só foi autorizada no ano de 1944, porém, repleta de exigências burocráticas que dificultavam o acesso dos trabalhadores à filiação (Morais, 2011).

De forma geral, avalia-se este período enquanto promotor de ações de caráter prioritariamente assistencial que não intencionavam um fortalecimento para a mobilização no setor agrícola, ainda que houvesse o incentivo de permanência destas pessoas nos territórios, para tal encaminhou-se melhorias tanto para o setor viário, quanto de ensino e extensão nas regiões mais afastadas (Medeiros, 2002). A proposta era ajustar a economia, logo, fomentar o capital agrário, os objetivos giravam em torno das modernizações da sociedade agrícola, equiparando-o aos outros setores da economia, além da implementação de sindicatos que respondiam aos diferentes interesses.

Foi também na era Vargas a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a instauração do salário mínimo, além do estabelecimento do dia 1º de maio, data da criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como o dia do trabalho. Esta garantiu aos trabalhadores rurais a reivindicação pelos direitos, anteriormente desconhecidos, inexistentes e, portanto, negados.

Relativo ao panorama internacional e ao trabalho feminino, data dos anos vinte as legislações protetivas, decorrentes das condições instituídas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Entretanto, no Brasil dos anos setenta os empregadores continuavam descumprindo a legislação mesmo quando a responsabilidade, por exemplo, com o pagamento do salário maternidade não fosse de sua incumbência, mas sim de responsabilidade da previdência social. Por meio de decreto, nos anos quarenta, foi estabelecido que a remuneração das mulheres fosse quantificada em dez por cento a menos do valor integral do salário mínimo, porém, este item foi excluído na reunião das pautas da CLT que garantiu a isonomia salarial para homens e mulheres (Melo, 2011). Tal aspecto atualiza e requer uma revisão em termos não somente legislativos, mas do seu efetivo cumprimento, quando ainda no século XXI há disparidades nos salários das mulheres e homens.

Os estudos iniciais voltados para agricultura familiar nos Estados Unidos da América (EUA) não diziam respeito a esta diferenciação das grandes produções ou proprietários em detrimento das produções familiares, eram descritivos e apontavam a modernização nestes estabelecimentos, sem referências a questões tradicionais ou aos

modos de vida (Navarro, 2010). As estratégias adotadas no Brasil partiram daquelas já adotadas tanto nos EUA quanto nos países europeus, relacionadas à agricultura moderna, então não se falava em agricultura familiar enquanto categoria nas ciências sociais.

Após o Estado Novo as organizações se mobilizaram por meio de Ligas Camponesas, tornando pauta a reforma agrária. O Brasil dos anos cinquenta, inspirado por outros países e também numa tentativa de aproximar-se destas economias adota medidas progressistas, investe na industrialização e cria estatais. Durante o governo de Juscelino Kubitschek houve um aumento da população urbana, os fortes investimentos nas indústrias urbanas fizeram com que os moradores do campo vislumbrassem melhores condições nas cidades (certo caráter progressista era nitidamente visualizado nos espaços urbanos), e também estimulou as mulheres a se inserir nestes mercados de trabalho (Rua & Abramovay, 2000). Porém, este movimento sofre interferências, o panorama econômico esbarra na carência de importação de bens para o melhor investimento na industrialização, esta incapacidade gera insuficiência no abastecimento alimentício somada às mazelas deste modelo industrial e econômico internacional distante da nossa realidade e a população sofre as consequências.

Foi principalmente no final desta década que as questões fundiárias ganharam destaque por meio dos movimentos políticos organizados, principalmente no que diz respeito as medidas que privilegiavam grupos detentores de grandes propriedades, inclusive os latifúndios improdutivos, localizadas na região sul e sudeste, adeptos majoritariamente da exportação dos produtos (Rua & Abramovay, 2000). Esta dinâmica inicia na passagem de um regime democrático e perdura durante todo o período ditatorial do país, portanto temos reflexos categóricos na agricultura familiar, cujos representantes não encontravam meios de expressão ou reivindicação. Além disso, após 1964 as perseguições não restringiam-se a pessoas de forma isolada, mas suas representatividades, por exemplo, os sindicatos.

Para a agricultura isto significou a reivindicação de grandes grupos com intenções diversas, de um lado a reforma agrária, a modificação nas estruturas agrícolas visando o mercado interno, de outro o investimento em tecnologias agrícolas modernas. Enfim, era necessário o equilíbrio entre industrialização crescente e investimentos na agricultura, daí a emergência de políticas que visualizassem e dessem suporte a tal modelo, destaca-se: créditos e seguros rurais, pesquisas na área,

assistência e incentivos financeiros, aquisitivos etc. Ou seja, a rápida modernização, chamada por Rua de ‘modernização conservadora’ buscou explorar a atividade do setor sem comprometer-se com a modificação da estrutura fundiária e as relações engendradas por tal modelo. Como consequência, para operar as novas tecnologias, demandou-se mão de obra qualificada, modificando as relações de trabalho rural, houve, portanto, prejuízos àqueles trabalhadores cujo aprendizado se dava a partir de seu trabalho neste meio, ou seja, aqueles sem qualificações foram novamente negligenciados. Temos aqui um dos motivos para a saída de grandes contingentes populacionais para as cidades (Rua & Abramovay, 2000).

A situação campesina nas décadas de sessenta e setenta é marcada por êxodo rural já que a modernização provocou não somente substituições na força de trabalho devido as tecnologias, mas também a ascensão do empresariado rural (Schaaf, 2003). Acesso a créditos, incentivos oferecidos com base em pesquisa e assistência trouxeram impactos na própria divisão do trabalho, quando os setores que puderam se utilizar dessa alternativa ingressam definitivamente no mercado externo, ao passo que os setores dos pequenos proprietários, ainda utilizando técnicas tradicionais e rudimentares, contando com a força de trabalho proveniente da família são relegados e submetidos a menores preços de venda ou simples investimento na própria subsistência, já que a competição econômica era impossível (Martine, 1991).

As questões agrárias nos diversos estados brasileiros têm suas especificidades, o Rio Grande do Sul foi ao longo do tempo um beneficiário de políticas de incentivo ainda nos governos militares, conforme aponta Rua & Abramovay (2000). A década de sessenta teve como marco o Estatuto da Terra, tratando da criação da lei precursora referente às desapropriações de terras para fins de reforma, medida esta que não fora transposta, também e justamente por interesses dicotômicos. Também houve incentivo à colonização dos territórios fronteiriços (Amazônia, Centro-Oeste), processo que reanimou conflitos e desencadeou, inclusive, assassinatos de lideranças (Sauer, 2003); e a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Nesta década as entidades representativas da agricultura familiar tornam-se mais enfáticas à medida que o país sofre sérias intervenções estatais, tomadas de forma autoritária e restritiva. Destaca-se a CONTAG, formada por membros do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MST) que fora extinto durante o regime ditatorial, e outros os movimentos organizados de cunho sindical que não apostavam mais em acordos com o governo pois destoavam bruscamente, suas pautas principais eram a

efetiva participação social, o direito à terra e a criação de leis protetivas para os trabalhadores, quando em contrapartida, o regime militar perseguia lideranças camponesas e políticas. Destaca-se a visualização do setor agrícola por parte governamental, para além de seus atores, por meio do fomento ao desenvolvimento do setor com vistas a inserção capitalista para que este pudesse suprir o abastecimento interno (Rua & Abramovay, 2000), através de investimento de recursos para os grandes proprietários, afim de que adquirissem maquinários e insumos com juros baixos, inicia-se neste período a Revolução Verde, modernizando os latifúndios por meio da manutenção do modelo conservador (Sauer, 2003)

A década de 1970 carrega também acontecimentos com importantes repercussões nos países latino-americanos, e é imprescindível destacá-los. Não somente o Brasil, mas seus vizinhos também enfrentavam regime ditatorial, dentre os quais, o Peru (1975), Bolívia (1971), Argentina (1976), Chile (1973) e Uruguai (1976). A União Soviética e os Estados Unidos da América vivenciam a Guerra Fria. No setor econômico do Brasil ocorre o que se conhece como ‘Milagre Econômico’, devido ao enorme investimento industrial de multinacionais, iniciam-se grandes negociações com os mercados internacionais, seguindo preceitos neoliberais, concomitante ao investimento em empresas estatais e de capital nacional. O país oferecia, fruto de um duro movimento repressivo, a mão de obra barata e desejada pelos investidores tanto nacionais quanto internacionais. Alguns anos de intensos investimentos causaram o aumento das dívidas externas, o país sofreu com a crise do Petróleo e no final da década, quando a assunção da presidência é feita por João Batista Figueiredo, o país conta com taxas inflacionárias absurdas, havendo a potencialização das desigualdades sociais (Schlindwein, 2011).

O direcionamento previdenciário para o segmento acontece em plena ditadura militar a partir da criação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), em 1971, este garantiu o recebimento de meio salário mínimo ao público masculino. As alterações seguintes, balizadas pela aposta desenvolvimentista correspondem a ações estatais de precaução, afinal, devido ao grande investimento no setor rural com maior capacidade aquisitiva, isto poderia gerar e potencializar maiores mobilizações por parte dos agricultores familiares. Além de que era preciso estimular a permanência das pessoas no meio rural, que na época percebiam melhores oportunidades de vida nas grandes cidades industriais, daí o investimento do governo em acesso ao cuidado em saúde restrito a disponibilização de médicos e criação de políticas monetárias, que

não necessariamente se constituíam em conquistas genuinamente democráticas e cidadãs, mas antes, estratégias (Schaaf, 2003; Abramovay & Rua, 2000).

Em 1975 houve a criação da Comissão Pastoral da Terra e conjuntamente à Igreja Católica trouxe reflexões sobre as dificuldades vivenciadas pelos trabalhadores rurais, principalmente na região Amazônica (<https://www.cptnacional.org.br/>, recuperado em 22 de junho, 2017). A participação e o apoio da Igreja Católica, por meio das Comunidade Eclesiais de Base (CEBs) foi fundamental para as discussões do setor rural, formação dos sindicatos e fomento às mobilizações, somando-se a estes também alguns partidos políticos de cunho comunista e socialista cuja pauta da terra era prioritária.

Em 1962 com a criação do Estatuto da Mulher Casada foi extinto o exposto no Código Civil de 1916 (refletido também nas primeiras escritas da CLT), o qual tratava a mulher como propriedade, cujo trabalho externo era outorgado pelo marido. A isto segue-se em 1967 os itens inseridos numa nova Constituição e acrescidos por uma ementa datada de 1969 que desta vez, e, finalmente garantiu a licença maternidade remunerada (instituída em 1974 sob responsabilidade da previdência social e não mais do empregador), a aposentadoria, além de equiparar o salário independente do sexo ou estado civil dos cidadãos.

A década de oitenta, sobretudo a segunda metade, quando o regime democrático fora restabelecido, não só foram intensificadas as manifestações dos movimentos em busca de direitos (incluindo embates no campo), como foi consolidada a criação de centrais, conselhos e departamentos para trabalhadores rurais. Estes acontecimentos trouxeram à tona a situação dos trabalhadores do campo e a necessidade de investimentos capazes de promover melhorias no setor, há muito esquecido. Como consequência destas demandas, foi formulado o Plano Nacional de Reforma Agrária objetivando desapropriações de terras para alocação de famílias em assentamentos, porém no final dos quatro anos de governo de José Sarney, de 1985 a 1989, a meta não foi atingida devido as alianças políticas efetuadas (Sauer, 2003)

Os anos oitenta são marcados pela presença de forças altamente mobilizadoras, dentre os diferentes grupos que compõem o setor agrícola familiar, surge em 1985 o MST, e mais tarde, em 1989, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), coletivo feminino representando a tomada de iniciativas reivindicatórias por parte das mulheres trabalhadoras do meio rural. É acontecimento que merece destaque tanto pelo período em que ocorre, de intensificação de busca por

direitos por vias democráticas, quanto por possibilitar a emergência de temáticas sobre todo o cotidiano das mulheres rurais, cujas atividades eram amplamente desconhecidas e que, portanto, ao encontrarem espaços de discussão, foram aos poucos reconhecidas, social e politicamente (Schaaf, 2003).

O movimento, organizado por e para mulheres, intencionava a emancipação por meio da convivência e luta conjunta em busca de igualdade de direitos. O grupo abrangeu proprietárias, arrendatárias, assentadas e integrantes do MST.

Num ambiente político de abertura foi possível, além das críticas, que os atores envolvidos pudessem participar destas construções nas políticas embasados nas possibilidades oferecidas pela Constituição Federal de 1988, que também trouxe a determinação de que a propriedade, ou a terra, precisava cumprir sua função social, o que inclui: respeito ao meio ambiente, aos direitos trabalhistas e eficiência na sua utilização (Sauer, 2003).

Como um importante resultado é elaborada a Lei Agrícola, em 1991, que finalmente estabelece algumas diretrizes classificando os diferentes modos de fazer na agricultura, além de apresentar a garantia de ações e recursos destinados a cada grupo e suas respectivas atividades, distribuídas a níveis federal, estadual e municipal por meio de pesquisas, implantação de tecnologias, assistência, dentre outras. A lei trouxe avanços inegáveis mesmo que, novamente, o setor privilegiado fora o dos produtores em larga escala, para os quais as metodologias encaixavam-se, reservando uma pequena visualização à agricultura familiar ainda preterida.

Nos anos oitenta houve aumento da força de trabalho feminino, a economia do país mergulhada numa grande recessão exigiu para muitos grupos a complementariedade salarial, daí a enorme entrada das mulheres principalmente no setor terciário, mas também nos trabalhos informais. A Constituição de 1988 reforça a igualdade salarial independente de sexo, garante licença-maternidade, a estabilidade e proteção do mercado de trabalho da mulher. No que diz respeito a estabilidade, em 1995, institui-se a proibição de que os empregadores exigissem como critério de contratação o exame negativo para gravidez ou praticassem quaisquer incentivos à esterilização. Posteriormente houve a garantia à licença maternidade nos casos de adoção, garantia às vagas de emprego e a proibição de exigências de características cujas variáveis fossem sexo, cor, idade, etc.

A adoção neoliberal para um país em constante manutenção, tanto política quanto socioeconômica, provoca marcas que sinalizam a carência de outros

referenciais, a necessidade de chamar o Estado a assumir as brechas deixadas pelo mercado, a chamada segunda geração de políticas para a agricultura familiar inicia ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso principalmente em função das pressões sofridas, este governo volta-se às questões de redistribuição, preços das produções agrícolas, créditos e assistência. O governo seguinte, de Luis Inácio Lula da Silva, intensifica ações desde segurança alimentar, combate à desigualdade geradora da miséria, acesso à educação, geração de renda, proteção da safra, moradia, dentre outros e suas ações participam da terceira geração de políticas públicas para a agricultura familiar. Várias das estratégias direcionadas a este setor no governo de FHC, foram aglutinadas num único programa logo no início da assunção de Lula, ambos tiveram impactos significantes, cumprindo objetivos de possibilitar a saída de muitas pessoas de situações de miséria e vulnerabilidade social. Seguindo esta trajetória o governo de Dilma Rousseff dá continuidade aos programas, com destaque para os programas de liberação de crédito para a aquisição de tecnologias e insumos. O setor do agronegócio também manteve-se mobilizado em busca de maior visibilidade, porém, ao contrário das ações de caráter assistencial necessárias às pequenas produções para o complemento de renda, solicitou investimentos e créditos (Grisa & Schneider, 2015).

A quarta geração de políticas públicas volta-se aos conteúdos ambientais como a necessidade de produção de combustíveis sustentáveis, também é incorporada neste montante de ações, correspondendo a incentivos financeiros para a sua produção. Além deste, a valorização da economia familiar foi realizada com o incentivo às agroindústrias, qualificação das fiscalizações, conferência de selos de diferenciação e certificação (Grisa, 2012).

Necessário salientar que as modificações foram resultado de reivindicações e formulações constantes de pesquisas demonstrando a importância não apenas econômica mas social do setor agrícola familiar e como aponta Delgado (2010), foi a possibilidade do diálogo entre setores que possibilitou a emergência das transformações, representantes dos agricultores familiares e seus sindicatos, os pesquisadores rurais e os gestores públicos, somando-se após, os representantes do agronegócio e finalmente a preocupação com a segurança alimentar levantada pela sociedade civil. Isto repercutiu não somente no aumento de alternativas relativas à melhores condições de produção, garantia por meio dos seguros, mas principalmente

na confirmação da agricultura familiar como fundamental na produção alimentícia do país e importante âmbito empregatício.

Estas influências correspondem a modificações importantes na agricultura familiar a partir do engajamento de segmentos, por vezes, bastante plurais, e trouxeram benefícios que transcenderam o apoio à agricultura, pois seus reflexos foram também sociais, econômicos e responsáveis por alterações de perspectiva política, resultando em políticas públicas. Estas implicações levam a refletir como projetos políticos tão dicotômicos, iniciados nos anos noventa sob a inspiração neoliberalista, e a partir da segunda metade dos anos noventa, com a redemocratização que exigia a participação dos setores civis, puderam construir e incentivar, mediante um mesmo objetivo, a participação dos grupos na gestão de seus próprios interesses (Grisa & Schneider, 2015).

Atualmente, num cenário pós *impeachment*, vive-se a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, suas ações foram aglutinadas ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, criado em 2016, logo, algumas secretarias vinculadas ao extinto MDA (criado em 1999) foram transferidas para a Casa Civil que reúne: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar (SAF, 2001), Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, mais o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Isto acarretou preocupações aos movimentos e sindicatos voltados ao setor agrícola familiar, afinal extinguir um ministério no qual era possível a comunicação entre este setor e os agentes políticos traz repercussões e ameaças no sentido de invisibilidade destas populações já tão estigmatizadas, o enfraquecimento do diálogo pode resultar no enfraquecimento também de políticas que ameaçam a permanência destas populações no meio rural, produzindo espaços de maior protagonismo do setor ruralista com interesses radicalmente opostos. Uma das respostas já obtidas foi o corte na chamada pública de contratos da ATER. Vale frisar que este Ministério e todas as políticas rurais serviam inclusive de inspiração para outros países.

Houve também no ano de 2016 a extinção do “Ministério das Mulheres”, acontecimento que merece reflexão. Ou seja, mesmo quando se objetiva certa descrição da história, dos acontecimentos enfatizando as conquistas, é também fundamental não tomá-las sob o prisma da garantia de suas permanências. Os

movimentos das mulheres rurais, importantíssimos desde o princípio, produziram avanços ainda que haja necessidade da continuidade e fomento dos investimentos para a sua expansão.

Esta retomada é necessária pois estes eixos estão conectados na medida em que é mantida a ordem de atender aos interesses dos privilegiados e donos de grandes propriedades. As políticas públicas continuam se estruturando por meio de objetivos convergentes entre os setores, daí as dificuldades e barreiras impostas na problematização das questões da reforma agrária e suas consequências como a desigualdade no acesso a tecnologias e valoração da produção e comercialização do rural brasileiro. A estrutura fundiária no Brasil é questão historicamente carregada por diferenças, afinal, alterar tal estrutura modifica as próprias relações sociais e de trabalho.

Para além dos processos jurídicos esta discussão estende-se e excede o previsto na Constituição Federal, pois engloba os aspectos socioculturais das nossas populações, no que compete as relações de gênero busca-se equidade e a efetiva aplicação do previsto nas legislações para o mercado de trabalho rural e urbano.

2.1 Mobilizações das mulheres trabalhadores nos contextos rurais

Com base nas características atribuídas à agricultura familiar as atividades são distribuídas aos componentes de grupo familiar residentes no território, as tarefas são destinadas aos membros habitualmente desde a infância. Este é um processo bastante tradicional de produção e reprodução baseado em certos ‘papeis’.

Traçando prioritariamente as trajetórias de trabalho das mulheres, há uma afirmação importante que acontece no próprio núcleo familiar, a partir da qual pode-se discutir visibilidades e invisibilidades relativas às suas práticas.

Situando a emergência dos coletivos das mulheres é a década de oitenta, pós ditadura militar, que traz como marco a organização da sociedade civil em movimentos, dentre eles o de mulheres provenientes das variadas regiões do país, suas reivindicações começam a ser elaboradas conforme participação política e representatividade via inserção tanto em sindicatos quanto em órgãos públicos. Iniciam-se potentes mobilizações cujas pautas incluíam reconhecimento e cidadania através da conquista e garantia de direitos (Schaaf, 2003).

Em 1986 Brasília cedia o primeiro encontro nacional de trabalhadoras rurais, as pautas ali discutidas foram convertidas em seminários devido ao alcance que tiveram, mesmo incipientes os encontros oportunizavam a explanação das informações, afinal, para maior participação e maior cobertura de direitos, era necessário que as informações circulassem e chegassem aos municípios brasileiros. Ademais foram desenvolvidas campanhas cumprindo papéis estratégicos, tratando da violência contra a mulher (Sales, 2007). Destaca-se no ano de 1985 a organização de ao menos doze encontros de mulheres provenientes de diversas regiões do país, tratando do trabalho rural.

As solicitações construídas nestes espaços e mesmo nos cotidianos que encontravam neste um lócus passível de compartilhamento, eram além de uma análise sobre os modos e condições de vida e trabalho, também a busca pela regularização e acesso a documentos básicos que possibilitavam a entrada nas entidades públicas e sindicatos.

Junto a modernização e a participação das instituições como influências importantes do movimento das mulheres floresce a possibilidade de modificação na configuração das estruturas do meio rural, como por exemplo, a possibilidade da desconstrução gradativa de um certo pensamento patriarcal vigente (Schaaf, 2003). Pensamento este que será esmiuçado nas discussões apoiadas nas próprias participantes desta pesquisa.

Destaca-se também o apoio de representantes da Igreja Católica ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (1989), pois desempenharam papéis de reconhecimento ao trabalho das mulheres, fomento à participação social e estímulo ao combate às injustiças e opressões. Destaca-se que o direcionamento das ideias das religiosas (da Igreja Popular) girava não apenas em torno da urgência das mulheres desempenharem papéis políticos, mas do incentivo para a luta dos grupos minoritários e desfavorecidos. Pode-se considerar, acima de tudo, que era uma luta de mulheres, não somente de mulheres agricultoras, pois as religiosas engajadas participavam de uma organização eclesial hierarquizada aos moldes patriarcais que decidia inclusive sobre a continuidade ou não das atividades comunitárias desenvolvidas (Schaaf, 2003).

Em detrimento das ideias de caráter religioso, as assessoras do movimento trouxeram pautas relativas aos direitos e também aos papéis vigentes. Na época, tais questões chegavam de forma gradativa no país e começaram a compor discussões, nos

anos noventa já se discutia gênero. Novamente a Igreja Católica assume um papel importante com o lançamento da Campanha da Fraternidade voltada às mulheres, tais ações tinham inserção imediata nos municípios de todo o país (Sales, 2007).

Com base nas experiências das participantes, os vínculos com a igreja ainda são os que propiciam a organização de grupos, destacam-se aqui os ‘Clubes de Mães’, inicialmente as mulheres se aproximam por meio da mesma crença religiosa, e a partir desta constroem outras formas de encontros, como as viagens, e organização de eventos nas comunidades.

Todo o processo fora orientado à busca pela legitimidade do papel e do trabalho feminino rural, cujo valor econômico era um item reivindicatório importante e carecia ser levado à visualização governamental, a realização disto só foi possível com a formação destes coletivos promovendo e asseverando visibilidades. Logo, a instauração de sindicatos combativos tornou-se opção apropriada, porém o empecilho legislativo era a obrigatoriedade da criação de apenas um sindicato municipal por categoria. A intensificação da luta se dá por meio da substituição dos Sindicatos da FETAG. Novos empecilhos apareceram, principalmente no que diz respeito a representatividade feminina nos cargos de gestão e inclusão das pautas sobre gênero e trabalho, a desigualdade de gênero estava presente no interior dos próprios sindicatos e organizações, era necessário a criação de outros espaços, finalmente balizados pela Constituinte de 88. A participação nos Sindicatos é uma das pautas que continuam urgentes, há que se fazer este debate, afinal, as mulheres participantes, ainda trazem com bastante vivacidade estas diferenças, seja nas comissões ou nos papéis de liderança, como veremos adiante.

Os movimentos aos poucos ganham contornos e conquistas, mesmos localizadas, representam feitos importantes. Das articulações locais inicia-se uma rede de Norte a Sul do Brasil, em 1995 cria-se a Articulação Nacional de Mulheres Rurais, em São Paulo, da qual participaram entidades de dezoito estados brasileiros, dentre elas o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), a Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT (CNMTR, além de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (http://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/anos/1995.php?iframe=anmtr_1995, recuperado em 14 de junho, 2017). A finalidade foi discutir gênero e classe, burocracias referentes às documentações, participação política, saúde, etc. Este encontro

fundamenta as bases da campanha lançada em 1997, intitulada “Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documento”. Estas questões são absorvidas pelo MST em 1999 que estimula a formação de coletivos no interior da própria organização sindical.

Como um expoente, a Marcha das Margaridas, marca a união de uma categoria por meio de uma identidade política, possibilitando uma nova forma de enfrentamento das mulheres às mazelas do rural (Silva, 2008).

O período seguinte à efervescência dos movimentos sociais no Brasil foi de gradativa mudança, alguns deles se institucionalizaram, houve a criação de Organizações Não Governamentais (ONG's) com propósitos diversos. Na segunda metade dos anos noventa as medidas de cunho neoliberal promovem interferências inclusive nos movimentos sociais (Silva e Paulilo, 2010).

Via informações disponíveis no site da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário atualmente o que temos em termos de políticas públicas voltadas para as mulheres são o acesso a: terra, documentação, crédito, organização produtiva e agroecológica, comercialização e agregação de valor à produção, serviços de assistência técnica e extensão rural, participação na gestão, desenvolvimento territorial, manutenção da memória coletiva e conhecimentos tradicionais (Cartilha do MDA). Dentre as diversas conquistas dos movimentos, a posse da terra conjunta entre os conjuges e a possibilidade de atuarem como beneficiárias da reforma agrária são importantes, pois tratam da terra enquanto pertença, enquanto modo de existência, enquanto lócus de trabalho e vida.

Sabe-se que o setor rural comporta atividades produtivas não restritas a agropecuária, mesmo assim diz respeito a um conjunto de hábitos culturais e tradicionais e relações com o território, “*assumindo dimensões materiais e simbólicas locais bastante peculiares em relação à sociedade mais ampla*” (Scopinho, 2015, p.95).

Após esta retomada o capítulo seguinte destina-se a costurar entre as fendas históricas e a realidade vivenciada pelas agricultoras, quais são os pontos de união, as disparidades, os reflexos e as transformações agenciadas por estas atoras sociais, para então encontrar pistas que permitam responder como se são os impactos psicossociais destes movimentos históricos, sob o prisma das relações entre trabalho e gênero, na vida das mulheres rurais deste município.

A compreensão dos meios pelos quais as pautas políticas e feministas inserem-se no dia-a-dia foi revisitado por meio da convivência com as mulheres, em suas

propriedades, acompanhando seus trabalhos e rotinas, também através da análise a partir dos eventos relacionados à agropecuária promovidos em Guabiju; de um grupo de mulheres, denominado Sementes da Esperança, o qual une a Prefeitura, o Sindicato e a Emater; além dos dias de campos promovidos pelos mesmo agentes em colaboração, mas que ocorreram em municípios vizinhos, ao longo do meses da pesquisa.

2.2 Contornos do Rural

A utilização da nomenclatura ‘agricultura familiar’ enquanto categoria é bastante recente em nossa história, sua configuração, baseada em teorias e pesquisas, vem se caracterizando há duas décadas. Para sua composição reuniu, e reúne, elementos reivindicatórios advindos das articulações entre os agricultores, organizados em movimentos sociais e sindicais, mas também de pesquisadores, culminando em políticas de Estado.

Esta categoria, anteriormente reconhecida por ‘pequenos agricultores’, ocupou em diferentes momentos históricos um lugar de subjugação. Devido aos poucos investimentos, a agricultura de produção minoritária se comparada aos latifúndios, mantinha-se num cenário precário, com instrumentais rudimentares, relações comerciais restritas, impedimentos de várias ordens ao acesso a créditos, inclusive relativos às próprias documentações tanto das terras quanto de seus proprietários. Estes foram alguns dos fatores que tipificaram e com o tempo potencializaram a invisibilidade nacional da categoria (Picolotto, 2014).

Por meio deste panorama é possível levantar algumas hipóteses sobre as condições que retardaram os movimentos de enfrentamento desta categoria historicamente invisibilizada diante dos grandes proprietários de terras. Afinal, é necessário o acesso às condições mínimas, legais e materiais, para a viabilização da formação de organizações com força política suficiente para reivindicar.

A eclosão dos movimentos rurais acontece no século XX, os próprios atores exigem outro tratamento para os valores econômicos e sociais de suas produções, posteriormente é que há a emergência das ações por parte do Estado. Na transição dos anos oitenta aos noventa temos o incremento na elaboração de pesquisas voltadas à importância e também valorização da agricultura de base familiar na produção de alimentos, construída à parte dos latifúndios, detentora de uma variedade de práticas,

discrepantes dos modelos dos grandes mercados. Há nestes estudos o abandono de posições estigmatizantes sobre o rural, como afastado, à margem, geográfica e socialmente e, portanto, desatualizado. Há uma valorização justificada no interesse acerca daquilo que se desenvolvia, e de como se desenvolvia.

Para falar da multiplicidade de fazeres do setor agrícola familiar há que se destacar a vinda dos colonos europeus, enfatizando sua colocação nas regiões de serra do Rio Grande do Sul, entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Estes imigrantes trouxeram modos de viver e trabalhar diferenciados daqueles já estabelecidos nestes territórios, tais características culturais e históricas foram responsáveis por hibridizar as próprias formas pelas quais o trabalho era organizado na região Sul do país. Destaca-se que estes processos de mútua influência entre etnias, culturas, religiões diversas, também acontecia simultaneamente em outras regiões do país, afinal, nossa história sempre fora heterogênea, de norte a sul, por meio de invasões, resistências, projetos de colonização de migrantes incentivados por governos, como por exemplo, de Getúlio Vargas e os militares após, e também de imigrantes, desde à colonização que se impôs sobre a população nativa.

3 Agricultura Familiar

Dentre os dados fornecidos pelo *site* do governo federal, obtidos no censo agropecuário de 2006³, destaca-se que “84,4% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros pertencem a grupos familiares” (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006). Nos pequenos municípios, que contam com uma população inferior a 20 mil habitantes, a agricultura familiar é a base econômica em 90% deles. Como consequência, é esta esfera que concentra 40% da população economicamente ativa do país e 35% do PIB nacional. Estas informações demonstram que a agricultura familiar não é apenas responsável pela produção e abastecimento de alimentos no Brasil, mas também pelo equilíbrio inflacional (Secretaria Especial de Agricultura Familiar do Desenvolvimento Agrário, 2016).

Segundo o documentário ‘Ameaçados’, de Julia Mariano (2014), que trata da luta incessante pela terra e mostra os camponeses não somente submetidos mas colocando a própria vida em risco, a agricultura familiar brasileira é responsável por 70% do abastecimento alimentício, sua cobertura no território nacional é de 25%, e suas atividades ocupam 20% da força de trabalho economicamente ativa do âmbito rural, ou seja, o latifúndio corresponde aos 75%, mais que o dobro.

As mulheres convidadas a participar da pesquisa estão inseridas na modalidade da agricultura familiar. Entende-se que o modelo de gestão presente é bastante diferenciado, primeiro por que a força de trabalho advém dos membros da família que também são proprietários da terra em que trabalham e na qual produzem, e segundo porque atividades são voltadas para agricultura e pecuária em pequena escala. Além destas, outras características importantes, como as relações estabelecidas nestes contextos carecem de observação, afinal, os modos de vida compõem o conjunto: trabalho, trabalhadores, terra e relações familiares. Ademais, atualmente, o setor agrícola convive com a pluriatividade, ou seja, atividade desenvolvidas além daquelas restritas aos lócus, externas.

A agricultura familiar no Brasil preserva traços do campesinato mesmo na interface com as novas demandas produtivas e do campo do trabalho, destacam-se principalmente suas formas organizativas cuja característica principal é o gestor ser o

³ Os dados do censo agropecuário realizado no ano de 2017, após 11 anos da realização do último, ainda não foram divulgados.

próprio trabalhador num contingente familiar, ou seja, tanto a mão de obra quanto a administração são familiares, a produção e o consumo (Denardi, 2001).

3.1 Teorizações da categoria

Afinal quando e como se dá a ascensão da agricultura familiar no cenário nacional? Alguns autores, dentre eles Picolotto (2014), apontam três vertentes de eclosão da categoria: as reivindicações dos próprios atores do meio agrícola que foram demandas políticas e que no ano de 1990 se apropriaram desta denominação, após isto e de forma complementar, acontece o reconhecimento institucional do Estado que se volta ao setor por meio da criação de leis e políticas públicas específicas. As mudanças vêm acompanhadas do entendimento da fundamentalidade tanto econômica quanto social da categoria para o país, além do abandono gradativo de uma certa valoração errônea que a veiculava ao passado (Picolotto, 2014).

Quando a categoria ‘agricultura familiar’, imersa e produzida a partir da diversidade destas pequenas propriedades produtoras, começa a ser utilizada há principalmente uma possibilidade de redirecionamento para as pesquisas realizadas até então, pois se anteriormente avaliava-se que a entrada do capital no contexto agrícola estava produzindo um novo proletariado⁴, era possível visualizar outras questões para além da precariedade, mas sua crucial importância na produção alimentícia.

“Desloca-se da imagem bucólica, idílica de um rural como um paraíso idealizado, e, também, não se associa à imagem do lugar distante, rústico, sinônimo de atraso. Estabelece-se assim, um rompimento com o rural como homogêneo, ao passo que refuta a ideia de sua definição como negação do “urbano” (Nogueira & Toneli, 2016, p.116).

Dentre os pesquisadores da área destacam-se as teorizações de Ricardo Abramovay (faz a diferenciação entre o modelo camponês e a agricultura familiar moderna), e José Eli da Veiga (1991), ambos trouxeram um novo paradigma a ser pensado, e desafiaram dois postulados prevaletentes: o marxista (Lênin), por meio da ideia de que a entrada do capital no setor agrícola destruiria o caráter produtivo familiar sendo substituído pelo trabalho assalariado no setor; e o que via uma resistência do modelo camponês ao modo capitalista (Chayanov). Em resposta a estas teorias, de

⁴ Abordagem baseada principalmente numa perspectiva teórica marxista, a partir dos anos 80.

forma sucinta, classificam os agricultores familiares como aqueles que se adaptaram às exigências dos mercados, em contrapartida dos que não conseguiram. O caráter familiar, teria sido aproveitado pelo capital para a formação da empresa familiar, detentora de certas vantagens socioeconômicas. Portanto, esta seria uma categoria gerada a partir das intervenções do Estado.

Em contrapartida, outros pesquisadores intensificam a discussão acerca da enorme diversidade existente no interior da categoria agricultura familiar em diferentes países, ou seja, a existência tanto de modos de produzir calcados na categoria camponesa, quanto produções inteiramente calcadas na utilização de tecnologias e mercados, sendo o ponto de encontro a gestão familiar, mesmo em meio a heterogeneidade existente e possível neste setor (Wanderley, 2003; Lamarche, 1993; Favareto, 2006).

Numa perspectiva brasileira interessa não mais abordar a sobrevivência ou não do campesinato, afinal suas marcas são inegáveis, mas centra-se em como estas marcas continuam operando na sociedade (Wanderley, 2000).

Tal abordagem assume a importância da tríade família-produção-trabalho, e suas consequências socioeconômicas. Difere das demais acima apresentadas na medida em que afirma o agricultor não enquanto um personagem novo na sociedade contemporânea, que se configura por intermédio da ação do Estado e de suas políticas públicas, mas sim enquanto um personagem que mantém, e ao mesmo tempo faz algumas rupturas com características do campesinato, que se utiliza de tecnologias modernas, por exemplo, mas preserva certos modos de viver e trabalhar apoiados em tradições. Tomar a agricultura familiar por esta perspectiva significa falar de sujeitos detentores de uma história a qual construíram e a constroem cotidianamente e não a partir do forjamento de uma história por via Estatal, como propõem alguns teóricos.

Ao propor algumas características tanto de ruptura quanto de continuidade Wanderley (2003) destaca: mesmo com a produção destinada aos mercados ainda se pratica a diversificação na produção para subsistência (policultura); os rendimentos indivisíveis ainda mostram-se comuns mesmo que gerem conflitos internos no ambiente familiar, mas possibilitam investimentos e pagamentos nas aquisições coletiva; embora seja facilitado o acesso aos conhecimentos técnicos e cursos de formação, os saberes tradicionais e geracionais operam no trabalho e nas representações deste. Estes elementos têm um forte caráter de resistência, ao tempo em que se adapta também resiste e modifica interferências tendentes à certa

dominação, seja tecnológica, de cultura hegemônica adepta às padronizações, entre outras.

Existe o trabalho realizado atualmente, e também o realizado pelas gerações antecessoras dos agricultores, após é instaurada a produção capitalista, portanto, quais desafios que este modo enfrenta ao tentar se inserir, por exemplo, nas propriedades agrícolas familiares, com seus modos de gestão e produção intrínsecos. A terra entendida como patrimônio é também território de trabalho e de convivência familiar, aqui o trabalho se erige de forma a organizar os modos de vida e estruturar a própria arquitetura familiar, na condição de trabalhadores, mas livres na medida em que gerenciam o próprio fazer (Woortmann, K. 1990).

Já Navarro (2010) destaca a utilização da categoria ‘agricultura familiar’ como função político-ideológica (devido a insuficiência de base teórica que subsidie a legislação) no sentido de promoção de políticas visando investir em segmentos da população comumente e historicamente negligenciadas. Sua argumentação se sustenta na proposição de que a categoria ‘agricultura familiar’ em substituição a terminologia ‘pequenos produtores’ começa a ser utilizada após os anos noventa, após o Tratado de Assunção e da entrada ao Mercosul, por estímulo das ações principalmente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), resultando assim na Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF).

De acordo com Navarro em dois pontos: na medida em que ele demonstra que enquanto categoria de estudo, a agricultura familiar é recente e, portanto, carece de problematizações devido a não conseguir abranger as multiplicidades das áreas rurais brasileiras e de suas populações, de organização do trabalho e modos de produção, ou seja, quando se refere à ‘agricultura familiar’ é preciso reafirmar as diferenças entre as realidades agrárias brasileiras, e para além das próprias singularidades regionais. Pois mesmo mantido o caráter de gestão familiar o cotidiano socioeconômico é múltiplo conforme as regiões e no interior delas. E também concorda-se com o autor em relação a necessidade de pensar o quanto a institucionalização de políticas trouxera importantes avanços para este setor pouco valorizado ou negligenciado, mas que atualmente representa entraves para o próprio aperfeiçoamento.

Entretanto tal pesquisa se subsidiará na abordagem proposta por Wanderley (2003), trazendo as dinâmicas existentes entre as vivências calcadas no campesinato, mas combinadas e transformadas pelas inserções das demandas do capital que acessam

e modificam os setores agrícolas, por exemplo, a modernização e integração aos mercados.

“O meio rural é entendido, neste texto, como um espaço suporte de relações sociais específicas, que se constroem, se reproduzem ou se redefinem sobre este mesmo espaço e que, portanto, o conformam enquanto um singular espaço de vida. Para compreendê-lo é preciso considerar sua dinâmica social interna, isto é, aquela que resulta da maior ou menor intensidade e complexidade da vida local e, por outro lado, as formas de sua inserção em uma dinâmica social "externa" (Wanderley, 2000, p.20).

Destaca-se a concomitância de abordagens bastante distintas relativas a conceitualização da agricultura familiar no Brasil. Algumas apontam para a confluência iniciada a partir da institucionalização de uma política, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que estimulou a aglutinação de toda uma população agrícola com características peculiares, numa mesma categoria com características fixadas na legislação. Outras abordagens conferem estatutos diferentes destes atores sociais, visualizam diferentes empreendimentos no setor agrícola, os produtores que adaptam suas produções ao mercado, e os que não o fazem. Logo, as políticas aqui teriam o papel de desenvolvimento destes segmentos, uma vez que o agricultor, por intermédio, justamente das ações do Estado e suas políticas tornou-se um ator da agricultura moderna.

Esta breve retomada é capaz de suscitar questionamentos, afinal, é possível pensar em perfis destes atores sociais cujo trabalho se dá no ambiente rural, em toda sua diversidade? Já que as discussões se delineiam mediante a preservação ou não do caráter campesino, sustentadas por um fazer combinado a elementos tradicionais, cujas práticas de trabalho respondem a modos de específicos, geracionais, etc., ou se estes atores incorporaram certos requisitos e atendem à modernização e exigências produtivas, inclusive a partir e sob intervenção do Estado?

Reafirma-se que não se tratam de categorias fixadas, uma vez que constituem-se híbridas. Por isso é importante conhecer cotidianos de vida e trabalho, sempre contextuais para então pensar o quanto as transformações mercadológicas, as ações políticas impactam nas tradições, e na própria história da cultura agrícola. Trata-se aqui de um meio, de algo que se transforma e cuja intenção não é separar, mas perceber

as nuances, como estas dinâmicas se misturam e compõem modos de vida e trabalho. Afinal o rural não está à margem, ele participa igualmente das engrenagens sociais (Brandão, 2007; Tedesco, 2013).

A agricultura camponesa é composta pelo gerenciamento e produção familiar, cuja organização reflete os modos de vida, relações familiares, de trabalho e patrimônio. A produção pode ser destinada a venda e/ou ao próprio consumo familiar, e a força de trabalho advém dos membros da família. A introdução das tecnologias modifica também a forma como os saberes são transmitidos e como são utilizados, afinal convivem com outras demandas, por exemplo, uma noção de tempo outra. Logo, a autonomia no exercício do trabalho já não se configura deste modo, uma vez que as relações de produção inserem certa prescrição nas atividades.

O entendimento de agricultura familiar aqui utilizado pretende destacar tanto os pontos que rompem com as cargas tradicionais e dão passagem a certa modernização agrícola, quanto aos pontos de continuidade entre o campesinato e a agricultura familiar.

Entende-se que a construção desta categoria insere-se sob forma de mobilização de forças políticas e construção de sentidos, cuja função é visibilizar aspectos do âmbito rural. Afinal fala-se de processos e de histórias que se entrecruzam, e não de linearidade históricas, pois se assim o fosse estaríamos negligenciando toda uma construção cultural do ofício rural, atribuindo uma passividade às ações do Estado, quando este é um cenário múltiplo e que comporta saberes tradicionais e saberes modernos. Segundo Wanderley “*o que concede aos agricultores modernos a condição de atores sociais, construtores e parceiros de um projeto de sociedade – e não simplesmente objetos de intervenção do Estado, sem história – é precisamente a dupla referência à continuidade e à ruptura*” (p.47).

Quando existe uma categoria com a qual os trabalhadores, anteriormente conhecidos enquanto pequenos produtores, podem se identificar há a emergência também de processos cognitivos, de reconhecimentos e de possibilidade de se afirmar enquanto categoria, passível e fortalecida para reivindicar. É estratégica e produz certa condição de possibilidade para outros modos de afirmar-se. É a identidade de um novo sujeito social, operado por processos cognitivos que produzem processos de subjetivação.

4 Mulheres rurais: trabalho e gênero

Se, como já ressaltado, a agricultura familiar configura-se principalmente pelo seu caráter de participação familiar na realização do trabalho é preciso pensar nas atividades e relações ali presentes. Portanto, trazer a analítica de gênero é uma forma de lançar o olhar sobre as especificidades deste trabalho rural realizado por mulheres, por vezes esquecido, ou pouco referido em certos segmentos de nossa sociedade, para então problematizar o alcance, a inserção ou não inserção de políticas públicas voltadas tanto para a assistência quanto para a saúde do trabalhador nestes territórios. Se segundo Dejours (1992) o reconhecimento no trabalho é o cerne na produção de saúde mental, e o reconhecimento passa por certa visibilização do trabalho, então como as trabalhadoras rurais vivenciam este reconhecimento pelos seus pares e para além destes?

Considerando também que o capitalismo ao se apropriar da noção de trabalho e associá-la a venda da força de trabalho tornou determinadas atividades, como por exemplo, as domésticas, negligenciadas. E o trabalho rural feminino perpassa tanto por atividades domésticas e externas seja no plantio ou cuidado de animais, como por atividades fora do setor agrícola (pluriatividade), ou seja, atividades produtivas e reprodutivas, logo o que sucede destas combinações? Estas foram algumas questões e disparadores que me afetaram.

A mobilização dos movimentos femininos do setor agrícola promoveu reverberações fundamentais para a constituição de determinadas políticas públicas, porém se vincularmos a esta discussão as formas organizativas de trabalho neste meio ainda é possível verificar a permanência de certa divisão sexual do trabalho.

Mais do que a verificação, também importante, de que há desigualdade no mundo do trabalho entre atividades desenvolvidas por homens e mulheres, é necessário perceber quais os movimentos que tornam este discurso e práticas ainda vigentes neste século.

Acompanhar as tantas nuances relativas a gênero e trabalho requer algumas retomadas aos modos pelos quais as relações feminino e masculino, homem e mulher, ou seja, os binarismos normativos, foram constituindo-se e modulando-se ao longo do tempo por meio das inconsistências e consequentes impactos às sociedades e seus grupos em épocas distintas, para então refletir os mecanismos que fizeram eclodir os

movimentos críticos aos modelos tradicionais, patriarcais, hegemônicos que utilizam estratégias, justificadas nas práticas e discursos naturalizados com objetivos de reafirmar relações sociais de produção, inclusive nos ambientes de trabalho, calcadas em diferenças (Brito, D’Acri, 1991).

Em relação a execução das atividades rurais, como demonstram algumas pesquisas, temos a diferenciação por idades e também por sexo, daí o trabalho, reconhecido historicamente na agricultura brasileira, ser balizado por relações desiguais de poder através de sua divisão técnica e social (Tedeschi, 2004). A referência e constante apropriação do trabalho feminino nos ambientes rurais que compreende desde afazeres domésticos, educação e cuidado da prole quando há, plantio e manejo de hortas e lavouras, criação de animais, segue entendido enquanto ajuda, provocando restrições e exclui sua participação no planejamento e gestão do trabalho, subjugando sua autonomia no processo de trabalho (Brumer, 2004). Afinal este ofício passa por vias diferentes, por relações produtivas e econômicas ao mesmo tempo em que renova, atualiza e atribui outros significados sobre o espaço de vida e trabalho enquanto territórios de existência.

Para este percurso de pesquisa, cujo caminho foi o acompanhamento do trabalho desenvolvido por mulheres rurais, fez-se necessário pensar com o auxílio de algumas abordagens que se debruçam sobre as questões de gênero, mas também e principalmente apreender os sentidos acerca do ser mulher trabalhadora rural atribuídos por elas mesmas. Pretendeu-se, nesta pesquisa, abranger as relações de trabalho não somente por meio de seu caráter produtivo e econômico, mas também de todo o invólucro envolvido neste fazer, relações potentes de significados entre o trabalho rural e sua interface social referentes aos processos de subjetivação e às teceduras destes nas formas de produção de vida social.

Se a pesquisa foi inventada a partir da pergunta “Quais são as repercussões psicossociais advindas das relações de trabalho e gênero no cotidiano de mulheres que trabalham no contexto da agricultura familiar?”. Foi necessário pensar a processualidade do que se entende por divisão sexual do trabalho, e após, nos processos performativos reportados à gênero, para então perceber a emergência das relações de poder e suas assimetrias (Bourdieu, 2005).

Os estudos sobre a divisão sexual do trabalho afloram através do movimento feminista francês dos anos setenta trazendo à tona algumas realidades do mundo do trabalho veiculadas à uma invisibilidade da categoria e embasada pela verificação de

que as mulheres realizavam atividades em função de interesses alheios, de forma naturalizada, atividades comumente entendidas como ‘não trabalho’, portanto, sem qualquer retribuição financeira ou reconhecimento. Estes movimentos exibiram novas analíticas como, por exemplo, a diversidades de relações e divisões sociais e técnicas no trabalho, o trato com conceitos como família, diversidades de atividades, produtividades, entre outros (Hirata, 2014).

“A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos (...) Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)” (Hirata & Kergoat, 2007, p.599).

Para além do que se discorre sobre a divisão sexual do trabalho, há a necessidade de demonstrar a carência representada na utilização das categorias sexo, homem ou mulher. Daí considerar gênero sob o enfoque interseccional é pensar em toda dinâmica de construção que acontece na cotidianidade, no trabalho, nas relações situadas, nas discursividades que transitam nos ambientes rurais, e interagem com outras analíticas de marcadores sociais como as de classe, origem e geração. É importante atentar-se ao como se produzem e são apropriadas pelas mulheres as questões políticas, permeadas por dispositivos discursivos nas instituições com as quais convivem, até as formas como são negociados, performados e contestados os papéis de gênero (Scott, 2010).

É importante mencionar que falar de mulheres, numa perspectiva de gênero entendido como constructo social (portanto histórico e cultural), não relegado à permanência, se deve à intenção de promoção de visibilidade, amiúde negligenciada, portanto, a representação atende à fins de visibilidade política (Butler, 2003). Ainda que seja importante a própria crítica à abordagem e a utilização de um certo cunho identitário, pois esta permite um tensionamento necessário na produção do novo, do outro, e também conduz a revisão e atualização das próprias abordagens referentes à gênero. A crítica oportuniza o questionamento sobre o quê diluir das produções de certas categorias munidas politicamente, e neste caso a permanência de certa identidade das mulheres rurais ou mulheres agricultoras provocou avanços importantes

(Salvaro & Wolff, 2003). A noção de identidade aqui possibilita versar sobre sociabilidades existentes nestes ambientes, entre as famílias, destas com a comunidade, enfim há uma elaboração, construção e reconstrução do tecido social e cultural e de subjetividades, portanto trata-se de visualizar as práticas e os discursos a partir dos quais se erigem certas conceituações, identidades, etc.

Qual é o cenário atual das mulheres que trabalham e moram em contextos rurais? Como é desempenhada a divisão do trabalho, calcada nas divisões sexuais, ou há a emergência de novas configurações? O que compõem os cotidianos destas mulheres? Onde produção e reprodução habitam. Mediadas pelas estruturas sociais, produzidas e vivenciadas por estes agricultores familiares, como se constituem as questões de gênero e suas normatividades (representações, assimetrias, papéis atribuídos), no sentido das práticas de cidadania do dia-a-dia?

A utilização da terminologia mulher rural, é de certa forma uma busca por uma identidade com a finalidade de obtenção de reconhecimento de certa categoria (que sim, é muito diversa), ainda que esta identidade não possa ser entendida por meio da rigidez conceitual, pois não daria conta de todas as diferenças existentes, principalmente diferenças internas, como propõe Butler (2003).

Portanto, há que se ressaltar que não se trata de um grupo homogêneo, mesmo que no texto assim esteja denominado, pois mesmo dentre as participantes, moradoras do mesmo município, com muitas características que as assemelham, as atividades desenvolvidas são diversas, há mulheres que trabalham na ordenha das vacas, aquelas que plantam as miudezas, as que fazem os serviços domésticos, e há, o que é a maioria, que fazem todas estas atividades, além das públicas, nos bancos e comércios.

Logo, o pretendido durante o fazer da pesquisa e agora nas discussões textuais onde se integram teoria e prática, é falar destas relações entre trabalho e gênero no cotidiano das agricultoras, falar destas relações de cocriação e de subjetivação, demonstrando o montante de afazeres e de saber-fazer que emergiram durante as visitas e conversas. Intencionando transpor esta vontade de saber suas histórias e de possibilitar aos outros também saberem, no sentido de reconhecimento e visibilização de suas rotinas de trabalho.

4.1.1 Psicologia Social do Trabalho

Reafirmando a necessidade de visualizar as situações laborais relacionando-as sempre com os contextos nos quais se colocam, é preciso uma análise sobre o processo histórico que constituiu os trabalhadores latino-americanos, a pluralidade dos trabalhos e dos setores, afunilar desde o cenário macro até os locais, ou seja, os grupos com os quais a pesquisa será feita. Há neste movimento o abandono das posições tradicionais, o rompimento com a ideia de uma Psicologia que se erige de forma centralizada num indivíduo, daí um alerta sobre a necessidade de problematizar os procedimentos importados, uma vez que a realidade do mundo do trabalho no panorama latino americano é diversa, heterogênea, mas também específica, no sentido de que o exercício da reaplicação de modelos advindos de outros países, não podem ser generalizados e que, portanto, as realidades mediadas pelo nosso processo histórico requerem outros modos de conhecer e pesquisar. Afinal, tanto as potencialidades dos trabalhos, como os processos de adoecimento, ainda que singulares, são produzidos nas relações sociais (Baró, 1989).

A Psicologia Social do Trabalho difere da Psicologia Organizacional pois não centra seus estudos nas questões gerenciais e administrativas que objetivam primeiramente a lucratividade. Seu campo se faz pelo olhar do trabalho a partir das atividades humanas e suas decorrências, narradas pelos próprios trabalhadores, dialoga com a vertente latinoamericana de saúde do trabalhador e mantém uma postura crítica. A combinação entre ambas é somente a análise dos processos organizativos, porém cada uma o faz de maneiras radicalmente diferenciadas (Sato, 2003).

A temática apresentada, por sua amplitude, exige algumas delimitações, portanto o objetivo desta pesquisa é perceber os impactos psicossociais decorrentes de suas atividades de trabalho, por meio do acompanhamento em seus cotidianos, articuladas com o recorte de gênero, trazendo-o como dimensão passível de alcançar proposições referentes aos discursos, símbolos, dispositivos e instituições que mantém certas estruturas. O caminho de pesquisa escolhido e que corresponde à finalidade de captar nuances cotidianas é a etnografia. Tal escolha é complementada pelo interesse da Psicologia Social do Trabalho, para a qual importa os sentidos que os próprios trabalhadores atribuem às suas atividades, analisando então os múltiplos processos

sociais e subjetivos que se atualizam constantemente ao que denominamos mundo do trabalho (Coutinho, 2015; Oliveira, 2014).

OBJETIVOS

Os objetivos desta pesquisa, formulados por meio do contato existente com diversas mulheres trabalhadoras rurais acrescido também pelas leituras das pesquisas já efetuadas na área, foram:

- Investigar e analisar as repercussões psicossociais decorrentes das relações entre os processos organizativos de trabalho e as relações sociais de gênero no cotidiano de mulheres trabalhadoras no contexto da agricultura familiar. Para além deste, também:

- Conhecer e acompanhar o cotidiano, as condições e as práticas de trabalho das mulheres no contexto da agricultura familiar;

- Apreender e descrever os sentidos conferidos ao trabalho a partir da realidade das mulheres trabalhadoras;

- Observar e problematizar de que modo estas mulheres se relacionam com as normativas de gênero e sexualidade e como as vivenciam no âmbito laboral;

- Identificar os aspectos geracionais e seus significados nas trajetórias de vida e trabalho.

JUSTIFICATIVA

Dentre o montante de itens aptos a justificar uma pesquisa sobre o trabalho das mulheres no contexto da agricultura familiar, destaca-se a forma pela qual a Psicologia se ocupa da temática trabalho. Mesmo a Psicologia Social do Trabalho que dedica-se ao trabalho a partir do entendimento de que sua centralidade se dá na medida em que este configura-se como um importante produtor de subjetivação, além de apresentar-se enquanto fenômeno portador de facetas diversas em cada momento histórico, com seus respectivos modos de produção, seja o dominante ou outros (Veronese, 2003), apresenta poucas pesquisas destinadas às populações rurais, os estudos sobre o labor urbano ainda são maioria. Esta parca quantia deve-se a priorização de estudos voltados às exigências e novas estruturações dos mercados, cuja importância e necessidade são indiscutíveis.

O trabalho rural traz uma dinâmica radicalmente diferenciada dos trabalhos, por exemplo, fabris. É um espaço cujo território está marcado por mediações simbólicas, tradicionais, representações que constituem um determinado modo de existência que vincula e condensa trabalho e vida, família e trabalho, a terra e as pessoas. Portanto, os sentidos e suas formas organizativas ganham outros contornos. Com o advento das tecnologias e das próprias políticas que adentram estes espaços um novo vem configurando-se, as novas tecnologias, as negociações externas e mesmo as próprias pesquisas. Há um campo demasiado complexo, cujo entendimento pode ser viabilizado por meio das experiências e atribuições feitas pelos próprios trabalhadores acerca de seus fazeres e viveres. Além de que trazer a analítica de gênero e propor uma pesquisa com as mulheres é repensar, e talvez fomentar a necessidade de reescrever toda uma história de trabalho e luta renegados em nossa história.

Sem romantizar a situação em que o trabalho rural se apresenta, mas apreendê-lo em seu próprio engendramento, e em meio a complexidade desvelada, um estudo destinado e construído no cotidiano com as mulheres e suas relações de trabalho parece desenhar uma problemática possível. Sua pertinência está em pensar o trabalho a partir de uma imersão junto aos trabalhadores, dado pelo conhecimento e reconhecimento de suas práticas intentado que a visualização exceda os núcleos rurais ao mesmo tempo que possa estimular o aprimoramento de políticas públicas específicas pensadas através destas realidades tão singulares.

A etnografia como método utilizado na Psicologia nos traz importantes contribuições acerca dos fenômenos envolvendo as pessoas, inseridas nos seus locais de trabalho, pois permite elaborações atentas à realidade, às significações atribuídas, aos discursos e seus modos de produção.

É no cotidiano que se forja determinações homogeneizantes, como aponta Certeau (1996), pensar o cotidiano do trabalho é também refletir de que formas o trabalho real subverte prescrições e se faz de um modo outro? Como é absorvido e transformado num outro, por vezes contrário do que fora pretendido pela massificação? É por esta via que se pretende traçar um caminho de pesquisa que possa visualizar estes procedimentos de absorção do enunciado pronto, sua manipulação e consequente transmutação pelos grupos populares de formar a resistir e talvez criar outros possíveis através destas "maneiras de fazer".

Portanto, para abranger tais singularidades demanda-se uma Psicologia que olhe para o trabalho não por meio dos referenciais individualistas, mas através de um referencial sócio-histórico e, portanto, de seus determinantes sociais. É preciso uma Psicologia que priorize os acordos e negociações micropolíticas e cotidianas do trabalho que dão sentido às atividades e que se apresentam imersas em relações (Oliveira, Bernardo, Esteves & Sato, 2008).

4.1.2 Resumo da estrutura da dissertação

A estrutura desta dissertação foi elaborada inicialmente por meio de revisão teórica sobre os conceitos e temas mais abordados durante o processo de escrita, de modo que, posteriormente, na etapa de análises das observações seu trato seja feito de maneira cautelosa e precisa. São eles: trabalho, agricultura familiar, ruralidade e campesinato e gênero. É pertinente ressaltar as condições de uso dos conceitos, não manejados sob certa rigidez da forma, mas enquanto ferramentas que se mostram contribuintes ou não no exercício da escrita, da prática e do pensamento.

Intermediada pela compreensão de que cada conceito e abordagem se faz por meio de contextualização, optou-se pela realização de uma breve historiografia entrelaçando as questões relativas às terras brasileiras e suas ocupações (pincelando a reforma agrária), os movimentos rurais de cunho popular, priorizando àqueles empreendidos por mulheres, e a culminância destes em políticas públicas e medidas

legislativas no que diz respeito ao trabalho rural, trazendo então o recorte de gênero utilizado.

Estas retomadas constituem-se como pontos importantes que justificam a necessidade de pesquisas voltadas para as relações de trabalho executado por mulheres em ambientes rurais.

Após, será apresentado o percurso da pesquisa (potencialidades e dificuldades acerca do instrumental), o local escolhido, as características contextuais das participantes envolvidos pelas análises e discussões sobre a temática, portanto seus impactos psicossociais, a partir das vivências de campo e teóricas.

5 Metodologia

5.1 Do tema ao campo

A construção: o manual de pesquisa ou a ilusão de controle

A metodologia prevista na fase de elaboração do projeto constituía-se por efetuar o contato com as trabalhadoras através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Guabiju-RS para a coleta de informações sobre as trabalhadoras que desenvolvem suas atividades no âmbito rural deste município, cuja finalidade era a partir destas informações provenientes do Sindicato efetuar um mapeamento sobre as localidades onde residem e os tipos de produção efetuadas, acrescidas de outras informações e dados utilizados para contatá-las.

Posteriormente seria efetuado o contato com as trabalhadoras (prioritariamente pessoalmente, mas se necessário também por via telefônica), após faria um convite para um encontro na própria sede do Sindicato para expor a pesquisa, uma breve contextualização do pretendido e sobre o detalhamento do que seria realizado após.

O objetivo deste primeiro encontro seria a apresentação da pesquisa, de seus objetivos, de sua metodologia, eu me apresentaria explicitando o processo que me direcionou à pesquisa voltada para os modos de vida e trabalho delas, as mulheres rurais. Num primeiro momento pensei que embora o contato com algumas mulheres já existisse, a organização de um encontro seria importante para o esclarecimento dos procedimentos e cada uma das etapas, para a elucidação das dúvidas, enfim, um momento oficial onde elas seriam convidadas a participar da pesquisa, ressaltando a proposta principal: acompanhar seus cotidianos de trabalho.

A desconstrução: o abandono do manual de pesquisa ou angústia e felicidade do incontrolável

Porém, entre o planejamento e a efetiva estada em campo, o caminho da pesquisa foi desviado, pois ao adentrar esta realidade percebi que toda a formalidade acima apresentada escapava ao possível de ser realizado e escapava ao principal: não há linearidade no cotidiano, os atravessamentos constituem também novos métodos, novas inserções possíveis e necessárias.

O primeiro convite foi feito durante um encontro informal na casa de uma amiga, os seguintes foram combinados durante e após a minha participação num grupo de mulheres do município, chamado Sementes da Esperança, composto em sua maioria, por agricultoras; os contatos posteriores por indicações das mulheres as quais eu já havia visitado, por vezes alguma de suas vizinhas, amigas ou conhecidas. Mesmo as sugestões, eram feitas pensando em quais me receberiam e aceitariam participar, o que denota a preocupação e o empenho delas não somente comigo, mas com a execução da pesquisa.

Como parte da etnografia, além de visitar as propriedades destas trabalhadoras também optei por acompanhar as viagens e encontros promovidos pelo Sindicato, Emater e Prefeitura, órgãos cujos eventos organizados fossem referentes às questões do trabalho rural, afinal muitas das participantes da pesquisa também participam destes encontros, e é neste conviver e frequentar espaços que aos poucos fui me aproximando destas realidades.

Minhas primeiras observações no grupo das Sementes da Esperança já foram suficientes para que as participantes compreendessem meu papel ali, como observadora, não sei se necessariamente como pesquisadora, afinal ali eu era a filha da Lurdes e do Paulo que precisava fazer um trabalho. Por diversas vezes expliquei individualmente o porquê da minha presença constante tanto neste grupo quanto nos demais encontros promovidos pelos diferentes órgãos. Nas primeiras visitas às casas das mulheres eu também explicava a pesquisa, seus objetivos e o que significava o processo do mestrado, pois este era gerador de dúvidas, e a explicação era necessária tanto pelo prosseguimento da pesquisa, pelas considerações éticas e principalmente para que não fosse associado a um trabalho da escola ou da faculdade, afinal não o era.

A proposta de apresentação da pesquisa primeiramente via Sindicato dos Trabalhadores Rurais não aconteceu, por alguns motivos que serão também base para discussões nos capítulos seguintes, dentre eles: a entidade não tem grupos fixos que acontecem, os encontros dos sócios restringem-se às reuniões da comissão principal da qual participam quinze membros, portanto não há a promoção de encontros, além da estreita vinculação entre a entidade e a Prefeitura, passível e geradora de negociações político partidárias das quais desde o início busquei me afastar, afinal nunca fora o propósito da pesquisa aprofundá-las.

Logo, optei num primeiro momento por falar diretamente com as mulheres e ouvir delas o que pensavam a respeito da proposta. As idas ao Sindicato ocorreram

somente durante o período em que o grupo das Sementes da Esperança ocupou uma das salas da instituição, anterior à sua migração para uma sala no CRAS (Centro de Referência e Assistência Social) do município.

Apesar desta mudança de planos ter provocado certa desestruturação do planejado, as percebi (após certo tempo) como favoráveis, afinal, com um período restrito de pesquisa de campo, talvez eu não tivesse o tempo necessário para o trabalho que a formação de grupos exige, além das negociações políticas e questões burocráticas nas quais eu esbarraria (ainda que mesmo não estando na sede eu pude perceber as tramas das entidades mesmo através das visitas individuais). As visitas e o apoio das mulheres me trouxeram novas questões e de certa forma as comprometeram de imediato na pesquisa, visto seu interesse em contribuir na seleção das demais participantes.

O olhar de surpresa com o tema de pesquisa, com o fato de uma psicóloga se interessar por estes temas, produziram também o entendimento de que alguém se interessava por elas, afinal desde o início deixei claro que minha intenção era ‘mostrar’ o quanto as mulheres rurais trabalham, mostrar suas rotinas repletas de diversos afazeres e imbuídas pelas diferenças de gênero. Este último aspecto demorou mais para ser esmiuçado durante as visitas, as relações de gênero não são discutidas, ao contrário, são causas de surpresa e semblantes de ‘acho que não entendi sua pergunta’, aos poucos conforme cada uma das mulheres falava sobre o tipo de trabalho que fazia, sobre o tipo de trabalho que os maridos, filhos ou irmãos faziam, então esta palavra ainda enigmática: gênero, começava a ganhar novas formas, cujos sentidos eram compreensíveis, o único entrave dizia respeito mais à terminologia do que a vivência deste no cotidiano.

As discussões sobre gênero tão presentes, e por vezes tão comuns para mim, tornaram-se uma pauta sofrida, durante as idas a campo, durante as conversas com as mulheres e a convivência com a sociedade em geral do município, pois esta discussão aparecia por meio das assimetrias presentes entre aquilo que é de responsabilidade dos homens e o que é de responsabilidade das mulheres. Numa das viagens com o grupo Sementes da Esperança para uma pequena comunidade onde se produz fitoterápicos, pude perceber finalmente o quanto através das palavras da coordenadora, aquelas mulheres se reconheciam em relações patriarcais, machistas e até abusivas, seja em seus casamentos, trabalho e relações familiares em geral.

Durante as visitas mais do que os focos nas questões de gênero, o que se sobressaía era o trabalho, o quanto as pessoas gostam de falar sobre ele e sobre as dificuldades advindas. Com base nestas primeiras informações, que perduraram durante todo o processo de campo, refleti sobre o quanto deveria insistir neste objetivo, as dúvidas fizeram com que eu pesasse diversas vezes sobre se mergulhava nesta problemática ou se precisaria redesenhar a pesquisa. Também a angústia acompanha uma pesquisa, a mesma que nos faz parar, nos faz retornar com modificações, inclusive na maneira de abordar certos assuntos. Percebi que este incômodo também me dizia algo e que precisava continuar, pois talvez ali estivesse o cerne do meu interesse, algo que me moveu, logo, o gênero continuou como um dos pilares, ao lado do trabalho, ambos nos cotidianos, ambos importantes demais para serem relegados.

A pesquisa como território do encontro, é também desencontro, é saltar do familiar para o desconhecido, fazendo-o por meio da suspensão das ideias e hipóteses já constituídas, é permitir outras relações, outros encontros, estes configurando-se também como micro lugares onde negociações cotidianas acontecem. Para estes espaços as pesquisas precisam se atentar, pensando o pesquisador também enquanto parte, produto e produtor que interage enquanto ator da realidade, modificando-a ou mantendo-a, conjuntamente a outros atores, de forma horizontal (Spink, 2008).

A etnografia é da ordem do encontro que trata do estranho e do familiar, do inusitado ao costumeiro, onde o tempo é mais do que uma medida cronológica, é uma vivência, seu fluir têm formas peculiares nas sociedades, não é da ordem da normatização, mesmo que sua apropriação o seja (Bosi, 1993), assim também o labor rural carrega um fazer cujo tempo presente é um tempo outro, sua medida está nas práticas arrastadas pelas gerações antecessoras, mas que se atualizam na realização do trabalho. Tempo e memória são acionados na lida com a terra, com os animais, com o trabalho vinculado ao território onde também se mora. Logo, mesmo que diversas observações já tenham sido realizadas devido a minha estada na região há algum tempo, o tempo previsto destinado à pesquisa de campo se estendeu de setembro de 2017 a março de 2018.

As etapas seguidas durante a pesquisa após mudanças e negociações foram: o contato introdutório a partir do qual se explicitou a pesquisa, com seus objetivos e métodos e então a proposta para a aceitação ou não de cada uma das participantes. Nesta mesma visita inicial foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e

Esclarecido, de forma a contemplar não somente os procedimentos éticos, mas responder as dúvidas que surgiram.

Adentrando nos procedimentos éticos e ressaltando o caráter de confiança entre pesquisadora e participantes, essencial e viabilizador da pesquisa etnográfica, foi preciso garantir o não prejuízo às participantes da pesquisa, sendo esta, um procedimento, sobretudo, dialógico. Durante todo o percurso manteve-se a alteridade, o respeito ao outro e ao mesmo tempo a abertura ao diálogo entre a pesquisadora e as participantes, num processo recíproco. É por meio destas negociações cotidianas, no campo, que a pesquisa se instaura, faz corpo e acontece. Logo, foi indispensável refletir inclusive sobre a estruturação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE, Apêndice A) de maneira que sua redação fosse elaborada de forma a garantir o acesso ao seu conteúdo para as participantes, explicitando de forma minuciosa a primazia pelo sigilo, os possíveis benefícios decorrentes da pesquisa assim como a alternativa de desistência em quaisquer etapas do processo, assegurado pela pesquisadora e pela instituição, por ela representada.

No caso de aceite foi novamente explicitado que o objetivo seria participar do dia-a-dia de trabalho delas, e então era combinada a próxima visita, quando isso não acontecia durante a primeira visita, as combinações era efetuadas por meio de telefone ou mensagens via aplicativo de mensagens instantâneas; após as fases cruciais de visitação e participação, retornei para a realização de entrevistas semiestruturadas (Apêndice B), no sentido de contemplar nuances que poderiam ter se passado no cotidiano sem a devida apropriação, buscando vincular os fatores psicossociais acerca do ser mulher trabalhadora na agricultura familiar. O roteiro de entrevista elaborado foi inspirado num roteiro já existente cuja pesquisa também tratou das relações entre trabalho e gênero (Langbecker, 2016).

Após a vivência de campo e dispo de descrições densas foi feito o retorno das informações às participantes através do compartilhamento das anotações proveniente do processo de descrições e transcrições, para fins de confrontação, permitindo a avaliação da pertinência da inserção das informações por elas disponibilizadas. Devido a quantidade de material produzido, esta devolução aconteceu em forma de eixos temáticos, etapa esta que também produziu novos materiais e descarte daquilo reconhecido como dispensável.

Posteriormente, foi elaborada a combinação entre a empiria, como fonte o diário de campo e as entrevistas embasadas pelas leituras da Psicologia Social do

Trabalho afim de apreender os sentidos do trabalho para estas mulheres por meio das relações sociais de gênero em seus cotidianos.

Se os objetivos giram em torno de conhecer as relações entre trabalho e gênero e os sentidos atribuídos pelas mulheres que o realizam, abarcando as repercussões psicossociais que daí derivam, é preciso mergulhar nestes cotidianos, tratá-los como lugares de produção de sentidos, e não como o trivial que ocorre à parte dos demais acontecimentos, pois é no cotidiano do trabalho que ele acontece, que é planejado e modificado.

Pesquisar no cotidiano destas mulheres é entender que neste espaço onde se trabalha, se produz vida, se produz conhecimentos que modificam não apenas o ambiente, o executor, mas que influem em todas as esferas da vida, deste território familiar, social, produtor de mundo e de sentidos compartilhados.

É apostar numa pesquisa que também se dispõe a alterar-se, seguir as modulações da realidade que ali se constroem, estar aberto para operar informações que chegam confusas e se possível, amarrá-las à outras, costurar entendimentos, formar teias e verificá-las através de movimentos distintos. É dispor-se a acompanhar as ações e relações que constroem a realidade e os modos de viver. *“O cotidiano mundano, não é um vazão de restos aleatoriamente espalhados pelo chão mas, ao contrário, é o lugar onde a gente se reconhece como gente no sentido comunicativo”* (Spink, 1996, p.8).

Logo, como olhar para o trabalho, se não por ele se fazendo, acontecendo? O encontro do trabalhador com seu trabalho possibilita o encontro do pesquisador com o trabalhador, é neste meio que se intenta a produção de pesquisa, através tanto da observação quanto da conversação, no intuito de acessar a produção de sentidos se fazendo, no acionamento do trabalho, no momento de revisitar o trabalho por meio do olhar do próprio trabalhador sobre sua atividade, e no momento em que ele narra seus processos. É a tentativa de acessar o trabalho em sua duração.

5.2 Pesquisa qualitativa

O caráter qualitativo de pesquisa consente adentrar nas dinâmicas do social, nas produções que o efetuam e nele se efetuam por meio das interações socioculturais, das práticas e sentidos, imersos em suas complexidades. Enquanto abordagem atende à busca de maior aprofundamento acerca da atribuição de sentidos, por parte dos

envolvidos, sobre os fenômenos que compõem sua realidade (Minayo, 1993). Permite a expressão do entendimento que esse coletivo tem do território onde vive e/ou trabalha, através de um panorama representacional que envolve a dinâmica da história, cultura, identidades, reflexos sociais e econômicos do dia-a-dia em geral e seus significados.

O estudo da realidade (de perspectivas de realidades), não significa a extração de dados ou a detecção de fatores situacionais, afinal, estes não existem a priori, são constituídos conforme visualizados. O foco está nas maneiras como a realidade é percebida pela comunidade que a habita e constrói cotidianamente.

Partir deste tipo de análise é perceber que há agenciamentos concomitantes no próprio fenômeno, tanto do pesquisador quanto dos participantes, é também operar não em busca de uma realidade dada e, portanto, de uma objetificação, mas antes perceber as nuances que as constroem. Daí a tomada dos fenômenos através da historicidade, da análise dos significados e processos de subjetivação advindos. A linguagem aqui é a expressão que permite a aproximação, o contato com este cotidiano preñado de significados. A fala de alguém não se resume a um mundo individual, mas é antes e sobretudo uma fala social que reflete estruturas, tradições e instituições (Minayo, 2010).

O caráter qualitativo da pesquisa se faz por meio dos significados gerados pelas pessoas, por suas ações e perspectivas por meio das quais interpretam a si ao mesmo tempo em que transformam-se. A Psicologia Social, da qual parte-se nesta pesquisa, não opera com o binarismo indivíduo e sociedade, mas com suas respectivas linhas de composição (Sato & Souza, 2001). E aqui o caminho de pesquisa escolhido é definidor, pois precisa responder de forma apropriada ao intento do pesquisador e dos participantes acerca de um determinado assunto, e se necessário, será modificado ou readaptado.

Que significado tem o trabalho para estas mulheres? Como se veem enquanto o realizam? Como seu trabalho se articula não só com a comunidade na qual vivem, mas com outros territórios? Como vida e trabalho se organizam e se produzem por meio de práticas?

Conforme nos diz Sato & Souza “*Esta abordagem metodológica, por alinhar-se a concepções interpretativas, pressupõe que a realidade seja construída socialmente, expressando-se nas práticas, nos discursos e nas instituições criadas*” (p. 2001).

5.3 A Etnografia enquanto um caminhar...

A gama metodológica que permite aos pesquisadores tomarem contato com os fenômenos sociais são diversas, porém a escolha feita ao garimpar as possibilidades traz consigo as maneiras pelas quais o pesquisador se aproximará do seu pretendido, logo, é uma escolha crucial que comporá sua trajetória de pesquisa.

Propor uma etnografia é um desafio, em se tratando de fazê-lo na Psicologia não é diferente, afinal, é uma torção nas próprias tradições de pesquisas calcadas em métodos experimentais, epistemologicamente positivistas. Quando se escolhe partir de certa realidade, no caso aqui, da realidade de trabalho vivenciada e narrada pelos próprios trabalhadores, na qual o pesquisador fará sua inserção de modo a conhecer as relações psicossociais que se dão neste dia-a-dia, num constante refazer das propostas e disposto a receber o inesperado e deixar-se, inclusive, confundir em alguns momentos para então retomar um caminho que a cada momento se faz.

Mesmo a descrição densa sobre determinados contextos, pessoas e seus fenômenos de interação, que se faz por meio da imersão local, sempre passa pelo crivo da interpretação, que é a do próprio pesquisador (Geertz, 2008). Não se busca um porquê ou uma detecção de algum tipo de verdade, mas antes é a busca pelo como, como são feitas as narrativas, como o trabalho é efetuado, tomado sempre por meio de uma apropriação temporal e histórica. Logo, a etnografia possibilita a aproximação com o cotidiano dos grupos para a compreensão das atribuições de sentidos acerca dos fenômenos (Neves, 2006). Neste caso a aproximação com o trabalho das mulheres, enquanto ele acontece, e é realizado.

Os eventos cotidianos operam não somente num nível micro, sua dimensionalidade se estende e permite aludir aos determinantes sociais e culturais, sendo os micros os seus constituintes (Sato & Souza, 2001). Daí tomar a conversação não a fim de analisá-las de forma individual, mas de perceber suas tramas, complementá-las, relacioná-las com outros elementos posteriormente na parte analítica.

Pretendeu-se aqui pesquisar no cotidiano de trabalho de mulheres que desenvolvem suas atividades na área rural, logo, a abordagem etnográfica foi a adequada pois permitiu a aproximação como meio de compreender certos fenômenos

através da minúcia e de um estar repetido no campo para captá-la. Como o trabalho desenvolvido na agricultura é construtor dos próprios modos de vida e sua organização compreende não somente os processos prescritos, mas mantém o caráter familiar e, portanto, coletivo, a metodologia etnográfica é escolha primordial e atendeu a demanda de aprofundar as mazelas da vida e trabalho que acontecem num mesmo lócus.

O método se atenta para as produções das pessoas, as formas pelas quais se organizam, criam, constroem suas realidades e expressam subjetividade (Neves, 2006). Além de que, a partir desta prática o que se quer é a aproximação corporal, temporal e espacial com o outro, aproximação esta que se configura como condição ética daquilo que se entende por e que se deseja no ato de pesquisar (Andrada, 2010; Spink, M.J., 2007).

O fenômeno através daquele que o vive, e a pesquisa enquanto licença para compartilhar deste cotidiano e dele obter então não algo pronto e, portanto, não passível de discussão, mas pelo contrário, analisar o ‘onde’ se formam as opiniões pois é no compartilhar que este ‘onde’ pode se transformar e expandir. Não é uma tentativa de neutralizar as diferenças, mas de promover potência na diferença mesma, no estar aqui e estar lá e no diálogo possível entre gentes de lugares distintos trocando experiências (Andrada, 2010).

Entre aquilo que é comunicado e as formas pelas quais isto se expressa está o interesse da Psicologia, que vê na linguagem, não somente na verbalização, mas nas expressões e práticas que passam também pelos códigos e por tudo aquilo que não é dito mas que é compartilhado, pois está impregnado nos costumes, hábitos, etc., e produz relações intersubjetivas (Sato & Souza, 2001).

Porém, como ação conjunta carece de licenças, licença dos participantes para que o pesquisador os acompanhe, licença do próprio pesquisador por saber-se num lugar onde, de alguma forma, também está sendo pesquisado, questionado. Permitir contato com o estranhamento e também tornar-se estranho para aproximar-se dos diferentes modos de existência. É o lugar onde deve-se priorizar o diálogo entre a pesquisa de campo e as escritas posteriores, advindas das análises no sentido de desnaturalizar processos para pensar na produção deles, na produção dos próprios dados.

A etnografia permite esta aproximação com a interseccionalidade, permite transversalizar as dimensões culturais, sociais e históricas, permite olhar para as

dimensões de classe, etnia, saúde, gênero, corpo, trabalho, enfim, permeadas pelas relações de poder que se produzem e se atualizam (Nogueira & Toneli, 2016). Portanto, mostra-se enquanto metodologia apropriada.

6 Guabiju

Em 1987, após a emancipação do município, a denominada São Pedro passou a ser chamada de Guabiju devido ao fruto silvestre cuja planta nativa local desenvolvia-se em abundância. Originalmente as terras eram ocupadas por indígenas, ao que se sabe das tribos Coroados, Nação dos Gê ou Tapuias. A emigração das populações nativas se deu em decorrência da chegada e tomada do território pelos imigrantes, principalmente de origem italiana.

Guabiju, conforme as figuras 1 e 2, localiza-se na encosta superior do nordeste da Serra do Rio Grande do Sul, porém, mesmo assim denominado geograficamente, suas paisagens trazem outras características por sua localização também tangenciar os campos de cima da serra, alguns trechos são cobertos por montanhas, outros por campos vastos, estes panoramas também definem as atividades rurais ali implantadas.

Distante 216Km da capital, seu contingente populacional, segundo dados do IBGE referentes ao ano de 2017, é de 1600 habitantes, num território de 148,393 Km², destes, 350 hectares ocupados por assentamentos da reforma agrária.



Figura 1 Mapa do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Fonte: Google Maps.

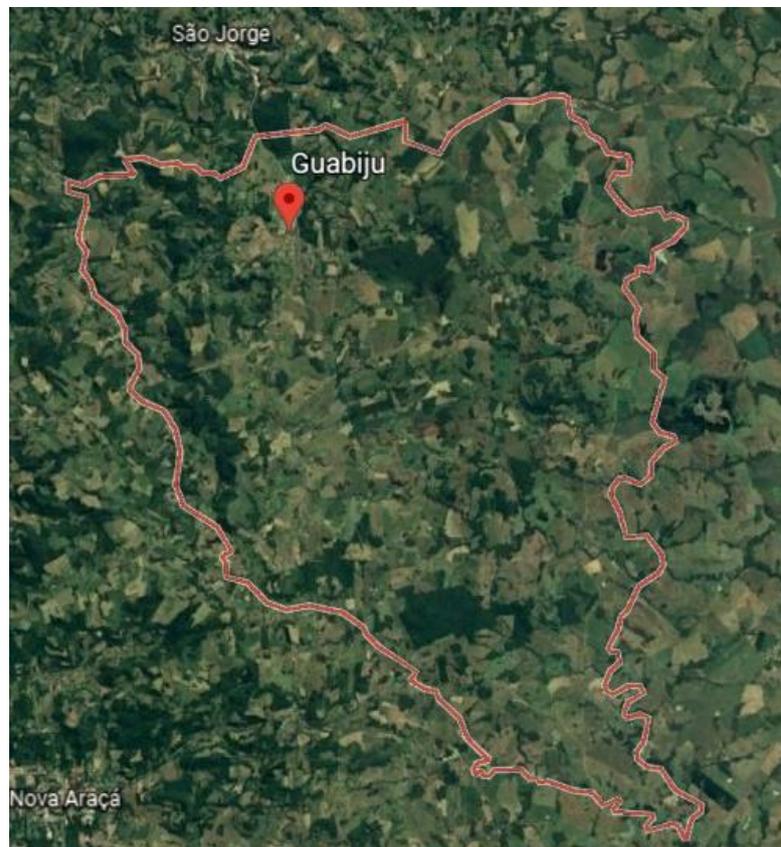


Figura 2 Mapa do município de Guabiju. Fonte: Google Maps.

Dentre as plantas nativas, além do símbolo que é o fruto que nomeia o município, também há pinheiros, ipês (roxo e amarelo), angico, canela, aroeira, bugre, tarumã, umbu, primavera, plantas resistentes ao frio, já que o inverno é rigoroso. Dentre as frutíferas nativas estão a pitangueira, gabioba, araçá, goiaba do mato e araticum. Devido ao clima temperado as estações definem o que recobre os campos, no inverno as pastagens e as frutíferas dão um tom mais colorido à época na qual os afazeres judiam por conta do frio. No verão as lavouras de milho e soja, prontos para a colheita, caracterizam as produções destinadas tanto ao trato dos animais quanto à venda das sementes.

Segundo dados do IBGE, no município de Guabiju 70% da população reside em área rural. Na agricultura, há o cultivo de cereais, leguminosas e oleaginosas: amendoim, aveia, cevada, feijão, girassol, milho, soja e trigo. As produções de lavoura permanente são: caqui, erva-mate, figo, laranja, pêssego, tangerina e uva. Enquanto as produções de lavoura temporária são: alho, amendoim, aveia, batata doce, batata inglesa, cana de açúcar, cebola, cevada, ervilha, feijão, fumo, mandioca, melancia, melão, milho, soja, tomate, triticale/trigo (IBGE, 2006). Na pecuária destaca-se a produção leiteira, mas também criação de bovinos (gado de corte e leite), ovinos, suínos, aves e peixes.

O trabalho rural abrange estes segmentos, acrescidos ao cultivo de outras miudezas, além do arrendo de terras. As miudezas são os pepinos, ervilhas, vagens, moranguinhos, morangas, melancias etc. Algumas verduras são perenes, por exemplo, brócolis, gênero presente em várias das propriedades visitadas, mas este também tem suas particularidades, dependendo de ajustes no manejo, conforme a temperatura.

A produção das miudezas acontece principalmente a partir de outubro, na primavera, quando o frio já deu uma trégua e as sementes são lançadas à terra, em dezembro inicia a colheita, é claro que este calendário tem suas variações, alguns optam pelo plantio ‘no cedo’ e outros ‘no tarde’, mas esta medida é definida conforme o tempo que fez durante o ano, é fruto de cálculo de observação e experiência, e varia conforme cada agricultor.

O florescimento das plantas sejam as frutíferas, sejam as folhagens, nos jardins ou nos matos, produzem um ambiente extremamente agradável, misturando as cores e os cheiros. A primavera é a época mais esperada pelas donas dos jardins, mesmo que o cuidado com estes independa da estação, pois perdura o ano todo. Os jardins são a

porta de entrada e motivo de orgulho de todas as mulheres com as quais conversei, simbolizando não somente a beleza, mas a recepção em seus territórios.

As flores de jardim mais comuns na primavera e no verão são: hortênsias, alegria, amor perfeito, beijo (vermelhos, cor de rosa e roxo), dalias, jasmims, tagetes, gérberas, capuchinha, margarida amarela, etc. As anuais são as roseiras, e no inverno as cravinas. Para cada época há alternativas para embelezar os jardins e/ou arredores das casas. Nas propriedades visitadas as mulheres não restringiam-se a um único jardim, trabalham no cuidado das demais áreas, como nas beiras das estradas, na entrada das propriedades, em torno dos galpões, nas fruteiras e hortas.

Inês vai até sua casa para buscar um boné, eu aproveito pra ver suas flores, logo na entrada de sua casa tem um carrinho de mão, com flores plantadas, um cogumelo e até uma couve-flor, depois vou até o jardim, quando Inês chega elogio suas flores, e ela me conta que recém tinha trocado a terra de algumas e que outras morreram por causa da geada. Seguimos vendo as rosas e quando íamos em direção a lavoura sua sogra me disse *‘Vai trabalhar um pouco agora? Vai se cansar!’* Sorri e acenei, fomos seguindo, na beira da estrada haviam várias roseiras caprichosamente plantadas, digo para Inês *‘Com todo trabalho que tu tem pra fazer, ainda arruma tempo pra cuidar das flores?’* Ela responde *‘Ah eu arrumo, eu gosto’*, mostra também um grande quadrado de terra com várias miudezas plantadas: pepino, ervilha, temperos, aipim, e do outro lado da estrada um pequeno parreiral, e embaixo dele uma cadeira branca, pergunto o porquê da cadeira e ela diz que seu sogro faz a poda e cuida, mas como tem dores nas pernas, às vezes faz uma pausa para descansar. O parreiral estava bem carregado, muito bonito, ela me diz *“báh e já tá na hora de roçar aí embaixo, sou eu que roço, com aquelas roçadeiras à mão sabe?”* (Diário de campo, Inês).

Panorama

A área urbana compreende 1,9 km², enquanto a área rural compreende 145,6 km². O município é pequeno, interiorano, estradas de chão, contando com calçamento apenas na cidade. A cidade abrange duas praças, a praça central, da Igreja Católica e a praça das Pedras; duas Igrejas, uma católica e outra evangélica; um hospital que após

sucessivos déficits financeiros, tornou-se um posto de saúde; a prefeitura que emprega boa parte dos habitantes; uma agência dos correios, uma agência do banco do estado e uma de uma banco cooperativo; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais; três mercados, sendo que em dois deles há bares; algumas lojas (de roupas, funerária e floricultura, livraria, informática), duas agropecuárias, um clube, um salão paroquial onde acontecem as festividades do município; duas escolas (municipal e estadual).

Segundo dados fornecidos pelo site da Prefeitura há um total de 35 empresas comerciais nos ramos alimentício, agropecuário e de vestuário; 9 industriais nos ramos de produtos de limpeza, plástico e móveis, 32 de prestação de serviços nos ramos de costura de calçados, resfriamento de leite e construção civil e 679 produtores rurais. (<http://www.guabijurs.com.br/dados-gerais>, recuperado em 09/02/2018). Os empreendimentos da cidade são lugares dos quais os moradores rurais dependem, mas que também dependem do meio rural, é uma necessidade recíproca, uma vez que o município tem uma economia de base rural.

As comunidades do interior, conhecidas como capelas, contam com uma Igreja e um salão, além das escolas desativadas há alguns anos que atualmente encontram-se em condições precárias de abandono, algumas praticamente destruídas, outras conservadas e ainda utilizadas pelas pessoas das comunidades. São elas: Água Branca (onde localiza-se o assentamento), Invernada do Prata (Campo), São Francisco, Monte Bérico, Santo Antônio, Siriri, Boa Vista, Morro Seco, São João (Três Pinheiros) e Jucão.

As praças da sede do município são pouco ocupadas, a reunião das pessoas se dá nas bodegas ou sentadas em frente às casas, a participação nos eventos do município é baixa. Os habitantes do meio rural (conhecidos como: do interior) vão até a cidade durante a semana para ir ao banco, fazer compras, porém, pouco para lazer. As festas mais populares do município são: a festa junina, em honra ao padroeiro São Pedro e o rodeio. As comunidades do interior também têm uma data para as festividades locais em honra aos seus padroeiros.

Os moradores da cidade são empregados da prefeitura ou das fábricas (calçados, reciclagem), outros trabalham em fábricas de cidades vizinhas, vão e voltam diariamente. As alternativas para os jovens do interior são: mudar-se para a cidade, permanecer no trabalho rural, mudar-se para cidades vizinhas devido as escassas vagas de trabalho locais, sair para estudar (retornando ou não), ou trabalhar e estudar em cidades vizinhas retornando diariamente. Além disso, as pessoas que se mudam,

frequentemente retornam para visitar os parentes, denotando trocas entre os locais, mesmo os mais distantes, devido a circulação de pessoas.

Mesmo Guabiju sendo um município rural, incluindo a parte onde fica a sede, ou seja, a cidade, há grandes diferenças entre quem é da cidade e quem é do interior. Nas pequenas cidades há esta separação, mesmo que, se comparada aos grandes centros, o município num todo seja considerado estritamente rural. Estas diferenças condicionam inclusive as relações entre as pessoas.

No caso de Guabiju, mesmo existindo as comunidades do interior que promovem festas e encontros religiosos, a referência da sede do município é fundamental, e para além desta as sedes dos municípios vizinhos de menor ou maior porte, com os quais faz divisa: São Jorge, Paraí, Nova Prata, Nova Araçá, André da Rocha e Lagoa Vermelha.

Este fenômeno também foi visualizado nas pesquisas de Carlos Rodriguez Brandão (2007), onde localizam-se diversos pequenos municípios, muito próximos uns dos outros, a circulação é intensa, os habitantes frequentam mercados em tal município, farmácias ou hospitais em outros, além de que muitos estudam em Universidades, vão e voltam no mesmo dia, isto todos os dias, como por exemplo, no município de Passo Fundo há 100 km de Guabiju.

Ainda que a saída do interior possa representar algo remetido à independência, ocorre também a permanência no interior. De forma bastante abrangente, o que pode-se observar das mulheres que moram nas comunidades de Guabiju, é: algumas trabalham nas cidades interioranas (como autônomas, professoras, etc) o que não obriga a migração, somente os deslocamentos diários em função do trabalho, conciliando ou não estes com os serviços rurais; outras permanecem trabalhando estritamente na propriedade. Também há a possibilidade de estudar e continuar morando no interior, como é o caso de algumas das filhas das participantes da pesquisa. Mas esta geração está revertendo o panorama, pois a maioria das jovens migram para as cidades, o que será revisto num capítulo próprio.

Se a geração das mulheres, que hoje tem em torno de 40 e 50 anos, segue uma dinâmica bastante focada no que se esperava delas após o casamento, mesmo com mudanças significativas em relação às suas próprias mães ou avós, a nova geração está rompendo com alguns destes paradigmas, as mulheres preferem estudar e trabalhar antes de casar, e se namoram não se veem obrigadas a casar, optando pela união estável.

7 Das mulheres que conheci

Ainda que a proposta tenha sido o acompanhamento de seus trabalhos, sob o enfoque da agricultura familiar, esta generalidade não corresponde e nem intenciona corresponder a uma única realidade, afinal, outras tantas coexistem, tanto neste meio, quanto noutros de um país com um território imenso e com aspectos regionais distintos. Na convivência com estas seis participantes, num contexto localizado, busquei apreender um pouco das singularidades de seu saber-fazer (Tabela 1).

Mesmo em meio a esta amplitude exposta, a pesquisa insiste e resiste, pois há de se infiltrar nas malhas desta sociedade rural, buscar pistas e retornos sobre as formas como as mulheres desenvolvem seus trabalhos, em meio às reverberações sociais acerca de seus papéis, como construtoras de realidade a partir do enfoque de gênero e como este circunda tais contextos, interferindo psicossocialmente.

A história, por ela mesma

O desafio da pesquisa etnográfica é fazer jus a fidelidade dos causos contados, portanto, serão aqui apresentados os relatos do diário de campo, e também trechos de entrevistas. Cada um perpassa pelas teias da interpretação, contudo, a prioridade é a voz das participantes, as suas maneiras de contar e entender suas realidades cotidianas.

Uma das perguntas da entrevista referiu-se a um sonho, algum que houvessem ou não realizado, ou mesmo a algo que desejavam e não puderam, ou ainda não puderam fazê-lo. O porquê de colocar seus sonhos logo no início? Talvez por querer pensar que são os sonhos que nos auxiliam a dar continuidade às nossas vidas e aos nossos trabalhos. Aqui, sejam os sonhos realizados por elas ou na figura de seus filhos, e mesmo àqueles não realizados podem dizer de cada uma e movê-las tanto quanto os outros. A decisão de colocá-los aqui, logo na apresentação da pequenina história que escrevi de cada uma é para que o leitor possa ter contato com as participantes, suas condições, possibilidades e desejos.

7.1 Uma pequena história de Inês⁵

A primeira vez que estive na casa de Inês, não a conhecia, o contato com ela foi intermediado, consegui seu número e liguei num dia para combinar a visita para o próximo. Ao passar pela estrada que liga Guabiju à Nova Prata, ao lado das terras pertencentes ao assentamento, sempre observava uma pequena lavoura, em diferentes épocas, com diferentes plantações: cebola, moranga etc., e uma plaquinha anunciando os produtos que vendiam, toda vez que passava por ali renovava meu interesse em conhecer essa família.

Há uma pequena Igreja Evangélica na beira da estrada, uma pequena entrada e ao lado uma plantação, segui pela estrada e logo avistei duas casas. Ao chegar, fui recepcionada pelos latidos dos cachorros, à porta apareceu uma senhora, perguntei se a Inês estava, ela disse que sim e que poderia entrar, logo Inês apareceu com algumas cadeiras e ficamos na área, nos apresentamos e conversamos. Durante a conversa armou-se um temporal, entramos na casa de seus sogros, enquanto Inês correu para recolher as roupas do varal e fechar a sua casa, em pouco tempo faltou luz, em seguida ela sentou-se do meu lado e perguntou como seria a visita, lhe expliquei que acompanharia seu dia, e gostaria de saber um pouco da sua história de vida, de trabalho, ela então me disse que sabia o que era pois há algum tempo algumas meninas já tinham feito umas perguntas pra ela, e se era para a minha aula ela iria ajudar (Diário de Campo).

Natural de Caxias do Sul, filha de agricultores que trabalhavam com parreiras, Inês sempre trabalhou ‘*na roça*’, como diz. Tem 44 anos, é uma mulher jovem, acolhedora e muito trabalhadora.

Após o casamento mudou-se para a comunidade do Sagrado, no município de São Jorge, distante 40 km de onde residem atualmente após a compra destas terras, na comunidade da Água Branca, município de Guabiju. A compra da terra foi efetuada entre três sócios, mas conforme produziram e adquiriam dinheiro, conseguiram comprá-la integralmente. Passados três meses da mudança do casal, o marido de Inês trouxe os pais para morar com eles. Os sogros de Inês, moram numa casa recentemente

⁵ Os nomes aqui utilizados são fictícios conforme o combinado com as participantes e às diretrizes do comitê de ética.

construída, enquanto ela e o marido moram numa casa ao lado, que ela chama de ranchinho. Tem uma filha, que mora na cidade e da qual tem muito orgulho.

Tanto durante as visitas, quanto no dia da entrevista, quando Inês me recebeu em sua casa, tão organizada, com um chão tão lustro que chamou minha atenção, a combinação entre organização e detalhes: os detalhes da casa, os detalhes no seu jardim, tudo isto harmonizava com a mulher Inês, seu jeito calmo e delicado de falar, unido à força do trabalho que desenvolve todos os dias, esta união quase contraditória tinha em suas mãos, visivelmente mãos de trabalhadora rural, judiadas pelo trabalho pesado, e cuidadas pelo esmalte nas unhas, a integralidade da pessoa que humildemente contou sua história e abriu as portas de sua casa.

O trabalho entra em cena...

Sua história de vida foi contada simultaneamente à sua história de trabalho, que desde cedo, muito cedo, quando era levada pelos pais num pequeno cestinho e colocada sob as parreiras enquanto eles trabalhavam, estiveram unidas.

Desde cedo, desde que eu tinha dois meses que eu te falei né? Que eu tinha dois meses que a mãe me levava dentro da cesta na roça e eu ficava entretida, eles iam fazer as roçadas né, porque tinha que fazer roças, porque eles tinham pena casado né e eu fiava dentro de uma cesta e olhando pras folhas, balançavam e eu dava risada e eu ficava ali, a mãe disse que eu ia direto com eles, dois, três meses eu já tava lá no meio do mato com eles (risos).

Através do que Inês conta no trecho acima, o trabalho fez-se precocemente presente em sua vida. Isto caracteriza o meio rural, onde desde cedo cada pessoa da família, cada morador da propriedade, tem uma tarefa que modifica-se conforme seu desenvolvimento.

Quando comecei caminhar já queria ir junto roçar, fazer o roçado, queria carpir, queria arrancar o mato também, junto com meu pai e minha mãe na roça, direto na roça, eu parei de ir na roça quando minha mãe ganhou meus dois irmãos, que daí eu fiquei em casa, ficava em casa pra cuidar deles né, porque daí dois pequenos né.. (...) daí, depois quando eles tavam mais grandinhos, daí se viravam já, um aninho e pouco já, daí a gente ia tudo na roça...

Após o nascimento dos irmãos, Inês não apenas parou de ir na roça, mas também de ir à escola, afinal precisava cuidar dos mais novos e absorveu o trabalho doméstico.

Atualmente a mão de obra na propriedade é familiar, somente ela e o marido, já que os sogros têm idade avançada e complicações de saúde, ainda que façam algumas atividades, como por exemplo, seu sogro poda o parreiral. Na época da colheita contratam mão de obra.

Um sonho

Meu sonho era ter uma casa boa pra mim morar. Agora sonhos, sonhos, sonhos fora disso, eu acho que eu realizei todos, eu sonhava de ter uma filha, eu tive, graças a Deus ela tem saúde, ela tá trabalhando, o serviço que ela faz, ela gosta. Eu acho o meu sonho tá realizado. Eu queria daqui pra frente era ter uma casinha boa e ter saúde pra continuar ainda.

7.2 Uma pequena história de Neide

Neide mora no mesmo lugar onde seus pais, também agricultores, moraram, herdou parte das terras de seus pais, e a outra parte foi adquirida através de compra. Atualmente mora na propriedade com o marido, o filho, a nora e a neta, também tem uma filha, mas esta mora na cidade. Tem 54 anos, é uma mulher extrovertida, gosta muito de conversar, é influente na comunidade onde mora, tendo inclusive se candidatado a um cargo político.

Sobre a primeira vez que lá estive, oficialmente, pois já havia feito uma visita convite, relatei um pouco do trajeto e das percepções, no trecho do diário de campo:

Neste trajeto é possível ver diversas casas, as que estão mais próximas da estrada, além das várias estradas vicinais. A estrada de chão, as pedras, a poeira, e logo cedo a beleza do sol que se espalhava por aquele chão. O som que se ouve ao passar pelas casas é o das ordenhadeiras, vê-se que o despertar é cedo pelas luzes das casas e dos galpões. Já passando pela propriedade da família vi as vacas holandesas pastando, sinal de que a ordenha já havia sido feita, quando olhei no relógio era 6:45. Ao chegar vi o ônibus escolar passando pra buscar a filha de Mariana, e quem estava com ela era Neide, sua avó, que ao me ver acenou. A geografia local é desenhada por morros, nos quais se veem as plantações, as lavouras de miudezas, plantadas e colhidas exclusivamente à braço.

Tanto Neide, quanto sua nora, Mariana, da qual falarei a seguir, foram muito receptivas, quando conversei com elas sobre meu tema de pesquisa, relativo ao trabalho das mulheres rurais, elas logo se mostraram interessadas, Neide me disse inclusive, que era preciso filmar um dia inteiro de trabalho, pois as pessoas (geralmente o público urbano), não imagina esta realidade.

É uma pessoa espontânea, muito caprichosa, vaidosa, independente e não fez cerimônia para conversar sobre os assuntos que lhe perguntei, nem para realizar as atividades nos dias que estive em sua casa, esta naturalidade permitiu que eu me sentisse à vontade para acompanhá-la. Sua atitude e autonomia são inspiradoras, deixando evidente o orgulho das conquistas que obteve ao longo de sua vida, apesar das dificuldades pelas quais passou. Atualmente ela se identifica como dona de casa, ainda que também realiza atividades externas, além de cuidar da neta.

Das andanças pela propriedade

Ao chegar o que chamou minha atenção foi o jardim, a casa fica próxima a estrada principal, há uns cinco metros dela, então mesmo quem está só de passagem pode facilmente notar o capricho daquele jardim: a grama recentemente aparada, muito bem varrida (não se notava a presença de folhas), à frente da casa uma piscina, do outro lado, um parreiral extenso que ligava a entrada vinda da estrada principal até a garagem ao lado esquerdo da residência, contornando e sombreando a grama, na qual havia algumas bonecas e outros brinquedos. De forma bem organizada estavam dispostos no jardim enfeites confeccionados com pneus e no interior destes, flores plantadas, na pequena curva que separa a estrada da propriedade um lindo canteiro de flores coloridas e diversas, plantadas numa terra visivelmente fofa. No lado esquerdo da piscina uma fileira de hortênsias florescidas num tom de azul, do mais intenso ao mais leve, uma cerca viva florida dividia o jardim do restante da propriedade (Diário de Campo).

Um sonho de Neide:

Ah, eu é andar de avião, quero andar de avião (risos).

7.3 Uma pequena história de Mariana

Mariana tem 26 anos, é natural de Lagoa Vermelha, e atualmente mora junto do marido, da filha e dos sogros, para onde mudou-se após o casamento. Desde a primeira conversa, notei nela certa descrição, seu jeito mais introvertido logo cedeu espaço para uma mulher que gosta de conversar, de falar de sua vida, de seu trabalho e de sua família. Sua calma, sua simplicidade, mas principalmente sua força e disposição, fazem dela uma pessoa admirável, que gostei muito de conhecer e conviver.

Filha de agricultores que lidavam com fumo e vacas leiteiras, Mariana seguiu o mesmo percurso, sem nenhuma dúvida quanto ao seu objetivo de vida. O cotidiano que ocupa interage intimamente com o de sua sogra Neide, apresentada acima. As duas são muito trabalhadeiras e companheiras.

Mariana assumiu os afazeres anteriormente executados pela sua sogra, e já inteirada quanto ao trabalho rural vê neste algo de satisfatório, produtor de orgulho. Tem na lida com os animais um carinho do qual constantemente refere-se e que dá sentido ao seu fazer, dando conta dos trabalhos em sua integralidade. Do enfeite de uma cuia de mate doce com bordas de coco delicadamente preparada ao manejo de caixas de silagem, Mariana é uma mulher que combina força e delicadeza.

É também a mais jovem das participantes, com uma história de vida de bastante trabalho e dificuldades, e não as menciona senão esporadicamente. A primeira vez que tive contato com Mariana não foi na situação da pesquisa, mas há cerca de um ano quando participei de uma viagem de mulheres de um Clube de Mães, e foi através de uma fala sua, que identifiquei o quanto era necessária uma pesquisa com as mulheres rurais, ou agricultoras como assim se definem.

Um sonho

Ah eu tinha pensado em ir ao zoológico (risos).

7.4 Uma pequena história de Rosa.

Rosa é uma mulher com uma história de vida de muita luta, e talvez por ser difícil pensarmos numa guerreira que demonstra tanta doçura, este encontro foi da ordem da surpresa e da admiração.

Natural de Nonoai, filha de pais agricultores e membros do movimento dos trabalhadores rurais sem terra, morou em terras de ocupações em Ronda Alta onde presenciou principalmente o envolvimento de seu pai com as questões políticas da terra, após fruto das constantes negociações e reivindicações lhes foi oportunizado a ocupação das terras improdutivas, anteriormente pertencentes ao Estado, no município de Guabiju.

Rosa tem 48 anos e há 24 anos ela, seu marido Jorge e seu filho (hoje falecido), com somente um ano de idade na época, iniciaram uma nova vida em Guabiju. No início desta pesquisa residiam na propriedade Rosa, seu esposo e a filha, atualmente a filha mudou-se para trabalhar na cidade.

Desde o início eu conheci a Rosa, pois ele é aquilo que mostra ser, seu bom humor e sua alegria tornam ela uma pessoa da qual todos gostam de estar perto. Dela posso dizer: mantém a alegria de viver, apesar de tudo, e este tudo significa muito. Rosa é uma mulher alegre, que não deixou as dificuldades e os sustos desta vida tirarem seu prazer de vivê-la.

Rosa lida com as vacas de leite há pelo menos quinze anos, e diz gostar da lida com os animais.

Cheguei a casa de Rosa de carona, nunca havia lhe visitado e sequer conhecia aquelas terras, passei muitas vezes pela estrada geral que tem várias entradas, numa delas é acesso a casa de Rosa. Distante meio quilômetro, minha primeira impressão é de surpresa, o lugar é muito bonito, grandes lavouras, terra plana com pouquíssimas e leves elevações, vê-se mato e horizonte, me aproximei ainda em dúvida sobre qual era a casa, até que um rosto conhecido aparece. Desci do carro e em seguida avistei Rosa no portão (Diário de Campo).

Das andanças pela propriedade...

Rosa me aguardava pra que eu conhecesse o rio, ao chegar no rio ela quis me levar até o meio, então lá foi Rosa na frente e eu tentando pisar nos mesmos lugares que ela, para não escorregar no limo das pedras e cair, a água estava fresca, quase fria demais para o dia escaldante que fazia, os três cachorros nos acompanharam e também aproveitaram para se refrescar no rio. Rosa me indicou que eu não tirasse os chinelos, pois assim ficaria mais firme, ao chegarmos no meio do rio, ela me contou que logo que chegaram nestas terras, ela ia colher batatas nas terras de um vizinho, ela e mais outras pessoas, e que precisavam atravessar o rio todos os dias, para ir e para voltar, mas que a cada vez, era um festa.

Um sonho

[Segundos de silêncio] Vai saber né! É que agora não adianta né Mayara, o tempo já passou demais, eu gostaria de ter estudado, eu gostaria de ter me formado né, mas daí agora já passou. É que na época, tu ia se tu queria, eles nem incentivavam estudar porque tinha trabalho e hoje não.

7.5 Uma pequena história de Neuza

Neuza, tem 57 anos, é uma mulher cuja preocupação com as questões públicas é visível, envolvida com as pautas sindicais, além de sócia e membro da comissão diretora do Sindicato, faz-se presente nas atividades do município, ressaltando o desejo de que este prospere. Já concorreu a um cargo político, e atualmente é princesa da Terceira Idade de Guabiju.

De Protásio Alves, sua terra natal mudou-se para Guabiju após o casamento, quando tinha vinte e um anos de idade, morou com os sogros até que estes faleceram e atualmente moram na propriedade: Neuza, seu marido, sua filha mais nova e ao lado, numa outra casa, a filha do meio e seu genro.

As atividades desenvolvidas nas terras dos sogros, posteriormente herdadas, eram semelhantes àquelas já realizadas na propriedade de seus pais. Sempre trabalhara no interior, mas quando mudou-se para a casa do marido, estranhou bastante, afinal, a comunicação com sua mãe era somente por cartas, e estas demoravam bastante para chegar ao destino, a dificuldade maior foi que naquela época, há 31 anos, já havia energia elétrica em Protásio Alves, mas ainda não em Guabiju, o que fez desses primeiros tempos, morando com o marido e a sogra, desafiantes. Neuza conta uma passagem sobre o nascimento de sua primeira filha, cujo aviso aos seus pais foi realizado via rádio.

É uma mulher que trabalhava bastante, mas que também gosta de passear, está numa fase, segundo ela, de aproveitar mais a vida. Se inicialmente pareceu tímida e séria, ao longo das conversas e encontros, conheci uma mulher sonhadora e comprometida, da qual é muito motivador estar perto.

À direita do pequeno capitel, há uns cem metros estava a moradia. Minha primeira impressão foi de admiração pelo lugar, realmente é muito bonito, logo na entrada a recepção é feita por lindas rosas de cor vibrante em cachos pendentes, do outro lado um açude de porte médio que também embelezava e acrescentava à minha boa impressão, já na chegada um jardim, e meus olhos que rapidamente passaram por aquele rastro colorido de flores, e então dois cachorros grandes vieram ao meu encontro, latindo, desconfiados de quem chegava (...) Ao lado direito, a casa que presumi ser de Neuza, pois ela apareceu na calçada, ao lado esquerdo, no outro lado da estrada estava a casa de sua filha. Abri a janela do carro e perguntei se os cachorros eram brabos, ela respondeu que não, que eu poderia descer, pois não fariam nada a não ser latir, desci do

carro e ela abriu o portão anunciado que recém haviam chegado em casa, nos cumprimentamos, olhei rapidamente ao meu entorno, ela me convidou para entrar (Diário de campo).

Das andanças pela propriedade

Sáímos em direção à área que dava para o jardim, vi duas orquídeas, uma amarela e outra cor-de-rosa, disse que eram muito bonitas e que ela tinha sorte, pois estas flores não produzem em todos os lugares, perguntei se era comum que florescessem ali, ela me disse que sim, ‘*venha vou te mostrar as outras*’. Neuza me mostrou suas flores e folhagens, enfatizando a graça das orquídeas, num pequeno quadrado tinha alguns vasos com orquídeas, várias delas já haviam florescido, apontou para outra espécie cujas flores pareciam brincos, eram os brincos de princesa, numa tonalidade mais arroxeadada do que cor-de-rosa. Seguimos contornando a cerca de seu jardim e logo apareceram as rosas, de vários tipos, as que produzem os cachos e as individuais, amarelas, brancas, cor-de-rosa, de duas tonalidades, a grama cortada de um verde intenso contrastava o colorido. Ao sairmos por um outro portão, diferente daquele que eu havia entrado, plantada ao lado, uma arruda, planta recomendada a ser cultivada na entrada das residências devido as suas propriedades protetoras contra mau olhado. Saindo do jardim ainda pude ver uma pequena horta, nos canteiros alfaces e em torno, mais rosas, mais flores. Atravessamos a estrada, passamos ao lado da casa de sua filha e logo atrás haviam frutíferas, perguntei se as laranjeiras eram da filha, ela me disse que eram da filha e também de todos pois costumavam partilhar o que produziam (Diário de Campo).

Um sonho

O meu sonho é de fazer casa nova, ver se um dia vai... Quem sabe se um dia se realiza. Essa casa aqui é ainda a da falecida sogra né então foi feito uma reforma, mas é a mesma casa e faz 37 anos que sou casada, sempre morei aqui, essa casa tem quase cinquenta anos.

7.6 Uma pequena história de Flávia

Conheci dona Flávia num encontro do Grupo das Sementes destinado à produção de massas e biscoitos, em seguida descobri que ela era vizinha da Rosa, a qual eu já havia visitado, logo pensei em conhecer sua história e para a minha felicidade, ela aceitou contá-la.

A trajetória dela começa em Ronda Alta, onde nasceu, filha de pais agricultores, teve contato com trabalho precocemente, tendo aprendido muitas das técnicas com sua mãe, ela conta:

Desde muito pequena, com cinco anos a gente já tava ajudando, com oito anos eu já tirava leite, e agora essas coisas que a gente aprendeu, vão se terminando né, a piaçada não quer mais saber, igual assador de carne, hoje em dia é difícil achar quem saiba assar, foi se perdendo, e é uma pena, porque alguém precisa saber.

Mais tarde entra para o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, junto com o marido, e por sete anos ocuparam uma fazenda em Parobé, após a descoberta das terras em Guabiju e através das negociações dos ‘cabeças do grupo’, que investigavam onde estavam as terras sem utilização, vieram para cá, onde também ficaram acampados aguardando a liberação das terras por um período de três meses. Primeiro conquistaram 70% da área, em seguida, 100% da área, que era propriedade do Estado.

Dona Flávia tem duas filhas e um filho, as meninas saíram para trabalhar na cidade, então atualmente residem e trabalham na propriedade ela, o marido e o filho. Têm 55 anos, e moram no município há 25 anos. É uma mulher séria, mas que gosta muito de conversar, sua disposição é visível

Hoje visitei a casa da dona Flávia, vizinha e amiga de Rosa, a visita foi mediada por Rosa, havíamos combinado de ir juntas, porém Rosa tinha um compromisso em Guabiju, então fui sozinha (...)

Logo na entrada da propriedade foi possível ver uma pequena plantação de pepinos, todos envarados pois, segundo ela, na vertical eles não sujam. Também uma plantação de amendoins e de morangas japonesas, no outro lado da estrada, num canto onde não havia soja plantada, uma plantação de aipim.

À beira da estrada alguns pneus com folhagens e flores plantadas em seu interior, mais próximo à casa algumas árvores (...)

Ao chegar cumprimentei aos três: dona Flávia, seu marido e o filho, fomos até a cozinha onde Flávia logo me ofereceu uma cadeira para sentar, ela, o filho e o marido sentaram-se também, enquanto isso, nos meus pés, Nina pedia carinho, uma cachorrinha muito bonita (Diário de Campo).

Atualmente a família cultiva soja, milho e miudezas (pepinos, batata doce, arroz, pipoca, chuchu, morangos e mandioca), tem duas vacas das quais tiram o leite para o consumo próprio, bois de engorda, porcos, codornas e galinhas.

Flávia é uma batalhadora, e isso foi se confirmando a cada história que ela me contava sobre sua vida, sobre todos os desafios que enfrentou, mas principalmente sobre o quanto nenhum deles foi capaz de fazê-la desistir de seus objetivos. A forma como fala da terra, desta relação entre produzir e consumir, do cuidado com sua família e do trabalho sempre priorizado, denotam uma mulher persistente. Suas habilidades são inúmeras e tentarei nas próximas páginas, contá-las com cuidado e respeito pela sua história.

Das andanças pela propriedade

O jardim de Flávia tem um quiosque na parte central, muito caprichado, com uma mesa, cadeiras e várias árvores próximas da cerca que o separa da lavoura de soja, bem ao lado da casa, várias folhagens e flores, também presentes na área da entrada, dentre as quais orquídeas e flores azuis. Do outro lado alguns pinheiros também tangenciam a cerca, descemos a escada e saímos do pátio, primeiro fomos até o chiqueiro, ela me mostrou a porca pronta para a carneação.

Depois do chiqueiro ela me mostrou um galpão onde ficam as ferramentas, ração, algumas máquinas menores, onde se põe tudo, disse que tinha organizado tudo na semana anterior, pois *‘a gente vai jogando as coisas quando vê tá uma bagunça’*, durante o passeio também os cachorros nos acompanhavam. Quando abriu o portão de um cercadinho, entramos para o terreno das frutíferas, vários pequenos pés de laranjeira e limão enfileirados, pedi para fotografar, ela me autorizou, passamos por um outro galpão onde ficam as galinhas chocadeiras. Flávia foi até dois ninhos que são caixas de madeira, ou vasilhas cortadas ao meio, forradas com pastagem seca, puxou as galinhas do ninho, retirou os ovos, e as devolveu, dizendo que produzem tanto

que ela não “vence” ocupar os ovos, então troca com a vizinha, chega a recolher 18 ovos por dia. Ao lado pude ver armazenada uma grande quantidade de lenha, brinquei “*já estão preparados pro próximo inverno com tanta lenha!*”, ela respondeu que sim, mas que essa quantidade ainda era insuficiente, pois utilizam bastante para o fogão à lenha. Seguimos até o fechadinho das codornas que produzem ovos diariamente, ao lado estava uma vasilha repleta de ovinhos e muitos outros espalhados, então Flávia me mostrou a ferramenta que ela desenvolveu para colhê-los, pegou uma ripa de madeira e na ponta colocou uma colher de sopa, fixou bem a colher com uma fita de tecido, logo, na hora da colheita não precisa se esticar, basta inserir a ferramenta pela pequena porta da gaiola. Achei sua ideia incrível, afinal, fora muito criativa.

Enquanto estávamos lá, passou um peru, e logo as galinhas se reuniram, pois seu o marido de Flávia foi tratá-las com milho, jogava o milho no terreiro [muito bem varrido] e elas corriam para catá-los, ele também nos acompanhou, passamos um outro cercado, outro portãozinho, e fomos até o parreiral, já tínhamos dado a volta na casa, ali ela me mostrou pessegueiros que não estavam produzindo, e alertou que isso pode ser por causa de um veneno utilizado na soja, passamos por baixo das parreiras, e ao lado da horta, mas na parte não fechada, uma outra horta com uma canteiro de moranguinhos, batata doce, espinafre, ao fundo uma escada de madeira, e nos degraus as orquídeas, Flávia me conta que não tem jeito delas florescerem, então arrumou esse lugarzinho pra elas, ao lado alguns pés de feijão, já secos, ela me contou que já tinham produzido e ela havia guardado o excedente.

Elogiei ela, disse ‘*Flávia você disse que não tinha muita coisa por causa do braço, mas olha tudo que você tem, nossa*’, ela riu, e ele perguntou se eu gostaria de ver o arroz do seco, que eles plantam, eu disse que sim, então lá fomos, após passarmos por uma cerca sobre um cepo. Agora estávamos na entrada da propriedade, na beirada os pneus com as flores, um gramado diferente, de jardim, as dalias vermelhas e laranjadas, do outro lado no canto da lavoura, amendoins e morangas plantados, além dos pepinos na vertical, seu Pedro mostra a pedra enorme que tiraram do escavo da casa, dizendo ‘*e tinha de maiores, essa não foi fácil trazer até aqui*’.

Seguimos pela estrada até a lavoura, uma parte com aipins e no meio do milho, mais moranguinhas plantadas, logo apareceu uma vegetação que parecia um tipo de pastagem, ele me disse que era o arroz e que este tinha nascido “*por conta*”, só com os grãos que caíram durante a última colheita, tirei algumas fotos, enquanto me contavam sobre o arroz que desenvolvia-se semelhante ao trigo, a colheita é feita à mão com foice, perguntei se era muito diferente do outro, Flávia disse que sim, “*esse não tem que escolher igual o feijão e não tem conservante igual o comprado*”. Quando voltávamos, a paisagem mostrava grandes propriedades de terra, Flávia apontou e disse: “*Tá vendo essas*

lavouras ali? São de dois donos só, eles nem sabem o que tem ali, não tem nenhuma família pra produzir, pra aproveitar, olha que desperdício e que injusto”. As terras desta região são muito semelhantes aos campos de cima da serra, a paisagem é longínqua.

Um Sonho

Acho que não tem, meu objetivo era esse aí pegar a terra, ganhar a terra...

Se existe, em meio a toda singularidade destas mulheres, algo que as aproxima é a força, a força para superar todos os e obstáculos, a força de protagonizar as suas vidas. São desassossegadas no agenciamento de seus cotidianos produzem perfurações, constroem caminhos possíveis para se afirmar. E talvez somente por apresentarem estas características tenham permitido que eu pudesse me aproximar delas.

7.7 Das tantas outras mulheres que conheci, mas não convivi...

Das mulheres convidadas, apenas uma delas não me retornou, havíamos conversado, eu havia explicado o funcionamento da pesquisa, ela pareceu entusiasmada e aceitara participar, então deixei meu número de telefone para que ligasse assim que pudesse me receber em sua propriedade, ela não ligou e nos momentos seguintes em que nos encontramos não comentou sobre o assunto, eu também optei por não retornar à pauta da pesquisa, afinal, a posição ética diz da primazia pela liberdade dos sujeitos de participar ou não de uma pesquisa, como condição fundamental.

A angústia incipiente também é parte do desenvolvimento, como fora uma das primeiras mulheres convidadas fiquei pensando em algumas hipóteses que justificassem este silêncio (portador de mensagens), o qual me trouxe certa ansiedade logo no começo dos trabalhos. Após meses, no término da pesquisa, soube de algumas questões familiares que estavam acontecendo e que, sem dúvida alguma, falavam também da não participação dela na pesquisa, questões estas que envolviam tanto trabalho quanto gênero.

E como uma das últimas urgências que se impuseram e que careciam de um lugar nesta dissertação, foi a referência não sobre as mulheres e famílias que pude conhecer, mas sobre todas as outras, para as quais uma pesquisadora em seus cotidianos não era uma possibilidade na época, sobre todas as outras que, diferente daquelas que conheci, têm espaços ainda restritos a um lócus familiar contingenciado.

Tabela 1

Dados das participantes

	Idade	Estado civil	Filhos	Início do trabalho rural	Trabalho				
					agrícola	pecuário	doméstico	entidades públicas	cuidadora (filhos/sogros)
Inês	44 anos	casada	1	infância	X	X	X		X
Neide	54 anos	casada	2	infância	X	X	X	X	X
Mariana	26 anos	casada	1	infância	X	X	X	X	X
Rosa	48 anos	casada	2	infância	X	X	X		X
Neuza	57 anos	casada	3	infância	X	X	X	X	X
Flávia	55 anos	casada	3	infância	X	X	X		X

8 Imersões: a narrativa e a escuta

Durante as visitas optei por não utilizar gravadores, e nem caderno para anotações, numa única visita levei comigo um pequeno bloco de anotações, no qual não há sequer uma única palavra escrita. Posteriormente ia sem qualquer recurso a não ser um boné e meu celular que ficava na casa das participantes enquanto saíamos para o serviço. Após o retorno para minha casa, eu fazia as anotações no Diário de Campo, reativando as cenas, as falas, as impressões, enfim, a memória como recurso único.

A opção pela não utilização se deve ao caráter de observação etnográfica, acrescida à redução de constrangimento que geralmente determinadas ferramentas podem causar nas pessoas, e também ao fato de que o trabalho rural acontece em diferentes ambientes, bastante movimentação, ruídos, sol e chuva, enfim, no tempo e durante o dia todo, tornando inviável e dispensáveis as gravações. Esta atenção que o exercício do acompanhamento exige, traz sensações interessantes e os relatos se misturam entre o que o corpo e a fala anunciam, as movimentações que acontecem, o tempo todo, e que tentamos abarcá-las ao máximo, buscando a possibilidade da compreensão daquele que ali não esteve.

O espaço do diário, onde foram depositadas as dúvidas, incongruências e sentimentos que apareceram no decorrer das vivências, foi um suporte importante não apenas para a pesquisa que foi redesenhada a cada imersão, mas também por permitir a organização, a revisão entre a forma como o fenômeno se desenvolveu e como os percebia e me relacionava com eles. Os questionamentos sobre como narrar um fato pela segunda vez, respeitando os processos do participante, mas tornando o conteúdo compreensível também para aqueles que não participaram do processo de pesquisa de forma tão minuciosa e direta como os envolvidos (Andrada, 2010), portanto sua importância se justifica também para usos posteriores, afinal apontam-se acertos e erros que talvez sejam úteis para outros pesquisadores.

Uma vez que morei no município, também na área rural, durante os sete meses de pesquisa, de setembro de 2017 a março de 2018, pude estar em constante contato com os acontecimentos voltados ao rural, com as pessoas, as atividades, eventos e o modo de vida interiorano. Ainda que este seja somente o tempo formal de pesquisa, devido a minha família pertencer e morar no município, nas minhas idas para casa, pude acompanhar outras experiências com as mulheres, inclusive anteriores à pesquisa

e posteriores à coleta dos dados, dentre estas, visitas a feiras, a santuários, dias de campo, ou seja, as primeiras observações foram realizadas há pelo menos um ano, e estas originaram o interesse pelo tema de pesquisa.

Este estar constante, habitando este território por um tempo considerável, provoca reorientações, e também provoca certa facilidade de compreensão de alguns fenômenos, para os quais se não há tal proximidade, com tais modo de vida, demandaria mais tempo, também provoca dificuldades maiores, certa necessidade de flexibilidade, de afastamento e aproximação com hábitos demasiado comuns, mas que também precisam ser pensados.

É importante considerar minha presença não enquanto uma estranha, mesmo sendo realmente desconhecida por todas as mulheres que visitei, os vínculos foram facilitados pelo fato delas já conhecerem, pelo menos uma pessoa da minha família, também por eu ser natural do município, o estranhamento inicial durou pouco tempo, e logo nas primeiras visitas, percebi que elas confiavam em mim a ponto de narrar suas vidas e suas trajetórias, por vezes árduas. Nos encontramos, além de em suas próprias casas, muitas vezes nas ruas, nos eventos, a cada encontro percebia que minha presença já era mais natural, menos estrangeira.

As visitas eram feitas em turnos, escolhidos pelas próprias mulheres, algumas duraram oito horas num só dos turnos, algumas seis horas, enfim, dependia do trabalho planejado para aquele dia, almocei, tomei café da manhã e café da tarde em algumas casas. Algumas visitas eram combinadas com antecedência, outras eram combinadas no mesmo dia via mensagens por aplicativos de mensagens instantâneas ou telefonemas. Conforme as participantes indicavam suas conhecidas, elas próprias faziam contato e me avisavam para que eu então fizesse o contato oficial e fosse, muitas vezes no mesmo dia, e aqui está a importância de morar no município, pois facilitava minha disponibilidade de deslocamento nestes encontros imprevistos.

Algumas vezes contei com o acompanhamento nas casas, por exemplo, de uma mulher que eu já tinha visitado, me levando na casa de sua vizinha, explicitando que para além da facilidade em buscar o próximo contato, me permitia notar a presença da confiança, que ia se estabelecendo.

Algumas das visitas oficiais foram antecedidas por uma visita convite, afinal chegar nas casas repentinamente e sem avisar me pareceu, desde o início, inapropriado. Mesmo que o tempo entre a combinação e a ida possam ter gerado algumas consequências, dentre elas: as mulheres e, algumas vezes, a família toda já estava à

minha espera, e talvez em alguns momentos certas formalidades imperaram, porém, este é um tempo entendido como necessário e reivindicado pelas mulheres, pois podem organizar todo o trabalho do dia, além da limpeza das casas, jardins, hortas, afim de receber a visita, pois foi neste papel que iniciei as idas a campo.

Nos dias combinados eu era esperada, por vezes por toda a família, então conversávamos enquanto tomávamos chimarrão, e estes momentos foram importantes, pois ali nesta informalidade da conversação, eu puder esclarecer algumas perguntas, naturalmente compreensíveis, afinal, se eu não portava uma caneta ou papel, e insistia em dizer que não era visita, então o que eu fazia ali?

Apesar do acordo inicial, e reafirmado nos seguintes, de que eu acompanharia as rotinas de trabalho, em todas as visitas fui recepcionada com chimarrão, sobremesas ou café colonial no turno da tarde. A limpeza da casa, a oferta de comida, o acolhimento, são quase um ritual de recepção, repetido em todas as casas que visitei e em todas as visitas.

O chimarrão protagonizou muitas das cenas logo ao chegar nas casas (pois em todas ele foi servido) as mulheres prepararam o chimarrão e em roda tomávamos, na cozinha, ou na área externa. Quem está em casa senta para tomar mate e conversar, por isso muitos causos foram contados pelos sogros, sogras, filhos, filhas, maridos e outros parentes ou visitas que estavam nas casas no dia. O costume de algumas famílias é de servir o mate-doce, “Em algum momento ouvi em algum momento que o mate doce é coisa de mulher” (Diário de Campo).

Enquanto se toma, fala-se sobre o tempo, os bichos, as plantas, os vizinhos e conhecidos da cidade, política, assuntos familiares e de saúde. Porém, o chimarrão é, sobretudo, a pausa do trabalho, na casa de Mariana, durante o empacotamento dos brócolis, a chegada do chimarrão intercalava o trabalho e definia a pausa para “*tomar um mate*”.

A sua função organizativa começa ao amanhecer, é sorvido no turno da manhã ou da tarde, seja no verão, mesmo nos dias mais quentes, ou no inverno. O chimarrão é o companheiro e o motivo para uma roda de conversa.

Então para além de acompanhar as atividades de trabalho, também acompanhei as viagens e encontros, tomei chimarrão e café nas casas, interagi com os demais familiares e ouvi histórias de vida misturadas de forma indissociável com as histórias de trabalho.

Inicialmente seguir qualquer roteiro tornou-se impossível, nas primeiras visitas as pessoas querem conhecer aquele que chega, saber um pouco da vida desta pesquisadora, e principalmente, falar sobre as suas próprias questões, por vezes, as conversas giraram em torno das chuvas, do sol, dos vizinhos, e de política. Não somente na parte da análise, mas de transcrição da memória do dia, torna-se difícil encontrar os fios que ligam as conversas, pois os fios se entrelaçam, a quantidade de temas e assuntos é enorme, cabendo uma análise cuidadosa dentre tantas informações.

Nas minhas visitas houve casos em que os homens participaram das conversas e foram mostrar as plantações, noutras os homens foram fazer suas tarefas e pude conversar somente rapidamente.

Senti que Neuza estava um pouco receosa e até silenciosa, enquanto tomávamos chimarrão falávamos de assuntos cotidianos, sua filha me contou que estava cursando técnico de enfermagem, falamos dos animais, do preço do leite (assunto quase obrigatório entre os produtores devido à baixa de preço), conforme conversávamos percebi que Neuza aos poucos se entrosava mais, passada aquele primeiro momento até de desconfiança quanto aos meus objetivos ela pegou uma cadeira e sentou mais próxima de mim, sua filha pegou seu notebook para fazer suas atividades (Diário de Campo, Neuza).

A ênfase do método etnográfico é a observação participante e as anotações no diário de campo, sendo estas ferramentas indispensáveis para reflexão acerca da *práxis*. Porém, quando concluí que as visitas feitas já eram suficientes para a familiarização com a dinâmica do cotidiano destas mulheres, ainda assim optei pela utilização de mais um instrumento para complementar aquelas informações que poderiam ser melhor esmiuçadas: o recurso da entrevista gravada. Toda decisão metodológica implica em certa escolha, e toda a escolha implica numa certa posição em detrimento de outras possíveis, portanto, é sempre um recorte posicionado. A entrevista como ferramenta foi pensada após o acompanhamento etnográfico, e sua realização trouxe cenas que conduzem às reflexões sobre um estar preparado, sobre certa rigidez quando um dispositivo está gravando a voz.

Estávamos na área de sua casa, Flávia em frente à janela, entre a porta da cozinha e uma mesa com folhagens, eu estava de frente para ela, e de costas para o jardim, numa posição em que poderia olhar diretamente para Flávia e em segundo plano a janela e a parede da casa, ao nosso lado estava Rosa (vizinha de Flávia), no outro lado, seu filho. Flávia sabia da entrevista, mas

achei oportuno explicar novamente, ao que ela respondeu “*agora você vem com essa inventação de moda, mas vamos lá*”, eu ri um pouco sem jeito, afinal, a entrevista me deixava preocupada, pois ao saber previamente das suas histórias, ou um pouco delas, o fato de ter um gravador, gerava expectativas e medos, ao menos em mim. Começamos a entrevista quando posicionei o gravador sobre a janela. Na metade da nossa conversa, escuto alguns passos e ao olhar para o lado percebe que seu marido se aproxima, sobe as escadas e vem em nossa direção, com um sorriso me cumprimenta, eu prontamente respondo e Flávia olha pra ele e faz um sinal com as mãos, apontando para o celular, e falando, sem que saísse som algum de sua boca “*shhhhh ela tá gravando*”. Olho sem jeito para Flávia, e digo, ‘*ah não se preocupe, estou gravando, mas depois vou transcrever, e posso retirar essas partes*’ (Diário de Campo).

Este trecho fala de algo comum nas entrevistas, mas também do desafio destas propostas talvez mais duras de pesquisa. A preocupação de Flávia para que não tivesse nenhuma interrupção, nenhum ruído durante a entrevista, o seu aceite em fornecer seu relato, história e voz, e a ameaça de que o inesperado pudesse interferir neste processo, seguido à risca, com seriedade. E após minha tentativa de tornar natural a entrevista, de falar da flexibilidade na hora da transcrição, de quem era o desconforto? Cenas como esta desafiam o ato da pesquisa, misturam o aceite da gravação, o que é e o que não é dito durante, ainda que tenha aparecido nas vivências das visitas.

A entrevista fala do posicionamento não só das participantes no lugar de entrevistadas com a formalidade do gravador, mas do posicionamento da pesquisadora, a forma pela qual propõe uma entrevista mais formatada, as possibilidades e os empecilhos que delas resultam, mas principalmente fala do inusitado, numa tentativa de equilíbrio entre as esferas da pesquisa etnográfica.

Quando cheguei para a entrevista, num dia e hora combinados, Neuza me aguardava na área, ao chegar pude notar que ela estava com trajes diferentes dos habituais, estava com uma blusa em tons azuis, com brincos, um colar e anéis, estava preparada e um pouco receosa para a entrevista, já havia lhe dito que não se preocupasse, pois eram sobre assuntos dos quais já havíamos conversado bastante, mesmo assim, havia certo mistério na entrevista, na gravação, sendo extremamente compreensível que assim se sentisse. No início as repostas foram mais contundentes mas com o passar do tempo, as repostas já se estendiam, como se por momentos pudéssemos esquecer do gravador, ao

final da entrevista, quando já nos encaminhávamos para o término deste período de intenso contato, Neuza comenta “*então eu fui uma das escolhidas, das privilegiadas em participar*”, fiquei eu, numa situação de grande surpresa, todo aquele pensamento acerca de como seria recebida, se o que estava fazendo era invasivo demais, foi se esvanecendo, pois compreendi que para ela, sua participação era tratada como privilégio, ao que respondi “*sim, logo quando pensei em iniciar este projeto, conversei com algumas mulheres e perguntei quais de suas conhecidas elas achavam que eram disponíveis a ponto de me receber em suas casas e participar dos dias de trabalho, e teu nome foi um deles*” (Diário de Campo).

Este pequeno trecho rendeu muitos pensamentos, afinal a entrevista marcava os últimos encontros, situando-se entre o término das vivências de campo e a escrita. Neste dia minha percepção sobre a pesquisa e até sobre a entrevista modificou-se, pois, este lugar de conceder uma entrevista foi ocupado por Neuza como um lugar de protagonismo acima de tudo, para o qual preparou-se.

Há que considerar todas as vivências, inclusive àqueles em que nada parece acontecer, os silêncios e o tédio, em relação ao último o destaca como uma parada. Em relação ao tédio Walter Benjamin destaca o tédio como uma parada para a escuta, para a disponibilidade de ouvir histórias e contá-las também. Numa bela passagem, diz:

“Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história, quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido. Quando o ritmo do trabalho se apodera dele, ele escuta as histórias de tal maneira que adquire espontaneamente o dom de narrá-las. Assim se teceu a rede em que está guardado o dom narrativo. E assim essa rede se desfaz hoje por todos os lados, depois de ter sido tecida, há milênios em torno das mais antigas formas de trabalho manual”. (Benjamin, 1987, p)

Isso remete as visitas, aos momentos de parada para tomar um chimarrão ou um café, às atividades de trabalhos manuais, como é o caso da embalagem dos brócolis. Há para além da atividade que se executa, a conversa, a contação de histórias, de todos que ali estão, daqueles que chegam e em seguida se vão para outras atividades.

Desafiante é a transformação disso, é a passagem dessas narrativas para o papel, afinal esta, conforme Benjamin, tem outras finalidades que não a informação, é a própria pessoa com sua vida, num constante refazer e recontar, há um território subjacente e necessário à história.

A necessidade que percebi durante minhas estadas em campo, da escuta se relaciona com esse compartilhamento de histórias, alguém pode saber o que tenho para contar, nem sempre há este alguém disposto a ouvir, a ‘herdar’ como utiliza Benjamin (1987), este patrimônio narrativo.

O trabalho das mulheres no contexto agrícola e pecuário familiar é costurado por outras racionalidades (Brandão, 2007), elas habitam tempos espaços intrínsecos a natureza, à religião, à certos ritos, considerando para o plantio e colheita os ciclos e características da lua, por exemplo, se deitada ou em pé. O conhecimento dos ventos que trazem a chuva e daqueles que a levam para longe (“*de que lado tá vindo a chuva?*”), o caminho das formigas, a agitação das moscas, a coloração das nuvens nas quais mensagens estão codificadas e que estas hábeis leitoras, espectadores do céu, compreendem. Informações precisas quanto aos ensinamentos aprendidos pelos ‘mais velhos’, úteis na hora do semear, do colher, do adubar.

9 Dos afetos que podem surgir de uma pesquisa

Algumas cenas compõem histórias das visitas e das afetações durante o pesquisar, entendendo a pesquisa como produção de outros, conhecimentos, interesses e afetos.

Cena 1

Os assuntos foram do cotidiano, vários e o tempo todo, percebi que talvez eles não tenham com quem conversar além de entre si, fizeram tanto gosto que eu ficasse e se empenharam tanto em mostrar seus trabalhos, me senti muito bem nesta visita e fiz amizades. Na hora de ir embora, quando minha carona chegou, Mariana disse “*Ah, agora você vai embora, o que a gente vai fazer aqui, meio sozinhos?*” Lhe disse que voltaria pois agora os conhecia, ao que respondeu “*Ah, é que quando eu gosto das pessoas, eu fico triste quando vão embora*” não demorei a dizer que retornaria e que estava esperando a visita delas pra tomar um chimarrão e conversar, afinal agora moramos perto. Me despedi e agradei por terem me recebido e ensinado tanto (Diário de Campo).

Cena 2

Atrás da casa tem alguns pessegueiros, na visita anterior estavam bem verdinhos e nesta já estavam maduros e ótimos para comer e fazer doces, compotas e chimias [práticas alimentares comuns por aqui], mas ela já disse que vai fazer só um pouco de geleia, pois todos em casa preferem a fruta *in natura*. Rosa apontou para uma das plantas “*Vamos pegar uns desses que são os melhores, bem docinhos!*”, e quando me dei conta, lá estava eu escalando um pé de pessegueiro para colher os maiores, ela, vendo que a minha habilidade não era das melhores, subiu também para me ajudar, nós rimos muito e brincamos enquanto enchíamos duas sacolas de pêssego, de duas “*qualidades*” diferentes, àqueles para compota e o mais doces para comer. Perguntei se eles também vendiam, ela me disse que não, mas que bastante gente ia buscar, os vizinhos principalmente (Diário de Campo).

9.1 A pesquisadora em meio ao estranho conhecido

Algo aconteceu na visita que fiz a casa de Inês que mora com seu sogro e sua sogra, e os chama de pai e mãe, conversávamos na área quando ele me questionou: “Ah então você é agrônoma?”, rapidamente respondi “Não, sou psicóloga!” breves segundos de silêncio até que eu brinquei “O que faz uma psicóloga aqui, né? Geralmente não se pensa um psicólogo fora da clínica, mas eu sou uma psicóloga que se interessa pelo trabalho, e agora, pelo trabalho das agricultoras”. Senti que foi interessante brincar com esta questão, pois em seguida (claro, não sem antes ouvir um “imagina” como uma maneira de se desculpar caso parecesse inconveniente), eles se sentiram à vontade para fazer perguntas sobre mim, sobre o que eu estava fazendo, se este era meu trabalho ou estudo.

Sinto que ainda é bastante estranho entenderem este processo do mestrado e de uma pesquisa ser um trabalho, mas a partir disso pude explicar detalhadamente minha trajetória e o porquê estava ali, interessada em suas vidas. Percebo as perguntas feitas a mim como bem-vindas, pois entendo que falar de mim é também um processo necessário nesta relação dialógica e de confiança que estabelecemos. Mesmo que boa parte das famílias que visitei já tenham conhecimento de quem são meus pais (afinal, o município é tão pequeno que dificilmente haja alguém desconhecido pelos demais), na conversação, assim como me interesse pelas suas vidas, eles também se interessam pela minha e, me colocando neste lugar de participante, eu também gostaria de saber quem é este que me visita e faz perguntas. Durante uma das visitas, descobri uma amiga de minha avó e de meu avô, soube de histórias e pessoas que desconhecia. Devido aos anos que morei distante daqui, muitas das pessoas com as quais estou convivendo na pesquisa não me conheciam, mas ao saber de que ‘família’ (geralmente as pessoas perguntam os sobrenomes para buscar alguma referência) eu era, sentia um acolhimento e até uma tranquilidade, afinal, sou estranha, mas não tão estranha assim, por ser deste mesmo lugar, e no momento morar aqui, compartilhando das vivências deste rural (Diário de Campo).

Dentre as perguntas mais frequentes, estão: se estou trabalhando, estudando, onde estudei antes, se serei agricultora, e de porquê não trabalho como psicóloga.

Há algo da ordem do deslocamento que transversalizou todo o fazer da pesquisa, ainda que vista enquanto moradora do mesmo município e filha de agricultores, por diversas vezes as diferenças vieram à tona. A cena na qual Rosa fala do meu jeito de caminhar, remete à ideia de que a observação é sempre uma via de

mão dupla, e as diferenças estão nos corpos, nos jeitos de andar, falar, vestir, entre outros.

Como havíamos ido ao rio nossos pés ainda estavam molhados, de repente, Rosa olhou para sua filha e disse “*Viu só, olha o jeito dela caminhar, nem sujou os pés, e olha os meus!*”. Este foi um dos momentos que percebi que não apenas eu estava como observadora, mas ela também me observava (Diário de Campo).

Em relação a Psicologia, algumas pessoas foram indiferentes a minha formação, a pergunta não passava de simples curiosidade. Já para outras isso gerou dúvidas sobre o que realmente eu pretendia ali, algo entre desconfiança e desejo de participar. Noutras, mesmo com a explicação de que ali eu era pesquisadora e não terapeuta, notei a necessidade de escuta das pessoas, de querer contar um pouco de suas angústias, de falar sobre vários assuntos, afinal, tinha alguém ali para ouvir.

Mariana pergunta o que eu estudo, esta dúvida surgiu somente no momento em que falavam sobre a diferença entre o trabalho da cunhada no banco e os deles, comentei sobre minha formação e o que estava estudando, isso foi recebido com bastante naturalidade, o que não é tão comum quando me apresento como psicóloga. Raul disse que prefere trabalhar o dia todo no pesado do que chegar à noite com a cabeça cheia (referindo-se às situações de estresse enfrentadas no trabalho), igual a irmã dele que trabalha no banco. Mariana também disse que não se imagina vivendo numa cidade, dentro de um apartamento pequeno e apertado, sem ter pra onde ir, e contou que na viagem que fizeram até a cidade onde a cunhada mora (para a qual precisou acordar as 2:30 da manhã pra tirar leite) sentiu-se mal por ter de permanecer dentro daquele apartamento, até adiantaram a volta para a casa, “*Não via a hora de voltar pra casa*” (Diário de Campo).

Aqui aparece algumas diferenças entre os trabalhos mediante opostos, intelectual e corporal, campo e cidade, como se em algum momento houvesse tal separação, afinal para as atividades é acionado o corpo como um todo. As representações que perpassam estes lugares ocupados pelos trabalhadores no trabalho permitem aproximações entre suas maneiras de entender, mas principalmente, de vivenciar seus ofícios.

A relação entre o que é uma psicóloga, e o que é uma pesquisadora de psicologia social, não pareceu ser muito interessante. Mas, segundo as participantes, se eu precisava fazer isso “*pra aula*”, então “*tudo bem*”, elas me ajudariam.

Tanto Neide quanto Mariana aceitaram que eu fosse lá, brinquei que também queria aprender a fazer alguma coisa, que eu não ia ficar só olhando, Neide disse que ia arrumar uma enxadinha pra mim, em tom de brincadeira (Diário de Campo).

Pesquisadora participante: implicação

Durante o meu etnografar, com todas as dúvidas e expectativas iniciais acerca de como seria recebida, de como me comportaria, e isto ia da forma de falar, ao vestuário, ao tempo de permanência nas casas, à escuta de quem e quando, a hora de retirada, todas estas experimentações imersas em dúvidas, em momentos de preocupação, permitiram que eu escolhesse, durante o campo, vivenciar o que se apresentava, inclusive escolhendo não pensar que aquilo seria escrito, apenas ouvir, acompanhar e aceitar as propostas. Como acontecimento, a participação em alguns processos de trabalho trouxe novas maneiras de enxergar uma atividade, como descrevi no diário.

Conversávamos e trabalhávamos, em seguida volta Neide com um café e um prato de rissoles (feitos por ela). O café era batido, veio num pote, o café batido como se conhece aqui é a mistura do café com o açúcar, logicamente batidos, que deixa uma camada de espuma e cremosidade na superfície. Ela pede pra que paremos um pouco para comer, eu me sirvo, sento e ela comenta que está preparando o almoço, digo que não ficarei afinal, não quero abusar, ela, a nora Mariana e o filho rapidamente pedem pra que eu fique se não tiver compromissos à tarde, fico meio sem jeito, mas percebo que fazem questão que eu fique para o almoço (e foi o que fiz), Mariana diz: “*Que bom que hoje vamos ter companhia porque sempre ficamos só nós!*”, fiquei feliz neste momento pois pensei “*Poxa, só vim aqui duas vezes, e eles estão me recebendo tranquilamente, sem mudar suas rotinas, conversando bastante e ainda insistindo para que eu almoce com eles*”. Enquanto comíamos os rissoles conversamos sobre assuntos cotidianos, em seguida Mariana perguntou se eu gostaria de tentar embalar os brócolis, disse que sim, mas que teriam de ter paciência, eles riram e eu fui, Raul brincou que se eu encostasse no fio, me

queimaria de ficar branca, lhe disse que tomaria cuidado, e devido a minha lerdeza seria difícil acontecer, Mariana alertou que não me preocupasse pois *“no início é assim mesmo, demora até pegar o jeito”*, enquanto eu embalava formou-se uma pilha de brócolis, então devolvi o cargo a ela (Diário de campo).

É consciente deste lugar por mim ocupado que relato principalmente a facilidade das primeiras incursões, relatei minha recepção inicialmente como pertença, por ser um (não digo igual pois seria ingênuo), mas muito próximo, compartilhando certos códigos deste ambiente e desta realidade. O conhecimento que as mulheres tinham de mim, primeiro, era sobre quem era os meus pais, então ocupei o papel de filha de agricultor. Neste emaranhado, foi necessário o estranhamento, ainda de alguém que estava longe, às práticas comuns. Esta entrada, apesar de ter exigido que eu refletisse e escrevesse muitas vezes para buscar os deslocamentos possíveis, contribuiu para que fosse vista como menos estranheza e facilitou o processo de confiança, primordial nas pesquisas com propostas de imersão, em poucos dias eu fora recebida sem ‘cerimônia’, por vir de realidade semelhante, não mesma, mas próxima.

Mais do que observar, me propus a participar das atividades que me eram possíveis, o que foi visto algumas vezes com surpresa e cuidado, a seguir relato uma cena na colheita de ervilhas:

As carreiras das ervilhas estavam alinhadas em três vias principais e nas bordas algumas plantadas de forma agrupada, a pequena plantação não estava muito longe da casa, há uns 30 metros, no topo do pequeno morro havia um pedaço de um antigo aviário, já bastante destruído, e no lado esquerdo, em direção à entrada havia um galpão, um pavilhão de zinco há pouco tempo construído. Do outro lado, no final da lavoura de resteva havia um mato, era possível ouvir o som de um riacho, porém acabei não perguntando se realmente havia um rio ali. Iniciamos nossas atividades, fiquei apreensiva e com dúvidas se estava tirando as vagens corretas, Neuza era bem rápida e eu nem tanto, mas aos poucos fomos entrando num ritmo, eu lhe disse: *“Neuza, por favor, repassa onde eu tô tirando, porque não tenho muita prática”*, ela disse sim e que não tinha problema.

Os pés de ervilha medem mais ou menos uns trinta centímetros, devido ao vento e ao peso, estavam quase deitados, alguns precisavam ser segurados para o destaque das vagens, para isso é preciso ficar de cócoras ou com o tronco abaixado sustentado pelas pernas. Íamos destacando e colocando no tacho. Estava calor e o sol aparecia ocasionalmente, Neuza estava de boné, eu tinha esquecido o meu, então em alguns momentos senti de maneira forte o sol, por

duas vezes também senti tontura por ficar tanto tempo de cabeça baixa. Enquanto colhíamos conversávamos, Neuza me disse que este ano as vagens não estavam muito bonitas, tinham algumas manchas e que ela atribuía ao excesso de chuva. Acrescentou que essas não tinham “*nada de veneno*”, foram plantadas, cuidadas de forma orgânica e que sabia o que sua família iria consumir. Comentei que mesmo com as manchinhas valia a pena ter certeza do que se come e que essa é uma das vantagens de produzir o próprio alimento (Diário de Campo).

10 Terra

10.1 Sobre o Assentamento Rural de Guabiju

Devido a duas participantes da pesquisa serem moradoras do assentamento rural, é preciso falar um pouco da história da ocupação destas terras. O assentamento de Guabiju, inaugurado em 1992, tem um total de 350 hectares de terra, divididos entre 27 famílias. Atualmente 20 famílias continuam residindo no local.

Flávia e Rosa, naturais a primeira de Ronda Alta e a segunda de Nonoai, ambas com histórico de lutas pela terra, após a vivência nos acampamentos das ocupações migraram, há vinte seis anos, para um município desconhecido, e ali iniciaram uma nova vida de trabalho junto aos familiares.

Segundo o relato não somente delas, mas de outros membros da família, o funcionamento do grupo era o seguinte:

Flávia acrescenta que tinham de ficar preparados o tempo todo, pois às vezes as invasões aconteciam na madrugada, e quando chegasse o aviso precisavam partir. Nesta ocupação [em Guabiju] as chefias pediram para que os ocupantes não matassem um animal sequer e nem utilizassem armas, seu Pedro [marido de Flávia] comenta: “*Sim, nem tínhamos armas para usar, e nossa chegada já era esperada, até a polícia já estava aqui, mas foi uma chegada tranquila, montamos nossos barracos e ficamos*” (Diário de Campo).

Os relatos sobre a espera e a vivência nas ocupações são diversos, especialmente acerca do interesse nestas áreas tão distantes.

Nesta área em Ronda Alta haviam em torno de 30 mil famílias pertencentes ao movimento, então quando novas terras foram liberadas em Esmeralda e em Guabiju o grupo precisou se organizar pra escolher quais famílias iriam para qual lugar. Rosa conta que a preferência era das pessoas mais idosas e famílias que tinham o maior número de filhos. Seus pais permaneceram em Ronda Alta, ela e a família vieram para Guabiju. No início poucas pessoas queriam vir para este município, pois era distante, “*muito retirado*”, além de que a exigência do movimento era 25 hectares para cada família e a divisão do território total por família em Guabiju era de uma área inferior à esta quantia, entretanto, eles decidiram vir, inicialmente nove famílias (Diário de Campo).

Já o percurso de Flávia é remetido ao tempo das ocupações, como explica, ficaram, ela e sua família, sete anos na fazenda Annoni e após a vinda para Guabiju permaneceram acampados por um período de três meses até adquirir a concessão das terras.

Ah nós saímos da fazenda Annoni [Sarandi, RS] pra vim pra cá, ficamos sete anos acampados, daí chegamos aqui não tinha nada né, nem uma sombra pra sentar né, tinha que sentar na sombra da casa quando chegava umas horas da tarde por causa do calor, é... chegamos até aqui. Tiramos muitas pedras da lavoura, carregava no carroção e até hoje ainda se encontra umas na lavoura, antes a gente dependia de serviço de máquina dos vizinhos.

Em outros momentos Flávia destacava que quando chegaram nesta região só havia campo e gado solto, então optaram pelo investimento no plantio, arrumando e limpando as terras, retirando as pedras e plantando as árvores, pois segundo ela não tinha uma árvore para que pudessem sentar e descansar sob a sombra, inicialmente precisavam esperar a sombra de uma das paredes da casa, em determinada hora do dia, para sentar “lá fora”. Não havia energia elétrica, somente após dois anos o assentamento de Guabiju recebeu a instalação de uma rede.

M - E vocês ficaram muito tempo até conseguir se instalar aqui?

F - Sete anos acampados e ficamos mais uns noventa dias eu acho, é, mais ou menos noventa dias no barraco até fazer uma casa.

As mobilizações do MST trazem consigo complexidades no que diz respeito as relações com a terra, com o trabalho e com o coletivo, complexidades que estão arraigadas nos discursos e subjetividades destas pessoas. Rosa conta do envolvimento do seu pai, das combinações e as estratégias das lideranças, cujo principal aviso repassado era de que estivessem sempre preparados, pois a próxima ocupação poderia ocorrer em qualquer dia ou hora.

M - Como vocês chegaram até aqui?

R - Através do movimento né, de terra, e essa área aqui era uma área do Estado, que era uma área que não tava produzindo.

M - *E como vocês entraram pro movimento, se tu quiser me contar um pouco...*

R - *Ah como foi entrado pro movimento, tipo foi organizado né através de organização né, que na época era meu pai, tipo, nem era nós, mas nós acompanhamos tudo (...) tinha várias famílias daqui que eram de lá [Nonoai].*

M - *E qual é o tamanho da área aqui?*

R - *O total eu esqueci, mas é 27 famílias, é de igual pra igual com dezessete hectare de terra.*

Estas terras reivindicadas pelo MST pertenciam ao Estado do Rio Grande do Sul, e estavam “paradas”, o que significa que nada se produzia nelas, então ao serem informados sobre este espaço, o movimento se organizou para ocupá-la.

Em meio às incertezas, aos desafios, falam sobre a recepção nestes primeiros anos:

Eu pergunto como foi a recepção deles no município, como foram tratados, Flávia responde prontamente: *“Muito mal”*. Pedro [marido de Flávia] conta que pediram ao prefeito que cedesse algumas lonas para a construção das barracas, mas ele não queria ceder alegando que estas terras não deveriam ser ocupadas por gente de fora, afinal este era o coração do município, disse ainda que eles não tinham cara de colonos, agricultores. Seu Pedro fala em tom melancólico *“Eu nunca vou esquecer disso que ele me disse, tem certas coisas que a gente nunca esquece”* (Diário de Campo).

Para um município pequeno, a chegada de novos moradores provocou estranhamentos, presentes nos discursos tanto de Rosa, quanto de Flávia, que sentiram este estranhamento na pele, e ainda escutam certas denominações das quais não gostam.

Flávia diz que até hoje algumas pessoas de Guabiju os chamam de “acampados”, ou referem-se à região do assentamento, como “o acampamento”, às vezes ela rebate exprimindo que não são mais acampados, noutras deixa passar, afinal, “cansa”. Também comentou que muitos dos habitantes nunca sequer entraram naquelas terras, e imaginam que eles moram em barracos, sendo moram aqui há 26 anos, quando nestas terras só havia “mato e macega” (Diário de Campo).

Rosa conta sobre uma frase que ouvira de vizinhos, sobre alguém ter dito “*ah vai namorar o fulano que é um acampado? então eu digo, sim! Porque eu acho que eu ensinei os outros também, a gente aprende a se defender, nós não somos acampados, nem sem terra, hoje nós temos terra e nós trabalhamos nela, já não estamos acampados, eu aprendi, mas ensinei muito. Até mesmo as pessoas daqui poderiam ter ocupado estas terras, porque estavam paradas, mas não ocuparam, então nós viemos*” (Diário de Campo).

Além do processo de mudança e de habituação, os assentados depararam-se com um desafio de caráter ambiental, afinal a obtenção da terra estava garantida, mas eles precisavam trabalhar a terra e construir uma moradia, como tão enfaticamente nos coloca Rosa:

Quando nós chegamos, a terra aqui era pura capoeira e vassoural, nem dava pra enxergar se era boa para o plantio, nós não tivemos auxílio nenhum então a gente precisava trocar dias de serviço por horas de máquina, os vizinhos, quando nós chegamos se aproveitaram um pouco, exigiam três dias inteiros de serviço por uma hora de máquinas, não foi nada fácil na época (Diário de Campo).

O acolhimento dos vizinhos é retratado por algumas pesquisas, e estas falas reforçam tais tensões, quando a simples forma de obtenção da terra é responsável não somente pelo estranhamento, mas pelo distanciamento entre munícipes. O reconhecimento dos agricultores assentados foi moroso, porém hoje eles integram reconhecidamente o conjunto de agricultores e produtores do município. Este tempo entre a chegada e o reconhecimento deles enquanto agricultores que agora tinham terras nas quais morariam e produziriam, poderia ter sido amenizado com ações que facilitassem estes primeiros contatos com finalidade de uma integração mais rápida, por meio da proposição de uma ação política e pública na cobertura destas realidades agrícolas (Albuquerque, Coelho & Vasconcelos, 2004).

Estes primeiros anos são lembrados como períodos de muita luta, inclusive para a sobrevivência da família:

Ao chegar estavam com os três filhos, a menino mais velho com dez anos, a do meio com cinco e a mais nova com quatro meses de idade. Foi uma época bastante difícil pois os únicos alimentos que tinham era feijão e arroz, alguns vizinhos disponibilizavam batatas para eles. Foi uma época de muita luta e mobilização (Diário de Campo).

Sobre a forma como o movimento se organizou para a divisão das terras adquiridas pelos agricultores:

Quando mudaram-se para Guabiju dividiram-se em glebas, cada um tinha um grupo de famílias, mas também cada um tinha seu barraco. Contam sobre como foi a divisão das terras após a liberação do Estado: dividiram toda a faixa de terras em lotes, cada grupo com quatro famílias participava do sorteio de cada uma das propriedades, “*tiraram no papelzinho*”, cada família foi distribuída conforme o sorteio das terras, respeitando os grupos, não houve escolha ou reclamação, foi estritamente por sorteio (Diário de campo).

Num contexto nacional a reforma agrária ganha maior difusão nos anos noventa, após o episódio em que membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foram mortos, fato que ecoou internacionalmente⁶, ocasionando renovações nas políticas dos assentamentos rurais.

Esta rede intersubjetiva de construção simbólica se dá através das experiências concretas das pessoas e tem no trabalho com a terra, sua expressão (Coutinho e Oliveira, 2017). Os sentidos advindos das relações com a terra são mais evidentes nas narrativas das mulheres que participaram do MST, isso se deve por: insistência no movimento, anos em que passaram ocupando fazendas e finalmente pelo gosto e importância da conquista de seu espaço e da possibilidade de produzirem e habitarem um lugar próprio.

O que sobressaiu nas conversas sobre o MST, foi vivência nos acampamentos:

Sobre a vida durante os acampamentos contam que era tudo muito bem organizado. Flávia lembra que na fazenda as mulheres tinham que lavar as roupas e como eram muitas famílias, precisavam chegar cedo nos tanques “*pra poder se despachar cedo*”, às quatro e meia da manhã apanhavam as roupas e iam para os tanques próximos ao rio, às vezes quando chegava, já tinha outras mulheres na fila, então era preciso aguardar, “*às cinco horas da tarde quem tinha lavado roupa tinha, quem não tinha, ia embora sem lavar*”, pois este era o horário dos homens tomarem banho no rio, logo, as mulheres não poderiam ficar lá, elas também tinham um horário reservado para o banho. Pergunto sobre a comida, ela me diz que cada família preparava a sua, então Pedro conta que tinha um amigo, suas famílias às vezes se reuniam para cozinhar. Enfatizaram que como eram muitas pessoas, precisava de muita organização,

⁶ O Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorreu em abril de 1996, no estado do Pará, quando membros do movimento marchavam em protesto contra a morosidade no processo de desapropriação de terras.

que tudo era combinado nas reuniões e que logo que invadiam alguma propriedade, primeiro iam os homens e só depois as mulheres e as crianças. Nas invasões quem mais participava eram os homens, ao menos nos primeiros momentos (Diário de Campo).

Antônio Cândido (1964) reitera em seus estudos não a passividade, mas a resistência dos caipiras frente aos dispositivos de sujeição, econômicos ou políticos. Fortalecidos pelas relações de grupalidade e manutenção dos aspectos culturais tradicionais que garantem a permanência de características intrínsecas como as unidades familiares, relações estabelecidas com a comunidade, produção também para consumo próprio etc.

Também José Martins de Souza volta-se ao reconhecimento dos povos rurais, duramente buscado através de lutas por direitos e projetos sociais imanentes aos seus modos de vida enquanto sujeitos políticos. Destaca ainda a utilização da posse da terra enquanto instrumento político dos latifundiários, instrumento de poder que faz excluir os trabalhadores do campo ou mesmo submetê-los à formas de trabalhado injustas, e, como consequência, ainda afasta suas práticas culturais e tradicionais opondo-as ao modelo dominante difundido do que é entendido por progresso: o moderno e o lucrativo, quando unidos às ações estatais prevalecem, ferindo direitos de uma parcela notável da população.

A resistência é não somente a permanência, mas a combinação, a interação entre o moderno, se apropriado democraticamente ajusta-se ao tradicional, e não a um moderno cujo entendimento e utilização de tecnologias servem para esmagar estas populações rurais, impondo-se a elas. A resistência fala disto, de como o novo é apreendido, e como estas interações carregam práticas paradoxais na conformação das novas ruralidades.

Três aspectos marcantes na vida dos habitantes rurais: a propriedade da terra considerada patrimônio a ser preservado pela família (esta que dispõe da força de trabalho), enquanto coletivo que une-se para o desenvolvimento da propriedade e manutenção da continuidade das atividades. Os vínculos estabelecidos com o coletivo mais próximo, sejam os vizinhos ou comunidade, unindo vida e trabalho de forma impossível de dissociar. E então as relações com o município e com a cidade. (Wanderley & Favareto, 2013)

Esta "ruralidade" da agricultura familiar, que povoa o campo e anima sua vida social, se opõe, ao mesmo tempo, à relação absenteísta, despovoadora e predatória do espaço rural, praticada pela agricultura latifundiária, à visão "urbanocentrada" dominante na sociedade e à percepção do meio rural sem agricultores (Wanderley, M., 2000, p.14).

10.2 Distância da cidade e acesso a serviços

Tratando-se da quantidade de hectares, as famílias das participantes possuem de no mínimo 17 até no máximo 23,75 hectares de terra, obtidos por herança, herança e compra, e de assentamento rural.

As propriedades ficam distantes no máximo 13 Km da cidade, mesmo representando um trajeto curto, ainda que se considere a extensão territorial do município, cabe destacar que as estradas são de terra, alguns trechos são cascalhados, geralmente os de maior utilização, outros são de terra batida, o que torna a influência do clima decisiva nos trajetos até a cidade, a logística de locomoção não é nada simplista: se chove há muito barro, se há estiagem a poeira é um empecilho.

Os transportes públicos e gratuitos disponíveis são os escolares que fazem as rotas de segunda à sexta-feira (buscam em casa os alunos do interior e os levam até à escola e da escola para casa) e o que leva os idosos para as atividades da terceira idade num único dia na semana. Não havendo ônibus para outras finalidades, a locomoção precisa ser feita por conta própria.

E tu precisa de um médico, tu tem que ir até a cidade, de um remédio, tu precisa de um adubo, ou qualquer coisa, tem que ir, é longe. E na roça, se tu precisa de um mercado, porque nem tudo tu produz né, tu precisa de um mercado tá longe e tu tem que ir e dá gasto, bastante gasto. E com pessoas de idade, dá mais ainda porque é bastante remédio, é consulta, é médico. (Inês)

As idas à sede do município ou para municípios vizinhos são constantes no decorrer da semana das agricultoras: consultas, compra de insumos, alimentos, ida aos bancos e comércio em geral. Alguns ônibus de linhas intermunicipais passam por Guabiju em determinados dias da semana, então o deslocamento para as cidades vizinhas ainda que restrito, é viabilizado.

Esta dificuldade de acessar os serviços básicos é sentida pelas famílias, inclusive quando acarreta deslocamentos. Quando Inês comenta os gastos, inclui além do gasto com o combustível, também àqueles com o carro em si, por exemplo, a troca de peças devido a precariedade das estradas, buracos, pedregulhos, etc. daí as dificuldades de a renda obtida ser suficiente para cobrir todas as despesas.

Em relações a outros serviços, apenas uma das famílias visitadas tem acesso à internet via rádio, única modalidade disponível nas comunidades do interior, e depende da introdução de postes e espelhos, encarecendo a instalação. Outras três mulheres fazem uso da internet móvel, e duas não possuem acesso à internet, nem a telefones celulares.

Em todas as casas tem energia elétrica e telefones celulares (ainda que em muitas localidades o sinal seja precário obrigando as pessoas a se locomover no território até encontrar um local em que o sinal funcione para ligar). São empecilhos que privam as pessoas do interior de utilizar bens e serviços básicos, podendo gerar vulnerabilidades das mais variadas ordens.

M - E tu já pensou em ir pra cidade?

I - Eu pensei, pensei, porque a minha filha tá na cidade e se um dia acontecer a gente tem que ir né porque a gente vai aonde? Mas até que eu conseguir me virar e tiver nós dois, eu vou continuar aqui. (Inês)

Esta fala pode ser analisada segundo algumas dinâmicas frequentes no rural, o restrito acesso ao básico faz com que não somente os jovens decidam se mudar para as cidades, mas também os idosos, quando não tem ninguém da família que tenha optado por continuar morando no interior. Daí a fala de Inês, de que enquanto puder realizar seu trabalho e tiver saúde para “se virar” ela ficará no interior, mas após o envelhecimento, ou se precisar de algum tipo de cuidado cujo acesso não é disponível ali, então ela e o marido irão para a cidade.

11 Família

11.1 Sucessão Familiar: ascendentes e descendentes

Dentre as características familiares das mulheres visitadas destaca-se o número de filhos, todas têm no máximo três, quando o número de irmãos que possuem é pelo menos o dobro deste. Se anteriormente as famílias eram numerosas, atualmente observa-se uma redução importante.

Um dos motivos seguidamente comentados é o desejo de garantir uma ‘vida’ com melhores condições econômicas e oportunidades para os filhos. Decisão destas mulheres balizada pela gradativa conquista de direitos e liberdades. A decisão sobre a família, o corpo e a prole (ainda que a responsabilidade da criação recaia sobre as mães), talvez recente, é impactante, e estas mudanças estruturais nas famílias fornecerem pistas das construções e desconstruções vividas pelas mulheres neste ambiente.

A questão da sucessão, neste contexto, é a seguinte: das seis participantes apenas duas tem filhos homens, destas apenas uma, **Neide**, destinou ao filho o seguimento das atividades rurais juntamente a Mariana, sua nora; Neide herdou as terras de seus pais e ficou responsável pelos cuidados destes quando idosos. Isto demonstra que existe também a flexibilização destes padrões face as transformações sociais, afinal, mesmo as tradições não estão numa esfera do intocável.

No caso de **Mariana**, a mais nova das participantes, o processo de casamento impulsionou sua saída da casa dos pais para a casa do marido e dos sogros, onde mora e trabalha. A propriedade dos sogros será herdada por ela e seu marido, demonstrando que ainda que haja a saída das mulheres para as cidades, permanece também a dinâmica da saída das mulheres após o casamento. As terras de seus pais foram herdadas pelo irmão. Mariana tem uma filha pequena e relata que pelas suas observações esta não dará continuidade ao trabalho rural.

A minha vó fazia queijo, sempre gostou de trabalhar muito, não parava, disse que eu tinha que casar com um fazendeiro porque eu sempre gostei muito dos bichinhos, meu avô então morreu trabalhando, foi no chiqueiro tratar os porcos e sofreu um infarto (Diário de campo, Mariana).

Neuza tem três filhas, e a sucessão foi para a filha do meio e o genro que construíram uma casa na propriedade; a filha mais velha optou por morar e trabalhar na cidade, enquanto a mais nova estuda e mora com os pais. Já Neuza saiu da casa dos pais após o casamento e foi morar na propriedade dos sogros, a qual herdaram, também assumiram o cuidado destes quando idosos.

Ela enfatiza que o trabalho realizado na nova casa era muito semelhante ao anterior: a lida com as vacas leiteiras e lavouras, e mais tarde a inserção de um aviário e o plantio de batatas.

Flávia mora com o filho, mas a sucessão será a partir da filha mais velha e de seu genro, ainda que atualmente morem na cidade; seu filho tem necessidades específicas e recebe um salário próprio. Ela e o marido, ambos do MST, conquistaram as terras, através do movimento.

Flávia me contou de suas filhas que trabalham na cidade, a mais velha gostaria de voltar para o interior, “*quem sabe um dia*”. Elas voltam para casa a cada quinze dias, no máximo, estão sempre próximas, e quando vêm “*fazem o rancho*” levam frutas, legumes, leite, carnes, ovos, bolachas, “*eu até cozinho o feijão pra elas*”. Conta da formação das duas filhas com muito orgulho, que não foi fácil ajudá-las na época da faculdade, mas que sempre as ajudaram e continuam ajudando, pois na cidade tudo é mais caro (Diário de Campo).

Rosa saiu da casa dos pais após o casamento, quando tinha dezoito anos de idade, como conta: “*Em seis meses eu namorei e casei, nossa aqueles pais loucos!*” Ela tem uma filha que há pouco tempo terminou o ensino médio e optou por morar na cidade, e seu primeiro filho faleceu. Ela e o marido não herdaram terras, conquistaram-nas via MST;

Inês tem apenas uma filha que mora e trabalha na cidade. Inês saiu da casa dos pais que concederam a propriedade rural para seu irmão, após o casamento mudou-se para a propriedade dos sogros, e hoje ela e o marido, que herdou as terras, são responsáveis pelo cuidado deles.

Tanto Mariana, quanto Neuza e Inês possuem uma dinâmica de vida semelhante quanto a saída da casa dos pais após o casamento que as direcionou para a casa do marido e sogros. Sobre seus relacionamentos todas namoraram e casaram cedo, por volta dos vinte anos ou até menos, já as filhas destas mulheres, ainda que namorem,

exceto duas (sendo uma criança e uma adolescente), não há esta obrigatoriedade do casamento, mesmo que morem com os companheiros.

A herança e o cuidado dos pais

Ainda que as mulheres sejam maioria nestas famílias, a sucessão segue um determinado padrão, já visto em outras pesquisas também realizadas no contexto sulino (Brumer, 2004). Este padrão corresponde à destinação aos filhos a assunção da produção e propriedade, além do cuidado dos pais; caso não haja filhos então as filhas e os genros assumem e cuidam dos pais, e nestes casos a presença do genro como responsável é prioritária. Ou seja, os filhos homens continuam detendo a prioridade sobre a sucessão, então somente na sua ausência é a mulher, e desde que casada para que os cônjuges assumam o trabalho e as terras.

No caso da presença dos filhos, as filhas saem para estudar, morar e trabalhar na cidade ou, quando casam com um agricultor, mudam-se para a casa deste. Esta dinâmica acontece nas propriedades menores, portanto e corroborando com tal, nestas famílias não houve divisão da herança entre os filhos. Já nos casos em que há a divisão, as partes destinadas aos filhos que não moram na propriedade são vendidas àquele que mora e cuida dos pais, geralmente a preços inferiores ao de mercado, uma vez que este responsabilizou-se pelo cuidado dos pais.

A herança como aquilo que será deixado, e para quem será deixado, comporta não somente a propriedade, mas a terra enquanto um bem simbólico inscrito economicamente. As tensões decorrentes das escolhas e suas implicações, não restritas à unidade familiar, mas às relações entre os familiares nem sempre vem à tona, afinal obedecem a certa prescrição, onde os homens são os privilegiados. São decisões que passam anteriormente por um código próprio e não pela legislação vigente (Paulilo, 2004).

O fato de, em todas as famílias visitadas, o casal ainda trabalhar, a pauta da sucessão parece não fazer parte das preocupações cotidianas. As participantes que tem filhas mulheres, quando questionadas sobre a sucessão e se os filhos dariam continuidade ao trabalho dos pais, responderam:

A minha não, tenho certeza que a minha não, a minha já tem a profissão dela né, é cabelereira, desde o começo que ela foi né, ela enfrentou dificuldade, saiu

nova né, porque no que ela fez o terceiro ano ela já saiu de casa, no mesmo ano, quinze dias depois que ela fez a formatura do terceiro ano. E o primeiro ano não foi fácil pra ela né, mas agora, graças a Deus, ela tá se virando bem. E ela tá fazendo o que ela gosta e graças a Deus ela tá indo bem.

M - E isto pra ti é uma preocupação? Ela ter escolhido uma outra coisa...

Não, pra mim foi muito bom, eu fiquei contente porque ela escolheu o que ela queria, e eu sei que ela dizia desde nova, desde pequena, queria, ela dizia 'quero ser cortadeira de cabelo', o sonho dela era ser isso, às vezes ela dizia outras coisas, mas o principal, qual sempre ela falava isso. E pra mim eu fiquei feliz porque a gente tá ajudando ela também né, no que ela gosta, que ela sempre... a gente deixa do sonho da gente, pra gente ajudar os filhos né, pros filhos terem o sonho deles né, que daí parece que eles realizando o sonho deles, a gente parece que é o nosso sonho realizado. Ela sempre foi livre de escolher o que ela queria. Se ela queria fazer uma faculdade a gente ia dar um jeito né, de pagar a faculdade, mas ela nunca quis fazer mesmo. (Inês)

A narrativa de Inês é composta pela certeza de que sua única filha não pretende trabalhar na agropecuária, destacando que sempre a deixou livre pra escolher aquilo que ela quisesse fazer, e após a escolha continua lhe apoiando, inclusive financeiramente, e vê-la realizada é para ela também uma realização.

M - E tu acha que a Ana vai dar continuidade pra essas atividades aqui que vocês fazem?

R - Não, eu acho que não, que lidar com os bichos assim eu acho que não, que eles já têm outra visão né...

M - E isso preocupa vocês?

R - Não, eu acho que não porque [segundos de silêncio] cada um tem que fazer o que gosta né, seguir com o que gosta né, e vai saber se não muda de ideia, ninguém sabe.

Já Rosa ainda que consciente desta “outra visão” proveniente talvez do que observa dos jovens, não vê a filha lidando com os animais, destaca que primeiramente ela precisa fazer o que gosta, mas também deixa certa possibilidade no discurso de que ela mude de ideia, ou seja, que queira trabalhar no interior.

A Maria não, mais antes ela vende tudo. Ela não gosta nem de ir lá pra fora.

M - *E isso é uma preocupação pra ti?*

Eu acho que não, porque ela tem que ir estudar, porque aqui na roça não tá fácil, ninguém reconhece o trabalho da....dos agricultor”. (Mariana)

Mariana é enfática em sua resposta, sua filha ainda é criança, mas já demonstra não gostar do ambiente rural. A outra alternativa é o estudo, tanto pelo reconhecimento, quanto pelo desejo de que não passe por dificuldades que ela própria enfrenta no rural.

N - *Sim, o Raul sim, mas a Rafaela não, mas, a Rafaela odiava a roça, vaca nunca gostou...*

M - *E isso é uma preocupação pra ti?*

N - *Não, nem um pouquinho porque eu disse pra ela, que o que ela quisesse fazer, que fizesse.*

Neide já fez a sucessão para o filho, e sua filha há tempos mora e trabalha numa cidade, na sua fala destaca o quanto a filha não gostava da roça, nem das vacas, e que sempre percebera isso, portanto, prezou pela escolha da filha e refere-se a ela sempre com muito orgulho.

Conforme também abordado por Paulilo, mesmo em meio a tantas variabilidades possíveis nas questões de sucessão, há que se destacar que as mulheres são prioritariamente as que saem de casa, quando há descendência masculina, e nos demais casos “*Elas são sempre consideradas ‘filhas ou esposas de agricultor’, termo que identifica tanto as que trabalham nos campos como as que não o fazem*” (Paulilo, 2009, p. 183).

Não se percebe que a questão sucessória seja algo incômodo às participantes, nenhuma comentou ter se sentido prejudicada na divisão do patrimônio, ainda que das quatro que herdaram terras, apenas uma delas tenha herdado a terra dos pais, as demais adquiriram após o casamento, mudando-se para as terras do marido. Talvez, isto se deva a naturalização do processo de passagem para as figuras masculinas.

A manutenção da noção do trabalho feminino como ajuda, e a imposição de modelos de socialização, podem ser fatores responsáveis pela constante saída das

mulheres do espaço rural, principalmente da geração das filhas das participantes da pesquisa, suas trajetórias mostram que vislumbram outros modos de vida nos quais a inserção social é possibilitada de diversas formas, seja através do trabalho nas cidades, ou mesmo da interação entre os estudos e o trabalho, outras pesquisas na área também demonstram esta dinâmica no rural (Stropasolas, 2004).

A percepção de que todas as atividades elaboradas pelas mulheres são invisibilizadas e não reconhecidas, afinal, as atividades domésticas independente se realizadas pelas mulheres mais velhas ou mais jovens, não são vistas enquanto trabalho, faz com que busquem atividades nas cidades, reconhecimento e retorno financeiro direto.

Daí as falas das participantes em relação às filhas denotarem a saída destas ou, ao menos, seu pouco interesse no trabalho rural. Alguns trechos atentam para a questão do trabalho agrícola como aquele em que o contato provoca o “*sujar*”, o “*lidar*” com os bichos. Durante as visitas às participantes, três filhas foram constantemente citadas pelas mães, por não gostarem do trabalho rural, “*nem vão lá pra fora*”, “*não querem se sujar*”. Uma delas ainda é criança, a outra recentemente mudou-se para trabalhar, e a outra mora e trabalha há anos na cidade. O impacto das frases “*odiar a roça*”, “*não gostar dos bichos*” remete ao distanciamento deliberado das práticas cotidianamente visíveis para elas e vivenciadas pelas mães, pais, avós e irmãos. O trabalho com a terra e com os animais exige o contato do corpo, o corpo enquanto instrumento de trabalho, passível de ser sujado, de ser experimentado conforme solicitado.

Esses falas possibilitam certas formulações de hipóteses, dentre elas de que ao presenciarem o trabalho executado pelas mães, não se veem neste mesmo papel, nesta condição social, veem para si outras vidas possíveis, talvez pelas relações que presenciaram, pelo peso do trabalho rural, pelas dificuldades vivenciadas pelas mulheres nestes ambientes, o excesso de trabalho, pouco lazer e tempo livre quase inexistente, etc.

M - *E tu acha que tuas filhas vão dar continuidade a essas atividades?*

Eu espero que sim [risos], espero que sim, que continuem né. (Neuza)

Apesar de sua resposta parecer relativa, Neuza tem convicção que as filhas darão continuidade aos seus trabalhos, pois tanto a filha mais jovem que mora com ela,

quanto a filha que mora ao lado, contribuem no trabalho com as vacas de leite e expressam interesse nesta atividade.

M - E a senhora acha que seus filhos vão dar continuidade pra essas atividades?

Vão, vão sim, a mais velha quer vim morar aqui, tem interesse em vim morar na terra do pai [risos]. (Flávia)

Flávia tem duas filhas que moram e trabalham na cidade, porém, coloca o interesse de umas delas de retornar e continuar as atividades na propriedade.

Nestas narrativas cotidianas das mães que adoram falar sobre os filhos, e principalmente valorizar o trabalho que estes fazem, nota-se a representação do trabalho feminino na agricultura, ao mesmo tempo que fundamental, ainda são as mulheres que saem de casa, o que é comentado de forma bastante natural pelas mães. Por vezes o trabalho dos filhos que saem do interior é mais comentado do que daqueles que permanecem, o incentivo dos estudos aos filhos, além de fazer com que saiam do rural, lhes proporcionam maior valorização de suas atividades, em detrimento daquelas executadas pelos que ficam na colônia. Esta transição do estudo e emprego urbano fala de uma ascensão social (Carneiro, 2001).

Esta tendência da passagem da herança para os homens opera sobre o estabelecimento e restabelecimento, já naturalizado, das desigualdades de gênero. Se as filhas são a segunda opção em termos sucessórios, se são incentivadas a mudarem-se seja para a casa dos maridos (passando pela diferente nomeação, de filhas para mulheres de agricultores) ou para as cidades, isto denota que ali não há um espaço para elas, obrigando-as a buscar uma outra ocupação e um outro lugar para estar e viver. Mesmo com as conquistas sobre a posse das terras, as mulheres permanecem expostas às relações desiguais intrafamiliares.

Decisão centrada nos mais velhos

Outra característica referente a sucessão, que é encarada, inclusive, como algo a que se atribuía a saída das pessoas do meio rural, é assunção da organização pela sucessora ou sucessor. Pesquisas já realizadas mostram que, quando os pais moram na propriedade continuam detendo a posição de decisores majoritários a respeito da questão da terra e trabalho, os sucessores ocupariam então uma posição de ‘dependentes’, o que ocorre independente da aposentadoria dos mais velhos, afinal a aposentadoria não cessa o trabalhar rural, é vista como uma conquista muito importante, mas não pausa as atividades. Porém nas famílias participantes da pesquisa, há rompimentos com esta noção geral.

Na propriedade de Neide, por exemplo, tanto seu marido quanto o seu filho assumem a tomada de decisão em conjunto, ela inclusive destaca que algumas decisões são feitas pela família toda;

No caso de Mariana, nora de Neide, seu marido e o seu sogro são os organizadores. Quando questionadas sobre quem administrava a renda familiar:

O Raul! Tudo o Raul, tudo, tudo, tudo e ele tá toda a hora com a calculadora e a caneta e o papel na mão, tudo, tudo, tudo, todas as manhãs ele faz dez mil contas por dia, tudo ele. (Neide)

Porém, quando questionadas sobre as decisões relativas à casa:

-Ah daí sou eu... (Neide)

-Todos também... (Mariana)

-É, todo mundo...junto, junto. (Neide)

Inês também está na posição de nora que mora com os sogros, ambos já com idade avançada e várias complicações de saúde que os impede de trabalhar. Ali, seu marido e ela assumiram a posição de tomada de algumas decisões, mas antes passam pelo crivo dos mais velhos, estes já aposentados, com idades entre 70 e 80 anos. Sobre as decisões:

I - *Não, a gente decide junto, mas quem lida com isso é o meu marido, mais é meu marido...*

M - *Banco essas coisas...*

I - *É tudo ele que lida com isso.*

M - *E as decisões relacionadas à casa?*

I - *É junto daí.*

M - *E pros teus sogros?*

I - *Sim, sim, também é junto.*

A família de Neuza, atualmente conta com a presença do genro na propriedade, e há algo de novo nesta relação, uma vez que Neuza e o marido pagam um salário para o genro, ou seja, não há divisão total nos termos ‘tudo é de todos’, mas uma porcentagem relativa aos ganhos, o que também sinaliza uma tensão no *habitus* (Bourdieu, 2005). Situação diferente da vivenciada por Neuza após o casamento.

Talvez um elemento seja a idade dos ditos ‘mais velhos’ dos pais e/ou sogros, quando variam entre 40 e 60 anos, ainda em idade dita ‘produtiva’ eles participam diretamente da organização e das decisões sobre o trabalho e os investimentos. Já quando em idades mais avançadas, ou quando impedidos por problemas de saúde, então atribuem mais autonomia para os sucessores.

Sobre a participação conjunta, ouvi comentários não somente de Mariana, mas também de seu companheiro Raul sobre as necessidades da atualização nas atividades e os enfrentamentos necessários no convencimento do pai e sogro que resiste e evita mudanças, afinal o casal concorda que investir é necessário “*Pra conseguir fazer as coisas e ter algum lucro com elas*” (Diário de Campo, Mariana).

A modernização, principalmente para esta geração, é permeada por ‘fantasmas’ da dissolução do tradicional, simbologias e significados, o que provoca atritos e necessidade de negociação entre as gerações visando o aumento na qualidade de vida destas pessoas. O saber tradicional ocupa um lugar de hegemonia frente aos “*modernismos*” (expressão utilizada no cotidiano com função pejorativa às mudanças), ambos em constante tensão, ambos produzindo outros modos e práticas possíveis.

Isto remete a complexidade instaurada no rural entre as velhas formas de fazer e as novas formas de fazer, com seus benefícios e desafios.

11.2 O passado

Em todas as conversas sobre o trabalho, ainda que qualificado como desgastante, recebe uma nova interpretação quando as entrevistadas lembram de outras épocas, nas quais estes mesmos trabalhos eram realizados com maior sofrimento.

Era tudo manual, não tinha máquina, era tudo manual, era plantar, era carpir, era roçar, era tudo manual, eu cresci sem ver máquinas, depois, com uma certa idade daí meu pai conseguiu né, daí começamos a ver algumas máquinas funcionando, mas a gente lidou com parreiras, com roças, sempre manual. (Inês)

M - Vocês já tiveram vaca de leite, né?

Já, já. Ah, era puxado né, bastante serviço porque nós trabalhamos muitos anos com vaca de leite, no que veio luz...tirava leite a mão, puxava balde de leite no freezer, tudo...pesado. (Flávia)

Quando morava na casa dos pais ela também tirava leite, mas lá era tudo à mão, somente uns dias depois que foi embora, os pais adquiriram uma ordenhadeira, contou que um de seus irmãos mora com os pais e que agora a família trabalha na produção de amoras (Diário de campo, Mariana).

Na época em que tinha os filhos pequenos, Neide nem pode cuidar deles o quanto gostaria, “*de tanto trabalhar fora*”, comenta que hoje ainda tem as máquinas, mas “*naquela época sim era sofrido, tudo à mão*” (Diário de Campo).

Perguntei a Neuza se ela gostava de tirar leite, contou que sim, que lida com vacas leiteiras desde os onze anos de idade, os pais também eram agricultores, mas na época a ordenha era feita de forma manual, bem como o cuidado com a plantação, o combate as pragas era realizado a partir do carpido, as pragas além de arrancadas eram expostas ao sol para que queimassem, pois em contato com a terra podiam brotar novamente (Diário de Campo).

N - *Eu até, um dia antes do meu casamento, toquei de ir plantar soja*

M - *É Neuza? um dia antes do teu casamento, mas nem nesse dia te liberaram?*

N - *Nem me liberaram, é esses anos era difícil, tinha que trabalhar e trabalhar, ainda mais que não tinha máquinas né, era tudo à mão, plantado à mão, limpo à mão, à enxada né, não tinha veneno, essas coisas de passar, era tudo enxadinha.*

A rápida modificação nas ferramentas e maquinários agrícolas possibilitou maior rapidez no trabalho e conforto, ao mesmo tempo provocou impactos em algumas práticas tradicionais, tais mudanças foram e são absorvidas como importantes e benéficas. Na lida do leite quando não havia as ordenhadeiras mecanizadas, a tiragem era feita toda à mão, o leite era repassado para um tarro que precisava ser colocado num freezer para que o caminhão da coleta de leite (*o leiteiro*) buscasse no dia, ou no dia seguinte, conforme a quantidade. Após, houve a instalação do transferidor, ou seja, o leite era direcionado automaticamente ao resfriador (próprio para a atividade), até chegar na mecanizada completa. Cabe mencionar que em algumas propriedades ainda não há ordenhadeira mecanizada, então as mulheres precisam carregar os tarros e erguê-los para despejar o leite no resfriador.

O acesso aos tratores (e implementos) também é recente, através, principalmente, da política do Mais Alimentos. É importante pois permite o manejo das terras e a lida com os animais, substitui o trabalho com os bois, por exemplo, na aragem da terra e a dependência da contratação de terceiros para os serviços.

Estes elementos são narrados como conquistas destas agricultoras, marcam a passagem de um período de muito esforço físico e desgaste, pela possibilidade de melhor qualidade de vida e maior produção.

11.3 Filhas, sogras, noras, netas...

Todas as participantes foram desempenhando e trocando de papéis ao longo de suas vivências, e cada um destes papéis detinha atividades específicas. De filhas e netas, tornaram-se esposas e noras, e também avós e sogras, cada estágio pede outra

conduta e quando as várias gerações convivem, para além da troca de conhecimentos, alguns acontecimentos diários se impõem.

Nas casas onde também moram as sogras das mulheres, há comentários sobre o quanto era mais difícil morar no interior na época delas, tanto em relação ao trabalho, ao preparo dos alimentos, ao acesso às cidades, afinal não havia energia elétrica, carros ou água encanada, as roupas eram lavadas nos rios e absolutamente tudo era feito em casa. Sobre os filhos, contam que precisavam levar os bebês até as lavouras, pois não tinham como ficar em casa cuidando deles. Quando contam isso na presença das noras, soa quase como um recado, de que estas se queixam à toa, pois em outra época, era pior e ainda assim resistiram. É uma competição simbólica de quem: trabalha mais, *dá mais duro*, e é a mais *trabalhadeira*. Diante de tais comentários os homens se omitem, não costumam opinar.

Há que se destacar que existe uma demarcação clara, uma hierarquia a ser respeitada, denota um respeito absoluto que recai principalmente na nora, cujo respeito com a sogra, dona da casa, é primordial e o que a define como uma boa nora.

Depois sua sogra quis que ela pegasse o álbum de fotografias pra me mostrar um pé de plátano que tinham na outra casa em que moravam, olhava o álbum enquanto ela me apresentava seus familiares. Tinha fotos do casamento de 25 e 50 anos da sogra, então eu brinquei que ela e o marido [portanto, os sogros de Inês] “já estavam experts em casamento”, eles riram e a sogra de Inês disse “é, uma vez não tinha separação, as mulheres aguentavam” (Diário de Campo).

Neste enunciado feito por uma mulher, em seu papel de sogra, é ratificada uma posição da mulher da época passada, que aguentava, ainda que ela não tenha exemplificado este “aguentava”, cabe neste entendimento do termo o assujeitamento aos maridos, e talvez às próprias sogras e demais familiares. Fala de uma posição ocupada não somente por ela, mas por todas as outras mulheres que conhecia. O tom em que foi proferida esta frase, não era de denúncia, mas de confirmação e conformação, fazendo claramente uma crítica aos tempos atuais.

Esta percepção de união, seja do grupo familiar, mas principalmente das relações entre os casais, neste caso heterossexuais, também porta significados importantes que serão abordados no decorrer do texto. Mesmo não verbalizada frequentemente, quando o é (nas falas sobre as separações, bastante raras no meio rural

deste município), nota-se que as mulheres são avaliadas pela sociedade em geral através do marido, e da manutenção de casamentos.

Também a idade das pessoas é fator de reorganização das atividades. Inês mora com a sogra desde que casou, há 27 anos, e conforme seu relato:

I - Quando eu fui morar lá [na casa dos sogros] daí ela fazia mais as tarefas em casa, era dividido né, eu ajudava também, mas ela tipo assim, eu ia na roça, o almoço era ela, alguma roupa era ela que lavava. Era dividido, mas eu ajudava também, roupa, essas coisas eu ajudava também, a lavar, comida, às vezes eu deixava tudo pronto né, tipo massa feita, tudo pronto, daí ela fazia, mas eu era 99% mais na roça, e ela ficava mais em casa, até que ela teve saúde né, depois que ela adoeceu, daí eu tive que pegar o serviço da casa também, da roça e em casa.

M - E agora...

I - Agora que ela não pode mais né, muito pouco ela faz, daí é na roça e em casa também.

Quando a nora muda-se para a casa do marido e dos sogros há uma tendência dela, mulher mais jovem, ser direcionada aos serviços externos, enquanto a sogra continua fazendo o serviço doméstico e sua atuação, seja na lavoura ou com os animais, diminui e só cessará no caso de adoecimento, então a nora absorve em definitivo todas as tarefas e assume mais uma, de cuidadora. O cuidado com os idosos passa não só por uma noção de reponsabilidade, mas de moralidade.

O caráter geracional das atividades baseia-se também no desempenho físico das pessoas, a lida exige vigor, e devido às tarefas desgastantes, todo o esforço despendido pode significar o adoecimento, como será comentado num capítulo específico.

Ah, as domésticas, as domésticas não têm divisão, é uma pessoa só [risos], ela [Mariana] me ajuda sim, de meio dia e de noite um pouquinho sim, mas se não é tudo eu, eu me viro, e com a nenê e dentro de casa é comigo, a casa é minha. (Neide)

A lida doméstica não é diferente, inclui limpeza de toda a casa, comida (para a família diariamente, e para os peões na época de plantio ou colheita), lavagem das

roupas e a manutenção dos jardins (no plural pois nas propriedades visitadas havia flores e gramado não somente em torno das residências, mas ao longo das estradas, nas entradas principais, por exemplo). Inclui-se neste ficar “*em casa*”, ou, “*mais em casa*” das sogras e mães, a assunção do cuidado com as crianças, seus netos. Não suficiente, nas épocas de bastante trabalho externo, elas são convocadas a atuarem “*lá fora*”. Visivelmente o esforço físico não se restringe às atividades rurais, mas às domésticas e de cuidadora.

Não pude nem fazer o enxoval para minha filha, a única coisa que pude fazer foram as barrinhas de crochê na cobertinha para deixar mais bonitinha, quando ia sair do hospital a enfermeira pediu que avisasse meu marido para levar mais roupinhas, pois a nenê não tinha para sairmos do hospital e irmos à missa, mas eu sabia que não tinha mais nem uma peça em casa, então a enfermeira pegou uma fraldinha daquelas de plástico e fez uma roupinha pra nenê. Também quando eu ia lavar as fraldas no tanque, sabe aquela casinha que você tá vendo, perto do açude? Ali eu lavava as fraldas, eu esticava e deixava o sabão na borda para segurá-la, ela ia lá e tirava pra dizer que eu não sabia lavar e estender direito. Eu passei as minhas com ela, sem ninguém pra conversar. (Neuza)

Neuza também fala de suas experiências quando após o casamento mudou-se para a casa do marido e sogros. Passou por situações difíceis durante os catorze anos em que morou com a sogra que não lhe permitia sentir-se em casa ou utilizar as “*suas*” panelas, alegando que a nora não sabia cozinhar e nem lavar roupas. Neuza fora educada de modo a sempre, em qualquer circunstância, respeitar as pessoas mais velhas, e nunca “*respondeu*” para sua sogra, sofreu calada por anos sem ter com quem conversar, uma vez que toda sua família morava longe dali. De todas as passagens por ela contadas, a que mais a emociona é a do nascimento da primeira filha para a qual nem pudera fazer o enxoval, pois a sogra tomou para si esta tarefa.

De quem é a casa? Noras e Sogras

Eu quando cheguei aqui, eu mais era trabalhar lá fora, nas lavouras, era tirar leite, naquele tempo nós tinha porco também, tinha aviário e dentro de casa eu não fazia nada porque era tudo ela que fazia, não me deixava eu fazer comida, não deixava eu mexer em nada dentro de casa, daí eu vivia mais fora, serviço de fora que nem um homem, na estrebaria, nos porcos, no aviário. (Neuza)

Além da relação com a sogra que não lhe deixou ocupar um lugar na casa, Neuza ressalta que desenvolvia todas as atividades externas “*que nem um homem*”, parte desta ideia da atuação da mulher não somente fora de casa, ou somente dentro de casa, mas em ambos. Ainda que o enunciado não se sustente, afinal, as mulheres fazem todas as atividades externas, seu entendimento é que as de casa também fazem parte deste pacote de trabalhos femininos.

Um sonho? Ai, sonho... ah eu sempre sonhava em ter uma casinha bem boazinha, boa né, nunca consegui. Eu sempre dependi de morar, casei...tava junto com meus pais lá, casei e vim morar junto com meu marido, já tive que morar junto com a minha sogra, daí morei junto com ela na mesma casa, eu não tive o meu cantinho pra morar e quando eu saí que a gente comprou esse terreno pra gente trabalhar, aqui eu vim dentro de um rancho velho. (Inês)

Todas as participantes têm na casa seus próprios territórios, e neste território tudo precisa estar muito organizado e limpo. A casa é o espaço no qual uma das jornadas de trabalho acontece e é o espaço no qual quem manda são elas. Ou seja, ainda que seus discursos denotem as mudanças ocorridas para melhor sobre as relações de gênero, a cozinha ainda é o lócus das mulheres. Esta noção de propriedade, que é sim organizada conforme uma demarcação de gênero, exerce também outras funções, pois neste lugar de dona da casa a mulher tem para si o direito total de decidir sobre as tarefas e a organização. Logo, quando há noras e sogras coabitando, há de certa forma, uma disputa, ainda que esta seja mascarada.

Se a própria casa acompanha a noção de ter suas divisórias estruturadas de forma sexuada, como propõe Bourdieu (2002) a cozinha é habitada segundo esta normativa, além de que é a referência das casas, a recepção das visitas, em todas as casas que fui, é na cozinha, para além do local de preparo das refeições, significa um local de acolhimento, é também onde está o fogão à lenha e nos tempos frios é em torno dele que as pessoas se reúnem.

Após tomarmos chimarrão, Mariana pediu à Neide pra fazer mate doce, ela respondeu que sim, que fizesse. Em seguida Mariana nos serviu uma cuia de mate de doce, muito caprichada, com uma borda de açúcar e coco ralado, ainda serviu numa bandeja, bolachas e cuca (Diário de Campo).

O casamento das mulheres e sua mudança à casa dos maridos e sogros, as coloca em posições no qual o fato de ser mulher às direciona ao ser nora, esposa e mãe primeiramente, para então ser finalmente trabalhadora, quando não, ser ajudante. Ainda da posse das terras, se antes pertencem ao marido, e após para o filho, e no caso de apenas terem filhas mulheres, então para o genro, estas mulheres que são as esposas, não detém a propriedade ou melhor, a legitimidade de proprietárias destas terras, estão simbolicamente e materialmente sujeitadas às figuras masculinas. Se convivem noras e sogras, seus papéis duplamente secundarizados (em alguns casos) as colocam em conflitos entre si.

No caso das duas participantes que moram na propriedade dos sogros, uma delas mora na mesma casa, enquanto a outra tem uma casa ao lado da casa dos sogros. Sobre o último caso, esta é uma estratégia inovadora pois garante certa autonomia às noras, de ter um local próprio onde são as decisoras principais. (Carneiro, 2001)

Seguimos pra ver as plantações de morangas e pergunto o que ela acha do trabalho que faz, responde que hoje ela gosta, mas não tanto quanto gostava, hoje ela vai porque sabe que tem ir na roça e trabalhar, antes ela ia com entusiasmo, hoje mais por obrigação mesmo, isso após a depressão. Fala também do quanto a vida não tem dado trégua e de como foi quando casou, disse que pensava que iria sair da casa dos pais e ser mais livre, então foi morar com os sogros em outro município, e lá era a mesma dinâmica, a sogra queria as coisas do seu jeito, *“então eu ficava mais lá pra fora mesmo, depois que compramos aqui daí eu pensei: ‘agora as coisas vão melhorar’, aí veio a depressão, quando eu tava me recuperando, meus sogros vieram morar conosco, então tu sabe, minha sogra principalmente, não é fácil, então eu e o Noel não temos aquela liberdade de casal. A comida mesmo, quando éramos só nós dois eu fazia qualquer coisa pra comer no meio dia, mas era mais tranquilo, agora já tenho que me preocupar com os sogros, deixar tudo separado, eles até fazem, mas tem que deixar lá planejado já. Então é assim, quando tu acha que as coisas vão melhorar, não sei se é castigo, destino, não sei...”*. (Inês)

Seus relatos denotam esta posição da liberdade sempre adiada, desta prioridade voltada aos outros impedindo não somente a sua própria liberdade, mas também a do casal. Responsável por duas casas e todo o trabalho externo, a vida de Inês é de trabalho e cuidado com os outros, em meio a isso, a depressão, de um sofrimento que é seu.

“Este processo ambíguo e contraditório apresenta, ao mesmo tempo, uma face moderna, com ênfase na elaboração dos direitos individuais e outra, conservadora, onde o que prevalece são os valores que reforçam o sentimento de pertença à família e à localidade.” (Carneiro, p.43, 2001)

Mas também existe parceria entre noras e sogras que precisa ser destacada, como o trecho a seguir bem ilustra:

Mariana me conta que os sogros passaram uns dias na praia e eles [ela e o marido] precisavam fazer tudo [todo o trabalho], durante dia inteiro: na lavoura de tomates, com as vacas, bois e nas demais plantações, além de que ela ainda tinha que fazer a comida e a limpeza da casa, “*eu quase morri trabalhando, minhas roupas agora que tão voltando a me servir, emagreci de tanto serviço, olha [e apontava para lavoura] tudo isso aqui com tomate!*” ela estava realmente impactada só de lembrar, [esta lavoura tem uns cinco hectares de terra, é realmente inimaginável para mim todo esse serviço: plantar, amarrar em torno das estacas a cada nova brotação, colher milhares de tomates, e ainda soube que alguns compradores demoraram cerca de um ano para pagá-los]. “*O preço tava bem bom, mas na época de vender ficou lá embaixo*”.

Esta parceria no trabalho de que se alguém precisar sair, o outro dará conta é algo bem interessante e fala desta coletivização nas tarefas, de saber que pode contar com o outro e vice-versa.

Ela caprichosamente pegou uma esponja com sabão e lavou os dois resfriadores enquanto me falava da sua família e de como se sentiu após a mudança [para a casa da sogra], ela diz que se acostumou fácil, que sua mãe era mais rígida e que não a deixava ter muitos bichinhos, mas sua sogra deixa, ela tem garnisés, ganhou da sogra uma galinha chocadeira com pintinhos, tem coelhos, codornas, pássaros, cachorros, e isso a deixa muito feliz. Perguntei se ela preferia lidar com a terra ou com os bichos, respondeu que com os bichos, que por ela, só tiraria leite e nem lidaria mais com os vegetais (Diário de Campo, Mariana).

A convivência traz além das divergências, também a parceria entre as mulheres, quando as disputas cedem espaço para a empatia, então noras e sogras tornam-se companheiras para sair, para efetuar as tarefas, para ajudar uma à outra. Quando percebem que estão ocupando papéis semelhantes, pode-se falar em solidariedade.

11.4 Conhecimento geracional: Aprendi com a mãe, com o pai...

Ih, tirar leite? Desde os doze, treze anos eu tirava leite, a mão, com a minha mãe. A mãe fazia queijo pra vender e daí eu aprendi a tirar desde pequena, desde nova, daí até hoje bem dizer, agora a gente tira só pro gasto né, mas antes tinha né a vacaiada de leite. Aprendi tudo em casa. (Flávia)

Também os trabalhos que elas fazem foram aprendidos com as mães, com os pais, avós ou demais familiares, são falas que retornam às situações vividas. Flávia relembra a lida com as vacas na infância e a lida na posteridade, quando adulta utiliza os conhecimentos repassados pela mãe, que também fazia queijo.

I - Ah vem de lá do meu pai ainda, da minha mãe, que eles sempre tiveram os bichinhos, sempre tinham pro gasto, pro consumo...

M - Tu nem saberia dizer que momento exato, pois como tu falou, desde muito cedo tu já acompanhava teus pais no trabalho...

I - É, a gente leva, desde lá dos pais. (Inês)

Os pais, desde pequena sempre lidando né. (Rosa)

O cuidado com os animais e a alimentação para o consumo fazem parte das memórias de Inês, as práticas tanto de seu pai quanto de sua mãe, aprendizados valorizados e ainda utilizados por ela. Igualmente Rosa, que desde pequena esteve envolvida no trabalho rural.

Quando eu tava lá com a mãe, lá, trabalhar com as vacas eu aprendi lá. (Mariana)

Eu também, com a minha família, desde sete anos que ia pra roça, bota adubo, meu pai da terra! Nossa, às vezes a gente tinha que deixar até de ir no colégio pra ir ajudar o pai, porque eu era mais velha né, daí tinha que tá sempre lá". (Neide)

Flávia especifica o trabalho com o leite, mas em outros momentos também falou do aprendizado com as plantas herdado, Inês reporta ao cuidado com os animais,

e parreirais, as demais referem-se à adubação da terra, as lidas que abrangem todo e qualquer fazer rural, incluindo deixar de ir à escola para trabalhar, enfatizado nas palavras “*ajudar o pai*”. Afinal no papel de filha mais velha Neide precisou abandonar os estudos para dar continuidade ao trabalho na agricultura. “*Desde pequenininha, porque desde pequenininha que eu via meu pai roçando, meu pai e minha mãe plantando, né.*” (Inês)

Há no fazer rural o aprendizado mediado pelos saberes dos mais velhos, as gerações vão se utilizando destes através da visualidade e da oralidade, a ponto de não especificarem um marco cronológico referente à quando começaram a trabalhar e em que momentos aprenderam, pois isto passa por uma certa absorção destes saberes-fazer, sem data e continuamente repassados que dizem respeito aos habitar um espaço para além das atividades, também voltados para a observação do céu, por exemplo.

O aprender sustenta-se e firma os laços de parentesco, produz vinculações entre os adultos e as crianças que através da observação e do acompanhamento vão realizando os trabalhos (Carneiro, 2001).

As facetas do trabalho rural são narradas desde a infância destas mulheres:

M - *E tu começou a trabalhar quando?*

Desde bem pequena, que nem os filhos de antigamente né, com nove anos nós já trabalhava. (Rosa)

Quando Rosa fala dos filhos de antigamente ela faz uma diferenciação entre os filhos de hoje, pelas alternativas que os últimos possuem.

Ah, des... com minha mãe, com meu pai comecei lá aprender, pequena ainda com onze anos comecei tirar leite e a mãe ainda, não tinha ordenha, não tinha nada, era tudo a mão. E nas lavouras também, naquele tempo não tinha máquina, e daí tinha que plantar soja e milho com máquina à mão. (Neuza)

Neuza remete seu aprendizado aos pais, das atividades externas aos serviços domésticos que concorriam com seu tempo de estudos.

Nas falas seguintes, durante as visitas, há alusão ao aprendizado com a mãe, o pai, e avós:

Ela diz que sempre morou no interior, e na casa de seu pai eles trabalhavam com o fumo, detalhadamente conta como funcionava o trabalho, desde o plantio, a forma de inserir o agrotóxico após a retirada das flores e o armazenamento nos galpões *“ah lidar com fumo é uma trabalhadeira, e o preço que pagam é muito baixo, é cansativo, sempre tem um monte de coisa pra fazer, tem que cuidar”*, pergunto se continuam com este serviço, diz que não, agora plantam amoras. Comento *“ah então você já tava acostumada com esse serviço do interior, não foi surpresa quando chegou aqui”*, concordou comigo, e diz que sempre gostou de trabalhar no interior, nunca pensou em morar em cidades. (Mariana)

Aprendizagem dos fitoterápicos

Ainda que a pesquisa não tenha se proposto a tal análise é importante mencionar o quanto o aprendizado geracional, principalmente àquele relacionado a manipulação das plantas e plantas medicinais, está presente. Os chás para as dores são facilmente preparados pelas mulheres, as queixas dos conhecidos, familiares ou as próprias são prontamente atendidas, sejam dores momentâneas (dores de cabeça, estômago, cólicas, etc.), doenças crônicas ou de ‘nervos’ (desânimo, ansiedades, estresse).

Verifica-se uma relação entre o corpo e a natureza mediada, sobretudo, pelas mulheres que transformam e disponibilizam, conforme o possível, a ‘cura’. Essas pautas encontram no grupo de reuniões maior visualização, trocam receitas, sementes e plantas. Os médicos são visitados esporadicamente e somente se as primeiras não surtirem efeitos.

Hoje participei de um encontro de um grupo de mulheres formado por iniciativa da Emater, que aconteceu na sede do STR, o grupo chama-se: Sementes da Esperança. O objetivo do grupo é a formulação de remédios caseiros a partir de plantas medicinais, suas integrantes têm idades de quarenta até setenta anos. Desenvolvemos uma pomada com fins terapêuticos para rachaduras, machucados, queimaduras e outras dores localizadas, chamada ‘pomada milagrosa’.

Ao chegar cumprimentei as mulheres e logo recebi um abraço de uma das integrantes. Devido ao município ser pequeno algumas pessoas já me conheciam ou ao menos conheciam meus pais, filha de fulano e filha de ciclana, como geralmente as pessoas se reconhecem por aqui. Sobre a mesa estavam

várias plantas, galhos, folhas, sacolas e potes, a coordenadora disponibilizou o passo-a-passo da receita e as mulheres prontamente desenvolviam o solicitado. Inicialmente pensei que minha presença pudesse causar algum estranhamento afinal, o grupo já acontecia há alguns meses e eu nunca houvera participado, porém, isso não ocorreu, cada uma desenvolveu suas atividades e conversou. Resolvi me inserir na atividade de desfolhar um galho cujas folhas seriam matéria-prima da pomada. Logo as mulheres começaram a falar o nome das plantas, para o quê eram boas, como preparar os chás com as ervas. Pude perguntar algumas coisas e anotar dicas. Cada uma conhecia uma erva ou benefício diferente. Notei que o meu interesse em seus conhecimentos e no que estavam fazendo as estimulava a responder as minhas perguntas.

Uma erva para dores de dente, outra para enjoo, cálculos renais ou preparo de filtros solares, dentre os ingredientes, inclusive, cera de abelha. Todas pareciam realmente envolvidas no preparo, cada uma encontrava uma tarefa, e não precisava sequer pedir para que fizessem coisas, elas deliberadamente trabalhavam e compartilhavam seus saberes.

Não sei se era um encontro de produção de pomadas ou antes um encontro entre amigas. Circulei um pouco, conheci algumas pessoas, fui reconhecida também por elas, aos poucos me senti bem-vinda neste espaço. (Diário de Campo)

Obviamente o grupo não restringe seu alcance a produção dos fitoterápicos ou de alimentos, mas é um espaço importante para as mulheres que dele participam (é preciso frisar que não é um grupo aberto, foi promovido através da iniciativa de um grupo de mulheres, a única representante da Emater do município, em parceria com o STR), é um espaço de reunião de pessoas, conversas, aprendizados, além de ser uma alternativa de saída das mulheres das propriedades. Os encontros acontecem uma vez ao mês, e em cada um há atividades variadas programadas. Dois destes encontros foram destinados um à produção do relógio da vida e outro a viagem até Gravataí para que as mulheres conhecessem uma sede de produção de fitoterápicos. Das participantes da pesquisa, três fazem parte deste grupo: Inês, Flávia e Neuza.

As mulheres além do papel de produtoras no trabalho, tem um importante papel na reprodução dos conhecimentos, conjuntos que englobam não somente materialidades, pois são patrimônios simbólicos que encontram expressão na passagem às gerações seguintes, variáveis em cada contexto rural, conforme suas características. (Carneiro, 2001)

A reprodução da cultura tem aspectos sociais, econômicos, técnicos e ambientais, sobre o último o destaque da pertença ao rural como espaço de vida, unido

ao trabalho e aos laços de parentesco e comunitários (Wanderley, M. 2000). Retomando Benjamin (1987), parte do patrimônio além da herança em si e dos aprendizados, está nas narratividades, contações de histórias e na possibilidade de reativá-las.

12 Trabalho e gênero

Como circulam as questões de gênero?

12.1 O trabalho

O trabalho está para além das atividades, atribui características às próprias pessoas, o trabalho é cansaço e orgulho, distingue as pessoas, é valorativo. Intenta-se aqui observar as nuances entre trabalho e gênero, os processos organizativos que replicam modelos sociais na divisão das tarefas e também àqueles que rompem com tais modelos, subvertendo-os.

Quando perguntadas sobre as principais atividades desenvolvidas nas propriedades, as repostas foram:

Soja e milho e a miudeza, a gente planta de tudo, batata doce, mandioca, essas coisas [ainda plantam pipoca, arroz, saladas diversas, temperos, pepinos, criam galinhas e codornas...]. (Flávia)

Nós é o leite e coisas de horta assim. (Rosa)

Brócolis, soja, milho, couve-flor, a gente planta feijão também né, mas agora, atualmente, mais é brócolis, soja, moranga e milho que a gente planta um pouco pro gasto, pra fazer a silagem né, que agora, a gente sempre vai ter os boizinhos né, umas criações, e mais é moranga e brócolis as principais. (Inês)

Vaca de leite, trabalhamos com leite, com soja, milho. (Neuza)

Neide elenca as atividades. Com Mariana eu havia conversado num outro momento:

“Leite, verdura (brócolis, tomate, berinjela, pimentão, vagem e confinamento de bois”. Pergunto como eles dão conta de todo este trabalho, ao que respondem “ih isso fora os tomates, pimentões, as vacas, os bois de engorda, e ainda o que a gente trabalha pra fora, ano passado a gente plantou repolho e milhares de pés de tomate, na lavoura inteira, nunca sofri tanto que nem naquele ano” Mariana complementa “nem gosto de lembrar, mas a gente não consegue esquecer né? Depois vou te levar lá pra tu ver tudo”.

As produções comportam o setor agrícola e seus gêneros alimentícios, além da criação de animais para corte e leite, alguns são comercializados e outros correspondem à necessidade familiar e troca com os vizinhos ou conhecidos. Todas as famílias combinam, ao menos, mais de uma atividade.

Verifica-se que as atividades domésticas não são citadas como parte das atividades da propriedade, asseverando a ligação entre o trabalho e o retorno financeiro proveniente dele, logo, o serviço externo sobressai em detrimento ao doméstico para o qual não há pagamento, configurando uma das imposições nas relações desiguais entre gêneros, discutidas ao longo do texto.

A organização das tarefas é feita pelos trabalhadores, também gestores do próprio fazer. A família é a unidade de produção e de consumo e mantém este modelo preservado, mesmo quando inserida nos processos modernizantes que a vincula às empresas alimentícias. Preservar aqui opera não como algo fixo e imutável, mas como reinvenção no tempo.

Algumas características apontam esta inserção mais evidente do capital no setor, utilizando o conceito de classe-que-vive-do-trabalho (Antunes, 2009) acionamos o entendimento da importância de considerar o marcador de classe na agricultura, visto que em todas as famílias há inserções de negociação da venda de trabalho para o capital (geração de mais-valia), mediante produção de vegetais e leite vendidos para empresas.

Quando perguntadas sobre o que é trabalho pra elas, algumas das repostas remetem às atividades pelas quais recebem retorno financeiro, destacando a pouca consideração dos trabalhos voltados à reprodução. *“O trabalho aqui, a gente tem que trabalhar porque é um modo da gente se sustentar, da gente viver né... a gente precisa do trabalho pra viver”*. (Neide)

Anteriormente é sustento, mas também um modo de viver, ambos atuam como sinônimos, mas neste caso, parecer haver algo a mais na vivência deste trabalho.

Há também de forma repetida a noção de saúde, ter saúde para conseguir trabalhar, que pode ser compreendida se pensarmos nas várias manifestações de adoecimento dos agropecuaristas, devido as condições de trabalho.

Olha, o trabalho pra mim, ah eu tendo saúde o trabalho pra mim é muito bom, mas tendo saúde né, pra mim o trabalho é uma coisa assim que, tu sai..., desde que não seja um serviço apurado né, um serviço assim que tu ‘tem’ que fazer,

pra mim é um divertimento porque se tu ficar em casa sem fazer nada, parece que tu só caminha, caminha e tu só cansa né, e assim tu vai trabalhar, tu vai pra roça, tu passa as horas, tu.. quando a produção tá boa, tá bonita, tu fica bem alegre, agora quando tu vê que tu produz, tu cuida tanto daquela roça e chega na hora de colher a produção, o tempo não ajuda ou o preço não ajuda, daí te desanima bastante, mas agora se tu ir trabalhar e isso te ajudar, é uma alegria porque aí é uma renda que tu tem que ganhar pra tu te virar né, pra gente ajudar os filhos né, em compensação que tenho só uma mas... ah pra mim é uma alegria. (Inês)

O ‘apurado’ menciona a relação com o tempo e a duração do trabalho, já a liberdade na organização e a possibilidade de realizar as atividades conforme a sua própria disponibilidade, exceto na época de colheita, é um ponto benéfico. O ‘passar das horas’ na roça é destacado como fruição de um tempo natural que é colocado em oposição ao trabalho doméstico.

A citação da palavra alegria une-se ao sentimento de satisfação quando a produção é boa e é justamente remunerada, permitindo a agricultora visualizar todo o processo do plantio como um trabalho compensatório quanto aos resultados. Afinal, isto é o que garante a continuidade da produção e a manutenção da família (incluindo, no caso de Inês, sua filha que já não mora no interior).

Outras falas trazem outros trabalhos, e Flávia menciona àqueles que não tem um retorno financeiro direto:

F - Ah é uma ocupação né, porque se a gente não tivesse nada pra fazer, acho que a gente não teria, não teria metade do que a gente tem hoje né, porque daí ficaria de varde [palavra utilizada como sinônimo de desocupado] né, seria os vadios (risos), assim a gente se ocupa né.

M - Então tu vê o trabalho como uma coisa boa?

F - Sim, uma coisa boa porque precisa, cuidar o pátio, cuidar a horta, cuidar a casa, tudo né.

Flávia reflete o trabalho enquanto um possibilitador importante na construção de sua vida, material e simbolicamente. Além de ter ampliado esta noção de trabalho destacando o doméstico, e entendo-o como ocupação e cuidado, com o pátio, a horta, a casa e todo o mais.

Também traz o contrário daquele se ocupa, o que nada faz, o ‘vadio’, e esta é uma noção bastante arraigada nesta sociedade rural para qual a força, o físico e a lida atrelam-se ao orgulho.

Outras falas chamam a atenção pelo silêncio que antecede a resposta, silêncio não como esvaziamento, mas silêncio enquanto uma alavanca de reflexão, talvez de quem não houvera, em nenhum outro momento, ter sido questionado a este respeito, afinal, é tão cotidiano, tão enraizado desde terna idade na vivência destas mulheres, que do comum ganha certo estranhamento, necessitando um afastamento do naturalizado para permitir um pensar sobre, ainda que momentâneo, ainda que rápido:

[Segundos de silêncio] *O que que eu vou te responder...* [segundos de silêncio]
Ah, é bom, eu gosto. (Mariana)

O trabalho [segundos de silêncio] *pra gente é uma coisa boa o trabalho, faz parte de, de tudo, eu não acho que seja uma coisa ruim assim.* (Rosa)

Mesmo exigente, é bom, como não haverá de ser se faz parte “*de tudo*”, configurando-se como modo de vida? “*É bom*”, “*não é ruim*”, “*eu gosto*”. São respostas compreensíveis que carregam significados do labor no contemporâneo.

Ah, significa bastante coisa né, a gente tem que trabalhar pra sobreviver, se não... e a gente faz com amor porque a gente pensa nos filhos né, de dar sempre o melhor pros filhos e é assim... (Neuza)

Uma atividade que se faz com amor tem seus objetivos determinados: a própria sobrevivência e a dos filhos. Além de constitutivo dos sujeitos, o trabalho fornece meios de visualizar os fenômenos sociais em curso.

Entendido como modo de socialização, decorrente do planejamento prévio (noção teleológica), produz ações e objetiva-se nas práticas sociais, nas interações entre pessoa e natureza, interpessoais, na constituição dos seres sociais numa dupla modificação (teleologia e causalidade) (Antunes, 2009; Marx, 1996). É no cotidiano que as relações tanto materiais quanto humanas encontram explanação, em constante mediação com seu contexto.

Somente na conversa com as trabalhadoras, partindo do conhecimento autóctone de suas realidades sociolaborais, inaugura-se o empreendimento de uma

pesquisa que pretende acessar cotidianos, falas, relações objetivas e subjetivas que compõem suas trajetórias (Esteves, Bernardo & Sato, 2017).

Refirma-se a indispensabilidade de colocar lado a lado o labor produtivo e reprodutivo das mulheres no contexto agrícola familiar, visto que ambos garantem a manutenção das famílias no rural.

12.2 Dos leves processos de trabalho

Mariana me conta que com oito meses de gestação, estavam sós em casa quando uma vaca entrou em trabalho de parto, então ela e o marido precisaram amarrar uma corda nas patas do terneiro e puxá-lo, ela brinca que quase que a menina dela nasceu naquele dia, de tanta força que fizera para ajudar o animal a parir. Contou-me também que após terminar a quarentena, logo voltara ao serviço. Todos os familiares falam do excesso de trabalho e que pensam em não produzir mais os brócolis, somente comprar dos produtores e fazer o empacotamento. Mariana diz que trabalha bastante, mas que prefere trabalhar do que estar doente sem poder caminhar ou se virar sozinha, “*a gente precisa agradecer em vez de só se queixar*”. (Diário de Campo)

A divisão das atividades: pesadas, leves, internas (domésticas), externas (animais, lavouras) e àquelas que ficariam na linha divisória, como é o caso do jardim e da horta, ainda que calcadas na divisão sexual do trabalho (Hirata, 2014), trazem divergências se pensadas pelas perspectivas das mulheres, pois elas fazem quaisquer atividades, em contrapartida, os homens não fazem as domésticas.

A nomenclatura leve ou pesado não diz da tarefa executada, mas do executor da tarefa. Em suas discussões Bourdieu nos convoca a pensar as nuances pelas quais a história e a cultura cristalizam-se e são interpeladas a tornarem-se natureza. A divisão social entre os sexos e suas apreensões decorrentes são legitimadas conforme continuamente reforçadas. Além da binaridade que leva em consideração os atributos sexuais, também nesta ordem estão o público e o privado, o leve e o pesado, o dentro e fora, entre outros. Estas proposições constituem o pensamento, ação e percepção, tornam-se realidade através dos hábitos e corpos, logo da própria representação da realidade (Bourdieu, 2002).

Daí a divisão social do próprio trabalho participar da manutenção da dominação masculina por meio da destinação diferenciada das atividades, e se não nas

atividades, no reconhecimento pela execução delas, perpetuando assimetrias e repercutindo objetiva e subjetivamente nas vidas das trabalhadoras.

Segue alguns trechos do diário de campo sobre as cenas presenciadas por mim enquanto as mulheres desenvolviam suas tarefas costumeiras.

No galpão ao lado da sala de ordenha tem uma longa fileira de coxos nos quais as vacas comem, cada uma entra e reserva seu espaço, enquanto Mariana pegava uma caixa de silagem, perguntei o que eu poderia fazer, então ela disse que eu poderia encher uma caixa com feno. Para cada parte do coxo uma caixa de feno, outra de silagem e ração, repetimos isso por umas cinco vezes até preencher todo o coxo. A caixa de feno é bem leve, não tive dificuldade para erguê-la, porém a de silagem é bem pesada, pois é milho moído e úmido, a ração ela transportava com um carrinho de mão. Enquanto fazíamos contou da preferência das vacas que inicialmente não aceitaram o feno, mas aos poucos foram acostumando com este tipo de alimentação. Depois de tratar as vacas, foi preciso tratar os bois de engorda, com um item a mais, o milho para equilibrar sua nutrição, ela me conta que os bois precisam fazer uma dieta especial. Lá vai Mariana levar a comida para os bois num outro coxo, logo ao lado, um total de 12 bois, alguns mais pequenos e outros já bastante pesados, quase prontos para a venda que é feita para um frigorífico da cidade. Peço se este é seu serviço diário, ela me diz que sim, que todos os dias ela tira o leite e trata as vacas e bois, além de dar mamadeira para os terneiros mais novos, os machos destinados à engorda e as fêmeas para o leite. Após, fomos à sala de ordenha que precisava ser lavada (Diário de Campo).

A rotina de Mariana é preenchida por uma gama de atividades que envolvem o carregamento de peso, o equilíbrio nutricional no trato dos animais, a rapidez, respeitando uma sequência de tarefas, que ao fim do dia, precisam ser cumpridas.

Tais cenas, inclusive àquelas nas quais tive alguma participação, trazem para além da surpresa quanto a diversidade de tarefas, a percepção do quanto a força física é imprescindível para a execução. Tendo experienciado por meio do meu próprio corpo e sentindo limitações, a necessidade de narrar estas passagens justifica-se pela tentativa de aproximar os leitores do árduo trabalho rural desenvolvido por mulheres.

O peso das caixas, a concentração necessária, a repetição de movimentos, o conversar enquanto se trabalha (que pode parecer simples, mas não o é), tudo somado a visível motivação de Mariana na lida com os animais, instaura a complexidade destas atividades.

Neuza foi colocar um casaco azul celeste, um avental e botas de borracha, me ofereceu um par que pertence a filha, ao que agradei, pois já estava preparada com botinas. Ela pegou um guarda-chuva e lá fomos em direção ao galpão da ordenha, até chegar, passamos pela garagem das máquinas onde pude ver um trator, ao chegarmos no galpão, as vacas já estavam na mangueira esperando. Entramos na primeira saleta, onde fica o resfriador, umas ferramentas, um grande relógio com bordas vermelhas e números grandes, uma santa, uma pia com alguns baldes e detergente. Neuza organizou a mangueira responsável pelo transporte do leite até o resfriador, eu fiquei ali aguardando, então ela se dirigiu ao local onde se faz a ordenha, fui também. Estes espaços estão divididos por um cerca de arame liso ao lado, e de tábuas na frente. Há na parte central dois degraus que levam à sala de ordenha onde ficam as pessoas que tiram o leite, é um local baixo, afundado e revestido por azulejos brancos com uma altura de mais ou menos um metro que facilita os movimentos das pessoas na hora de inserir as ordenhas nas úberes das vacas, estas ficam posicionadas nas fileiras ao lado direito e esquerdo, separadas por estruturas de ferro que permitem a colocação de quatro animais de cada lado. Logo, as pessoas têm contato com as patas e úberes somente, facilitando o trabalho. As ordenhas são inseridas e o leite automaticamente é transferido para o resfriador. O processo é o seguinte: ela toca as vacas para que adentrem nas fileiras, primeiro num lado, depois no outro, fecha o portão para que elas não voltem e desce os degraus, com panos molhados limpa as úberes e após coloca a ordenha, uma em cada vaca, aguarda em torno de cinco minutos até que sejam esgotadas, e então faz o mesmo procedimento do outro lado. Enquanto aguarda, libera as vacas já ordenhadas depois de passar um produto verde nos seus úberes e dirige as outras para seus postos, esse processo foi repetido até que todas fossem ordenhadas, durando cerca de uma hora e meia (Diário de Campo).

O leite, ou seja, a pecuária, incluída nas atividades desenvolvidas no âmbito da agricultura familiar, é comum na maior parte das propriedades rurais, e é majoritariamente das mulheres. Das seis participantes, quatro trabalham na produção leiteira.

No caso acima apresentado, tanto Neuza quanto sua filha mais nova trabalham com a ordenha, e contam com a participação do genro; esta parceria permite o revezamento nos dias em que algum deles precisa sair de casa ou mesmo desenvolver uma outra atividade na propriedade. Rosa também lida com as vacas leiteiras, ela e o marido juntos, quando um tem algum compromisso o outro supre sua ausência.

Jairo colhia vagens, sozinho. Mariana e Raul colhiam tomates, após encherem as caixas, ele subia com cada uma delas nas costas e as colocava sobre a

conchinha do trator [equipamento fixado na parte traseira do trator que permite o carregamento]. Decidi contribuir na colheita, e logo me disseram que eu não deveria colher sem luvas pois o tomate mancha as mãos e as manchas demoram muito para sair, eu parei por um tempo e depois disse, “*Ah não tem problema se manchar minhas mãos, não vou ficar aqui olhando enquanto vocês trabalham*”, eles riram, não sei se da minha insistência ou do meu jeito inexperiente para a colheita. Fomos colhendo e conversando, por entre os longos corredores de tomates nos dois lados, os ideais não eram os maduros e sim os que estavam em processo de maturação, nem tão vermelhos e nem tão verdes, mas nos tons de amarelo e laranja. Eles brincaram que eu iria chegar em Porto Alegre com as mãos machadas e ia ter de explicar sobre os tomates, eu disse que se perguntassem eu contaria com entusiasmo o que aprendera. O tempo havia nublado e até algumas gotas de chuva caíram, o que foi bom, pois o dia estava muito quente e ensolarado, as nuvens trouxeram alívio. Começávamos desde baixo, subíamos conforme o morro onde estavam os pés de tomates: uma fileira, depois a outra, então o próximo corredor e assim sucessivamente. Quando a conchinha do trator ficou lotada, voltamos para casa, e em seguida, iniciou uma chuvarada que ouvimos enquanto tomávamos um café (Diário de Campo).

Após este momento, fizemos um lanche, e em seguida fomos para a ordenha das vacas e novamente para os tomates, só que desta vez Mariana arrumou uma luva para mim. Enquanto colhíamos, conversávamos bastante, até cumprir a meta exigida pelo comprador. Ao chegar em casa, senti a ponta dos dedos revestidas por uma camada de algo grudento, branco esverdeado, não sei se próprio do tomate, ou dos agrotóxicos utilizados.

A família acorda diariamente às 04:30 da manhã, e neste dia após minha ida às 20:00, quando minha carona chegou, eles continuaram trabalhando devido a solicitação urgente do comprador de uma carga de tomates para o dia seguinte. Das quase 16 horas contadas, as pausas efetuadas foram para o café da manhã, o almoço, um pequeno descanso de meia hora interrompido pela ligação do comprador, e o lanche da tarde. Os turnos de trabalho são longos e exigentes, devido às muitas e diferentes atividades.

Inês ri e diz que já fizeram um pouco de tudo, começa a listar tudo em que já trabalharam. Com o fumo, diz que prefere mil vezes trabalhar com os brócolis, cuja rotina de trabalho é: o fumo precisa ser plantado e a cada tempo eles fazem a ‘capa’ que é a retirada da flor do fumo para a inserção do tratamento (agrotóxico), na época da colheita esta deve ser feita nos dias específicos, não

podendo ser adiada ou adiantada, quanto mais quente estiver e mais sol, melhor. Contou que logo após o meio-dia já começavam a cortá-lo, depois pendurar nos cepos, e ainda levar até o galpão de armazenamento. Para que coubesse maior quantidade, ainda faziam camadas, nas primeiras precisam subir nos cepos, pela dificuldade em alcançar, conforme preenchida esta, as próximas camadas eram facilmente depositadas. A venda era complicada, pois sempre descontavam na qualidade, o melhor fumo da época era o B1, e ela diz que nunca conseguiram ser B1. Quem lidava era ela e o sogro, já que nesta mesma época, seu marido havia comprado uma caminhonete e começou a trabalhar também como fruteiro, passando nas casas para vender frutas e verduras, as beterrabas, por exemplo, eles mesmo produziam na propriedade. Além do fumo, também plantaram alho, cebola, couve-flor e tomate, lhes disse: “*Experiência com planta vocês tem de sobra, hein!*”, eles riram e concordaram (Diário de Campo).

A história de Inês e de sua família exhibe a experimentação na agricultura, a diversidade de produtos que já cultivaram fala desta tentativa dos agricultores de encontrar um tipo de produção que possibilite maior retorno financeiro. O árduo processo de cultivo de gêneros como o fumo, as metas exigidas quando a venda é feita para empresas, e inclusive a utilização dos agrotóxicos como exigências dos mercados. Tudo faz parte da história de vida deles na agricultura, de certa sujeição em relação aos empreendimentos capitalistas que se impõem na realidade dos agricultores familiares, e para os quais o trabalho sem esta interação não renderia lucratividade para que se mantivessem nas suas atividades. É uma corrida travada contra o tempo, o clima, os compradores, consumidores, que gera além de preocupação, também desgastes biopsicossociais.

Carneação

Além do trabalho de todos os dias, a alimentação para o consumo envolve a carneação, e esta, a participação de toda a família, afinal precisa ser feito o abate, o corte das carnes, a limpeza e o processo de organizá-las para armazená-las no congelador.

O abate é feito com base no aproveitamento total, tanto da carne e miudezas, quanto da gordura utilizada na produção de banha e de sabões.

Flávia me conta que a cada um mês e meio, dois meses, eles carneiam, “*em um dia a gente carneia e deixa tudo limpo*”. Fazem banha, torresmo e salame para o consumo próprio. Pergunto quem carneia, ela diz que eles mesmos, às vezes chamam um vizinho, mas geralmente “*se viram com tudo*”. Fala isso com bastante orgulho, afinal a carneação de porco principalmente, é bem trabalhosa, pois a gordura do porco é mais difícil de limpar do que àquelas das demais criações. Diz que fazem tudo no porão da casa, pois se fosse na cozinha: “*aquele entra e sai, suja tudo*” (Diário de Campo).

A limpeza, seja da casa, das louças, das ferramentas ou dos locais de trabalho incide sobre as mulheres, e os dias de carneação são citados como os de maior dificuldade devido a sujeira que o abate gera.

Depois do almoço Jairo saiu para o plantio, Raul foi descansar. Tiramos as coisas da mesa Neide, Mariana e eu. Neide lavou enquanto eu secava a louça e Mariana esfregou a chapa fogão, varreu e guardou as comidas, então Neide comentou: “*É assim, eles almoçam e vão descansar e nós todo o serviço, ontem teve carneação de porco, no final eles descansaram e eu tinha toda a louça pra lavar, nos atrasamos até pro terço no capitel, eles dizem que tão com dor e cansados, mas e nós?*” (Diário de Campo).

A carneação dos animais menores, das galinhas por exemplo, é feita somente pelas mulheres. Rosa contou que durante um período ela carneou galinhas para vender para conhecidos do município, chegando a abater treze aves por dia, hoje não o faz. É um número considerável, se pensarmos que esta atividade se somava a todas as outras diariamente efetuadas.

Bois, a gente tem só uns cinco, seis, dez no máximo, não adianta ter muitos porque a gente tem pouca terra daí tem que ter porque às vezes tem bastante pasto que sobra, daí fechamos o mato, daí larga eles pra segurar limpo né e pra ter pra carnear de vez em quando porque agora a gente sempre tem que ter uma carne, mas é bem tranquilo pra mim, eu gosto de lidar, eu não gosto de vaca de leite, mas lidar com gado assim, não muitos né, eu gosto. (...) Galinhas tem umas par assim, pro gasto, pro consumo mesmo, porco também a gente tem pro consumo. (Inês)

Através destes exemplos, muito simplificados se comparados aos labores efetivados diariamente, observa-se que não somente o exercício da descrição é superficial para entender a prática num todo, mas principalmente que o trabalho não é

da ordem somente de um prescrito, mas da ordem de todo o real que se impõe sobre o prescrito: o ‘inusitado’ no labor, as relações, imprevistos, produções e negociações no coletivo familiar, interesses que circulam e inventividades, para que finalmente o trabalho se realize (Oliveira, 2014)

Logo, olhar para o real da atividade é perceber a potência criativa que se dá não por meio do exercício prescrito, mas se dá no entre, nas decisões a serem tomadas, nas subversões à norma “*A relação que existe entre a organização real e a prescrita do trabalho é sempre conflitiva: o sujeito opõe-se, invariavelmente, à segunda*” (Merlo, 2002).

Os estereótipos associados aos tipos de trabalhos, suas execuções e executoras são rompidos imediatamente e confrontados pela realidade de trabalho no rural, nas quais os pesados e os leves já não podem ser associados aos modelos predeterminados, pois os ultrapassam. As participantes desta pesquisa integram todas as relações laborais das propriedades não havendo justificativa para que haja, em quaisquer imaginários, a impossibilidade de um ou outro executar qualquer tarefa com base na divisão sexual do trabalho.

12.3 Infância: estudos e trabalho

A questão da escolarização denota também as dificuldades existentes para que as participantes estudassem. A conclusão de seus estudos deu-se no ensino fundamental, variando de até a 4ª para até a 8ª série.

Por meio das próprias experiências, compreende-se o incentivo que oferecem para que, principalmente, as filhas sigam estudando. O desejo destas mulheres que são mães de que os filhos estudem, e aqui especificamente de que as filhas estudem, é contornado pelas suas próprias histórias com o objetivo de superá-las. Hoje, entre o estudo, o trabalho e o casamento, o incentivo é direcionado para o trabalho e/ou o estudo, mesmo causando o afastamento destas filhas dos territórios rurais. Quando isso acontece, algumas retornam após os estudos, outras não.

Estudei até a 4ª série, não tinha como eu estudar mais porque minha mãe teve meus dois irmãos, mais novos do que eu, e eu sou a mais velha e daí não teve mais como eu estudar, eu tive que parar e ficar cuidando dos irmãos mais novos, não teve mais como eu ir... em compensação também que o colégio era

longe, daí dependia de ônibus (...) tinha ônibus que passava né, mas daí eu tinha que sair de casa e a mãe com dois pequenos, diferença de um ano (...) eu ia completar 11 anos quando minha mãe ganhou um e logo depois já ganhou o outro, daí ficou os dois juntos. (Inês)

Até a quinta série. Nós ia a pé [para a escola], eu tinha irmãos mas minha hora de ir na aula era sozinha, daí eu ia a pé sozinha (...) Desde os onze anos que eu comecei mais no pesado né porque se não antes era limpar a casa, já fazia antes, eu sempre me lembro que eu tinha o quê? Nove, dez anos e eu ia na aula, tinha que fazer, primeiro limpar a cozinha que diziam, tinha que varrer fora a cozinha, limpar o fogão e depois ir pro colégio, era sempre chegar atrasada lá... (Neuza)

O trabalho é incorporado desde muito cedo e varia conforme a idade, as crianças têm suas tarefas, consideradas ‘ajuda’, a fim de contribuir com as dos adultos. Na agricultura estas práticas fazem parte de um conjunto que envolve a aprendizagem e a socialização, a última ancorada numa rede de interação entre pessoas, iniciada ainda em terna infância onde são ensinadas às crianças alguns padrões sociais prenhes de significados, transmitidos pelos cuidadores ou grupos próximos. Partem do macro ao microcosmo individual, é através destes modelos que a criança toma contato com o mundo ensinado para ela, tornando-se então o seu mundo (processo não totalmente passivo, pois também encontra maneiras de resistências das crianças), no momento de seu ingresso, a criança não só participa dele, mas o transforma (Berger & Berger, 1977).

Com base nas experiências de Inês e Neuza, e as observações feitas durante a estada com as famílias, as atividades das crianças são uma constante, e distribuídas com base na divisão sexual do trabalho. Os meninos são convocados para os serviços externos e as meninas para os serviços domésticos e que envolvam o cuidar. Conforme o passar do tempo estas determinações são flexibilizadas especificamente para as mulheres que passam a executar quaisquer atividades na propriedade.

Estas divisões embasadas e reafirmadas nas discursividades de modelos de gênero, com especificidades e restrições, dizem de um processo educativo e geracional que coloca as mulheres em condições de subordinação. Podemos também recorrer a Bordieu (2002) quando do ‘adestramento dos corpos’ (p.35) e suas inserções paulatinas nas predeterminações, nos ‘jogos sociais’ (p.35), com maiores ou menores performances instituídas pelo poder.

Os modos de socializações são marcantes ao longo do desenvolvimento das crianças, de forma a demarcar atribuições daquilo que é desejável para os filhos: o montante de características que atendam aos padrões esperados entre eles e elas, as masculinidades e feminilidades, os trabalhos aprendidos desde cedo, as permissões e as restrições também impostas atendendo certo caráter assimétrico de gênero.

A conciliação entre a educação formal e o trabalho em outros tempos era tão dificultosa que de todas as participantes da pesquisa nenhuma pode continuar seus estudos para além do período fundamental em virtude dos trabalhos, dentre eles o cuidado dos irmãos mais novos.

Rosa contou que quando criança estudavam até a 5ª série e não mais. Além do trabalho em casa e o cuidado dos irmãos [ela tem nove irmãos], havia o trabalho na roça, e a falta de energia elétrica (Diário de Campo).

A inclusão da parte dos estudos não visa demonstrar a escolaridade das participantes, mas propor questionamentos às futuras problematizações concernentes ao quanto o contexto escolar nas áreas rurais é algo de constituição recente.

O acesso à escola fora marcado pelas distâncias que precisavam percorrer, totalmente ou, ao menos a maior parte do trajeto a pé, nos dias de calor e nos dias de frio, sem calçados apropriados, sem segurança, com acesso restrito aos materiais didáticos, somados às cargas de trabalho em casa (principalmente no caso das meninas que desde cedo conciliavam afazeres externo e internos). Todos estes elementos foram responsáveis pelo impedimento de dedicarem-se aos estudos e conteúdos que requeriam um tempo que elas não dispunham.

Esta foi a realidade da educação no interior para tais agricultoras, para as quais a continuidade na formação nunca fora uma opção. Algumas delas relataram a saída dos irmãos para estudar, e para estes fenômenos, gênero e classe se interseccionam, quem sai e porquê sai, e quem fica e porquê fica.

O rural de hoje é diferente do rural de 40 ou 80 anos atrás, e as gerações quando invocadas nos relatos: as avós, mães e filhas, possibilitam que olhemos atentamente estas dinâmicas e suas novas produções.

12.4 Divisão do trabalho

M - *Como são distribuídas as atividades de trabalho aqui entre a família, quem faz o quê?*

N - *Eu, mais é a casa.*

M - *Tá, eu trabalho com o leite e com as verduras na roça, na lavoura e em balo brócolis.*

N - *O Raul trata o bichos, as vacas e os terneiros que tem confinado, o Jairo lida mais é com puxar né, lida bastante de puxar as coisas lá pro Bassano [Nova Bassano é a cidade onde comercializam a produção] e tira vagem, o que mais faz é lidar com vagem.*

Aqui fica explícita a organização familiar do trabalho: Neide é responsável pelo trabalho doméstico, Mariana pelo trabalho com os bichos e na lavoura, Raul (filho de Neide e marido de Mariana) é o responsável pela alimentação dos animais e lavoura, Jairo (marido de Neide e sogro de Mariana) é responsável pelo transporte dos alimentos e lavoura.

M - *E como vocês distribuem o trabalho, as atividades, de quem vai fazer o que, como vocês se organizam?*

F - *Ah, cada um sabe o serviço dele, sempre a mesma coisa, ele faz, que nem agora tem pouco serviço ele trata os bichos lá e eu faço aqui dentro de casa. Antes a gente trabalhava tudo junto, tirava leite junto e tudo.* (Flávia)

Se cada um sabe o seu serviço já que ‘é sempre a mesma coisa’, então sabe-se que dentro de casa é ela, e fora é ele. Está contido neste discurso a separação binária e entendida como natural, dos trabalhos masculinos e femininos. Porém quando fala sobre a época em que tinham vacas de leite, então esta naturalização do fora como masculino esvazia-se, pois esse era um fora passível de coletivização, de um fazer junto e o ‘tudo’ abarca os serviços externos.

Além disso a rotina de Flávia é: levantar cedo, limpar a casa toda, preparar o almoço, lavar a louça e as roupas, quando sai ‘pra fora’ também tem serviço, que segundo ela ‘nunca termina de fazer’. Também faz doces, compotas, massas e

bolachas, tanto para o consumo familiar, quanto para dar às filhas que moram na cidade.

O marido de dona Flávia me conta que foi pedreiro e que em algumas épocas passava até um mês fora de casa, então Flávia diz que ficava tirando leite das vacas e cuidando das crianças pequenas (ela abaixa a cabeça e leva umas das mãos à face, como se a lembrança a cansasse, afinal não foram fáceis estes primeiros tempos). Num momento Flávia disse: “*Bom já falámos do que passou agora vamos falar de agora um pouco*”, talvez tenha sido apenas uma impressão, mas senti que nem de tudo ela gosta de lembrar, talvez não seja agradável, daí a importância de falar sobre o quanto as coisas melhoraram para eles (Diário de Campo).

Suas lembranças não são de menos trabalho do que na atualidade, ao contrário, logo que mudaram-se o que ganhavam não era suficiente, então seu marido precisava trabalhar fora para complementar a renda, enquanto isso, todas as atividades ficavam com ela. Não é surpreendente que a evocação desta memória tenha lhe provocado cansaço: as demandas das vacas, das lavouras de miudezas e dos filhos pequenos.

O meu marido é mais na lavoura né, trabalha mais com máquina, e tenho eu e a filha que tira leite e o genro que ajuda lá, nas vacas ali, tratar, fazer piquete, essas coisas... (Neuza)

Na família de Neuza a divisão é entre o trabalho na lavoura e maquinários, feito pelo marido, e do trabalho com os animais feitos por ela, sua filha e o genro.

Continuamos subindo um morro, a paisagem ia se modificando, Inês comentou sobre como as chuvas acabam levando a terra, me mostra as pedras que ainda tem na lavoura, apesar de todas que retiraram, há poucos metros de distância passa por nós o seu marido com a tissuta [pulverizador, equipamento para espalhar agrotóxicos] engatada no trator [que ela ajudou a engatar, enquanto sua sogra me disse: “*Ela não quis mais filhos, agora tem que ela fazer esse serviço*”] (Diário de campo).

O trecho comporta a representação sobre o trabalho dividido por gênero, a sogra menciona que este seria um trabalho executado por filhos, homens; e ainda comenta com certa objeção, “já que *ela* não quis mais filhos”, como se esta atividade soasse como uma punição devido a sua escolha.

Bourdieu (2002) é taxativo quando explica sua abordagem por meio da matriz histórica, sua intenção não é dissertar sobre a dominação masculina de forma a tomá-la como fixa, mas baseando-se nela, pensar a própria constituição e as estratégias de que lança mão, de forma que os próprios dominados acessem e incorporem os mecanismos dos dominantes, mantidos por instituições reforçadoras destas conjunturas, como: família, igreja, escolas e estado. E então tomados como processos históricos, passíveis de modificações iniciadas não somente por uma conscientização deste lugar de subalternidade, mas também de construção de alternativas radicais a tais aparelhagens sociais (p. 23).

“As divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação e de exploração que estão instituídas entre os gêneros se inscrevem, assim, progressivamente em duas classes de habitus diferentes e de princípios de visão e de divisão.” (Bourdieu, 2002)

12.5 Trabalho: ajuda e divisão das tarefas

O termo ajuda persiste, anunciado em diversas conversas durante as visitas e também na entrevista, esta persistência carece de análises:

M - *E Rosa, qual é a tua ocupação, qual que é o teu trabalho?*

R - *É lidar, ajudar no leite e na casa né, mais é isso.* (Rosa)

M - *E quando tem alguma entrega que precisa ir na roça, tu vai?*

N - *Eu vou, vou aqui ajudar a embalar vagem, os brócolis, ajudo! Em casa eu ajudo, eu vou às vezes na roça, mas muito pouquinho na roça porquê...fui ajudar o Jairo a tirar uma caixa de vagem outro dia, fui ajudar ela no primeiro tomate, ajudar a aterrar...esses dias eu podia ajudar ela a tirar os outros tomates mas daí tinha gente fazendo o galpão e eu tinha que fazer almoço também pros quatro homens e daí não tinha como né.* (Neide)

Nas entrevistas o termo ajuda apareceu duas vezes, porém, no cotidiano este termo é bastante difundido. Tratar o próprio trabalho como ajuda faz parte da invisibilização do trabalho das mulheres no rural, construída por meio da manutenção de certa posição de superioridade dos homens nas relações de trabalho.

Quando Rosa fala que ajuda no leite, ela coloca a atividade como de responsabilidade do marido e a sua como uma simples contribuição, quando a atividade leiteira é exercida por ambos, igualmente. Também Neide quando coloca que ajuda na embalagem e na lavoura, também se vê como contribuinte, quando o desempenhado por ela é o mesmo dos demais.

A ênfase dada ao trabalho doméstico, coloca este como o eixo principal, trabalhos realmente seus, partindo da constatação que o doméstico lhes pertence e o externo, pertence aos homens, desta forma simplista, como não o é na realidade. Quando nas falas aparece o termo ajuda, observa-se que no próprio discurso há uma posição da mulher num segundo plano, esta secundaridade é apontada por Tedeschi (2004) como dupla desvalorização: se o seu trabalho é mera ajuda, logo, seu papel não é de protagonismo; e se suas atividades não produzem dinheiro, no caso, as domésticas, logo não há valorização deste trabalho por não gerar lucratividade.

Isto leva a pensar na simplificação e na manutenção de certo discurso e enunciado que tende a manter posições demarcadas por poder, mesmo que haja um abismo entre o falado e o realizado, e é este abismo, chamado cotidiano onde são tecidos os novos, ainda que não nomeados.

Dentre os principais construtos pelos quais se analisa a atuação do poder, destaca-se sua transversalidade e ocorrência pulverizada em diversos locais e também a visualização dos seus feitos como seu principal propósito (Foucault, 1995), não mantido enquanto algo estático que alguém possa deter, mas que se dispersa e produz. Portanto as relações de gênero na agricultura estão em constante tensão entre o poder e a resistência, nas práticas e discursos.

Para compreender tais relações de poder é preciso retomar não somente as condições históricas que as possibilitam, mas as realidades que as sustentam, numa perspectiva de lógica dominante, sejam estas pautadas pelas relações ou símbolos compartilhados (Bourdieu, 2005), ou através do governo dos corpos (Foucault, 1995).

Algumas diferenças importantes foram observadas entre as conversas nos dias das visitas e no dia da entrevista agendada. Esta diversidade porta, inclusive, contradições:

Após o lanche eu sequei a louça enquanto Neide a lavava, ela me contou sobre algumas passagens bem difíceis de sua vida, da época em que o marido bebia e ela precisava cuidar das crianças e trabalhar, tendo passado por situações

constrangedoras. Neste momento o que chamou minha atenção é que na hora da entrevista, estas situações não apareceram, pelo contrário, foram negadas. Refleti sobre o quanto a questão de gênero talvez ainda não seja incorporada, talvez a relação entre violência e gênero ainda esteja distante, mas preciso organizar melhor essa questão (Diário de campo).

Na entrevista ela diz que atualmente é diferente, pois no passado as mulheres sofriam muito, eram tratadas como escravas [ver trecho na página 138]. A problemática lançada é que este passado é muito recente, como ela mesma conta.

Segue uma conversa com Inês, durante um passeio pelos parreirais:

Dentro de casa, sabe os homens, eles quando chega de noite, entram, tomam banho e deu, tem uns que fazem as coisas, outros não, nós além de trabalhar fora, acompanhar o marido, ainda tem que fazer comida. Eu agora tem o sogro e a sogra tenho que fazer comida, lavar as roupas, passar, dobrar, quando tinha a filha em casa, cuidar, e agora mesmo ela não morando aqui a gente se preocupa, eles não muito (Diário de Campo).

E no dia da entrevista, quando questionada sobre se há diferenças:

Olha, nem todas são bem reconhecidas, porque tem gente que já não reconhece, 'Ah porque vai na roça, tem que fazer em casa também', e eu acho que assim, em casa, se tu for na roça acompanhar teu marido, acho que o homem também tem que ajudar em casa, acho que tem que ser uma tarefa dividida. Tipo se eu não for na roça, daí minha obrigação é fazer em casa né, se só o marido vai na roça. Mas eu acho que tu indo pra roça, tem que ser ajudada em casa também, mas tem bastante gente que não enxerga isso, a mulher ainda tá... não tão reconhecendo bem. (Inês)

As atividades rurais são baseadas em modelos de ordem quase rígida. Na fala acima, há certa abertura que propõe a seguinte reflexão: já que as tarefas diárias são muitas, a divisão é certamente necessária, se um faz em casa, o outro faz fora, até aqui trata-se da organização e de complementaridade (Woortmann, E. & Woortmann, K., 1997). Porém a realidade se apresenta de forma que a mulher faz dentro e fora de casa, e o dentro independentemente da organização geral sempre lhe pertence. Ainda que tenha consciência de que a divisão é desigual e que as tarefas domésticas precisam ser compartilhadas, isto ainda não faz parte de seu cotidiano, como o trecho relativo a

distribuição das atividades na família apresenta “*Ah, é junto porque, é eu na roça, em casa é eu também, porque o Noel dentro de casa é muito pouco*”. (Inês)

Sobre o trabalho de Flávia:

M - *E Dona Flávia, qual que é a sua ocupação, seu trabalho?*

F - *Agora tô mais folgada que me aposentei!* (riso de felicidade)

M - *Mas e antes?*

F - *Antes era juntar pedra, era tirar leite, cuidar da família, dos filhos, ir na roça o dia inteiro, daí agora que deu uma folga.*

M - *Era tudo então?*

F - *Era tudo, vaca de leite, em casa, filhos...* (Flávia)

Quando a pergunta refere-se ao trabalho que exerce, cita todas as esferas, há sim reconhecimento, ao menos próprio, de que todas as tarefas que executa são sim trabalho. Este relato mostra um leque de atividades laborais: casa, filhos, lavoura e animais. Mesmo com a aposentadoria, todo o serviço doméstico é feito por ela, além do pátio. Já as miudezas e os animais são trabalhos coletivizados.

O cuidado dos filhos é direcionado às mulheres, e sobre isso não há qualquer questionamento, se as modificações acontecem entre as binaridades público e privado, como será apresentado, o mesmo não foi presenciado em relação as sociabilidades familiares quanto as filhas.

O cuidado com os idosos, sejam os pais ou sogros, também recai sobre a mulher, seja a filha ou nora. A seguir, o relato de Inês:

M - *Bom, e qual é a tua ocupação, teu trabalho, o que que tu faz, Inês?*

I - *O que que eu faço? Meu Deus!*

M - *Começa a lista agora...*

I - *Faço de tudo, de tudo um pouco!* (risos) *Desde a roça, em casa, tudo! O Serviço doméstico é meu, tem que cuidar dos vós (sogros), daí já é duas casas pra cuidar*

M - *Serviço doméstico, cuidadora...*

I - *E roça acompanhar meu marido, porque é eu e ele na roça, quando tem peão tem almoço, essas coisas a gente tem que se virar com tudo, ir na roça, vir embora e fazer almoço pros peões, tratar os bichos é comigo porque daí meu marido fica até mais tarde na roça, é tudo eu, a função, trabalhar com trator também trabalho, o que precisar fazer eu faço (risos)*

M - *Tu é a multitarefas então Inês...*

I - *Isso!*

M - *Tudo que precisar tu faz...*

I - *Eu faço!*

M - *O jardim, tuas plantas, tuas flores...*

I - *Tudo! A horta, tudo eu, tudo não tem o que dizer não.*

Sua sogra contou que na semana passada ela havia ido ‘patear’ (arar a terra) com o trator, então ela me contou como aprendeu, e que também dirige, pois vá que numa urgência o marido ou os vizinhos não estejam em casa, como ela vai se virar? (Diário de Campo)

Os trabalhos de Mariana e Neide:

M - *Qual a tua ocupação, Mariana?*

hum, na lavoura e as vacas de leite

M - *E a tua Neide?*

N - *Eu dona de casa e depois eu ajudo eles também, mas mais é dentro de casa*

M - *E qual é a tua ocupação Neuza?*

N - *Ah, a minha (risos), começa desde casa, tudo né, daí começa a limpeza da casa, é comida, é roupa é tudo e depois tem a horta, tirar leite, assim vai...amanhece e anoitece trabalhando*

Estes cuidados, direcionados para e absorvidos pelas mulheres, partem de certa socialização no âmbito das tradições e códigos de conduta familiares que retêm as desigualdades no trato das pessoas em função de gênero.

Além das atividades de Inês incluírem as já elencadas por Flávia, ela também cuida dos vês (o sogro e a sogra), e da casa dos vês, ou seja, tem duas casas pra cuidar, cozinha para todos, além de todo o trabalho externo: lavoura, bichos e ainda opera o trator, das seis participantes, é a única que o faz.

A complexidade envolvida em todas as atividades listadas, entre expressões de riso e de cansaço, permite a constatação de que as mulheres habitantes dos meios rurais estão sobrecarregadas, e a dificuldade de expressar tal sobrecarga se deve a naturalização da separação das atividades conforme os gêneros.

M - Então, como são divididas as tarefas domésticas? Se são divididas.

Não são divididas, na casa só eu né (risos), e a Ana [filha] quando tava aqui. (Rosa)

Não, não são divididas, não tem divisão aqui. (Neuza)

Só um serviço que é dividido, o Pedro lixa o fogão de meio dia só, é o único serviço que ele faz dentro de casa, senão é só eu, e o Valdir né que seca a louça. (Flávia)

A única atividade doméstica da qual o marido participa relaciona-se a necessidade de força, afinal, para que o fogão a lenha fique com a chapa lustra, é preciso força na passagem da lixa sobre a superfície, corroborando para a visão da força como característica masculina e do biológico como marcador (Hirata & Kergoat, 2007).

A separação das atividades é tão intrincada que sua ressonância encontra-se nos discursos de forma a reforçar, com diferentes artifícios, que existem principalmente dois tipos de trabalhos, os atribuídos ao universo masculino, e os atribuídos ao universo feminino, e que em algum momento homens e mulheres podem fazer algo que seja atribuído ao universo contrário, por exemplo o homem lixar o fogão e a mulher dirigir o trator, porém, mesmo que o façam, ainda assim o discurso tratará isso como uma espécie de invasão, reforçando que haja especificidade de masculino e

feminino quando as práticas de trabalho em si não servem para justificá-las, e nem trazem características que justifiquem qualquer impedimento relacionado à gênero.

Daí o entendimento do uso do termo ajuda, como se ajuda comportasse apenas uma contribuição e não uma invasão ao universo masculino ou feminino, nem um domínio integral dos processos de trabalho. É preciso mencionar que o termo ajuda foi utilizado pelas participantes tanto em relação ao trabalho delas nas lavouras ou com os animais, quanto no trabalho realizado pelos maridos na esfera doméstica.

A parte do trabalho que exige o manuseio de equipamentos ou maquinários é destinada aos homens. Na casa de uma das participantes, Inês, soube que ela trabalha com o trator, ainda que a maior parte da tarefa que exige seu uso, seja executada pelo marido. Esta prática foi também verificada pelos estudos de Hirata & Kergoat (2007), os homens são direcionados às atividades que requerem a tecnicidade, enquanto as mulheres detêm os trabalhos manuais.

A mulher é lá pra fora o dia inteiro e quando chega a noite tem que fazer a comida, tem a limpeza da casa, as crianças, tudo, não é aquelas horas de trabalho e deu, tempo pra mim? Ihhh nem é bom falar, nem pensar. (Neide)

Através do exemplo de Inês observa-se novamente a insustentabilidade destas pretensões díspares entre trabalhos para uns ou para outros.

Da noção do trabalho da mulher no espaço doméstico, da sua submissão historicamente construída, o capitalismo se apropria de forma a classificar o trabalho doméstico fora da noção de um espaço de produção, submetendo a sociedade às ordenações mercantis de modo a gerar classificações entre trabalho produtivo e não produtivo, e quais tipos de esforços despendidos seriam remunerados.

É evidente que certas categorias não podem ser aplicadas aos trabalhos rurais, pois estes são modos de fazer de outras ordens, não adaptáveis totalmente as noções capitalísticas de produção. Como tal noção pode valer-se do trabalho rural, onde a unidade de produção é a unidade familiar? (Paulilo, 1987) O espaço doméstico das mulheres estende-se da casa até a horta, torna-se produtivo na ordenha das vacas, ou nas plantações de gêneros destinados aos mercados.

Propor olhar e refletir conjuntamente às mulheres, as relações de gênero inscritas sobre sistemas de poder, sistemas tradicionais e mudanças ocorridas nas últimas décadas, impõe desafios, afinal referem-se a um conjunto de processos que

produzem subjetividades. O objetivo aqui foi pensar quais são as dinâmicas presentes no contexto rural do município de Guabiju, quais mudanças, heranças, e possibilidades apresentam-se nestes cotidianos e o quanto deslocam e aproximam as gerações.

A coexistência de diferentes temporalidades engendradas num mesmo local, permeadas ou não por questionamentos de seus habitantes, traz uma abertura que carece de cuidado ao ser acompanhada e problematizada, para não perder seus contornos psicossociais resultantes também de um processo histórico cultural. Como são subvertidas certas convenções? De que forma o embate de forças transcende padrões e provoca certos deslocamentos? Há pessoas experimentando o novo, inventando modos de vida e modos de trabalho.

Ponderar as relações de gênero, é considerar o que é socialmente construído para a assunção de determinados papéis, não devido as diferenças biológicas, mas a alocação destas produções e as formas de circulação de poder e suas relações.

Logo, gênero enquanto categoria é o que permite avaliar os efeitos destas construções, sobretudo, a sua não fixidez. Afinal tomado enquanto naturalização, baseado na diferença biológica entre os sexos, numa ‘biologização do social’, conforme Bourdieu (2002), arraigada num *habitus* que dificulta a argumentação, torna urgentes as problematizações e desconstruções de estruturas e papéis comumente reproduzidos e absorvidos de formas diversas. Portanto, a necessidade de trabalhar numa perspectiva em que gênero e poder precisam ser analisados conjuntamente, como propõe Joan Scott (1995).

Sobre a dominação masculina, Bordieu coloca:

“No como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultantes daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exercem essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento”. (Bourdieu, 2002, p.3)

As fissuras nas relações de gênero, as negociações e os conflitos vão modulando este velho novo rural.

Ainda que tal pesquisa tenha se voltado ao gênero e ao trabalho, é preciso que a crítica também se instaure. Implicação diz do lugar do pesquisador em relação ao seu tema, problemática e população participante, portanto, a percepção de gênero, de

igualde, equidade e assimetrias tem um ponto de partida, ponto este que não necessariamente se encontra com os entendimentos vivenciados pelas participantes. Viver uma vida sob determinadas condições e praticar um trabalho sob determinadas condições, é diferente do que passar uma temporada olhando para tais trabalhos, sob o prisma de diferentes referenciais. As problemáticas aqui lançadas são algumas possíveis, mas não necessariamente correspondem as problemáticas mais urgentes destas mulheres neste contexto. Ainda que na tentativa de se fazer abrangente e considerando as nuances, é sempre de um local de partida que seguimos, e pessoas partem de múltiplos locais, por ora se cruzam, por ora se afastam. Pesquisar é uma tentativa de aproximação de um entendimento que vem do outro, de outras. Daí explorar não para concluir, mas para abrir, para apresentar o maior número de caminhos possíveis para que sejam trilhados também por outros pesquisadores.

12.6 Mudanças ao longo tempo: direitos e conquistas

“Na época a mulher não tinha direito nenhum.”

“Não recebia um centavo.”

Ao contarem histórias de suas mães e avós reiteram que na época destas havia diferenças radicais nas relações com os maridos, pais e irmãos. Algumas falas, como as acima apresentadas, trazem à tona certas modificações que ocorreram há pelo menos trinta ou quarenta anos, demonstrando que a diferença geracional alude às diferentes formas de aprendizagens e sociabilidades ao longo do tempo.

Ressalta-se aqui os movimentos de mulheres que despontaram em todo o Brasil, e também àqueles a partir de 1980 após a redemocratização, acrescidos dos direitos concedidos pela constituição, dentre os quais: aposentadoria, assistência referente aos acidentes de trabalho e o salário maternidade. Somente após as conquistas e regulamentações trabalhistas que as pautas de gênero entram efetivamente em cena, ainda que estas mesmas pautas tenham influenciado as primeiras, principalmente as que dizem respeito a: licença maternidade, reconhecimento profissional e a fundação de creches.

Como bem coloca Paulilo (2004) essas são garantias que beneficiam a todas as pessoas e não somente as mulheres, e para além do grupo familiar. Sobre o último, é

justamente esta coesão, a noção grupal (de ‘familiar’) que possibilita ao movimento uma ferramenta importante na reivindicação de direitos, ainda que seja neste mesmo ponto que as pautas feministas esbarram, no obstáculo da ideia de família como algo enrijecido, baseada num modelo ainda patriarcal, e que, portanto, precisa ser debatido, refletido e questionado.

A família organiza-se de modo a considerar os saberes compartilhados entre as gerações passadas para as atuais, saberes estes que compõem um conjunto de conhecimentos, de ‘herança simbólica’ que participa na subjetivação das pessoas e em seus modos de socialização. Mas há também a presença da hierarquia constituída por meio de gênero.

As famílias das participantes visitadas, e também suas famílias de origem, conhecidas através das histórias por elas contadas, seguem um padrão cisheteronormativo (relacionamentos heterossexuais, designação automática de certa identidade de gênero, atribuída por vezes antes do nascimento, em relação a características corporais, e a condição de normalidade atribuída a tal perspectiva em detrimento de outras possíveis), patriarcal e monogâmica.

Sobre as vivências de sexualidade ainda é um tema velado, o trato com o assunto adentra no universo do casamento, território íntimo demais.

Se não era possibilitado à mulher o direito de decidir ou contar com a remuneração por seus trabalhos, hoje as participantes não se veem assim, mencionam que as relações com os maridos estão mais igualitárias, ainda que algumas não participem das decisões financeiras da propriedade e desempenhem suas duplas e triplas jornadas, igualmente a suas mães, ou avós também agricultoras.

Mas, no universo da vida privada, consomem horas decisivas no trabalho doméstico, este que fornece e cria, numa esfera de trabalho não diretamente mercantil, condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria (Antunes, p. 108).

Os discursos são enfáticos quando partem do pressuposto da mudança em relação às antecessoras:

Aquela época a mulher era submissa, não podia falar nada, não é como hoje. Não, uma vez não era, era bem difícil, bem diferente no tempo da... hoje não, hoje mudou bastante pra melhor, pras mulher né... (Diário de Campo, Rosa)

Sobre se há alguma diferença entre o tratamento dados aos homens e mulheres no interior:

No meu ponto de vista eu acho que não, até não vejo isso, hoje em dia mudou um monte né, as mulheres têm o mesmo direito dos homens. (Rosa)

Seguindo raciocínio semelhante, Neide conta:

Agora não mais né porque esses anos já foi bem pior, mas agora a gente tem quase igualdade do homem, acho que... agora não, eu penso assim, eu acho que não né porque uma vez né, as mulheres eram umas escravas, hoje não. Nossa uma época as mães, as mulheres não viam um centavo, tinha que ser tudo com os maridos, agora não, hoje em dia a gente... (Neide)

Se hoje elas consideram portar “*quase igualdade do homem*” é porque foram espectadoras das vidas destas outras, “*as escravas*”. Ainda que as palavras *quase* e *escravas* pesem: o *quase* é um sinal de avanço, mas também de falta, da carência, de um certo atraso na busca do mínimo: direitos garantidos, que para as mulheres estão distantes; *escravas* é da ordem do trabalho e da ausência de retorno financeiro, da desvalorização, da privação da liberdade, da sujeição a um outro, um outro que seria um homem, o pai ou o marido.

Porém suas falas provocam a reflexão acerca das enfáticas metamorfoses no rural, e estas comparações com as mulheres do passado torna isso acessível. Atualmente as participantes não se posicionam neste lugar, mas num outro, com possibilidades, e porque não, com autonomia?

É neste sentido que Mariana faz uma torção na resposta esperada, quando perguntada se sentia algum tipo de diferença ou preconceito por ser mulher “*Agora não... às vezes, por ser mulher a gente é melhor reconhecida que um homem*”. (Mariana)

Há na sua resposta uma referência ao tempo em que as mulheres eram desvalorizadas e ao tempo atual que com suas transformações garantem à mulher o reconhecimento, podendo este ser superior ao dos homens. Sua reflexão é rica, pois fala da sua experiência enquanto uma mulher que é reconhecida.

As relações ao longo do tempo ficam evidenciadas nas falas, mas as relações de gênero no trabalho não são pautas discutidas nas famílias embora aparecem nas práticas e enunciados.

Em nenhum momento qualquer tipo de violência foi mencionada, os ‘agora não mais’, ‘hoje é diferente’, demarcam a distinção historicamente percebida no tratamento dos homens para com as mulheres, os discursos tangenciam as violências sentidas ou presenciadas, mas não adentram à discussão. O que não é mais como era no passado? A resposta está nos silenciamentos entre as frases. A violência contra a mulher não aparece diretamente nos discursos. O que cabe às mulheres é o que cabe as normas de socialização geracionalmente atualizadas, ainda que haja modificações, que são evidenciadas como potentes neste estudo de caráter exploratório, a rigidez da aprendizagem do que condiz a um certo papel historicamente construído para as mulheres, ainda persiste.

As definições de trabalho e cuidado estão envolvidas de forma tão híbrida, que como propõe Hirata (2014), pode contribuir para certa romantização, através da obrigatoriedade de execução de tarefas como formas de demonstração de afeto pela família, novamente, demarcadas por gênero.

12.7 Agricultoras e todo o mais: o prazer pelo trabalho rural

Quando perguntadas sobre com qual profissão se identificam, das seis entrevistadas, cinco disseram que consideram-se agricultoras, mesmo que além do serviço agrícola também efetuem as atividades em casa, agrícolas e pecuárias, na educação dos filhos, cuidado com os idosos e atividades na esfera pública.

É pela via do trabalho também que os processos identitários vão se compondo, através de metamorfoses (Ciampa, 1985), memórias, narrativas e práticas constituídas objetiva e subjetivamente, num emaranhado de conexões entre suas histórias de trabalho e vida, origem e geração (Coutinho & Oliveira, 2017).

Essa identificação é bastante importante já que mesmo não havendo um salário individual, uma vez que a renda é familiar, há a identificação com a profissão e a consideração de que o que fazem é trabalho, ainda que por vezes cite suas atividades como ajuda. Considerar-se agricultora é consequência de décadas de reivindicações que proporcionaram o reconhecimento de seus trabalhos por via do Estado e via familiar, do micro ao macro.

Agricultora né! (Flávia)

Ah um pouco de tudo, mas mais agricultora, porque é mais na roça quase do que em casa... (Inês)

Eu, agricultora. (Rosa)

Eu como agricultora, com muito orgulho. (Mariana)

Diante da pergunta, alguns segundos de silêncio, então Neide responde: *Mais dona de casa...*

Ah, acho que mais é dona de casa e agricultora né, eu faço de tudo. (Neuza)

Este tópico traz informações que podem ser pensadas através dos modos como as mulheres são referenciadas nos diálogos no interior, geralmente a mulher do fulano, e também no meu caso, a filha do fulano. Se é comum a referência das mulheres enquanto anexos de figuras masculinas, este comum é colocado em xeque nos seus próprios discursos, afinal não é assim que se consideram, pois posicionam-se no lugar de agricultoras. Estas alusões tomadas quase como naturais nos diálogos provocam dificuldades e suas implicações psicossociais englobam os frágeis reconhecimentos, provocando inclusive restrições no acesso a direitos, imbricados nestas posições do que é e do que não é trabalho.

Já em relação ao sentimento sobre o trabalho delas, sobre serem mulheres agricultoras, as respostas são variadas:

Ah, com orgulho né, porque a gente já nasceu dos pais da gente que eram agricultores né e continuamos sendo agricultores e espero que uma das filhas, pelo menos, continue sendo agricultora né. (Flávia)

Esta primeira fala ressalta a importância dada as gerações, da manutenção do trabalho anteriormente exercido pelos familiares, e a esperança de que este não cesse, que dê seguimento através de uma das filhas. As cargas tradicionais provocam alusões não de uma racionalidade econômica (Lagnbecker, 2016), mas dos aspectos familiares, modos de existência possíveis entre as pessoas, a natureza, e o trabalho que os vincula.

Ah, eu me sinto feliz, eu me sinto assim, sei lá como eu vou te explicar, a gente trabalhando na roça, a gente sente orgulho né, porque tu sabe que o que tu tá plantando, tu sabe que lá na frente quantos consumidores que vão comer o que tu tá produzindo com as tuas mãos né, tu sabe que tu tá plantando aquele

brócolis, tu vai pensar, quem será que vai ser a pessoa que vai comer esse brócolis, que vai consumir, eu me sinto feliz porque eu tô produzindo pros outros né, pras mesas de pessoas de longe né, às vezes de muito longe, eu me sinto orgulhosa disso né, porque tu tá produzindo uma coisa que muita gente vai consumir né. (Inês)

Inês assinala a importância da produção de alimentos quando coloca “me sinto feliz porque eu tô produzindo pros outros né”, significa a importância da produção de algo que é imprescindível para a sobrevivência de outras pessoas, significa esta consciência da importância do seu trabalho, deste passar “pelas tuas mãos” até às “mesas das pessoas”. Há algo de uma narrativa poética, e das imagens destes caminhos percorridos pelos alimentos, do plantio, crescimento e transporte até chegar ao consumidor, independente do último saber ou não deste trajeto, os agricultores sabem, e isso os orgulha, pois produzem os alimentos e se produzem a partir deste trabalho. São as imagens das lonjuras do alcance daquilo que produzem.

Ah eu acho que me sinto bem né, porque a gente se criou assim, se tu tivesse outro tipo de vida e tu tivesse que mudar pra ser, talvez você não ia se sentir bem né. (Rosa)

Rosa também remete à uma condição geracional, relatando que sente-se bem, pois foi isto que desde pequena fez e viu os pais fazendo.

Pra mim, eu me sinto realizada, não acho problema nenhum. (Neide)

Ah, eu me sinto bem, me sinto feliz. (Neuza)

A palavra realizada traz uma dimensão diferenciada, segundo o dicionário Priberam, ‘realizado’ é o que se realizou, que atingiu a sua meta, o seu objetivo. Resgatar este sentido para relatar o trabalho executado ao longo da vida, é algo imbricado com satisfação, cumprimento do que esperava ter feito. Sentir-se feliz no trabalho qualifica este fazer, produz sentido naquilo realizado dentro e fora do labor (Antunes, 2009).

Suas atividades agrícolas são descritas como prazerosas. Recorremos a noção de que este trabalho não corresponde ao trabalho alienado, afinal as agricultoras têm um saber sobre seus trabalhos e seus resultados, os processos são conhecidos em todas

as etapas, está inscrito numa relação diferenciada no mundo do trabalho (Woortmann, E. & Woortmann, K., 1997).

A realização liga-se intimamente com a história familiar na agricultura e pecuária, com a consciência da importância do trabalho para a alimentação das pessoas, e estes destaques partem da conquista das mulheres trabalhadoras rurais que ao longo dos anos elevaram suas pautas por meio de lutas, tornaram visível os seus trabalhos e puderam finalmente perceber a si mesmas como profissionais, como mulheres agricultoras. O orgulho acerca do fazer é assunto cotidiano de todos os trabalhadores familiares, diversos relatos fazem menção a ele.

Algumas falas colocam o trabalho externo como promotor de bem-estar:

M - E me diz uma coisa, tu prefere o trabalho dentro de casa, o doméstico ou o de fora?

I - O de fora! (risos) Dentro de casa é um faz e desmancha, fora não, tu vai fazendo e tu vê que rende, mas dentro de casa é sempre a mesma coisa (...)

Uma que eu tinha pouco estudo e pra trabalhar na cidade tu tinha que ter bastante estudo e outra que eu nunca fui bem nos estudos, vamos assim dizer, e eu sempre preferi mais na roça do que na cidade. Aqui não tem aquela carga horária né, tu vai a hora que tu puder, não é que se tu tem que ir que tem uma produção que tu tá perdendo, daí tu tem que ir né, mas tipo assim, ah hoje eu tive que ir mas amanhã se eu não tiver muito bem, se amanhã não precisar, não tenho que ir na marra. Porque tipo assim, na cidade chegou àquela hora tu tem que ir senão tu vai perder o emprego, aqui não, não é aquela obrigação. Na cidade não é isso, tu é mandado pela hora né. (Inês)

Ainda que as condições de Inês não oferecessem muitas alternativas, ela é enfática quando diz que sempre preferiu a roça a cidade. Sobre o trabalho destaca a autonomia relativa a organização, a possibilidade de escolher fazer hoje ou amanhã qualquer atividade, situação radicalmente oposta a muitos dos trabalhos citadinos, quando o horário é uma medida mais severa, que ela muito bem denomina “tu é mandando pela hora”.

O ambiente rural também é bastante valorizado devido a liberdade, segurança e paisagens ecológicas. Mariana destaca uma visita que fizera para sua cunhada, e que ao chegar “não via a hora de sair de lá”, pois esses apartamentos são tão “estreitos” que não se imagina morando num lugar assim por gostar da liberdade de morar no interior.

Os múltiplos benefícios também cedem lugar ao que é desvantajoso, e ao mencionar os trabalhos, elegem os que gostam e os que não gostam, ainda que os executem.

O que eu faço porque tem que fazer é a comida, mão gosto muito, mas tem que fazer, tem dois pra... (risos). (Flávia)

O mais impressionante desta fala de Flávia é que além de preparar as refeições diárias, ela ainda faz massas, pães e doces. E o dia em que a conheci foi justamente quando tivemos uma oficina de preparo de bolachas, da qual ela e eu fizemos parte do mesmo grupo, responsáveis por uma receita de grostoli. Durante minhas idas à sua casa os lanches variaram de cookies, grostolis a bolos e batata-doce assada. Esta relação com a alimentação tem particularidades: de não gostar mas fazer para os outros, afinal, vê-se responsável por cozinhar. Todas as participantes da pesquisa preparam e cozinham em suas casas sem a participação dos homens.

Tá eu, pra falar a verdade mesmo o que eu mais gosto é lidar com as vacas, de verdura eu não gosto muito, mas tem que ir. (Mariana)

Mas eu não tem o que não goste de fazer, eu faço por gostar, o que eu faço, eu gosto. (Neide)

Mariana sempre manifestou sua adoração pelos animais e sua preferência pela ordenha das vacas. Neide diz gostar de suas tarefas e já tendo experienciado um trabalho fabril, sente-se feliz por trabalhar em casa atualmente.

Eu gosto de trabalhar com as vacas assim, tira o leite, é bom. É por causa...se tu vai ver se dizer: tu quer tirar leite ou ganhar dinheiro sem trabalhar? Tu vai escolher o quê? Tu tem que fazer porque precisa, é uma coisa que precisa. Tu tem que fazer porque tu gosta e porque tu necessita né desse serviço. (Neuza)

Neuza é objetiva ao comentar que precisa deste trabalho e o gosto advém desta necessidade acrescida dos sentidos que atribui a ela.

A preferência pelos trabalhos externos é unânime, portanto a recorrência às condições climáticas é relevante e situa-se entre as maiores dificuldades relatadas no desempenho de suas tarefas.

O que eu mais me realizando fazendo, aí, o que eu poderia dizer... na roça eu gosto de tudo, o serviço fazer né, mas só não gosto do sol quente, que queima, daí a gente se tem que ir vai na marra mesmo, mas eu sou realizada em tudo na roça, o que eu fizer pra mim é um orgulho". (Inês)

O inverno né, o tempo, no inverno é difícil, quem diz que gosta, mente. (Rosa)

O trabalho mantém esta relação de dupla constituição, as narrativas das trabalhadoras, o acompanhamento de suas experiências e o diálogo constante oportunizou a observação das práticas pelas quais agem sobre suas realidades, ao mesmo tempo em que se constituem através delas.

Após chegar em casa durante um dia inteiro com Mariana e Neide, escrevi um pequeno texto na intenção de não abandonar estes sentimentos e elaborações surgidos durante o dia:

O trabalho rural é pesado, muito pesado, no caso deles [da família] devido as várias atividades concomitantes. Porém, há uma satisfação com aquilo que fazem, uma liberdade de não ter chefe e fazer o próprio horário. A escolha de ficar dentro ou fora de casa sem preocupações com a segurança, '*a cabeça tranquila*' como dizem, revela uma relação diferenciada do homem com seu trabalho e compõe um modo de vida outro, sustentado na possibilidade de inventividade além das atividades estritas. Quando falei do meu trabalho, eles reconheceram, o que não é tão comum, e ainda brincaram que era melhor que eu filmasse que estava empacotando brócolis, pois ninguém iria acreditar quando eu contasse. Saí de lá carregando dois brócolis, um empacotado por mim e outro empacotado por Mariana (Diário de Campo).

Relendo as anotações, pode-se pensar no quanto a experiência narrada ainda em sua duração traz outros olhares acerca dos temas. O pesado aqui enfatizado nas primeiras linhas fala da experiência de alguém que acompanhou este fazer por alguns dias. Esta noção de tranquilidade relacionada aos trabalhos rurais não parte de uma posição de calma, mas de um ambiente não marcado pelo ritmo acelerado das cidades, sistematizado por prescrições flexíveis a cada nova jornada, por meio de escolhas do que será priorizado e do que pode ser adiado. O discurso é ampliado pela representação e reconhecimento acerca do trabalho material e imaterial, e da necessidade do testemunho de que realmente embalei os brócolis.

Para a fundamentação das pesquisas cujo foco é o trabalho no cotidiano, os autores destacam a primordialidade de pensar a distância entre o trabalho prescrito e o

real que desenha os sentidos a ele atribuídos; a importância e necessidade dos conhecimentos do coletivo para a realização do trabalho, no caso do trabalho rural destaca-se os conhecimentos geracionais; e o entendimento de que no cotidiano travam-se disputas e, portanto, ele é habitado por micropolíticas para as quais há sempre resistência em suas dinâmicas, pensando nas assimetrias de gênero, as formas como as mulheres se colocam frente às posturas conservadoras, modificando-as (Coutinho, Oliveira & Sato, 2016).

12.8 Trabalhos fora da agricultura

Quando questionadas a respeito da prestação de serviços a terceiros, alguns diálogos remontam aos trabalhos além do espaço rural: o fabril, e o de cuidadora.

N - Trabalhei em fábrica, costurei bola também e trabalhei numa fábrica de calçados. Eu com as crianças pequenas, báh, eu nem te conto o que eu passei! Eu pegava a menina, de lá do fundo na garupa e levava aqui pra mãe e o guri eu deixava em casa com seis anos se virando com tudo e ele [o marido] trabalhava fora. Às vezes pra comer, ele ia caçar, caçava marrequinha, aquelas do banhado pra poder comer e com seis anos ele ia pra estrebaria e tirava o leite a mão de três vacas pra fazer queijo. A gente comprou um terreno, daí a gente se pegou mal, as lavouras começaram a ir mal e daí eu me obriguei a ir trabalhar fora pra poder comprar o açúcar, pelos menos, e o sal e a farinha pra ter, pra comer, pra poder viver.

M - E o que tu achava do serviço que fazia, preferia lá ou aqui?

N - Prefiro em casa, toda a vida! Fora era muito ruim por causa das crianças, porque pensa, como é que tu saía e deixar uma criança de seis anos em casa, sozinho e cuidava, e uma de dois anos eu levava na mãe, um ano e pouco. (Neide)

O primeiro é remetido à necessidade financeira e não à escolha, como é muito bem explicitado na fala de Neide, no momento em que a produção rural não configurava-se como mantenedor suficiente para as despesas então buscar trabalho fora, na cidade, era a única alternativa, e esta acarretava em deixar os filhos pequenos: o mais velho trabalhando e a mais pequena na casa da avó materna. Este relato comporta para além da realidade vivenciada naquela época, a carga de sofrimento

experimentada por Neide, não pelo processo de trabalho fabril em si, mas por ter de sair, deixar os filhos e o serviço da propriedade. Sofrimento este seguidamente relatado pelo próprio filho de Neide, em diversos momentos durante as visitas feitas à família, quando expõe seu desagrado com a atividade de ordenha das vacas.

A fala seguinte é a respeito do trabalho de cuidadora, embora não extrapole o espaço rural:

Eu quando era solteira sim, cuidava de uma idosa, mas no interior. (Mariana)

Mariana me disse que antes de morar ali, ela, além de trabalhar em casa, para conseguir seu dinheirinho precisava fazer outras coisas. Durante uma época acompanhou uma senhora, posava todas as noites em sua casa, a senhora lhe pagava cem reais por mês “*Eu sempre escolhia esses trabalhos que eu não precisava ir na cidade, mas sofri bastante com ela, ela era bem daquelas antigas, não deixava nem assistir tv, a novela das nove? Muito menos! Dizia que era uma sem-vergonhice*” (Diário de Campo).

Por não gostar muito das cidades, principalmente as maiores, ela sempre escolheu trabalhar no interior. Este excerto comporta, além da preferência pelo rural, também a sua posição anterior ao casamento, enquanto filha, pois além de trabalhar na propriedade dos pais, para garantir um dinheiro próprio, precisava também prestar serviços de cuidadora.

A situação das mulheres antes do casamento, e neste caso, de uma mulher que tem dois irmãos, demonstra o lugar ocupado por ela. Trabalhar em casa significava a coletivização do recebido, portanto, trabalhar fora era a única maneira de ter um ganho próprio. Em seguida, a passagem da saída da casa dos pais e a entrada na casa do marido e dos sogros para trabalhar na propriedade destes.

Partindo da discussão proposta por Brumer (2004), esta passagem resultante do casamento, da saída da casa dos pais para a casa do marido, segue reforçando o fenômeno no qual as mulheres continuam efetuando o mesmo trabalho, que passa pela aprendizagem da lida doméstica e também da lida externa, saltando de um círculo familiar ao próximo.

Esta dinâmica traz à tona a impossibilidade de não considerar as condições decorrentes das relações de gênero, tão presentes e fortemente demarcadas nestas histórias.

M - *E teve aquela época que tu trabalhou lá na escola né?*

Sim, tipo, mas foi um tempo, pra dar uma ajuda que não tinha. (Rosa)

Cozinhava para os alunos da escola municipal localizada na comunidade onde mora, disponibilizou-se para preparar a merenda para os alunos durante algum tempo, pois não havia cozinheira e os alunos estavam sem merenda. Talvez pelo fato de que no momento a escola passava por dificuldades, e ela pode supri-las, tenha colocado como ‘ajuda’. Mas é indispensável discorrer da utilização do termo ‘ajuda’, seguidamente remetido ao doméstico, ao preparo do alimento, como atividade acessória, daí sua interpretação como ajuda e não como trabalho.

12.9 Trabalho coletivo

Mesmo com a separação de algumas atividades por gênero, alguns trabalhos são feitos por todos da família (todos àquelas cujas condições os permitem executar a tarefa) juntos, por exemplo, o cuidado e a colheita das miudezas. Enquanto trabalhavam dialogam, resolvem problemas, planejam, etc.

O cuidado com o jardim, no caso de uma das participantes, é realizado conjuntamente ao marido, noutras propriedades cabe aos homens a adubação e o controle das pragas, ademais cinco das participantes mantém sozinhas o jardim.

A visualização do trabalho coletivo na prática acompanhei na propriedade de Neide e Mariana, pude constatar que as atividades rotineiras ultrapassavam àquelas narradas na entrevista concedida. Na lavoura das miudezas que produzem para comercializar, em algumas épocas (principalmente nos períodos em que o comprador exigia determinada quantidade de produto num certo prazo) todos iam na lavoura para efetuar a colheita dos tomates e das vagens. Também o processo de embalagem e empacotamento dos brócolis e vagens é feito conjuntamente.

Enquanto conversávamos Jairo carregava as caixas de brócolis para leva-los à venda, numa cidade há uns 20 km dali, após o carregamento continuamos no mesmo processo de trabalho: Raul separa os brócolis, tira o excesso de caule e coloca nas formas brancas quadradas, Mariana os embala com auxílio de uma máquina: coloca o brócolis, cobre-o com o plástico que é cortado por um fio aquecido, em seguida deixa na chapa também aquecida da máquina para

moldar, cuidando para não deixar nem o plástico solto, nem muito ar em seu interior, eu abria o saco, o prendia nas bordas da caixa, após, colocava as embalagens em fileiras de cinco na base e quatro sobre, amarrava o saco (três nós) e empilhava as caixas em frente à câmara fria, Raul brincou que naquele dia seria mais rápido já que tinha ajudante, pois estão sempre sozinhos [o termo 'sozinhos' utilizado refere-se a presença única dos familiares] (Diário de Campo).

O coletivo é um traço importante na manutenção das características do trabalho e vida na ruralidade, este modelo ainda é mantido em algumas das famílias visitadas, mas o investimento em projetos particulares das novas gerações, provoca rupturas (Woortmann, K. 1990), visualizadas nas decisões sobre a propriedade e a produção.

Sobre as decisões das atividades desenvolvidas na propriedade, em duas, a responsabilidade é tomada pelo casal.

M - *É quem é o responsável pelas decisões das atividades desenvolvidas aqui na propriedade?*

F - *É, a gente decide meio junto assim*

M - *E das decisões da casa?*

F - *Ah quando sai, óh tem compra tal coisa né, pega um bilhete, escreve, tem que anotar, ver o que falta, manda trazer quando sai, vai fazer rancho, os dois né.* (Flávia)

M - *E quem é o responsável pelas decisões das atividades desenvolvidas na propriedade?*

N - *É tudo junto*

M - *E pelas decisões da casa?*

N - *Ah, da casa mais sou eu né* (risos). (Neuza)

Flávia diz que decidem juntos e que quando um deles vai para a cidade traz as encomendas. Ela participa de cursos e atividades, além das saídas para as compras, ambos têm seus compromissos, mas as compras no mercado fazem juntos. A ida na

cidade é sempre preenchida por uma lista de afazeres. Neuza diz que as decisões são tomadas em conjunto, exceto às da casa.

M - E quem é o responsável pelas decisões da propriedade?

R - São os dois, não adianta.

M - E quem é responsável pelas decisões da casa?

R - Também sou eu... (Rosa)

Rosa diz que sobre a propriedade as decisões são conjuntas, mas quando se trata da casa, ela é quem decide. Diversas vezes encontrei Rosa na cidade, algumas vezes no banco, noutras com sacolas com medicação para os animais em mãos, acompanhei ela participando de negociações de compra de vacas de leite, com a cooperativa, nos dias de campo e palestras sobre o aprimoramento da produção leiteira, algumas vezes sozinha, noutras com a filha ou com o marido, num papel ativo de produtora rural.

Se algumas pesquisas que colocam como variável de maior participação da mulher frente aos negócios, sua condição financeira favorável, não é isto que acontece no caso das participantes. Ou seja, tensionamentos estão acontecendo nestas estruturas que até pouco tempo pareciam demasiado rígidas, tensionamentos tanto práticos, quanto presentes nos enunciados, nas maneiras de falar sobre as decisões, trazem uma posição não diretiva aos homens. Ainda que tímidas, são atitudes provocadoras de rupturas, que já habitam o imaginário e transformam-se em condutas.

Estas modificações, aparentemente ínfimas são capazes de ‘jogar’ com as maquinarias disciplinares estabelecidas, por meio de ‘maneiras de fazer’ que são lançadas contra as imposições de gênero provocando reordenações socioculturais, táticas importantes que se dissimulam nas implicações contextuais (Certeau, 2003).

Quando um ordenha as vacas o outro trata, o Jorge mais vai na roça, sim e às vez a gente trabalha tudo junto. (Rosa)

Cabe mencionar que nos dias em que lhe visitei, Rosa não ia ao galpão ordenhar, porém, quando o marido terminava ela ia lavar o tambo (instalação onde se

pratica a ordenha das vacas), pois comentava que ele detestava lavar, e que ela tem mais jeito pra isso.

Aqui abrem-se algumas perspectivas possíveis: há certa parceria, afinal quando um não pode o outro desempenha o trabalho de ambos, porém há tendência de pensar a ausência da mulher quando esta está com visitas em casa, logo, a função de recepcionar é sua; também pode-se pensar na questão de lavar, a limpeza como papel atribuído à mulher, devido ao seu 'jeito'. Portanto, ainda que se perceba modificações, muitas continuam imbricadas numa certa divisão das atividades por gênero.

Por entre as brechas, pode-se acompanhar desconstruções na divisão do trabalho que acontece no rural, ainda assim, é preciso ressaltar qual é o tipo de trabalho que é coletivizado: é todo aquele que acontece 'fora', ou seja, na lavoura, com os animais, ou no caso específico de uma participante, na embalagem de alimentos para revenda. Mas e os domésticos? Estes não são coletivizados, o coletivo chega até o jardim, mas não adentra às casas.

13 O tempo

13.1 O tempo que é clima

Se tem sol, chuva, geada, o que for, a gente tem que ir colher. É a família que faz a colheita sem a ajuda de nenhum “peão” (Diário de Campo, Neide).

O tempo é assunto sempre em voga no dia-a-dia rural, o popular “*será que chove?*” não é simplesmente um mantenedor de diálogo, mas é, primeiramente uma preocupação. As chuvas garantem o crescimento das plantas, assim como podem prejudicá-las quando em excesso. A decisão sobre as tarefas a serem executadas são alteradas conforme o ritmo das águas, nos dias de chuva algumas atividades são suspensas, logicamente não as imprescindíveis, como é o caso da ordenha das vacas.

Nestes dias o trabalho é principalmente transferido para os locais de abrigo, as mulheres ocupam este tempo (que não significa tempo livre) para fazer artesanato, também massas, pães, cucas, bolachas, etc., aliás, estes são alimentos que raramente são comprados pelas participantes.

Nos dias de calor intenso o sofrimento provocado não é direcionado só às pessoas, mas também aos animais, a percepção do quanto sofrem nestes dias é assunto comum.

Quando o sol tá muito quente que a gente tem que ir, daí tu sofre bastante na roça, agora, quando o dia tá bom pra mim não tem dificuldade nenhuma, pra mim é ótimo. (Inês)

Comentávamos sobre o tempo, enquanto uma cachorra filhote, muito dócil, brincava com meus pés, mordiscava e puxava os cadarços do meu calçado. Hoje foi um dia muito quente, de sol intenso, Inês disse que se estivesse na época da colheita dos brócolis, com sol ou com chuva eles teriam de ir para a roça efetuar a colheita, afinal de um dia para o outro o produto já fica amarelado, e nestas condições os compradores recusam. “*Se você tivesse vindo naquela semana ia ver como a gente faz pra colher*” (Diário de Campo).

Já nos dias de chuva, as atividades são realizadas em meio a condições nem sempre favoráveis, como no caso da lama acumulada. Numa conversa Mariana conta sobre a necessidade do investimento no galpão para a ordenha das vacas.

Pudemos ver as máquinas trabalhando numa terraplanagem. Ela contava sobre o planejamento de construir um galpão para o confinamento das vacas que ficariam semiconfinadas, o que significa que deixarão as vacas no pasto fechando-as somente nos dias de chuva e frio intenso. O galpão proporciona o conforto necessário tanto para os animais quanto para quem trabalha na ordenha, afinal, o gado solto faz barro, o barro judia os úberes e pode adoecer as vacas, além da questão da higiene pela qual o produtor ganha um ou dois centavos a mais por litro de leite vendido (Diário de campo).

A cena seguinte é do ambiente da lavoura de pequena produção para o consumo:

Descemos até a lavoura na qual Jorge capinava, chegando lá fiquei surpresa de como as plantas já estavam crescidas, os feijões, aipins e saladas, então Jorge comentou sobre o sol e a falta de chuva, afinal, já faz quinze dias que não chove por aqui, já se nota as plantações sofrendo, nas lavouras de milho é visível as folhas se enrolando e o caule rente ao chão amarelando, também as miudezas estão sofrendo, ainda que ele tenha uma caixa d'água no meio da lavoura e uma mangueira onde pode irrigar um pouco por dia. Jorge conta que não está fácil, o tempo não dá trégua para as plantações, que encaminhou um projeto de irrigação, pois o Rio da Prata passa nas suas terras e tem boa quantidade de água para irrigar, porém, mesmo com o projeto aprovado o governo não liberou verba pra este tipo de investimento. Jorge estava com um chapéu de palha, enxada na mão, no rosto o suor escorrendo, então aquilo que dizia estava ali, materializado na minha frente *“nós trabalhamos lá para os de cima né, se continuar assim daqui um tempo não se tem mais o que fazer na roça, sem chuva, sem irrigação”*. Jorge se orgulha bastante ao dizer que trabalha nas miudezas sem veneno, e para espantar os bichinhos usa vaselina. Comentei que aqui os orgânicos não são tão valorizados quanto nas cidades maiores, ele concordou comigo...

Precisei deixar esta conversa pois Rosa me aguardava pra que eu conhecesse o rio, ao chegarmos ela quis me levar até o meio dele, Rosa foi na frente e eu tentando pisar nos mesmos lugares que ela para não escorregar no limo das pedras e cair, a água estava fresca, quase fria demais para o dia escaldante que fazia, os três cachorros nos acompanharam e também aproveitaram para se refrescar no rio. Rosa me indicou que eu não tirasse os chinelos, pois assim ficaria mais firme, ao chegarmos no meio do rio ela contou que logo que chegaram nestas terras, ela junto a um grupo de pessoas colhiam batatas nas terras de um vizinho e para isso precisavam atravessar o rio todos os dias, para ir e voltar, mas que todo o dia era um festa. Elogiei muito o lugar, o rio é grande e bonito, devido a sua base ser um grande lajeado torna-se seguro, ela

acrescentou que mais acima tem um outro lugar que é melhor ainda para tomar banho, porém, deixamos essa visita para um outro dia (Diário de Campo).

A jornada de trabalho não é restrita a um número x de horas, se faz o que precisa ser feito. Diferente dos trabalhos urbanos, o rural tem uma carga horária diferenciada, a jornada é estendida para além das oito horas diárias, é claro que nestas conjunturas o tempo tem uma medição própria que tem a ver, principalmente, com o clima, na decisão sobre quais atividades serão ou não executadas. Mas é neste ponto, justamente quando os agricultores têm relações comerciais para seus produtos, que este tempo que seria decidido por eles, não o é, pois o comércio impõe-lhes prazos.

Há o choque entre tempos, os tempos próprios do rural, e os tempos dos comércios. Quanto às vendas, impera o pedido dos compradores, então um tempo x de horas resulta num trabalho dobrado se comparado aos demais dias onde podem decidir por si a distribuição das tarefas e horas necessárias para a sua realização. Uma redução formal do horário do trabalho pode significar um aumento real do tempo de trabalho para determinada tarefa (Antunes, 2009).

Outra observação pertinente é sobre a regulação destas temporalidades, não presenciei preocupações das agricultoras com os relógios, o passar do tempo de um dia é medido mais pelas atividades que precisam ser realizadas (algumas sequencialmente, como nos casos em que há atividades de agricultura, pecuária e embalagem de produtos), e pelas características climáticas do dia, por exemplo, o acordar antes do sol nascer. O tempo medido pelo exterior é somente àquele exigido quando das relações comerciais e compromissos nas cidades.

Conversamos sobre o tempo, sobre o quanto o plantio nas lavouras depende tantos das chuvas quanto do sol, perguntei se eles além do leite também plantavam, ela respondeu afirmativamente, que tiravam leite, tinham lavouras de milho para a produção da silagem (que é o trato do gado leiteiro), e também plantavam soja. Enfatizou a garantia que o leite proporciona no final do mês, pois, mesmo recebendo pouco, era um salário garantido, diferente das lavouras nas quais tempo de espera e o tempo climático atuam conjuntamente, além das condições exigidas na negociação dos preços quando o produto já está estocado (Diário de Campo, Neuza)

Sobre as minhas vivências climáticas eu senti muito frio e muito calor, a seguir relato uma cena do diário de campo “paramos pra conversar, o sol estava bem quente,

quando coloquei as mãos nas costas senti que estavam frias, é engraçado, de tanto calor eu sentia até arrepios.”

Ainda sobre as temporalidades houve uma manhã na qual acompanhei uma sequência de atividades diferentes, depois de ter chegado bem cedo na casa da participante, num breve momento, àqueles em que ‘nada’ acontece, olhei para o meu celular para ver a hora, afinal estava me sentindo bastante cansada, entre o olhar para a hora despreocupadamente e pensar que logo almoçaríamos, houve a surpresa do relógio me mostrar que era ainda 09:30 da manhã.

Com a invenção do relógio fora estabelecida uma relação diferenciada das pessoas com o tempo, esta tecnologia uma vez empregada pelo capital tornou-se fundamental, permitindo a administração não somente por meio da medição do tempo, mas desta medição através do controle dos corpos. Porém no âmbito rural o tempo supera um sentido cronológico pois opera conforme diretrizes diversas.

O tempo de espera entre a semente e o fruto, o tempo de aprender e de ensinar aos filhos, o tempo da chuva e o tempo do sol, o tempo da memória e o tempo da narrativa que a reconstrói. Um e outro como fluxo e não como simultaneidade, como capaz de abranger a experiência e o alargamento da potência de agir. Pesquisar num tempo outro é transversalizar, produzir estranhamentos e condições que permitam ao próprio pesquisador acionar os vários planos possíveis para a compreensão de determinados processos e a pesquisa enquanto encontro, cria e produz outras subjetividades e estas agenciam ao tempo em que são elas também agenciamentos.

As noções de sucessão, continuidade, mudança, memória e criação participam de uma multiplicidade de fluxos e não apartam-se entre episódios físicos ou psicológicos, dizem de um tempo real que é subjetivo e acessado através da memória. A duração é de uma temporalidade parte de certa mediação dependente das maneiras como nos relacionamos com alguns episódios (Bergson, 2006).

13.2 Trabalho e adoecimento

A região serrana do RS, tem um inverno bastante rigoroso, além do verão ser também marcado pelo calor intenso, independente das temperaturas em ambas as situações, o trabalho rural precisa ser feito, trazendo marcas nos corpos dos trabalhadores.

As cargas de trabalho enfrentadas cotidianamente incluem as cargas físicas, psíquicas, químicas, fisiológicas e mecânicas, e são estas que determinam os desgastes por meio dos processos de trabalho rurais, partindo da noção biopsíquica de tais relações (Laurell & Noriega, 1989). Esta passagem de uma lida com um tempo característico, é lentamente modificada para a manutenção de um tempo outro, que é imposto pelo capital.

Não é comum o uso de equipamentos de proteção individual. Por exemplo, na passagem dos agrotóxicos nem sempre utilizam máscaras ou roupas adequadas, somente chapéus ou bonés. Quanto a exposição solar também não é comum o uso de protetores. Além das condições climáticas, já apresentadas. Mesmo categorizados, os fatores agem de forma conjunta, numa interação entre ambiente de trabalho, atividades, trabalhador e sociedade. E esta dinâmica, por sua complexidade exige análises detalhadas para o planejamento de ações em saúde do trabalhador rural.

Nos trabalhos em que há repetição dos movimentos, como na embalagem de brócolis, estes acabam provocando dores, e também os demais trabalhos como a lida com o leite, ainda que não sejam exatamente repetitivos devido às diversas manobras que precisam ser feitas, sempre passíveis ao inesperado e, portanto, ao imprevisto. São trabalhos que exigem a força física (carpido, plantio, cuidado e colheita) que traduzida nos corpos torna-se: dor na coluna, e após alguns anos, desgaste, como relatado pelas pessoas mais idosas destas famílias.

Dos relatos ouvidos durante a pesquisa, mesmo a parte dos objetivos, precisam ser mencionados os adoecimentos, dentre os quais: um acidente de trabalho durante a colheita de milho, quando uma das participantes teve um órgão perfurado por uma ferpa; outra tem desgaste de osso e uma alergia na pele que é potencializada quando em contato com o sol; as frequentes dores nas pernas relatadas, os tendões dos braços rompidos, o que as impede de carregar peso, entre outros.

Em relação ao sofrimento psíquico, soube que algumas pessoas tinham diagnóstico de depressão (pelo menos uma pessoa em cada uma das famílias visitadas), e/ou eram nervosas, o que me fez questionar a saúde pública local e as negligências em relação a saúde das populações rurais.

O que presenciei durante as visitas foram pessoas que gostam de conversar, todos os integrantes da família, falam com entusiasmo, contam suas vidas, seus trabalhos, seus sofrimentos, mas não encontram profissionais que os escutem, em suas necessidades e dificuldades, seja na vida ou no trabalho.

14 Dinheiro próprio: autonomia e independência

O dinheiro é um analisador importante, das seis mulheres participantes, nenhuma recebe um salário individual, afinal, repetidas vezes anunciam “*é tudo junto, tudo é de todos*”.

Quando elas têm um “dinheirinho” (palavra recorrente) que é seu, seus investimentos dizem respeito ao que é grupal, direcionado à própria casa ou aos filhos. Isto fica evidente nas respostas fornecidas por elas, quando perguntadas sobre se recebiam alguma remuneração individual:

Quando sobra um dinheirinho também eu já reservo pra minha filha, mesmo ela trabalhando, sabe, às vezes tem uma dor, ou coisa assim, mas a gente sempre leva eles pra fazer exame e a gente vai ficando, a prioridade é eles sabe. Eu fazia queijo quando morava na outra comunidade, aquele dinheirinho eu dava pra minha filha, às vezes se pedia pro Noel ele já queria saber o que eu ia comprar, então, não era aquilo que eu podia comprar às vezes alguma coisinha.

Não, é tudo junto. Se eu tenho alguma coisa... Ah, eu comprei meu forno olha ali! Ah, eu compro coisas dentro de casa, e uma sobrinha eu sempre dou pra minha filha né, sempre ajudo ela, sempre pra ela, o meu pensamento primeiro é ela depois o que sobra eu compro coisas dentro de casa. Alguma coisa, tipo, roupa ou, agora eu tô pensando em comprar uma máquina de lavar roupa porque eu não tenho essas grandes, daí eu preciso uma dessas, e tô esperando que sobre algum troquinho pra mim. (Inês)

Seus gastos são com os filhos, com a casa, com exames médicos e só depois com os vestuários ou outros produtos para elas. O discurso de Inês também mostra a necessidade de uma justificativa para o marido quando precisa de dinheiro. Se trabalham juntos e se gastam juntos porque a necessidade de justificar os gastos? Quando seu marido não o faz. É como se precisasse um bom argumento para que o dinheiro, que lhe pertence também, lhe fosse concedido. Novamente a demarcação de gênero se impõe de forma brutal por submeter as mulheres a esta noção de que precisam justificar-se, vulnerabilizando-as.

Rosa nos traz resposta semelhante:

M - *E Rosa tu recebe alguma remuneração, algum dinheiro que seja só teu?*

R - *Não, não porque é junto, tudo junto.*

M - *E quando tu tem pra comprar algo, no que tu utiliza?*

R - *Pra comprar o que mais precisa, pra casa, roupa, calçado.*

Rosa enfatiza que recebem e gastam juntos, mas quando lhe questiono o que faz com seu dinheiro ela primeiro cita os itens para a casa, para somente depois falar dos gastos com o vestuário.

Também Neuza relata tal dinâmica:

N - *Não, é tudo junto.*

M - *E quando tu tem uma dinheiro que seja teu, tu investe no que?*

N - *Compro alguma coisa que preciso pra mim.*

O não recebimento de um salário, exceto no caso das mulheres aposentadas, implica numa certa restrição de possibilidades destas mulheres. E quando tem uma porcentagem para si, após o pagamento dos investimentos agropecuários, esta renda já tem investimento predeterminado (casa, alimentação, filhos, entre outros). Até no setor financeiro é visível, através dos investimentos restritos ao cuidado da família, as dos papéis atribuídos às mulheres, como principais responsáveis na reprodução (Hirata, 2014).

A realidade da tão esperada aposentadoria é vivida por Flávia:

Sim, agora eu recebo meu benefício né, daí eu faço o que eu quero. E antes era tudo junto, paga conta, paga uma coisa, paga outra, não tem dizer cada um é o seu, de dizer eu tenho tanto, tu tem tanto, não é assim, é tudo junto porque as dívidas é tudo junto né. (Flávia)

Seu relato é claro no que diz respeito a concepção do ‘tudo é de todos’, não há esse hábito da separação e individualização (Woortmann, K. 1990), inclusive financeira, há antes este entendimento de ocupar o salário no coletivo. Porém sua primeira frase “*agora eu recebo meu benefício né daí eu faço o que eu quero*”, fala de um agora bastante diferenciado: se agora ela pode, talvez anteriormente ela não pôde

fazer investimentos próprios, e se a aposentadoria é sua, não precisa culpar-se por não priorizar somente o coletivo.

Um dos pontos delicados refere-se à égide do coletivo, destaca-se a exploração vivenciada pelo não recebimento de uma remuneração individual correspondente aos seus trabalhos, duplas e triplas jornadas. Porém a exploração está firmada sobre outras estruturas não correspondentes à exploração vivenciada nos contextos onde há a produção de lucratividade aproveitando-se do outro, pois mesmo os homens não recebem um salário individual pelos seus trabalhos, mas a liberdade destes em usufruir do dinheiro não parece pesar tanto quanto sobre elas. Aqui cabe a exploração no sentido de um não visível, de um trabalho escondido sob a predominância do reconhecimento das atividades masculinas, mantendo um padrão hierárquico tanto dos valores sociais das atividades, quanto econômicos.

Considerando as peculiaridades do coletivo familiar ser prioritário à frente dos projetos próprios de cada um, ainda assim é preciso verificá-los sob o prisma de gênero, afinal é da ordem de uma rigidez grupal, o investimento das mulheres voltar-se prioritariamente ao âmbito familiar, doméstico e da propriedade.

Neide falou também sobre a aposentadoria que é uma miséria e que ainda queriam aumentar a idade [em tom de indignação] (Diário de Campo).

No que concerne à aposentadoria, a Constituição de 1988 garantiu o acesso dos agricultores à seguridade social, posteriormente houve um incentivo a partir do crédito rural, estas foram políticas que iniciaram mudanças drásticas, se por um lado houve novas demandas produtivas e organizações, por outro temos o distanciamento gradual entre os agricultores dos diferentes estados.

Em relação à garantia previdenciária ter acontecido somente após 1988, e transposta para a prática somente em 1991, verifica-se diferenças substanciais e desigualdade de direitos entre trabalhadores urbanos e rurais. Para os primeiros a destinação beneficiária ocorre na primeira metade da década de 1970, composta de cobertura previdenciária ampla, aposentadoria por idade, abonos, salários família e maternidade e para os dependentes auxílios reclusão, funeral, além de pecúlio para ambos. Em contrapartida, aos trabalhadores rurais garantiu-se apenas três, aposentadoria por invalidez, idade e auxílio doença, e para os dependentes apenas o

auxílio funeral e pensão. Foi também reconhecido o acidente de trabalho na área rural, mesmo que reduzido à aposentadoria por invalidez (Schlindwein, 2011).

Acrescido à estas, as desigualdades de gênero corroboradas pela ausência de aposentadoria para as mulheres trabalhadoras rurais. Segundo Denardi (2001) a previdência é a principal política pública no quesito agricultura familiar, por subsidiar a aposentadoria e as pensões, e é responsável pela não intensificação da exclusão social, além de fundamental para a economia dos pequenos municípios brasileiros. A aprovação da Lei Orgânica referente à Previdência Social data do ano de 1960.

Em 1962 com a criação do Estatuto da Mulher Casada foi extinto o exposto no Código Civil de 1916 (refletido também nas primeiras escritas da CLT), o qual tratava a mulher como propriedade, cujo trabalho externo era outorgado pelo marido. A isto segue-se em 1967 os itens inseridos numa nova Constituição e acrescidos por uma emenda datada de 1969 que desta vez, e, finalmente garantiu a licença maternidade remunerada (instituída em 1974 sob responsabilidade da previdência social e não mais do empregador), a aposentadoria, além de equiparar o salário independente do sexo ou estado civil dos cidadãos.

A previdência rural dispõe que tanto familiares quanto trabalhadores rurais autônomos tornem-se contribuintes, a aposentadoria passa a ser de um salário mínimo (anteriormente era apenas de meio salário mínimo); a idade exigida foi sessenta anos de idade para os homens e cinquenta e cinco para as mulheres (que finalmente, e não sem constantes pressionamentos, têm seu trabalho oficialmente reconhecido), acrescida da comprovação de tempo de trabalho, assim como nos regimes urbanos de trabalho. Enfim, todas as conquistas mesmo preservando certo caráter assistencialista conforme a arquitetura social da época, foram importantes por reunirem todo o protagonismo da categoria (Schlindwein, 2011).

M - E vocês recebem uma renda separada?

Não! (Mariana)

Não, tudo um monte só, e gastar, quem precisa pega, é tudo junto. (Neide)

Ainda que decisões relativas à casa ou propriedade sejam tomadas individualmente, a maior parte das decisões são tomadas de maneira conjunta, por

todos os membros da família. Esta característica persiste, e as negociações podem ser entendidas como um 'patrimônio sociocultural' que resiste (Karam, 2004).

Embora algumas das participantes não participem diretamente dos negócios relacionados aos financiamentos ou deliberem sobre eles, todas tem entendimento sobre o que é, e como funciona e costumam ir aos bancos.

Sobre a ida aos bancos, em cada família é diferente, em algumas são as mulheres as responsáveis, noutras são os homens. As responsáveis pelos negócios dos bancos participam na obtenção de informações, alternativas de negociação e no caso dos investimentos, após findado o processo burocrático, seus maridos vão assinar os papéis necessários, pois há a obrigatoriedade da assinatura do casal na obtenção de créditos. Esta realidade contraria pesquisas realizadas na área (Langbecker, 2016), e ao contrariá-las denota mudanças acontecendo.

Porém, as mesmas pesquisas enfatizam que as decisões conjuntas são sempre avalizadas, em última instância, pela figura do marido ou filho, independente de em qual dos nomes será feito o financiamento, isto se mantém na família das participantes, mas não é unânime.

M - E coisa de banco, saída pra banco, vocês fazem junto ou é mais um ou outro?

F - É eu sou assim que mais lembro ele né, às vez, óh tem uma prestação tal mês ou no outro mês tem um negócio pra pagar, tudo né, é assim. Eles não lembram muito das coisas. (Flávia)

M - E no banco quem que vai?

R - Mais sou eu mesmo. (Rosa)

Ela conta que seu marido prefere ficar em casa trabalhando, mesmo sob o sol do meio dia do que ir até o banco. Esta função dos negócios bancários é realizada por ela e por sua filha que dirige e as leva até a cidade. Mencionou que já que ele não quis ir até o banco de manhã, hoje à noite a ordenha das vacas é sua responsabilidade. Rosa falou em tom de brincadeira, mas como eu só fui embora em torno das 20 horas, ela acabou não indo mesmo par ao galpão (Diário de campo).

Ainda que tais mudanças relacionais impactem intersubjetivamente, a nível de sociabilidades e práticas, parecem muito sutis devido a permanência de modos de percepção acerca dos papéis diferenciados por gênero, dos maridos ou filhos como protagonistas no espaço público. Das participantes, duas vão aos bancos e colocam-se na posição de administradoras, mas remetem este fazer junto aos dos maridos.

14.1 CNH

O ato de dirigir, de obter a carteira de habilitação, é muito comentado. Saber dirigir, mas principalmente poder dirigir, representa para as participantes a liberdade de não depender dos homens (maridos, filhos ou genros). Significa autonomia e uma conquista muito admirada.

Flávia também perguntou se eu não dirigia, lhe disse que não tinha carteira, ao que comentou que gostaria de aprender a dirigir para poder ao menos ir até o Guabiju, “*porque se a gente depende dos homens, nem sempre eles levam né, assim eu me virava*” (Diário de Campo).

Todas as participantes perguntaram se eu tinha carteira de habilitação e quando respondia que não, percebia a cara de espanto, ao que explicava que apesar de saber o básico, eu não tinha a CNH.

Neide me falou da alegria de quando passou no teste, há cerca de um ano; Mariana não dirige e contou que tem um pouco de medo; já a narrativa de Neuza, foi emocionante:

Tava meio preocupada com a prova escrita, porque sabe eu sou meio analfabeta, mas acredita que fui melhor do que uma professora que estava comigo? Acertei mais questões, então fui fazer as provas práticas, na primeira reprovei e na segunda passei, o professor achava que eu ainda não tava preparada, mas fui e fiz e no final disse pra ele: ‘viu só, eu passei’. Antes da prova eu fui falar com um senhor que mora aqui, ele é religioso, peguei muita fé nele, ele me disse que eu ia conseguir, isso me deu força, por isso sempre uso essa nossa senhora aqui [mostrou a correntinha no pescoço], e também tomei bastante água de melissa, fiquei muito feliz naquele dia, foi uma realização, a maior depois que tive minhas filhas!

Dirigir significa poder sair sem precisar que alguém leve, sem depender dos outros, significa independência.

14.2 O Público

As participantes da pesquisa têm diferentes incursões nos espaços ditos públicos, que vão desde o envolvimento nos clubes de mães, na igreja, encontros comunitários, do município, e nos cargos eletivos.

O trecho abaixo mostra esta esfera na vida de Neuza:

Perguntei a quanto tempo ela era associada ao Sindicato, me disse que há quatro anos, então também perguntei se ela pensava que a voz das mulheres era ouvida lá dentro, ela disse que não, “*nem das mulheres e nem de ninguém*”, ela é membro da comissão diretora do Sindicato junto a quatorze pessoas, porém o diretor trata o órgão como se fosse sua propriedade, cabendo a ele todas as decisões. Neuza parece bem envolvida com as questões do município. Ela falou que, por exemplo, o grupo das Sementes da Emater é ótimo, mas é o único, não tem mais nada de interessante para que as pessoas queiram se associar ao Sindicato, e que ela entende a pouca participação, afinal, a comissão só é chamada para deliberar algo, aliás, aceitar o que já fora deliberado individualmente. Também disse que já fizera reclamações, mas o apoio dos colegas é inexistente (Diário de Campo).

Cabe mencionar que alguns meses após esta conversa, a diretoria do Sindicato do município foi alterada e atualmente encontra-se sob a direção de uma mulher. É constante a referência nas leituras de pesquisa na área sobre a lógica excludente que imperava em relação a participação feminina nos Sindicatos, logo, encontrar esta mudança no município é importante.

Mesmo com todas essas questões que lhe preocupam ela não deixou de fazer parte do órgão, e seguindo a nossa conversa, contou sobre sua entrada na política:

Contou que foi candidata a vereadora há alguns anos, fiquei impressionada pois não sabia, e lhe questionei como havia sido este processo, ela disse que quando foi implementada a lei de uma porcentagem de mulheres nos partidos ela foi convidada, não queria e nem tinha interesse, mas devido à forte pressão sofrida, decidiu contribuir com o partido. Avalia que não foi uma boa experiência, apesar de ter sido bem recebida nas casas, com bastante respeito, mas que as decisões do partido tinham de ser acatadas sem muitos questionamentos, disse

que não pretende tão cedo participar de novo, e que o partido nunca mais a procurou para participar, percebi um certo ressentimento de sua parte (Diário de Campo).

A porcentagem de mulheres atualmente obrigatória nos partidos traz debates necessários, também Neide concorreu a um cargo de vereadora no município e conta não ter sido uma experiência muito boa devido aos conflitos, inclusive, comunitários pelos quais passou quando de sua candidatura. Ambas não foram eleitas.

Sobre as deliberações tanto no contexto do partido político quanto dos assuntos sindicais, ainda que sejam poucas as informações disponibilizadas, pode-se aludir o quanto as posições de direção ainda pertencem aos homens, numa posição contrária ao real propósito de que a porcentagem de mulheres não trata de uma formalidade, mas da autêntica participação delas nas tomadas de decisão. Em ambos os casos apresentados isto é barrado, ainda que as relações assimétricas de gênero estejam circundadas por outros tantos marcadores. O espaço legítimo não pode se restringir ao número de mulheres necessárias para composição de uma chapa, mas a representação que se faz destes espaços ocupados por sujeitos políticos e por seus direitos, para além do universo discursivo, mas para a realidade objetiva das relações.

Outra objeção à participação nos assuntos públicos é que esta inserção transforma-se em mais uma das jornadas de trabalho delas, afinal a mudança necessária quando assumidas essas atividades impacta o dia-a-dia destas mulheres, exige uma organização diferenciada das atividades nas lavouras e com os animais, nas tarefas domésticas e cuidado com os filhos, pois independente se frequentam ou não outros espaços, os seus trabalhos cotidianos continuam sendo interpretados como de sua responsabilidade. Em muitos casos a escolha é aumentar o trabalho ou não participar da esfera pública.

Por vezes as mulheres não podem participar de alguns eventos devido ao trabalho “Inês divide sua experiência de não ter ir ao curso de ervas devido a colheita dos brócolis que não pôde ser adiada, além disso, para aquele dia precisou deixar todo o almoço encaminhado na noite anterior para os peões” (Diário de Campo).

Há alternativa quando elas contam com a presença das filhas em casa, que suprem algumas das atividades, já que os maridos ou filhos, dificilmente o fazem.

Os impactos psicossociais destas estruturas, remete a mudança no *habitus*, como apresenta Bordieu (2005), este trata de algo que é da ordem de uma rigidez tão

potente que não basta somente a vontade de mudar, afinal parte de uma estrutura de aprendizado, historicamente constituída por práticas que também a constitui, e que neste âmbito rural ainda reforça a divisão sexual do trabalho.

Independente de em certas conjunturas tais práticas serem pouco valorizadas, a participação das mulheres nestes espaços públicos significa a ocupação de um lugar importante e a possibilidade de continuidade nestes espaços, por perceber que podem sim ocupá-los, que estes lugares lhes pertencem e para os quais se dedicarão, como parte da emancipação das mulheres rurais.

14.3 Renda e retorno financeiro

Sobre a distribuição da renda:

M - *E a renda que vocês obtêm, quem administra?*

Ah, é uma ideia assim dos dois né, um dá uma ideia se o outro acha que não dá, dá outra ideia e a gente vai conversando né. (Flávia)

Quem administra é o marido né, mais. (Neuza)

M - *E Rosa qual é o destino da renda obtida, e quem cuida das contas, do que comprar?*

É pra pagar as contas mesmo, porque... e a gente administra junto, tudo junto. (Rosa)

Sobre a distribuição da renda, há uma constante de ser em conjunto, e é semelhante para todas as famílias:

M - *E o destino da renda?*

É investir na propriedade, né! (Neide)

Não, a gente decide junto, mas quem lida com isso é o meu marido, mas o investimento é tudo pra roça né, é: comprar adubo, compra veneno, é dando giro como se diz, porque dinheiro...essa safra paga a outra e se dá certo vai pagando, e vai indo, é um giro. Se sobra um pouquinho a gente investe ou em cima de máquinas ou pra casa né, pra melhoria da casa, porque a gente tá morando dentro de um rancho velho, vamos assim dizer... (Inês)

Se o gasto é retornado à terra, este é feito também por meio da compra de insumos, e isto ainda se mantém na família da maioria das participantes como tarefa dos homens, bem como em relação à comercialização da produção, como é visível nas falas das participantes:

M - *Como e quem comercializa a produção?*

F - *É ele sempre...*

M - *E os insumos, quem compra?*

F - *É ele também que sabe.* (Flávia)

Nos brócolis, que nem assim, a gente tem uma firma. É tudo ele que faz essas coisas, o meu marido. (Inês)

Que vende é o Raul, quem puxa é o Jairo. Nós vendemos pros fruteiros e depois eles levam pros mercados, mas nós vendemos pros fruteiros. (Neide)

A gente vende pra cooperativa de leite e compra os insumos da própria cooperativa. (Rosa)

Já a fala de Neide traz exatamente a dinâmica não apenas do papel deste sujeito masculino, mas a perspectiva geracional, ao filho foi repassada a função de negociar, enquanto o marido transporta e entrega a produção na cidade.

Outro fator que carece de análise é a representação que se tem do homem no espaço rural, o papel que se espera que desempenhe, a socialização que o coloca num lugar que ‘precisa’ ser ocupado por ele, daí as falas reproduzidas reforçarem a questão do ‘é ele quem decide’, quando no cotidiano, vê-se que é ele também, mas não somente ele.

Sobre os preços dos insumos, o retorno financeiro pra dar ‘o giro’, os altos preços pagos pelos agricultores, são fatores econômicos cuja interferência e preocupação é constante. Nas lavouras desde o cuidado com a terra, os tratamentos necessários, a compra das sementes, o plantio, àqueles que não possuem os maquinários seja pra plantar, colher ou para a manutenção dos tratamentos, necessitam pagar alguém que tenha para fazer este serviço. Ademais os imprevistos que geram

outros gastos, como no caso de pragas específicas nas plantações ou doenças no gado, fazem parte da realidade nestas famílias.

M - E o que vocês acham que poderia melhorar nesta atividade que vocês fazem?

Poderia ser o preço né, principalmente o leite, as coisas, o preço da produção. A gente vai comprar um saquinho de milho, paga uma loucura, o adubo uma loucura e quando a gente vai vender...tudo. E depois a gente faz a silagem, dá pras vacas, elas não cobrem o prejuízo. (Neide)

O preço tá de arrasto! Nós temos com treze mil litros de leite, o Raul fez as contas, sete mil só dá de ração e sobra pra gente fazer o rancho quatrocentos reais e fora as outras despesas de remédios e outras coisas que precisa pra elas. Mal e mal dá pra fazer o rancho. (Mariana)

Que tivesse valor né, que as coisas tivessem mais valor, tipo o preço do leite tivesse mais valor, que fosse mais valorizado. O trabalho no geral né, da agricultura, nem só no preço do leite, tudo né, porque não é nada valorizado né. (Rosa)

Porque daí aqui nós também, na roça pra produzir a gente tem bastante gasto, desde trator, óleo, essas coisas assim, tá tudo caro, gasolina, tudo caro. (Inês)

Eu acho que quando tu tem que fazer um galpão novo, alguma coisa que a prefeitura também ajudasse né, porque depois vai o retorno pra prefeitura e também estrada mais boa , acascalhada, esse negócio de leis teria que melhorar um pouco porque tem leis que nem precisaria [aqui ela refere-se especificamente a algumas leis ambientais do município], que é só pra incomodar e por dinheiro né. (Neuza)

Das mulheres que lidam na ordenha das vacas uma constante é o preço pago pelo litro de leite, desde o início desta pesquisa a variação dele foi de noventa centavos até um real e quinze centavos, conforme: a cooperativa para qual vendem, litragem (quantidade), a análise de qualidade do leite, enfim, as variáveis são inúmeras e correspondê-las para receber todo o valor passível de ser pago é tarefa impossível.

O leite envolve: o plantio de milho nas lavouras para que no tempo correto seja colhido e moído, no feitiço da silagem, que servirá como um dos alimentos mais importantes para as vacas na região, a silagem precisa ser acompanhada pela ração, milho moído acrescido de vitaminas, balanceada conforme os demais alimentos

consumidos pelos animais, esta ração as produtoras compram, seja da própria cooperativa para qual vendem o leite ou de outra empresa. É necessário também que haja pastagem para os animais, e esta precisa ser plantada, adubada e cuidada para que as vacas consumam no tempo certo, altura da cobertura, entre outros. Alimento: silagem, ração e pastagem.

As vacas são ordenhadas duas vezes ao dia, este acompanhamento diário permite que qualquer desempenho diferenciado ou adoecimento dos animais sejam notados, quando percebem alguma doença, as mais comuns neste caso são a tristeza e a mastite, inicia-se, o mais rápido possível, o tratamento.

A lida com gado também segue os preceitos exigidos pela vigilância sanitária quanto a regularidade da vacinação e exames periódicos, além da instalação do tambo leiteiro conforme as leis ambientais. Sobre as últimas, os critérios precisam ser atendidos em toda a amplitude da propriedade, em relação à água, às árvores, às construções, para atendê-las é necessário dispor de projetos e processos burocráticos bastante encarecidos.

Sua queixa é que no interior se trabalha muito, se gasta muito pra investir e pra trabalhar com o mínimo de conforto e os próprios vizinhos e conhecidos denunciam, logo eles que passam por situações semelhantes. (Diário de Campo, Neuza)

Cabe mencionar também as legislações ambientais repletas de regras que pouco contribuem para os trabalhadores, que são severamente punidos quanto ao descumprimento (muitas vezes de práticas que eles ignoram ser proibidas). Os termos rígidos em relação ao plantio das árvores nativas, de perfuração de poços, da limitação de técnicas tradicionais, enfim, impõem restrições, mas não oferecem uma contrapartida (financeira ou de capacitação) àquelas pessoas cuja extensão de terra é pequena e que precisam trabalhar somente naquilo que tem.

“Não há como negar a urgência da adoção de práticas agropecuárias conservacionistas e da implantação de medidas restritivas do uso abusivo dos recursos naturais, mas elas *devem ser implantadas pelo conjunto dos produtores rurais, e não apenas pelos pequenos produtores* (grifo nosso)” (Scopinho, 2017)

Os gastos com os maquinários, seja proveniente da prefeitura, de terceiros ou de troca entre vizinhos, significa o pagamento das máquinas, combustível e da hora do funcionário ou vizinho que planta.

Cada item destes representa um gasto. Dependendo da quantidade de vacas e litros de leite entregues, as agricultoras garantem uma renda mensal, porém, desta renda bruta, o que resta ao fim do mês, é pouco, já que mais da metade do ganho é revertido em investimentos para os animais e lavouras.

Complemento da renda

Com a obtenção de implementos agrícolas, os maquinários possibilitam que, além da renda da propriedade, os agricultores possam aumentá-la fazendo serviços em outras propriedades, como é o caso de Flávia e também de Inês, quando da contratação:

É, às vezes, que nem, é dois anos que agora que nós temos a plantadeira nova, daí ele planta pros vizinhos aí por aí. Dois anos que plantou, agora não vai mais plantar. (Flávia)

Além da mão de obra familiar, na época da colheita:

Familiar e na hora da colheita, tipo dos brócolis daí precisa né, porque a mão de obra é bastante, daí só dois a gente não vence, e tem que ser no tempo certo, tem que ser hoje, tem que ser hoje porque amanhã tu já tá perdendo produto. (Inês)

A contratação acontece justamente nas famílias cujo trabalho é realizado somente pelo casal, restringe-se a dias e épocas específicos. Esta estrutura agrícola familiar diz da posse dos meios de produção, porém seu diferencial é que não há exploração de terceiros para a acumulação de capital, visto que o trabalho agropecuarista possibilita somente que as pessoas se mantenham no interior (Coutinho & Graf, 2010), e ainda assim, “*por teimosos*” (p.187), utilizando a expressão de Neide.

O excedente das lavouras

É, e se não é a gente produzir a comida, os da cidade não comem, mas o serviço é bastante e é pesado, a gente ainda ganha uma miséria, olha o preço do leite, sem falar no brócolis e no repolho, tudo que fica na roça, não vencemos nem dar pros bichos comerem, quem lucra mesmo são os atravessadores e os mercados, nós não. (Neide)

Também os vegetais são pauta quanto aos preços dos mercados, as dificuldades vivenciadas quando na época do plantio os produtos estão com bons preços e na época da venda, preços baixos e pouca ou nenhuma procura, obrigando muitas vezes a deixar o produto apodrecendo na lavoura.

É uma lavoura com plantas distribuídas em longas fileiras, vamos caminhado pela estrada, passamos ao lado do que sobrou de uma plantação de repolhos, vários apodrecendo na terra porque os mercados para os quais vendem, não quiseram comprar. Chegamos numa outra estrada vicinal e seguimos para lavoura de milho, Mariana quis me levar até lá pra eu ter noção de quantos pés de tomates eles plantaram no ano passado. Narra os processos, o plantio de milhares de mudas, o manejo do agrotóxico, a colheita, a embalagem, o armazenamento e a entrega, sempre seguindo os padrões exigidos. Por vezes os compradores encomendam uma determinada quantia, porém, na época de venda acabam reduzindo a quantidade de compra, o excedente fica todo na lavoura, uma parte é destinada à alimentação das criações, porém grande parte é perdida, apodrece na terra (Diário de Campo).

Para as agricultoras cujo contato com o plantio, a terra e o tempo são diferenciados, ter de deixar os alimentos perecendo é grande fonte de desânimo. Afinal despenderam tempo para se dedicar àquele trabalho e sentem que ao final, quando o clima colaborou, os preços baixaram e seus produtos não são valorizados, todo o empenho, todo o trabalho transforma-se em tristeza, frustração e prejuízo econômico.

A retribuição financeira pelas atividades reflexo da desvalorização do trabalho agrícola familiar como um todo é talvez a principal ameaça para a continuidade das pessoas nesta prática. Os investimentos para plantar e o pagamento pelos produtos que, em muitos casos, não paga a própria despesa, caracteriza a preocupação que traz a insegurança (Stolf, 2007) para estes ambientes rurais comumente conhecidos como tranquilos. A tranquilidade cede lugar para a insegurança e até para o incentivo de que

os filhos tenham outras profissões, não porque não quisessem que estes seguissem a profissão de agricultor da qual falam com tanto orgulho, tanto de si quanto de seus antepassados, mas principalmente para que não precisem viver se equilibrando nesta corda bamba que hoje é o trabalho nas pequenas propriedades familiares.

Esta situação precisa ser ponderada se pensarmos que a alimentação no país é majoritariamente proveniente da agricultura familiar, se a permanência das famílias no campo é ameaçada devido aos poucos investimentos em políticas públicas rurais, se o incentivo é de que os filhos estudem e se estabeleçam em outras áreas profissionais, estamos falando de um fenômeno cujo impacto em termos alimentícios é sentido diariamente por toda a sociedade. Portanto, ratifica-se a urgência de olhar com cuidado para o rural de nosso país, para as demandas das agricultoras e agricultores, se queremos pensar numa sociedade que ofereça condições mínimas de bem-estar e justiça social para toda a sua população.

15 Políticas públicas para a agricultura familiar

Utilizando um marco cronológico, mas sempre o pensando como marco contínuo e dinâmico, cujas relações sociohistóricas são determinantes constantes, pontua-se as últimas três décadas como responsáveis pelo aparecimento e gradativa consolidação de políticas públicas, não de maneira linear uma vez influenciadas por diferentes governamentalidades, avanços, retrocessos e momentos de estagnação. Ao longo deste triênio observou-se segmentos da população assumindo papéis de protagonismo e participando dos processos de formulação e implementação de determinadas políticas utilizando-se de novas referências, adoção de perspectivas outras para a produção de novos instrumentos e orientação funcionais (Grisa, C & Schneider, 2015).

Compondo o montante de transformações e investimentos destes anos, um dos destinatários foi a agricultura familiar que finalmente teve sua relevância visualizada como lócus de vida e trabalho. Foram mudanças características de um modelo democrático, expressivas porque a agricultura familiar fora por tanto tempo subjugada, e através da promulgação da Constituição de 88, espaços de participação foram criados e incentivadas, em certa medida, às participações. Logo, a partir das reivindicações, e da urgência de melhorias nas mais variadas esferas do setor, há a emergência de políticas. O domínio das políticas públicas se dá na medida em que as representações são apreendidas, organizadas e passíveis de tornarem-se ação por parte dos órgãos representativos, como as maquinarias da União, estados e municípios.

As leituras sociais são tecidas e intermediadas pela contribuição dos atores envolvidos, neste caso os movimentos sociais das agricultoras, sindicatos, etc., estes impulsionam a contrapartida do Estado, através da criação e viabilização de instrumentos daí a criação de políticas que podem ou não ser institucionalizadas e cuja efetividade se dá na medida de sua aproximação com a população e contato com suas condições contextuais. Apesar das conquistas tardarem a se efetivar, atualmente o Brasil é fonte de inspiração internacional no quesito organização política e institucional no âmbito agrícola (Grisa, C & Schneider, 2015).

Pensando a contingência nacional, não se pode falar de uma agricultura, ou uma agricultura familiar, mas de uma gama diversa com características bastante peculiares, o que exige um trato cauteloso ao pensar as políticas públicas que se dão

num plano macro com diretrizes comuns correspondentes a performance das políticas de Estado e também das políticas de Governo, bem como quanto ao entendimento do que é o público e suas ações (Denardi, 2001).

Para compreender a agricultura familiar torna-se necessário a visualização também dos outros segmentos, como a agricultura extensiva, para então tratar dos movimentos cujas pautas que se diferenciam ou se convergem. Além de que problematizar as questões agrícolas envolve retornar às práticas do Estado e dos atores rurais ao longo da história, acrescidas dos processos de desenvolvimento, introdução de tecnologias, manutenção de práticas tradicionais e seus reflexos psicossociais (Denardi, 2001).

As políticas públicas são imprescindíveis não somente pela sua manutenção, mas principalmente pelo incentivo à continuidade das pessoas no meio rural. Atualmente as políticas que impactam esta esfera são: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), sendo uma das categorias o Pronaf Mulher que destina linha de crédito independente do estado civil e permite o investimento tanto em atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato, dentre outras; Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que como o próprio nome apresenta, objetiva levar a assistência visando melhorias tanto nos processos de trabalho quanto na qualidade de vida dos trabalhadores; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), é a comercialização dos alimentos produzidos pelos agricultores para os órgãos públicos locais; Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tem o mesmo funcionamento do anterior, a diferença é que destinação de pelo menos 30% dos alimentos produzidos são às escolas públicas; Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), objetiva oportunizar o acesso à terra por meio de financiamentos, além de fomentar investimentos nas unidades rurais; Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), beneficiam as prefeituras de municípios com até 50 mil habitantes com equipamentos que auxiliem no desenvolvimento rural e infraestrutura municipal; Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Animal (SUASA), promove a implantação de agroindústrias, incentivando a legalização para a comercialização de produtos de origem animal em todo o território nacional; Programa Terra Legal, promove a regularização de propriedades de terras públicas; Programa de Cadastro de Terra e Regularização Fundiária, assegura a titulação e a posse da terra e imóvel aos trabalhadores rurais; Terra Forte, objetiva incrementar a renda dos projetos de cooperativas e associações, investimento em modernização nos assentamentos;

Biodiesel, investimentos em combustíveis renováveis, produzidos a partir por exemplo de oleaginosas; Garantia Safra, seguro ativado em caso de perda da produção por motivos climáticos (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013).

Segundo o Art. 3º, da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para elaboração da Política Nacional da Agricultura Familiar (PNAF) e empreendimentos neste espaço, define-se como agricultor familiar a pessoa que exerce atividades no contexto rural, possui uma área que não ultrapasse quatro módulos fiscais, mão de obra majoritariamente familiar e parte da renda proveniente das atividades desenvolvidas neste território, e gestão do empreendimento executada pela própria família.

Já o Art.4º trata dos objetivos e princípios norteadores da PNAF: descentralização, sustentabilidade socioeconômica e ambiental, e aqui, destaca-se principalmente o inciso “III – equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia” e inciso “IV – participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais” (Lei n. 11.326, 2006).

Aqui pode-se destacar as formas pelas quais as políticas públicas se voltam as questões de gênero, uma vez que o inciso terceiro ao tratar as relações de gênero remete à visualização daqueles que compõem a população rural e da força de trabalho ali presente, é preciso retomar a forma de aplicação desta legislação que se propõe generalista, para pensar o quanto tais questões encontram espaços para problematizações, e o quanto as informações atingem aqueles que se propõem atingir. Formas de divulgação e a efetiva participação dos interessados diretos nas formulações. Já a problemática de gênero traduz-se em variados entendimentos que são explicitados conforme as falas das participantes.

15.1 Investimentos e políticas públicas

Qualquer atividade que se queira desenvolver necessita de investimentos, então a possibilidade dos empréstimos bancários traz benefícios ao mesmo tempo em que denuncia as dificuldades nas negociações com os bancos.

M - E vocês já fizeram crédito rural (o Pronaf, entre outros)?

Sim, temos, e nem tem como a gente não fazer né porque quando a safra vai mal a gente tem que depender tudo, de fazer financiamento, fazer essas coisas. Se um ano vai mal, outro ano vai mal, lá eles querem o dinheiro e a gente daí? E tu tem que trabalhar dois, três anos pra pagar um financiamento, às vezes né, e tá suado o negócio. (Inês)

M - Quem decide sobre crédito rural?

R - Os dois juntos.

M - E vocês tem algum crédito rural?

R - Pra pagar em banco?

M - É, seria se vocês têm o PRONAF, esses...

R - Sim, tem!

M - E quem decide de pegar o crédito, pra o quê vão usar?

R - A gente decide junto. (Rosa)

M - E vocês possuem crédito rural, tipo o PRONAF?

N - Sim, fizemos

M - E quem decide?

N - Na família, tudo junto. (Neide)

Os empréstimos e financiamentos trazem melhorias pela oportunidade de investimentos no setor rural, seja para a lavouras (o Garantia Safra), para a compra de animais ou de maquinários (Mais Alimentos). O PRONAF é utilizado por todas as famílias, ainda concentrado no nome dos maridos, apenas Neuza, comentou que se optassem por construir um novo galpão para a lida com as vacas, sairia em seu nome. As outras alternativas disponíveis de políticas públicas não são conhecidas pelas agricultoras.

Seus dois irmãos continuam trabalhando no interior e produzem alimentos para a distribuição nas escolas, Inês desconhece se existe este programa de

alimentos em Guabiju, então pergunto se participam do sindicato, diz que aqui não, mas que participavam no município em que moravam anteriormente, e sempre iam nos protestos, até se precisasse acampar, revezavam ela e o marido. (Diário de Campo, Inês)

No município algumas famílias são cadastradas no PNAE, no dia de campo, conheci somente uma família que faz parte deste programa, mas nenhuma das famílias visitadas nesta pesquisa. Inês fala da alternativa dos irmãos na distribuição da sua produção para as escolas e ressalta não saber se existe este programa vigorando no município, demonstrando a falta de informações disponíveis para as agricultoras.

A proposta de que o alimento proveniente das pequenas produções possa ser destinado às escolas, presídios e demais instituições, significa garantia à alimentação conforme sua diversidade locorregional, à comercialização da produção familiar e ao aquecimento econômico dos mercados municipais e estaduais. O programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) demonstra resultados sociais importantes desta mudança de direcionamento alimentício cujas respostas são visualizadas nos índices de desenvolvimento.

“Cabe ressaltar que estas ações (PAA e PNAE) têm contribuído para a valorização da produção local/regional, ecológica/orgânica e têm ressignificado os produtos da agricultura familiar, promovendo novos atributos de qualidade aos mesmos, associados, por exemplo, à justiça social, equidade, artesanidade, cultura, tradição etc.” (Grisa & Schneider, 2015, p. 139; 2012)

Em 1995 o Pronaf (política pública pioneira, datada em 1966, desenvolvida por intermédio dos movimentos sociais rurais) é finalmente institucionalizado, precursor das políticas que seguiram-se, dentre elas as de extensão, fortalecimento e seguro de produção. Por meio do crédito rural o acesso dos agricultores aos mercados fora facilitado. O conteúdo desta política permanece como fonte de tensões, afinal, é interpretada tanto enquanto política de desenvolvimento rural, como enquanto política social que intenciona uma atuação paliativa com vistas à diminuição da exclusão dos agricultores familiares num sistema altamente competitivo, a primeira perspectiva oriunda do Ministério do Desenvolvimento Agrário e a segunda do Ministério da Fazenda e da Agricultura (Denardi, 2011).

A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para os assuntos direcionados à agricultura familiar e reforma agrária ocorre em 1995, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, enquanto isso o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) se responsabilizava pelo setor do agronegócio (Picolotto, 2014). Ou seja, as demandas e interesses continuaram bem assinalados. O governo seguinte de Luíz Inácio Lula da Silva, a partir de 2003, fez uma intensificação nos investimentos do Pronaf, criando outras modalidades, maior valor de financiamento e menores taxas de juros (Picolotto, 2014). São estratégias que corroboraram para a criação e regulamentação, em 2006, da Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326), cujo papel além de conceituar a categoria dos agricultores familiares ainda permitiu a destinação das políticas públicas conforme especificações.

Atualmente o Pronaf caracteriza não somente os avanços, mas a estabilidade e segurança dos agricultores. É responsável pelo financiamento dos projetos na agricultura familiar e de assentamentos e conta com doze linhas de crédito com baixas taxas de juros. Entende-se por projeto, tanto os investimentos em agroindústrias, tecnologias como maquinários e outros equipamentos, infraestrutura, custeio de safra, etc. Ainda que seja fundamental pensar na inserção das novas tecnologias e no seu caráter contraditório e paradoxal, afinal ao possibilitar facilidades no trabalho desenvolvido também pode atuar enquanto uma prática que dissolve progressivamente certas tradições (Scopinho, 2015).

Flávia mostrou os equipamentos recém adquiridos, o trator e a plantadeira, e falou um pouco sobre os governos que contribuíram para o desenvolvimento rural. Também conta que se associou ao sindicato para preparar os papeis da aposentadoria, já aprovada, porém ainda não recebera o primeiro salário. Mostrou-se preocupada com as novas demandas para a previdência, dizendo *“ainda bem que nós os agricultores caímos fora dessas mudanças aí, porque aqui o serviço não tem horário, começa cedo e vai até à noite”*.

As referências aqui acerca das tecnologias são sobre as melhorias que promoveram no rural, além da compreensão dos agricultores de que é preciso informações e conhecimentos para melhorias nas propriedades, o que também foi encontrado nos estudos de Stolf (2007), sobre os sentidos atribuídos pelos agricultores às tecnologias no dia-a-dia. As dificuldades em adquirir os maquinários e implementos, mesmo os básicos como o trator, também são colocadas, e esta restrição

financeira para o acesso é apontada como uma das questões cabíveis aos governos que poderiam investir mais na agricultura familiar, possibilitando o acesso dos agricultores ao básico e oportunizando condições dignas de vida no rural.

A necessidade de valorização do trabalho rural, e do trabalho das mulheres no rural, passa pela retribuição financeira deste fazer, pelas análises das formas como as políticas públicas se instauram nos pequenos municípios de economia basicamente rural, alguns trechos das conversas e entrevistas nos dão pistas

Acho que se o governo melhorasse um pouquinho mais, olhasse mais pro produtor rural, que lá na cidade as pessoas dependem da produção rural né, se o governo ajudasse mais né, dar mais incentivo pras pessoas, pros jovens, porque a juventude de hoje em dia não para mais na roça, eles tão indo tudo pra cidade, porque tu não tem, na roça tu plantou hoje, tu não sabe se tu vai colher bem, se amanhã vai ter um preço bom pra tu conseguir dar o giro e daí muitos se aventuram a ir pra cidades porque sabem que no fim do mês tu tem aquele dinheirinho né, bem ou mal, mas tu ganha aquele dinheirinho né e aqui na colônia não né, se tu plantar uma coisa, se não der bem ou não der preço, tu vai ficar na dívida. (Inês)

Também sobre a possibilidade da permanência dos jovens no rural, para que possam estudar e continuar trabalhando na propriedade

A minha filha, ela saiu de casa porque a gente pegou uma temporada ali de uns par de ano que a gente não foi bem de safra né, e daí ela queria fazer curso, queria fazer uma coisa e outra e não tinha dinheiro, tipo fazer faculdade, nós não tinha condições de pagar uma faculdade pra ela, porque a gente foi mal de safra. E se o governo tivesse dado, tipo dado mais faculdades pra juventude ou ajudar mais na roça, tipo de ser técnico agrícola, ser essas coisas, daí a juventude ficaria mais né, mas o governo só pensa em tirar dos coitados, não de dar. (Inês)

Os novos não querem mais ficar, tão indo tudo pra cidade porque acham que lá é melhor, eles acham que é melhor porque tem aquelas horas de trabalhar e depois tão livres em vez no campo não tem hora e não tem fim de semana, todo fim de semana tem que trabalhar, é direto e na cidade só tem aquelas horas de segunda a sexta e deu. (Neuza)

Esses relatos trazem um dos principais motivos da saída dos jovens da agropecuária, a falta de incentivo em permanecer e as diversas dificuldades que

acompanham seus pais passando. A permanência dos jovens requer modificações, a valorização dos trabalhos agropecuários familiares, tanto social quanto familiar, quando eles tenham o reconhecimento e autonomia sobre seus fazeres; a possibilidade de estudar e se qualificar para promover melhorias em seus contextos de trabalhos, e o lazer, tão pouco presente nas cidades interioranas.

Outra pauta destacada é sobre o básico, a água e a energia elétrica

O que tá faltando mais aqui é a trifásica que a gente não tem, já foi encaminhado né, e não sei em que pé que tá, se tá parado, como é que tá. E seria uma boa né pra gente botar um motor, uma coisa mais forte né, seria isso... E água né, nós temos o poço pronto já, mas daí falta os encanamentos agora, vamos ver né como é que vai, mas parece que vai sair, é vamos esperar o encanamento e a trifásica né que a gente precisa. (Flávia)

Somente este ano [era 2017 quando da estada em campo], depois de 26 anos morando aqui, foi perfurado o primeiro poço artesiano para distribuir água potável à comunidade, estendendo-se às famílias de toda a comunidade, inclusive àquelas que não moram no assentamento (Diário de Campo).

15.2 Políticas Públicas Municipais

Com a participação no grupo das Sementes, ida no Sindicato, enfim, por meio de presença continuada, apareceu o convite para as saídas, como os dias de campo, hoje mesmo fui marcada numa publicação em rede social, um convite para o dia de campo de Guabiju (não sei se houveram outros, portanto, é um acontecimento).

O convite aos agricultores foi realizado através de visitas do Secretário da Agricultura e também via representante da Emater, na publicação, além de mim estavam marcadas várias agricultoras (as mulheres, pois o convite do Secretário da Agricultura foi feito somente aos homens).

Essa estreiteza nas relações trouxe novidades, possibilitou o contato com as mulheres nos encontros, suas pautas, as políticas públicas do município e em contrapartida com toda a população que a tangencia. Tanto nos grupos, quanto nas casas, percebo que minha inserção melhora, já não sou mais tão desconhecida. Então parte esta pesquisa, além das visitas nas propriedades, abrangeu também viagens e encontros (Diário de Campo).

Esta anotação inaugura ao capítulo destinados às políticas públicas do município de Guabiju, este termo engloba as ações promovidas pelo município e destinada à agricultura e pecuária leiteira, aos trabalhadoras e trabalhadores rurais.

Ainda que a centralização das atividades propostas para o público feminino envolva a produção de fitoterápicos, culinária ou artesanato, as ações municipais não restringem-se a elas. Os convites para os dias de campo e palestras são feitos para as mulheres, prática esta que deve-se também ao fato de no município a agrônoma representante da Emater ser uma mulher.

Em relação a um outro dia de campo que acompanhei, num município vizinho, a disparidade entre mulheres e homens foi visível ainda na chegada:

O convite para este dia de campo foi feito no grupo das sementes, após conversar com representante da Emater avalei que seria bom participar, nunca havia participado destas atividades, razoavelmente comuns na região, então coloquei meu nome na lista. A prefeitura disponibilizou um micro-ônibus para levar as pessoas, pois seria no município de Serafina Corrêa. Quando cheguei ao lugar combinado de partida, notei que haviam mais homens do que mulheres, das sete mulheres, duas participantes da pesquisa, a representante da Emater, e a representante de um banco cooperativo, famoso entre os agricultores na região. Havia no grupo muitos homens jovens, e nenhuma mulher jovem, denotando a permanência da sucessão masculina do trabalho agrícola (Diário de Campo).

Mesmo em menor número a presença de mulheres sinaliza que há rompimentos nas demarcações dos espaços que seriam masculinos. Quando elas participam dos dias de campo, acompanham as palestras e podem levar estas informações para casa e incorporá-las em seus trabalhos, quer dizer que estão ocupando outros espaços de aprendizagem. E o contrário, menos frequente, também acontece: um dos cursos de massas e bolachas promovidos pelo grupo ‘Sementes da Esperança, foi ministrado por um homem.

As ações comentadas, ainda que ocupem este capítulo, são pertencentes a universos diferentes. O grupo das Sementes da Esperança é um grupo fechado (portanto, não público), e durante um ano inteiro, somente para um único dia de campo fora incentivada a participação, por meio da disponibilização de transporte e alimentação via prefeitura e banco cooperativo, já que o outro foi realizado no próprio

município, possível através da união entre o STR, Emater e Prefeitura. É evidente as poucas ações das políticas públicas municipais.

Cabe questionar então a discrepância entre as novas tecnologias (seja de cuidado, manejo ou de maquinários) e as realidades dos agropecuaristas familiares, a quem as novas tecnologias atingem? Se não chegam sequer aos principais atores rurais. Qual é o papel da assistência técnica e extensão rural? Se não é comum a prática da visitação dos agentes aos territórios agrícolas, pois há somente um agente no município, se não há incentivo para o aprimoramento da produção e gestão agrícola familiar, se não há incentivo inclusive para os jovens a permanecer no rural. Parte da assistência relativa a alimentação do gado leiteiro é feita pelas próprias cooperativas para as quais vendem o leite, sem participação de medidas públicas.

Não somente as ações provenientes da união, mas também as municipais, de um município que é basicamente rural, não se voltam para tal público. Desde o (des)cuidado com as estradas, fornecimento de água, auxílio moradia, entre outros.

As políticas públicas atendendo as proposições garantem a permanência das pessoas na agricultura e na pecuária, e estes impedimentos ou não investimentos são responsáveis pela saída das pessoas do rural.

Estas carências sinalizam as poucas possibilidades, inclusive financeiras, dos representantes dos movimentos para propor um enfrentamento a estas condições, igualmente os mediadores e pesquisadores, além da pouca apropriação das pautas sobre as diferenças entre as práticas e o conhecimento teórico acerca delas, acrescidas a defasagem dos recursos que são diluídos até chegarem nos agricultores (Scopinho, 2017).

15.3 Políticas Públicas: complexificações

As políticas públicas mesmo que se destinem às populações anteriormente pouco consideradas carregam também, e, talvez principalmente, abordagens fundamentalmente econômicas, em síntese políticas neoliberalistas. No setor agrícola as concentrações de créditos são destinadas majoritariamente às monoculturas, retratando o cenário que beneficia prioritariamente os atores do agronegócio cujas possibilidades permitem o acesso a tais políticas. A situação dos agricultores familiares face aos requisitos do mercado, mesmo com as opções de créditos oferecidas, acarretam em certas disputas desiguais, afinal as exigências por genética na pecuária,

de gêneros encarecidos, questões burocráticas rígidas para acessar as políticas, enfim, condições que geram frustração e por vezes prejuízos como endividamentos e até a saída das pessoas do meio rural (Paula, Gómez & Tracz, 2017).

Programas como o Pronaf cujo histórico está alicerçado nas reivindicações camponesas, apresenta certas finalidades que não refletem sua base sustentatória, ou seja, mesmo as políticas voltadas aos agricultores familiares servem mais e, principalmente, ao agronegócio, pois tendem a fragilizar aspectos culturais na medida em que os camponeses necessitam se apropriar e se subordinar aos ditames mercantis. Em contrapartida, programas como o PAA e o PNAE mostram uma dinâmica bastante interessante que não obriga o trato com financiamento e nem a interlocução com propostas estritamente mercadológicas de cunho capitalista, pois promovem a geração de renda na própria propriedade (Paula, Gómez & Tracz, 2017).

A agricultura familiar é também atingida, e por vezes de forma brutal, por todo um sistema empresarial que provoca além de transformação no modo de organização do trabalho, também impactos na própria representação do agricultor sobre si e sobre seu trabalho, todo um conjunto de técnicas, de modos de fazer e viver que configuram o trabalho rural e familiar, aos poucos dissolvido, descaracterizado e por vezes subjugado quando precisa atender as demandas que desconsideram os aspectos culturais e históricos presentes neste contexto, que exigem diferentes formas de gestão, que se impõem aos conhecimentos anteriormente utilizados pelos agricultores (Mendes & Werlang, 2014).

Além disto, como poderiam os agricultores se esquivarem desta industrialização? O incentivo à modernização é bem-vindo e como não o ser se as novas tecnologias são responsáveis por amenizar atividades fisicamente desgastantes? Porém o questionamento concerne justamente aos ganhos e perdas da entrada dos processos industrializatórios no campo que ao auxiliar também exigem novas performances, amiúde nada compatíveis aos modos de produção que carregam em seu trabalho vinculações que são, não somente econômicas, mas afetivas e identitárias, sobretudo, produtoras de sentidos.

Versar sobre modos de vida das populações no contexto de agricultura familiar pressupõe uma relação diferenciada no convívio com a natureza, afinal morada e trabalho acontecem neste meio, e o contato com a produção se dá desde o nível inicial do plantio, cuidado e posterior comercialização ou consumo de subsistência. Misturam-se técnicas culturalmente praticadas, associadas às inovações tecnológicas

possibilitadas pelas políticas públicas de crédito rural, por exemplo (Santos & Hennington, 2013).

16 Reconhecimento, valorização e motivação.

Quando questionadas se há igual reconhecimento do trabalho exercido pelas mulheres e homens no interior:

É, mais ou menos, mais pra menos que pra mais né por que... (Flávia)

Eu acho que não. Por que eu acho que até as mulheres trabalham mais que os homens, se tu vai olhar em trabalho, se tu vai analisar as mulheres do interior, trabalham mais que um homem. (Neuza)

Flávia e Neuza são enfáticas quanto iniquidade no reconhecimento dos trabalhos efetuados por homens e mulheres. A última destaca que as mulheres trabalham mais do que os homens, e isso é evidenciado quando lista as próprias ocupações, iniciadas no ambiente doméstico, estendida à horta e a toda a lida com as vacas de leite.

E quando questionada sobre se há valorização de seu trabalho pela família “*acho que sim*” (Flávia).

No que concerne ao reconhecimento e, portanto, a valorização dos trabalhos das mulheres, em todas as suas esferas, é respondida de modo que não se sabe se há mesmo este olhar atento aos seus afazeres pelos familiares. Isto remete a outra forma de vulnerabilidade que é a desvalorização, assumindo uma forma de violência, que está no “*mais pra menos que pra mais*” e no “*acho que sim*”. É o reflexo de uma posição de subordinação das atividades consideradas reprodutivas em detrimento das atividades produtivas, a casa, estritamente feminina atendendo à uma estrutura patriarcal, para a qual não se olha.

Já outras repostas falam que são reconhecidas pela família

É, sim, é valorizado sim. (Inês)

Pela família sim... (Rosa)

Espero que sim né (risos). (Neuza)

(Segundos de silêncio) *É...eu acho que sim, às vez que a gente limpa, eles vem e sujam, mas faz parte né* (risos). (Neide)

A não consideração com a limpeza da casa é relatada com uma naturalidade chocante, o limpar e alguém sujar, é interpretado prontamente como “*faz parte*”, um faz parte construído como um conjunto de acontecimentos que sempre ocorrem da mesma forma e continuarão a ocorrer, esta aceitação que parece carregar certa passividade permite o reforço das posições de poder baseadas na divisão sexual do trabalho.

E uma impressão concreta da humilhação nunca é simplesmente a impressão do golpe, mas a impressão do golpe já engolido e mais ou menos digerido. É o golpe já mais ou menos interpretado e enfrentado. Não existe a humilhação, não como existem os humilhados. E não existem, rigorosamente falando, os humilhados: existem *experiências* de humilhação, curtidas em carne e espírito (Gonçalves Filho, pp. 15, 2004)

Ainda que não se utilizem da terminologia de gênero, as mulheres sabem que existe desigualdades entre elas e os homens, ainda assim continuam assumindo a responsabilidade no cuidado doméstico. Esta construção subjetiva não deve ser tomada como essencializada, pois se dá através de reconstruções baseadas em seus contextos, interagindo histórica, política e culturalmente, portanto, não há naturalização de um modo feminino calcado na reprodução (Tedeschi, 2004), mas apropriações decorrentes destes ‘modos’.

Já a valorização do trabalho delas pela sociedade em geral trouxe diferentes respostas:

Sim, valoriza. (Flávia)

Acho que sim, que é. (Inês)

Sei lá né Mayara, é difícil tu responder porque tem que valorize e tem que não né. (Rosa)

Eu acho né, sei lá, acho que valoriza, não sei o que os outros pensam de mim... (Neuza)

Não! (...) o colono não é valorizado o quanto ele mereceria, não é que ele não seja valorizado, mas não o quanto deveria. (Neide)

Nem um pouco! (Mariana)

Dentre as respostas, variabilidades: a certeza da valorização, a relatividade na reposta e a certeza da não valorização, quanto a última parece referir-se mais a questão dos agricultores independentemente de gênero. Tanto os sofrimentos provocados pelas desvalorizações do trabalho agrícola, acrescido das diferentes valorações acerca do trabalho das mulheres, as opressões que habitam um espaço de humilhação social, agem internamente (Gonçalves Filho, 2004).

O reconhecimento se dá não somente por meio da retribuição financeira, ela passa pela dimensão moral, pelo retorno daqueles que estão ao seu entorno, de que suas atividades foram importantes na realização do trabalho (Merlo, 2002).

M - E a senhora acha que a mulher que trabalha no interior, a agricultora, daí pensando não só na senhora, mas outras mulheres que você conhece, elas sofrem algum tipo de preconceito, algum tipo de diferença ou violência, por ser mulher?

F - [Silêncio] *não entendi bem a pergunta...*

O não entender aqui pode referir-se a extensão da pergunta, mas também sobre a invisibilidade da questão da violência, comumente remetida a violência física e não às suas outras e múltiplas manifestações.

Diferente da reposta anterior, sobre seus entendimentos acerca das violências aparece o preconceito, como no relato a seguir, quando a pergunta sobre se a mulher sofre algum tipo de preconceito, ou violência por ser mulher, no contexto rural, é respondida em relação às experiências das participantes com as mulheres urbanas, e não ao contexto rural que habita:

Uma vez eu olhava mais assim que aquelas da cidade não olhavam muito, que nem tinha até vergonha de ser uma agricultora perto daquelas da cidade em vez hoje eu me orgulho mais porque a gente tem tudo, porque ficar pra traz daqueles da cidade? E acho que hoje em dia tá bem melhor quem tá morando na agricultura do que quem tá na cidade, a gente tá mais livre porque se tu tá de empregado tu tem que chegar na hora certa em vez se tu tá na agricultura não tem aquela hora certinha de chegar no trabalho (Neuza)

Neuza comenta de seu receio ao comparar-se com as mulheres urbanas quando mais nova, e acrescenta que atualmente não mantém este pensamento, afinal hoje os moradores do interior têm acesso as tecnologias e serviços, além da qualidade de vida,

o destaque é dado principalmente no que concerne a liberdade no trabalho e não existência de cobrança sobre o tempo no trabalho.

Sofre, sofre, a mulher da roça sofre, porque assim, as mulher da cidade, vamos dizer assim, nem todas as mulheres da cidade, porque às vezes tu ouve este comentário na cidade 'ah pelo andar da carruagem, é uma colona', daí tu ouve bastante isso né, ou 'ah o tipo que aquela caminha é uma colona, só pode'. Ai tu te sente ruim né, porque nossa. Porquê, né? Porque ter este preconceito das mulheres que são, a gente trabalha tanto que nem eles da cidade, e saber que o que eles tão comendo, tá saindo das nossas mãos. Acho que o preconceito mais que eu sinto é isso, é das pessoas da cidade, das pessoas da cidade grande, dessas cidadezinhas aqui pequeninhas, elas reconhecem. (Inês)

Já Inês, ao falar sobre violência, fala não da violência física, mas diretamente das formas de violência morais sobre o trabalho desenvolvido pelas mulheres agricultoras, ou colonas, termo bastante utilizado na região, tanto no sentido de sinônimo de agricultora, de moradora do interior, de descendente europeia, quanto no sentido pejorativo, como se fosse uma condição a ser menosprezada ou engraçada. Há o reconhecimento das diversas formas que a violência assume, sentida no corpo, e traz as dicotomias das realidades urbanas e rurais.

Os estudos sobre a humilhação social, iniciada com o rechaço de características, como o jeito de andar, de vestir, de falar, de se comportar das pessoas do interior provoca um sentir-se numa condição de inferioridade, não só por parte das pessoas que frequentam as cidades maiores periodicamente, mas que faz também com que as pessoas que se mudam para as cidades sintam-se compelidas a abandonar cargas simbólicas, além das materiais nas quais se constituíram (Bosi, 2003; Gonçalves Filho, 1988).

Inês me diz que o trabalho da mulher na roça não é reconhecido "pelas pessoas que também trabalham na roça sim, mas as pessoas da cidade não, acham que não é difícil porque hoje em dia tem trator e tudo, não veem que é bem difícil" (Diário de Campo).

Com a inserção dos maquinários nas atividades, o rural e seus trabalhadores sofreram diversas modificações, tanto positivas quanto negativas. Partindo do comentário de Inês, ela atribui boa parte da desvalorização dos agricultores devido às modernizações, como se estas anulassem o real do trabalho, quando acompanhando de

perto, é evidente que isto não acontece, e ela parte exatamente daqui, de que devido a estas distâncias entre os trabalhos, àqueles que não conhecem o rural imaginam que seja facilitado, diferente de outras épocas, porém, nas cidade interioranas há este reconhecimento que é facilitado pela proximidade com a categorias dos agricultores familiares e pecuaristas.

Enquanto tomávamos chimarrão um carro estacionou ao lado do jardim, era a pessoa que executava o censo agropecuário do município. Ao chegar perguntou se o Jorge estava, Rosa pediu que Ana o chamasse enquanto o convidava para entrar e sentar, quando Jorge chegou e o representante perguntou se ele preferia responder as perguntas ali ou num lugar mais reservado, Jorge prontamente disse: *“Não, prefiro fazer aqui, já que se tiver alguma pergunta que eu não souber responder, elas podem me ajudar, afinal aqui somos nós três”*. Achei a resposta dele muito interessante, pois demonstrou que é o negócio de toda a família, dele, da mulher e da sua filha (Diário de Campo).

Há neste material uma riqueza de enunciados, que falam não somente da abordagem escolhida pelo censitário, mas da resposta dada a ele pelo agricultor. O que faz o censitário pressupor que o agricultor gostaria de responder num local mais reservado as perguntas relacionadas a toda a propriedade cuja força de trabalho e manutenção é de caráter familiar? Quais são os processos psicossociais, repletos de significação, que sustentam a posição do agricultor de responder que *“não”*, que ali são os três que respondem às perguntas, afinal *“somos nós três”*.

Quando o censitário propõe esta opção de um local mais reservado, ele coloca as mulheres num local de subjugação, como se as agricultoras e proprietárias não pudessem, ou pior, não soubessem responder o questionário com dados que são de suas vidas, de suas casas e territórios. Quando o agricultor se opõe, ele se coloca, não à frente, mas ao lado da mulher e da filha, propondo que se um não souber responder, o outro o ajudará, esta postura, justamente nesta família, fala de uma posição diferenciada entre seus membros, de respeito e valorização mútuos.

Motivação

Quando questionadas sobre a motivação para continuar exercendo o trabalho no âmbito rural, as falas são diversas

Esperança de melhorar né Mayara, sempre, esperança que melhore né. (Rosa)

Até que eu tiver força sim porque morar na cidade, lá na cidade tu depende de tudo, de comprar tudo, assim aqui na roça tu tem a tua hortinha, tu tem a tua salada, tu tem as tuas coisinhas que tu planta e eu gosto de ter as minhas coisinhas, tu sabe o que tu bota ali né, que se tu plantar um brócolis, tu tem que tratar com bastante veneno e se tu plantar pro teu consumo tu sabe que, nem que tenha os bichinhos, tu vai dar um jeito de lavar, botar uma quiboa [água sanitária], pra comer uma coisa saudável. Porque até que eu tiver força eu vou continuar aqui na roça. (Inês)

Sim, imagina, do jeito que tá a cidade hoje, quem tem um pedaço de terra acho que tem que conservar, tem que dar valor porque é uma coisa que não se adquire tão fácil um pedaço de terra também. (Flávia)

Eu porque gosto! (Mariana)

A gente tem que trabalhar porque viver tu tem que viver e fazer alguma coisa pra viver, tu tem que fazer né, mas é de teimosos que a gente trabalha na agricultura, mas de teimoso, porque o jeito que anda o preço do leite, o preço das coisas, não é fácil e depois com tudo esses picareta que tem que te exploram, esse que é o maior problema. (Neide)

A esperança, a não dependência de ter de comprar tudo, as vantagens de produzir os próprios alimentos que quando consumidos pela família não são tratados com agrotóxicos, os orgânicos como certeza de boa e saudável alimentação, a valorização de suas terras adquiridas com muito esforço, o gosto pelo trabalho e vida rurais, a teimosia de praticar este trabalho e poder viver dele, apesar da baixa remuneração. Todas as repostas contemplam os valores do interior, que não baseiam-se apenas em seu caráter financeiro, mas a um modo de vida específico, que todas sabem, tem muitos benefícios e que mesmo envolvido em relações comerciais, ainda resiste frente às demandas do capital, por manter modos próprios, por manter o prazer no trabalho e na vida rural.

Perguntadas se já pensaram em trabalhar em outros setores:

M - *E tu já pensou em trabalhar em outra coisa Rosa?*

R - *Não.*

M - *Sempre gostou de trabalhar aqui...*

R - *Não é tanto pelo gosto né, é pelo que tem né, tipo, aqui não tem outra chance de fazer outra coisa.*

Rosa sempre fora agricultora, ela própria diz que não foi necessariamente uma escolha, afinal, as condições, em certos períodos de sua vida, não permitiram que fizesse uma outra coisa, ela aprendeu a viver com o que tinha e trabalhar no que tinha, independente do gosto, e como mencionou, na esperança de melhorar. Seu sonho de estudar agora encontra na filha uma possibilidade de realizar-se.

16.1 Sindicatos e Cooperativas

M - *E tu participa de alguma associação, sindicato ou cooperativa?*

N - *Sim, do Sindicato, eu faço parte do sindicato da diretoria.*

M - *E o que que tu acha da tua participação no sindicato?*

N - *Ah o sindicato ajuda né, quando tu precisa fazer alguma coisa, tipo o ITR, daí tu vai no Sindicato né, daí é uma coisa que vai bem. (Neuza)*

Além de participar do Sindicato, Neuza relata fazer parte da diretoria, ocupando um espaço diferenciado nas relações com a entidade.

Ao mesmo tempo que destacam a importância das associações, também olham de forma crítica para elas, a seguir algumas falas sobre as questões sindicais, após a pergunta sobre se participavam de alguma cooperativa, associação ou sindicato, e quanto a avaliação de sua importância.

O sindicato a gente não é sócio, mas a gente participa ainda sem ter alguma atividade, mais em Ibiraiaras [município que moravam antes de mudarem-se

para Guabiju] *que tinha (...) É bastante importante porque tu consegue bastante coisa através do sindicato, de se mobilizar, de fazer as coisas.* (Inês)

Inês após a mudança de município pôde trabalhar com a comparação entre dois sindicatos diferentes, participavam ativamente onde moravam e ela percebe a importância das mobilizações para promover melhorias nos trabalhos e condições de vida e moradia rurais.

Sindicato, cooperativa (...) Ah, o sindicato acho que fica meio neutro né, ajuda e não ajuda(...) E na verdade nos associamos no sindicato há pouco tempo. (Flávia)

A neutralidade do sindicato fala de sua posição no município, com poucas intervenções, poucas mobilizações reivindicatórias e alianças políticas. O que é percebido nas narrativas não só das participantes, mas das agricultoras em geral.

Rosa participa da cooperativa para a qual vendem o leite

De cooperativa sim, do sindicato não (...) Nem sei o que dizer porque a gente não participa, mas eu acho que é válido. (Rosa)

As cooperativas de leite promovem um grande encontro por ano onde explicam os investimentos, demonstram a lucratividade e os gastos, por vezes convidam os cooperados a conhecer as fábricas, mas não há convites rotineiros para as assembleias.

A família de Mariana e Neide participam de uma cooperativa, mas sua opinião sobre ser sócio é bem clara, e parte da última experiência dos cooperados. Se vale a pena participar, Mariana responde e Neide complementa:

“Eu acho que não porque embrocaram” [embrocar é aqui utilizado como sinônimo de trapacear]. (Mariana)

Pra valer a pena valerá, só que nem agora essa aí foi a falência daí nossa, pegou um monte de gente que era avalista e agora tem que pagar, mas que valerá a pena, valerá se fosse que desse...porque depois pega dois, três e eles fazem o que querem né, e depois deixa de ser uma cooperativa, mas se fosse trabalhar junto, não seria ruim. (Neide)

As duas falam da situação de uma das maiores cooperativas da região, que requisitou o aval de alguns cooperados e após decretar falência os fez arcar com todo o prejuízo, os valores a serem pagos pelos agricultores foram altos e comprometedores. Neide acha que as cooperativas são importantes, se realmente se propusessem a trabalhar coletivamente, mas quando o poder fica concentrado em algumas figuras somente, ela estará fadada ao desmonte.

Suas experiências com os sindicatos e cooperativas não são tão amplas e nem avaliadas com tanta positividade, porém em suas falas marcam a importância de ambos para melhorias no setor e nas suas vivências familiares e de trabalho. Porém, há distanciamentos na efetiva contribuição destes nesta região.

Como crítica e também sugestão, Inês fala sobre a questão da moradia para os agricultores e das políticas governamentais que perpassam os Sindicatos:

“Ajudar mais em casa, de dar uma casa boa pra quem não tem condições de construir, essas tipo que vem pelo Sindicato, já não tão vindo mais. Até pessoas que não precisam ganhavam, nem sempre agricultor, esse ano não veio nada, esse ano passado também não, e a gente tava precisando porque a gente precisava trazer os vós aqui pra morar junto né, por causa da idade né, e não tinha, a minha casa não tinha condições de eles morarem (...) assim nós tivemos que investir numa casa usada, velha, desmanchar de lá e construir aqui, porque a gente não tinha condições de fazer casa nova né, e se o governo tivesse ajudado ali, mandar mais casas, não tinha toda essa confusão, esse problema”. (Inês)

A casa é uma constante durante as falas, a política ‘Minha casa, minha vida rural’ é importante e carece de ser retomada e potencializada, afinal as condições no interior já são permeadas por tantos empecilhos frente ao básico, que a moradia deveria ser prioridade.

16.2 Lazer e Religiosidade

Há a forte participação das participantes no grupo das comunidades onde moram, por exemplo, nos clubes de mães e no envolvimento com festividades nas ‘capelas’. Sobre estes encontros:

Pergunto se Inês participa de algum clube de mães, ela diz que em Guabiju não, mas que continua associada ao da comunidade onde morava, num outro

município. Sua sogra conta que é sócia há 40 anos, lá. Peço como funciona, diz que são encontros de mulheres para organizar as festas, decidir sobre as viagens que farão a cada ano com o dinheiro arrecadado nas festas da capela [geralmente paras as águas termais ou praia]. Também é um ponto de encontro entre as mulheres, tomam chá e conversam, geralmente é no sábado em um dos turnos. Inês não frequenta mais pois Guabiju fica distante de lá, mas o grupo continua as aceitando enquanto integrantes. Receberam convites em Guabiju, mas, por enquanto, não vão (Diário de Campo).

Flávia e o marido contam que sempre se envolvem na organização da festa da padroeira de sua comunidade, Nossa Senhora dos Navegantes, que acontece em fevereiro e reúne um grande público, “*será um festão*” diz Flávia. A história desta igreja azul, localizada na Água Branca (Assentamento), refere-se há um antigo acontecimento segundo o qual uma ventania levou uma criança e os pais prometeram que se a encontrassem construiriam uma igreja no local, e assim o fizeram.

A fé, a presença dos ritos, o clamor na época de estiagem pela chuva são parte destes territórios que preservam costumes de proximidade com a natureza (Brandão, 2007). Sobre a religiosidade, há fortes crenças nas benzas ao mesmo tempo participação assídua nas missas. Todas as participantes têm orientação católica.

É, porque eu sempre de nova, saía junto com a minha tia, nós ia no dia 26 de maio, dia de Nossa Senhora do Caravaggio, eu sempre ia com ela lá, e eu nunca esqueço que um dia eu pedi assim, que, e daí a minha mãe sempre dizia, quando tu entra numa igreja, quando tu nunca entrou numa igreja, tu faça um pedido que ele se realiza, e eu lembro que a primeira vez que eu fui com a minha tia, nós caminhamos oito km de a pé até chegar e pegar o ônibus pra ir no santuário lá, e eu entrei naquela igreja e eu pedi que se um dia eu tivesse um filho, eu queria ter uma menina, e eu queria que ela tivesse todo o sucesso, todo a sorte do mundo que ela tivesse pra ela, e eu não sei se isso...de tão bom que foi... eu tive uma menina e foi bem certo no dia de Nossa Senhora do Caravaggio, e eu ganhei ela, e graças a Deus hoje ela tem saúde e não precisa de melhor o que pra mim ela é, porque o que eu depender dela, ela tá ali pra me ajudar, ela é tudo pra mim, e meu sonho acho que realizou ali porque a gente pensa é nos filhos e o meu sonho realizado é ela...[enquanto faz esse relato Inês está visivelmente emocionada] Não precisa de pessoa melhorar, eu acho que ela é um orgulho pra mim, não sei porque, se a gente é mãe de só uma, só um filho, mas eu faço tudo por ela. O meu sonho era esse ali, de ter ela e ter tido... (Inês)

Além das histórias de manifestação de fé e conquistas, em algumas casas há pequenos santuários:

Ao adentrar, tanto no jardim quanto na área ou na cozinha, percebi a organização de tudo, o chão lustro, os sofás cobertos por redes, a térmica do chimarrão enfeitada por uma capa de crochê, assim como o guardanapo sobre a mesa também era de crochê verde que contrastava com o vaso de flores roxas, as cravinas, sobre a mesa. A estante era enfeitada por santos, santas e anjos (Diário de Campo).

A devoção das participantes também é percebida nos diálogos, quando Deus permite a boa saúde, cuida dos filhos delas, e nos momentos mais difíceis de suas vidas fora e é central.

A fé também é a propulsora das festividades das capelas, ocorrem numa época específica do ano, geralmente em homenagem a alguma figura religiosa e a organização destes eventos fica a cargo da comunidade. Podem ser consideradas atividade de lazer, mas também de muito trabalho, pois toda a preparação desde a limpeza do salão, a cozinha (saladas, maionese), os preparativos com as mesas, cadeiras e após a festa, também a limpeza fica por conta das mulheres. Já o churrasco é assado por homens. Este pequeno excerto sobre os alimentos preparados também carrega em si certa simbologia, afinal porque não as mulheres assarem o churrasco, ou os homens prepararem as demais comidas? Os últimos até podem se inserir no espaço da cozinha, mas elas na churrasqueira, não. Nas festas é clara a divisão dos grupos por gênero, o espaço da churrasqueira é masculino, o espaço da cozinha é majoritariamente feminino.

Sobre o lazer, geralmente os homens permanecem em casa trabalhando e saem aos domingos ou fazem serões na casa dos conhecidos, outros espaços de lazer possíveis também são demarcados, nos bares conhecidos na região como ‘bodegas’ encontram-se os homens nos finais de semana, reunidos em grupos, e são locais que as mulheres não frequentam. A questão das bebidas é bastante ligada ao universo masculino, o “*beber e incomodar*” (de forma bastante naturalizada, quase como justificativa) é relatado frequentemente pelas mulheres, já o contrário, é recebido com discriminação.

Para as mulheres, as saídas de lazer são nas casas uma das outras, visitando vizinhas, amigas ou parentes, as idas às missas, etc., se têm filhas morando em casa ou mesmo as noras estas são as companheiras para as saídas.

Enquanto seguimos caminhando em direção ao escavo onde irão construir um galpão, Mariana fala um pouco sobre a questão do trabalho da mulher, fala que muitas vezes a mulher trabalha mais do que o homem, que a mulher sofre muito mais pois nunca tem descanso quando trabalha tanto fora de casa quanto dentro. Ela praticamente não sai de casa devido, principalmente, ao trabalho com as vacas, ultimamente sua única saída é às quartas-feiras quando tem terço no capitel (Diário de Campo).

Além disso, as atividades oferecidas pelo município são os dias de campo, algumas palestras e, atualmente, o grupo das sementes (que não é aberto, logo, apenas algumas mulheres tem a possibilidade de participar). Ou seja, o rural é ainda um lugar com poucas ou nenhuma alternativa de lazer, é o lugar da centralidade do trabalho no dia-a-dia e este tão arraigado que muitas vezes aparece nos discursos esta impossibilidade de sair, devido ao tanto de serviço que precisam executar, como Mariana expõe na sua fala.

Eu faço crochê, participo do conselho municipal de saúde, participo num grupo de ervas que tem na cidade, de mulheres, de dezoito mulheres que participam no grupo, e nas quartas-feiras tem as físicas da terceira idade e nos domingos tem os bailes da terceira idade que eu faço parte também, sou princesa da terceira idade, daí a gente tem um tempo pra gente dar uma aliviada, sair um pouco, conversar um pouco com os amigos, com as amigas.
(Neuza)

Neuza cita sua participação nas atividades físicas fornecidas para o grupo da terceira idade e dos bailes para este mesmo público. Salienta o tempo despedindo ao lazer, tão importante, além do compromisso de frequentar os bailes por ser a princesa, vê isto como algo bom e não como obrigação.

Para além do lazer, que nem sempre é lazer, já que envolve trabalho, a atividade do artesanato é um potente analisador. O artesanato é considerado atividade para o tempo livre, algumas mulheres fazem crochê. Flávia mostrou, muito orgulhosa, a sua produção artesanal: um guardanapo enorme sobre a mesa, com flores coloridas trançadas por linha. Todas as cadeiras de sua casa tinham em seu encosto uma capa de

crochê, igualmente no sofá, e ainda mostrou um outro guardanapo que estava fazendo para presentear sua afilhada. Ela considera o seu passatempo, mesmo que agora precise diminuir o ritmo devido a um problema nos dedos de uma das mãos, apesar disso, não pretende deixar de crochetar.

Já na família de Neide, é o marido que se dedica à produção de enfeites no jardim, cuja matéria prima é a borracha.

Passeando pelo jardim tirei algumas fotos das flores, que era em número muito superior ao que pensei durante a primeira visita, pude notar diversas artes feita com pneus e madeira para embelezar: uma pequeno barquinho de borracha carregado por flores; uma chaleira e uma cuia caprichosamente desenhados na borracha; flores com pétalas em ponta formando um lindo recipiente para mais flores; um cepo de madeira no qual estava esculpido pequenos degraus para vasos de flores; dois bancos feitos a partir de rodas de carretas, uma mesa feita com um tronco de árvore; estavam dispostos em torno da piscina, embaixo dos parreirais, ao longo da cerca viva de hortênsias (Diário de Campo).

O lazer também se estende a outras alternativas, e Inês fala de suas preferências, de frequentar bailes, de seu gosto por música e dança:

*O que eu gosto, o que adoro fazer é dançar, sair em baile, dançar, me divertir, mas o meu marido não é muito de dança, ela é meio xucro na dança. Mas o que eu gosto é isso, eu adoro sair numa janta, sair com uma turminha e fazer festa e dançar, se divertir, isso eu adoro fazer(...) **E vocês saem bastante?** Sim, a gente sai, a gente tá saindo bastante agora. E eu não gosto de ficar em casa sem ter um rádio ligado com música e volume, volume velho no rádio, eu adoro música, eu gosto mais de bandinha, mais animada e som, mas não aqueles mais loucos, aqueles outros.*

Se a vida diária depende das épocas das colheitas, desde o plantio, tratamento e colheita, há outros trabalhos que compõe estas rotinas, sejam os animais cuja lida é diária, seja o cuidado com a propriedade, todo o serviço doméstico, não há sobra de tempo, mas há algumas pausas necessárias, ainda que estas tenham também a ver com o trabalho, por exemplo, as saídas para a compra de insumos.

Quais as condições de vidas dotadas de sentido fora do trabalho? Há que se pensar nesta proposição de Antunes (2009), se há sentido no trabalho, há vivência preenchida de sentido fora dele. Este primado obrigaria a pensar quais das atividades realizadas pelas mulheres não são o trabalho, se mesmo seu lazer é permeado por

requisições. Temos como pistas rumo a alterações nestes contextos os papéis das políticas públicas, das saídas, das viagens, das palestras, que produzem condições de possibilidades para o *‘afloramento de uma subjetividade autêntica’* (p.110), que produz impactos psicossociais em forma de resistência contra o capital, e contra um sistema de poderio masculino e opressor (Antunes, 2009).

Aproveitar a vida? Depois...

A gente não aproveita a vida, por causa do serviço sempre deixa pra outro dia.
(Mariana)

Este é outro tema presente nas conversas, neste aproveitar a vida cabem muitas opções, especialmente visitar um familiar ou amigo, participar de algumas festas, viajar quando há a possibilidade, enfim, as mulheres e as famílias em geral na agricultura tem como eixo estruturante o trabalho, e como este se faz diariamente, quase não há tempo para fazer uma outra atividade ou passeio. A rotina de trabalho é diária e os dias são totalmente preenchidos. As falas denunciam que há um adiamento do lazer, como se este pudesse ser adiado para *“um dia”*, como se não fosse tão importante quanto o ato de trabalhar.

Da época em que lidavam com aviário fala do quanto foi difícil. Com uma criança pequena dependia que alguém ficasse cuidando da filha à noite, pois ela e o marido precisavam dormir nas instalações do aviário para a cada período de tempo colocar mais lenhas para esquentar os pintinhos durante o inverno, além das vacas de leite e além das plantações. *“Hoje em dia eu aproveito mais, eu saio, uma vez era só trabalho, não se tinha tempo pra nada, agora eu não quero saber.”* (Neuza)

Depois de uma vida de renúncia, agora ela aproveita, já tendo feito a sucessão, há alternativa de combinar com os demais familiares, quando um sai, o outro fica, porém, nem todas as famílias podem fazê-lo, principalmente àquelas nas quais só há o casal trabalhando na propriedade, portanto, não depende apenas de querer sair, mas de poder sair.

17 Solidariedade

17.1 O comum: troca de Serviço e de alimentos

Só se é trocar né, um favor, daí um ajuda o outro. A horta é pra consumo nosso e troca também, tem que fazer isso porque é demais. (Rosa)

Parte das trocas de serviço entre os vizinhos são de horas de trator, atualmente acontecem em épocas bem específicas, por exemplo, na colheita do milho para silagem, com o advento dos maquinários e dos agrotóxicos o trabalho tornou-se mais individual, mais restrito ao âmbito familiar. Já as mulheres encontram-se com as vizinhas na produção de doces, chimias, conhecidas também por marmeladas, a base não só de marmelo, mas de figo e uva, também na produção de sabões caseiros. Nas carneações, as famílias menores têm a contribuição dos vizinhos, e o pagamento é feito com a própria carne.

A troca é importante por reforçar os laços de solidariedade entre os vizinhos, afinal, nas safras onde o trabalho se intensifica, ou em outras atividades mais esporádicas como as carneações, o maior número de pessoas traz menor sobrecarga para as trabalhadoras, as devoluções também se são feitas através de tempo de trabalho.

Pra gente trocar dias sim, tipo com o vizinho quando ele precisou construir, daí a gente foi lá ajudar, ele vem ajudar, troca dias assim. (Inês)

Além das trocas de serviços, há trocas de alimentos, basicamente entre os vizinhos, como é o caso de Rosa e Flávia.

Perguntei se a lavoura era exclusivamente para o consumo familiar, respondeu que sim, então perguntei se havia troca entre os vizinhos, Rosa disse que sim e que trocavam mudas, quando não tinha algo que precisava e os vizinhos tinham, ela podia buscar na plantação deles e o mesmo acontecia agora. *“Trocamos de tudo, na época que eu não tinha tempero e salada eu ia lá e pegava, não precisava nem pedir, eles também podem vir e pegar”* (Diário de Campo).

Além destas, as trocas se expandem convertendo-se em troca de mudas e sementes de plantas, troca de receitas, práticas bastante comuns grupo das Sementes

da Esperança. Conforme Martins (1975), essas unidades familiares vendem o excedente mas mantêm as relações de troca ativas.

18 Alimentação

Sobre os alimentos a produção ‘feita em casa’ é enorme, abrange: bolachas, geleias, queijos, marmeladas, compotas, banha, massas, conservas, licores, repelentes naturais, entre outros.

Enquanto conversávamos na cozinha algumas nuvens escuras aproximavam-se e a cada minuto seu Pedro ia até a porta e retornava, dizendo: “*Acho que hoje vem chuva, tomara que venha*”, afinal nesta época as chuvas de verão são muito esparsas e as plantações já sentem o sol escaldante, então sempre que chove é motivo de comemoração. Logo começou a chuva e nós continuávamos conversando na cozinha, dona Flávia serviu um bolo, alguns cookies e grostolis, todos preparados por ela mesma, elogiei sua habilidade e ela disse que sempre fez tudo em casa.

Quando a chuva acalmou ela buscou um casaco e uma guarda-chuva, me entregou e disse “*vamos lá ver a horta, quero te mostrar*”, calcei minhas botas, e fomos, ela se abrigou num lindo quiosque do jardim “*abra o portão e veja!*”, fui, entusiasmo e ao abrir o portão da horta, toda coberta por sombrite preto, pude ver os moranguinhos, alfaces, tomates, em largos canteiros de terra fofa, já bastante umedecida devido à chuva (Diário de Campo, Flávia).

A alimentação é central e tudo o que se produz é aproveitado. Em toda as casas que visitei a comida era servida em abundância, num ato de recepção e carinho, em diversas das visitas fui presenteada com alimentos, dentre os quais: frutas, verduras ou legumes. Chegava carregada de sacolas com cebola, berinjela, pimentão, vagem, tomate, brócolis, pipoca, chuchu, mandioca, pêssego e batata doce.

A alimentação e os vínculos afetivos, como apontados por Tedeschi (2004) fala de um fazer cotidiano que é das mulheres e para os quais não há reconhecimento, seja na própria família ou estendido à comunidade, mas que são basais para a vida dos familiares, manutenção e continuidade de todos os afazeres. Estes invisíveis cotidianos podem ser responsáveis pela produção de vulnerabilidades, agenciados pelas assimetrias de gênero ainda presentes, mas que aos poucos, com as alternativas de participação destas mulheres em cursos, encontros públicos, além destes outros lugares assumidos por elas como ida aos bancos, são gradativamente modificados (Langbecker, 2016).

Bem no alto do morro, a plantação de batata doce, segundo Inês, elas gostam de terreno com pedras e ali era excelente para isso. Mostrou-me as plantas, alertando que havia carpido e arrancado uns matinhos com a mão, pois ali não usam agrotóxicos, lhe disse que então ela estava produzindo orgânicos e precisavam colocar um preço justo por todo o trabalho e cuidado. Do alto do morro é possível ver muito longe, a paisagem é linda, de qualquer lado que se olhe, o olhar se perde. Inês conta que aquele é o morro mais alto da comunidade, diz que adora ir lá, aos domingos, às vezes, vai até lá, pois o ar é melhor, sente-se bem *“tem um ventinho bem fresco”*. Passamos pelo terreno onde tinham as morangas plantadas, na colheita utilizam o carroção do trator, e conforme colhiam iam jogando no carroção, mas que muitas tinham ficado na lavoura mesmo, devido ao preço *“na roça é assim a gente planta, mas nunca sabe se o tempo vai ajudar, e se o preço vai ser bom”*. Vamos até a horta, muito caprichada com um longo canteiro de alfaces, temperos e ervas para chás (Diário de Campo).

Um das técnicas utilizadas na lida com os orgânicos é a vaselina e também a eliminação mecânica das pragas, como nos conta Inês. Igualmente a presença dos orgânicos é recorrente a utilização dos agrotóxicos, principalmente nos gêneros como os brócolis, couve-flor e tomates.

A família fala da negociação com os mercados, da questão dos agrotóxicos, de que se tem qualquer bichinho, como o pulgão, os compradores já não querem, daí a necessidade dos agrotóxicos. Nesta safra [dos brócolis] colocaram bem menos, mesmo assim precisavam atender os padrões do mercado. *Os consumidores procuram sempre as frutas ou verduras sem nenhum machucado ou bichinho, sendo que estas seriam aquelas com menos veneno, portanto, as melhores* (Diário de Campo, Neide).

Numa das visitas, o marido de Mariana foi até a roça onde espalhou agrotóxico com o auxílio de um trator modelo pequeno nos tomates para que eu pudesse ver como é este processo, após Mariana me mostrou como amarram os brotos.

A inserção não é feita de forma a proteger o trabalhador, no capítulo 13.2 foi discutido o grande número de adoecimentos causados pela exposição nos trabalhos rurais, e outras manifestações de sofrimento e desgaste.

Também as trocas se inscrevem num sistema regido por dinâmicas que ultrapassam a troca pela troca, que envolvem todo um leque de:

Modos, políticas, éticas e estéticas de vida que resistem ainda a uma entrega completa à racionalidade do mundo dos negócios (...) Intertrocas econômicas parecendo serem apenas comerciais, na verdade são interpessoais, afetivas, sociais, simbólicas, antes ou ao lado de serem relações que envolvem dinheiro (Brandão, p. 54, 2007).

Troca-se, tanto os alimentos quanto as horas de trabalho com os vizinhos não pela proximidade dos territórios, mas em função do relacionamento entre as famílias, troca-se, inclusive com pessoas de outras comunidades valorizando as relações de amizade, já as transições que envolvem parentesco incluem a destinação, por exemplo, quando alguém da cidade vai visitar os parentes do interior.

19 Considerações finais provisórias e encaminhamentos futuros

M - *E tu gostaria de falar mais alguma coisa que eu não perguntei?*

Acho que tá bom, tu fez tudo, o básico da vida né... (Rosa)

Respalhada pela colocação de Rosa encaminho a conclusão desta dissertação, na intenção não de concluir a discussão sobre estas temáticas, mas de demonstrar e enfatizar a importância e a necessidade de mais pesquisas com as mulheres do rural brasileiro.

O apresentado aqui, foi um apanhado ‘do básico da vida’ composta por multiplicidade, cujo acompanhamento etnográfico permitiu que eu me inserisse e pudesse conhecê-las um pouco e mais de perto. O *básico de uma vida* de muito trabalho, esperança e sonhos envoltos em dificuldades, mas também em conquistas destas famílias e destas mulheres protagonistas de uma história que lhes pertence, e a qual gerem. Nos inúmeros obstáculos elas promovem perfurações e costuram diariamente novas dinâmicas para compor as teias sociais, micro e macro.

O trabalho rural e todas as condições contextuais que o cerca é ainda pouco estudado no Brasil, talvez esta pouca repercussão na academia e nas pesquisas manifeste certa invisibilidade deste fazer. Tal constatação exige que uma investigação mais atenta ao setor envolva primeiramente o manejo das inúmeras possibilidades no campo de pesquisa, tarefa difícil já que vida e trabalho interatuam num mesmo espaço. Este processo de refinamento/escolha nos apresenta uma série de elementos que ficam à margem e que novamente nos impõem, através de denúncia, o tanto que este espaço ainda carece de visibilidades.

Há a necessidade da complexificação não somente das temáticas, mas das abordagens para analisá-las, exige-se estudos de diferentes disciplinas em concomitância para que se possa falar sobre este rural tão diverso e tão particular. Até mesmo da formação e referências destes conhecimentos sobre estes atores rurais, a história que os descreve e as formas pelas quais e como o faz, acrescidas pela valorização deste lócus, não restrito ao espaço, mas contendo toda a trama de relações ali presentes e em constante transformação, relações de poder, sociabilidades, formação cultural e apropriação dos diferentes órgãos públicos (Referências Técnicas para a Atuação das (os) Psicólogas(os) em Questões Relativas a Terra, 2013).

É preciso falar para além do trabalho e do território, de todo um leque de condições psicossociais que incluem os sentidos, simbologias, modos de vida, saber-fazer e os processos de subjetivação enquanto elementos que permitem vislumbrar os arranjos históricos, políticos e impactos econômicos deste trabalho que acompanham o rural/ruralidades no Brasil (Scopinho, 2017). Há que se questionar as permanências associadas às identidades já constituídas como se estivessem estagnadas no tempo e espaço, e no caso, esta visão do camponês pode servir a tais propósitos. Há sim atores sociais, construtores de realidade, cujas demandas excedem o que já está dado, mas versam sobre afetos, movimentos e fluxos.

De forma lenta a Psicologia adentra à temática, possivelmente a lentidão se deva a ausência do tema nos currículos dos cursos de formação e atualmente, incentivados pela inserção das políticas públicas nos pequenos municípios, se defronta com a necessidade deste olhar para as ruralidades, se apropriando de um fazer e de um debate ético e político ampliando o leque conceitual e metodológico, ação inter e transdisciplinar, em busca de reformulações (Leite, Macedo, Dimenstein & Dantas, 2013).

A produção direcionada aos meios rurais pela Psicologia Social, iniciada somente nos últimos vinte e cinco anos, volta-se aos temas sobre a organização do trabalho rural, identidades, representações, processos de subjetivação, interfaces rural-urbano, etc. (Silva & Macedo, 2017). No que concerne a outros temas, como por exemplo gênero, há uma carência de pesquisas, demandando mais estudos com tal enfoque, relacionados aos serviços, políticas e direitos básicos.

Ao longo de todo o processo de pesquisa, algumas questões reverberaram de formas diversas e radicais, partindo de um receio de não saber se tinha presenciado fortes assimetrias relativas ao gênero, e principalmente, se esta era uma pauta ainda necessária, frente às mudanças. Após o distanciamento do campo e as leituras feitas ao material disponibilizado, houve o espanto da continuidade destas assimetrias, não encontradas em um ou outro âmbito, mas em todos aqueles que compõem os modos de vida rurais, nestas famílias e contexto pesquisado.

Pensar as implicações psicossociais por meio das histórias e narrativas sobre vida e o trabalho destas mulheres permite a feição de costuras entre acontecimentos tanto individuais quanto locais, sempre marcados pelas relações sociais de gênero, através de um situar-se num local tempo, diferente de outros e inscrito sobre determinadas conjunturas históricas.

Dos achados

As participantes atuantes em todas as dimensões de produção e reprodução tem jornadas diárias de trabalho marcadas pelo excesso, processos que envolvem o uso da força, do corpo, sujeito às temperaturas altas e baixas, que provocam desgastes cuja consequência são as dores relatadas com frequência. As vacas de leite, os bois de engorda, as lavouras de miudezas, as hortas, a alimentação, o cuidado com os filhos, com os idosos, a limpeza das casas, jardins e redondezas, as atuações públicas e outras mais.

O trabalho, composto por uma gama de atividades, é invisibilizado quando: não é considerado trabalho por não gerar mais valia, por exemplo o trabalho doméstico ou cuidado com filhos ou idosos; e também quando todo o trabalho externo, seja no campo ou com os animais é considerado ‘ajuda’. As mulheres participantes desta pesquisa executam as mesmas atividades que os homens, mas o contrário não acontece, há atribuições diferenciadas cruciais deste sujeito que tudo faz, mas para o qual o reconhecimento é atribuído ao seu par, trabalho duplamente invisibilizado, por ser rural, e por ser feito por mulheres.

O patriarcado a partir de suas diferentes performances persevera, o poder atribuído aos pais, maridos e filhos denota que a dominação continua masculina e opressora, por exemplo, no caso da sucessão. As principais estruturas institucionais subjetivadoras são a família e a comunidade e as práticas no interior destas subjagam as mulheres, vigiando e reforçando padrões de comportamentos.

Ainda assim não há passividade, mas enfrentamento, todo pequeno ato que intente subverter certo padrão é uma importante posição de resistência por parte destas mulheres, e estes atos são inúmeros: domínio dos assuntos e transações públicas, obtenção de carteira de habilitação, participação em grupos e cursos de aprimoramento, envolvimento político e sindicais, gerência sobre o próprio trabalho, etc. Ao longo dos anos diversas modificações ocorreram no rural trazendo outras possibilidades relatadas em diversos trechos pelas participantes, de que atualmente tudo é muito diverso do que fora em outros tempos.

As relações assimétricas entre os gêneros e suas raízes ocultas e consequências aparentes nas realidades presenciadas carecem da tomada destas contradições, da abertura de diálogo, da análise das instituições que as estimulam, somente por meio da

minúcia é possível transformar e romper paradigmas excludentes, com vistas a proporcionar modos outros de vida para as mulheres, e as políticas públicas são importantes aliadas neste processo.

O cuidado das mulheres despendidos à família de forma geral, faz com que suas próprias necessidades sejam colocadas em segundo plano. Isso parte de uma ideia da constituição da família como algo prioritário e rígido cuja função principal delas seja tal manutenção e só posteriormente outros objetivos e projetos próprios. Não suficiente, esta forma de subjetivação é orientada também para as próximas gerações, sendo as crianças, as principais as receptoras deste aprendizado cujos marcadores sociais lhes constituem.

As relações das mulheres com as sogras marcam dificuldades na convivência entre as gerações com perspectivas discrepantes, porém, desvelam as posições ocupadas pelas mulheres ao longo do tempo, ainda assim a convivência produz também relações de parceria e empatia.

O grupo familiar e a condição geracional marcam o próprio trabalho delas como agricultoras e pecuaristas, é a partir do aprendizado e da continuidade deste nos cotidianos rurais que constroem suas vidas e mantêm suas referências. Se esta é a realidade das participantes, a geração seguinte, de filhas e netas, rompe com este modelo buscando outras inserções sociais, apartadas da agricultura e frequentemente nas cidades, seja para estudar, para trabalhar ou ambos.

As relações com o tempo são entrelaçadas com o clima, as vivências próximas à natureza trazem noções diferentes para as próprias práticas de trabalho quanto para o entendimento da passagem do tempo e ciclos da vida.

A dependência das chuvas e do sol são cruciais no crescimento das plantas, e para os trabalhadores, o clima assim como é responsável pela garantia da sobrevivência, também é fonte de dificuldades, os trabalhos externos nos dias de muito frio, ou nos dias de muito sol e calor são relatados como parte das principais dificuldades do trabalho rural.

As dificuldades no acesso aos estudos e serviços básicos fazem parte das histórias destas participantes, a vida no interior há pelo menos quatro décadas era marcada por severas restrições.

Sobre o retorno financeiro nenhuma das participantes relatou receber um salário individual, o dinheiro proveniente das lavouras e animais é retornado para investimentos na propriedade, quando requisitam algum dinheiro este é investido

primeiro para os produtos de uso coletivo, geralmente para casa e para a comida ou enviado aos filhos, somente após será investido em itens particulares. Esta dinâmica modifica-se com o recebimento da aposentadoria, que é direcionada e permite maior liberdade nos investimentos sem depender de um acordo coletivo para o uso.

Os gastos com os insumos, manutenção das lavouras e dos animais são grandes e os valores recebidos muitas vezes não são o suficiente, provocando privações para as populações rurais. As demandas por pagamentos justos pelos produtos, melhores alternativas para os financiamentos foram constantemente colocadas, junto da necessidade de maior valorização pelos trabalhos que garantem o alimento dos brasileiros.

O trabalho coletivo, as relações de troca, as decisões conjuntas, reuniões e festividades comunitárias, as vinculações e as sociabilidades são características das famílias das participantes. O lazer, ainda que adiado é reconhecido como importante, mas sua importância não compete com o labor, sempre priorizado e valorizado, para o qual além de atribuir dificuldades, atribuem prazer.

As pistas que este trabalho oferece são contextuais, falam de determinadas mulheres em determinados contextos, a partir de olhares que incluem o desta pesquisadora, talvez outras perspectivas levariam a outras pistas. Mostrar as formas pelas quais as desigualdades são sentidas na pele destas agricultoras é uma tentativa de provocar para que se possa construir realidades em que as mulheres sejam reconhecidas, as políticas públicas incrementem alternativas e participem ativamente do processo emancipatório das mulheres.

Frente ao desafio, a Psicologia Social enquanto vertente crítica e responsável na promoção de diminuição da desigualdade e no fomento ao protagonismo, precisa adentrar nesta discussão.

M - E a última pergunta, tem alguma coisa que tu gostaria de falar que eu não te perguntei, que a gente não conversou...

Precisaria valorizar mais as mulheres, todo mundo entender que a mulher do campo tem que ser mais valorizada né, porque pega cedo de manhã e não tem hora né, até de noite [...] teria que valorizar mais as mulheres do campo, porque todo mundo tá querendo ir pra cidade e daí vai ficar pouca gente no interior. (Neuza)

Acho que uma mensagem que eu gostaria de deixar é que as mulheres da colônia ficassem muito feliz de serem 'colona' né, que erguesse a cabeça e sair na cidade e por aí e dizer, ter orgulho de dizer 'eu sou colona', eu sou mulher da roça. Porque eu fiquei bastante junto lá com as gurias dos fitoterápicos e elas ajudavam muito isso das mulheres da roça, então elas incentivavam bastante a gente de levantar a cabeça e olhar pra frente e dizer com orgulho 'eu sou mulher da roça'. Acho que esse é o maior orgulho da gente, de nós aqui da roça. É tem que ter orgulho, porque às vezes a gente vê as pessoas olhando meio atravessado, dizendo 'ah, essa aí é uma colona', tu tem que ter orgulho, levantar a cabeça e dizer: sou mesmo e sou feliz! (Inês)

Que o pessoal da cidade valorize mais o trabalho dos agricultores, que não é no mercado que eles acham tudo bonitinho porque é a gente que produz aqui e manda pra eles. (Mariana)

20 Referencial Teórico

- Abramovay, R. (1998). *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo, Campinas: Editora Hucitec.
- Albuquerque, F.J.B., Coelho, J.A.P.M. & Vasconcelos, T.C. (2004). As políticas públicas e os projetos de assentamento. *Estudos de Psicologia*, 9(1), 81-88.
- Antunes, R. (2009). *Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Amador, M.C.P. (2007). *Imigração e Memória*. In: VI Congresso Internacional de Educação: Educação - visão crítica e perspectiva de mudança. Concórdia: Universidade do Contestado. VI, 1-14.
- Andrada, C. F. (2010). Etnografias em Psicologia Social: notas sobre uma aproximação fecunda. *Ponto Urbe*, 7(1). Recuperado em 22 de junho de 2017, de <http://pontourbe.revues.org/1661>.
- Baró, I. M. (1986). Hacia una psicología de la libertación. *Boletín de Psicología*, (22), 219-231.
- Benjamin, W. (1987). O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: W. Benjamin. *Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense.
- Berger, P.L. & Berger, B. (1977). Socialização: como ser um membro da sociedade. In M. Foracchi, & J. Martins (Orgs.) *Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. LTC.
- Bergson, H. (2006). *Memória e Vida. Textos escolhidos por Gilles Deleuze*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bosi, E. (1994). *Memória e Sociedade - Lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bosi, E. (2003) Cultura e desenraizamento. In E. Bosi. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social* (pp.185-194). São Paulo: Ateliê Editorial
- Bourdieu, P. (2005). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (2002). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Brandão, C.R. (2007). Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. *Ruris*, 1(1), 37-64.
- Brito, J.C. & D'Acri, V. (1991). Referencial de análise para o estudo da relação trabalho, mulher e saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 7(2),201-214.
- Brumer, A. (2004). Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, 12(1), 205-227.

- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cândido, A. (1964). *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: J. Olympio.
- Carneiro, M.J. (2001). Herança e Gênero entre agricultores familiares. *Estudos Feministas* 9 (1), 22-55.
- Certeau, M. (1996). *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis: Vozes.
- Ciampa, A.C. (1985). Identidade. Em W. Codo, & S. Lane (Orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento* (pp. 58-75). São Paulo: Brasiliense.
- Coutinho, M.C.; Furtado, O.; Raitz, T.R. (Orgs) (2015). *Psicologia Social do Trabalho: perspectivas críticas*. Coordenadores da coleção Brizola, A.L.C; Zanella, A.V. Florianópolis: ABRAPSO Editora : Edições do Bosque CFH/UFSC.
- Coutinho, M.C. & Graf, L.P. (2010). Trajetórias de mulheres atuantes em pequenos abatedouros de animais. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*. 13 (1), 119-132.
- Dejours, C. (1992) *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortéz – Oboré.
- Delgado, N.G. (2010). O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: Delgado, N.G. (Ed), *Brasil rural em debate: coletânea de artigos* (pp. 28-78). Brasília: CONDRAF/NEAD.
- Denardi, R.A. (2001). Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, 2(3).
- Esteves, E.G., Bernardo, M.H., Sato, L. (2017). Fontes do pensamento e das práticas em Psicologia Social do Trabalho. In M. Coutinho, M. Bernardo & L. Sato (Orgs.). *Psicologia Social do Trabalho* (pp. 49-80). Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Favareto, A. S. (2006). *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – do agrário ao territorial* (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, SP, Brasil.
- Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In: Dreyfus, H.; Rabinow, P. *Michel Foucault uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp.231-249). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Geertz, C. (2008). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- Gonçalves Filho, J.M. (1998). Humilhação social – um problema político em Psicologia. *Psicologia USP*, 9(2), 11-67.

- Gonçalves Filho, J.M. (2004). A invisibilidade pública. Em F.B. Costa. *Homens Invisíveis – relatos de uma humilhação social* (pp. 01-27). São Paulo: Globo.
- Grisa, C. & Schneider, S. (2014). Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, 52 (1).
- Grisa, C. (2012). Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias. (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 07-41.
- Hirata, H. & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37 (132), 595-609.
- Hirata, H (2014). Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, 26 (1).
- Junqueira, C.P. & Lima, J.F. (2008). Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. *Ciências Sociais e Humanas*, 29(2), 159-176.
- Lagnbecker, T.B. (2016). *Trabalho e gênero: mulheres na atividade pecuária familiar no município de Encruzilhada do Sul/RS*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil.
- Lamarche, H. (Coord.). (1993). *A agricultura familiar: comparação internacional - Uma realidade multiforme*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Laurell, A.C. & Noriega, M. (1989). Para o estudo da saúde na sua relação com o processo de produção. Em A.C. Laurell & M. Noriega. *Processo de produção e saúde. Trabalho e desgaste operário* (pp. 99 – 144). São Paulo: Hucitec.
- Leite, J.F., Macedo, J.P.S, Dimenstein, M. & Dantas, C. (2013). A formação em Psicologia para a atuação em contextos rurais. In J. Leite & M. Dimenstein (Orgs.) *Psicologia e Contextos Rurais* (pp. 27-55). Natal: Editora UFRN.
- Maestri, M. (2000). *Os Senhores da serra. A Colonização italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Passo Fundo: UPF.
- Mariano, J. (Prod.) & CPT's do Sul. (2015) *Ameaçados* [Documentário]. Brasil.
- Martine, G. (1991). A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? *Lua nova*, (23), 7-37.
- Marx, K. (1996). Processo de trabalho e processo de valorização. In K. Marx. *O capital: crítica da economia política* (pp. 297-315). São Paulo: Nova Cultura Ltda.

- Martins, J.S. (1975). *Capitalismo no chão da noite; emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo*. São Paulo: Hucitec.
- Medeiros, L.S. (2002). Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos. In Chevitarese, A. (Org). *O campesinato na História* (pp. 02-30). Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Mendes, J.M.R. & Werlang, R M.(2014). O suicídio no meio rural no Rio Grande do Sul. Em: Merlo, A.R.C., Bottega, C.G., & Perez, K.V. (Orgs), *Atenção à saúde mental do trabalhador: Sofrimento e transtornos psíquicos relacionados ao trabalho*. Porto Alegre: Evangraf.
- Merlo, A.R.C. (2002). Psicodinâmica do Trabalho. In M.G. Jacques & W. Codo (Orgs.) *Saúde mental & trabalho: leituras* (pp.130-142). Petrópolis: Vozes.
- Minayo, M.C.S. & Sanches, O. (1993). Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, 9(3), 239-262.
- Minayo (2010). Los conceptos estructurantes de la investigación cualitativa. *Salud Colectiva*, 6(3), 251-261.
- Morais, M.N. (2011). Trabalhadores Rurais e Cidadania no Brasil – 1930 -1964. *Em tempo de histórias*, (19), 16-35.
- Navarro, Z. (2010). Agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. Gasques, J.G.; Vieiras Filho, J.E.R. & Navarro, Z. (Orgs), *A agricultura brasileira – desempenho, desafios e perspectivas*, 185-209.
- Neves, V.F.A. (2006). Pesquisa-ação e etnografia: caminho cruzados. *Pesquisas e Práticas psicossociais*, 1(1), 1-17.
- Nóbrega, J.S.(2013). *A produção da vida como política do cotidiano: A união de terras, trabalho e panelas no “Grupo Coletivo 14 de Agosto”*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.
- Nogueira, R.C.M.G. & Toneli, M.J.F. (2016). Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. *Psicologia & Sociedade*, 28(1), 115-124.
- Oliveira, F. (2014). Perspectivas psicossociais para o estudo do cotidiano de trabalho. *Psicologia USP*, 25(1), 41-50.
- Oliveira, F., Esteves, E. G., Bernardo, M.H. & Sato, L. (2015). Psicologia Social do Trabalho: encontros entre pesquisa e intervenção. *Bulletin de psychologie*, 68 (2), 93-104.
- Coutinho, M.C., Oliveira, F. & Sato, L. (2016). Olhar o cotidiano: percursos para uma psicologia social do trabalho. *Psicologia USP*, 27(2), 289-295.
- Paula, A.M.; Gómez, J.R.M. & Tracz, C.A.M. (2017). Novo ciclo neoliberal no Brasil: desmontando as políticas públicas para a agricultura camponesa. *Revista pegada*, 18 (1).

- Paulilo, M.I.S. (2004). Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Estudos Feministas*, 12(1).
- Paulilo, M. I. S. (1987) O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 5(28), 64-70.
- Paulilo, M.I.S. & Silva, C.B. (2010). Resenha: antropólogas, politólogas y sociólogas (género, biografia y cc.sociales). *Revista Estudos Feministas*, 18(3) 946-948.
- Paulilo, M. I. (2009) “Movimentos das Mulheres Agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero.” In Fernandes, B.M., Medeiros, L.S. & Paulilo, M.I. (Orgs.) *Lutas Camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas – A diversidade das formas das lutas no campo* (Vol. II, pp. 179-201). São Paulo: Editora Unesp.
- Picolotto, E.L. (2014). Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *RESR*, 52 (1),63-84.
- Rua, M.G. & Abramovay, M. (2000). *Companheiras de Luta ou “Coordenadoras de Painelas? As relações de gênero nos assentamentos rurais*. Brasília: Unesco.
- Sales, C.M.V. (2007). Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. *Estudos Feministas*, 15(2).
- Salvaro, G.I.J.; Lago, M.C.S & Wolff, C.S. “Mulheres agricultoras” e “mulheres componesas”: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 79-89.
- Santos, J.C.B. & Hennington, É.A. (2013). Aqui ninguém domina ninguém: sentidos do trabalho e produção de saúde para trabalhadores de assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Cad. Saúde Pública*, 29(8) 1595-1604.
- Sato, L. & Souza, M.P.R. (2001). Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. *Psicologia USP*, 12 (2), 29-47.
- Sato, L. (2003). Psicologia, saúde e trabalho: distintas construções dos objetos “trabalho” e “organizações”. Em: Z.A. Trindade & A.N. Andrade (Orgs.), *Psicologia e Saúde: um campo em construção* (pp. 167-178). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Sato, L. (2007). Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. *Psicologia & Sociedade*, 19(Edição Especial 1): 95-102.
- Sato, L., Bernardo, M. H. & Oliveira, F. (2008). Psicologia social do trabalho e cotidiano: a vivência de trabalhadores em diferentes contextos micropolíticos. *Psicología para América Latina*, 15.
- Sauer, S. (2003). A luta pela terra e a reinvenção do Rural. Anais XI Congresso Brasileiro de Sociologia (pp. 1-25). Campinas: Unicamp.

- Schaaf, A.V.D. (2003). Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, 5(10), 412-442.
- Schindwein, V. L. D.C. (2011). A desproteção social dos Trabalhadores rurais nos acidentes de trabalho. *Textos & Contextos*, 10(1), 109 – 117.
- Scopinho, R.A. (2015). Condições de vida e saúde do trabalhador em assentamento rural. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15(Supl. 1), 1575-1584.
- Scopinho, R. (2017). A psicologia social do trabalho e os trabalhadores das ruralidades. In Coutinho, M.C., Bernardo, M.H., Sato, L. (orgs.). *Psicologia Social do Trabalho* (pp. 127-150). Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Scott, P. (2010). Gênero e Geração em contextos rurais: algumas considerações. *Gênero e geração*. Santa Catarina: Editora Mulheres.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. 20(2), 71-99.
- Silva, B.G.S. (2008). A marcha das margaridas: resistências e permanências. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília, Brasil.
- Spink, P.K. (2008). O pesquisador conversador no cotidiano. *Psicologia & Sociedade*, 20 (Ed. Especial), 70-77.
- Spink, P. K. (1996). Organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho. *Psicologia & Sociedade*, 8 (11), 174-192.
- Spink, P. K. (2003). Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 15 (2), 18-42.
- Spink, M.J. P. (2007). Pesquisa no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 19 (1), 7-14.
- Stolf, M.C. (2007). Os sentidos atribuídos por agricultores às tecnologias utilizadas em seu cotidiano de trabalho. Florianópolis, UFS (Mestrado em Psicologia).
- Stropasolas, V. L. (2004). O valor do casamento na agricultura familiar. *Estudos Feministas*, 12(1), 253-267.
- Tedesco, J.C. (2013). O futuro do passado: patrimônio cultural, etnicidade e vida rural no nordeste do RS. *Revista Memória em Rede*, 3.
- Tedeschi, L.A. (2004). Meu nome é “ajuda”. A vida cotidiana e as relações de poder, gênero e trabalho das mulheres trabalhadoras rurais na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. *Contexto & Educação*, 19(71-72), 45-64.
- Veiga, J. E. (1991). *Desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Hucitec.

- Veronese, M.V. (2003). Na direção de uma Psicologia Social Crítica do Trabalho. Oficina do Ces, Portugal, 191, 1-32.
- Wanderley, M.N.B. (2003). Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, (21), 42-61.
- Wanderley, M. N. B. (1996). *Raízes históricas do campesinato*. Em: *XX Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu.
- Wanderley, M. N. B. (2000). A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. *Desenvolvimento e meio Ambiente*, (2), 29-37.
- Wanderley, M.N.B. (2000). A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 15, 87-145.
- Wanderley, M.N.B. & Favareto, A. (2013). A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In C.Miranda & H. Silva (Orgs.). *Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras* (pp. 413-472). Brasília: IICA.
- Woortmann, E.F. & Woortmann, K. (1997). O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora da UNB.
- Woortmann, K. (1990). Migração, família e campesinato. *Revista Brasileira de Estudo de População*, 7(1).
- Karam, K. (2004). A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. *Estudos Feministas*, 12(1), 303-320.

Documentos eletrônicos

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2009). Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar: primeiros resultados – Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado em 24 de maio, 2017, de <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>)
- Lei n 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Recuperado em 01 de junho, 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111326.htm
- Melo, M.A.M.T. (2011). Legislação do direito do trabalho da mulher: uma perspectiva de sua evolução. Recuperado em 5 de abril, 2017, de http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=6254

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (2013). *Políticas Públicas para a Agricultura Familiar*. Recuperado em 25 maio, 2017, de <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>

Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (2006). Brasília: Adolfo Brito. Recuperado em 06 de setembro, 2016, de <http://www.mda.gov.br/sitemda/>

“realizado”, In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2018. Recuperado em 22 de maio, 2018, de <https://www.priberam.pt/dlpo/realizado>

Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada a participar como voluntária da pesquisa “*Trabalho e Gênero: mulheres no contexto da agricultura familiar*”. A presente pesquisa tem como objetivo “Investigar as repercussões psicossociais decorrentes das relações entre os processos organizativos de trabalho e as relações sociais de gênero no cotidiano de mulheres trabalhadores no contexto da agricultura familiar”. Será realizada para a composição da dissertação de mestrado de Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, realizada pela pesquisadora Mayara Galvan dos Santos.

I - Para a realização da pesquisa os procedimentos serão: acompanhamento da rotina de trabalho, nos locais de trabalho das mulheres participantes, e entrevistas. O material de pesquisa será organizado e escrito após os encontros e as entrevistas serão gravadas e transcritas. O material produzido no decorrer da pesquisa ficará arquivado com a pesquisadora por um período de 5 anos.

II - São esperados os seguintes benefícios da sua participação nesta pesquisa: contribuir para o aprimoramento de conhecimentos na área, objetivando o desenvolvimento de novas estratégias de intervenção psicossocial no âmbito do trabalho desenvolvido pelas mulheres rurais;

III - Ao participar da pesquisa você poderá sentir desconfortos advindos: da evocação da memória de eventos desagradáveis ou da própria interação social. Tais desconfortos serão minimizados por meio do acolhimento e manejo psicológico imediato ou consecutivo ao encontro, se necessário se fará o encaminhamento ao Serviço de Atendimento Psicológico do município de Guabiju.

IV - A qualquer momento você pode desistir da participação nesta pesquisa sem nenhum prejuízo para você ou para a pesquisa.

V - Os dados obtidos com os resultados alcançados nessa pesquisa serão publicados, como dados gerais, de forma que sua identidade seja mantida em sigilo, ou seja, seu nome não será mencionado, garantindo confidencialidade, se assim preferir. Mencione aqui como gostaria de ser identificada:

VI - Para participar desta pesquisa você não terá qualquer custo nem receberá qualquer vantagem financeira.

VII - Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, uma cópia destinada à pesquisadora, a outra será fornecida a você participante.

VIII - Toda dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente a pesquisadora, cujos dados encontram-se a seguir, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS (Rua Ramiro Barcelos, 2600 – Porto Alegre/RS – Telefone: 33085698). Se concorda com as considerações apresentadas, solicitamos que assine e este ‘Termo de Consentimento Livre e Esclarecido’ no local indicado abaixo. Desde já agradecemos sua colaboração.

Eu _____, após ter recebido informações sobre o estudo, “*Trabalho e Gênero: mulheres no contexto da agricultura familiar*”, declaro que ficaram claros os objetivos da pesquisa, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Não tendo dúvidas a respeito da pesquisa, concordo tomar parte como participante desta, da qual posso deixar de participar a qualquer momento, sem penalidades ou prejuízos. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Nome da pesquisadora

Assinatura da pesquisadora

De acordo,

Nome do participante

Assinatura da participante

Guabiju, _____ de _____ de 2017.

Mayara Galvan dos Santos

Telefone: (xx)xxxxxxxx

E-mail: mayara.galvan@gmail.com

Nome do Orientador: Álvaro Roberto Crespo Merlo

Apêndice B - Roteiro de Entrevista

Perfil

Nome (iniciais):

Idade:

Escolaridade:

Filhos (se há, quantos moram na propriedade?)

Moradores da casa (quantos?):

Cidade de origem:

Localidade atual:

Distância da propriedade até a cidade:

Características da propriedade

Propriedade da terra (da família, de terceiros, ...):

Forma de obtenção da terra (herança, compra, assentamento, ...):

Área da propriedade:

Principais atividades econômicas desenvolvidas:

Trabalho

Qual é a sua ocupação/trabalho/atividade?

O que significa o trabalho pra você?

Quantas pessoas trabalham na propriedade?

Qual é o tipo de mão de obra?

Como é a distribuição das atividades na família, quem faz o quê, como se organizam?

E as tarefas domésticas, como são divididas, são divididas?

Qual o destino da renda obtida?

Quem administra a renda?

A senhora recebe alguma remuneração? Se sim, qual o destino da sua renda?

Presta serviço a terceiros?

Quem é responsável pelas decisões das atividades desenvolvidas na propriedade?

Quem é responsável pelas decisões relacionadas à casa?

Como e quem comercializa a produção?

E os insumos, quem compra?

A senhora entende sobre crédito rural?

A família já acessou opções de crédito? Quem decide sobre o crédito e o seu destino?

A senhora participa de associação, sindicato, cooperativa? Se sim, por quê?

Como é a lida com os animais?

Com quem aprendeu essa atividade, e há quanto tempo trabalha com ela?

Qual a motivação para trabalhar nessas atividades, pretendes continuar?

O que poderia melhorar nessa atividade?

A senhora se identifica como: Agricultora? Pecuarista? Dona de casa? Outra?

A senhora acha que suas filhas ou filhos darão continuidade a esta atividade?

Gênero

Como se sente em relação a ser uma mulher que trabalha na agricultura e pecuária?

O que você acha que é bom e o que acha que é ruim nas suas atividades?

Você acha que a mulher rural sofre algum tipo de violência, preconceito, diferença por ser mulher?

Mulheres idosas desenvolvem as mesmas atividades no campo que as mulheres mais jovens?

Suas atividades são valorizadas por sua família?

Existe algo que você gostaria de fazer, além daquilo que faz? Tem algum sonho que ainda não realizou?

Gostaria de falar sobre algo que eu não perguntei? Acrescentar algum comentário?